



Evandra Grigoletto
Fabiele S. De Nardi

Orgs.

Helson Flávio da
Silva Sobrinho

Organizadores

José Alberto Miranda Poza (UFPE)
Stella Virgínia Telles de Araújo Pereira Lima (UFPE)

Conselho Editorial

Alfredo Cordiviola (UFPE)
Benedito Bezerra (UIPE)
Denize Elena Garcia da Silva (UNB)
Julio César Araújo (UFC)
Maria Antónia Coutinho (Universidade de Nova Lisboa)
Maria Aparecida Ribeiro (Univ. de Coimbra)
Maria Augusta Reinaldo (UFCG)
Regina Lúcia Peret Dell'Isola (UFMG)
Sandra Helena Dias Melo (UFRPE)
Sandra Luna (UFPB)
Saulo Neiva Coelho (Univ. Blaise-Pascal - Clermont-Ferrand II)
Sebastião Alves Teixeira Lopes (UFPI)

PPGL
2011

Coleção  Letras
TRABALHO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS
edições eletrônicas


Editora
UFPE

IMAGINÁRIO
SUJEITO
REPRESENTAÇÕES

Evandra Grigoletto
Fabiele S. De Nardi

Orgs.

Helson Flávio da
Silva Sobrinho

ISBN 978-85-415-1055-4

Copyright © Os autores

Reservados todos os direitos desta coleção. Reprodução proibida, mesmo parcialmente, sem autorização expressa do(s) autor(es).

CAPA E DIAGRAMAÇÃO

Carolina Leal Pires

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

kvocek (KarelVondracek)

www.depositphotos.com

REVISÃO

Inara Ribeiro Gomes

Joice Armani Galli

EDIÇÃO



Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

I31 Imaginário, sujeito, representações [recurso eletrônico] / [organizadores] Evandra Grigoletto, Fabiele Stokmans De Nardi, Helson Flávio da Silva Sobrinho. – Recife.: Ed. UFPE, 2018.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-1055-4 (online)

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Imaginação (Filosofia). 4. Ciberespaço. I. Grigoletto, Evandra (Org.). II. De Nardi, Fabiele Stockmans (Org.). III. Silva Sobrinho, Helson Flávio da (Org.).

410

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2018-092)

RECIFE
2018

SUMÁRIO

- 8** Os organizadores
APRESENTAÇÃO
IMAGINÁRIO: INTERSECÇÕES ENTRE DISCURSO, LITERATURA E ENSINO

DISCURSO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE

- 15** Belmira Magalhães
MATERIALISMO HISTÓRICO E PSICANÁLISE: HÁ POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO ENTRE ESSES DOIS LUGARES TEÓRICOS?
- 27** Lauro Baldini
LUTO, DISCURSO, HISTÓRIA

IMAGINÁRIO E DISCURSO

- 37** Evandra Grigoletto
Helson Flávio da Silva Sobrinho
O IMAGINÁRIO SOBRE O GOLPE DE 2016: SILENCIAMENTOS E CONTRADIÇÕES
- 60** Thiago Alves França
RACISMO DE ESTADO E IMAGINÁRIO: DISCURSO DE ÓDIO CONTRA O NORDESTE/NORDESTINO
- 79** Silmara Dela Silva
DAS IMAGENS NO DISCURSO: A MÍDIA E AS REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO HOJE
- 92** Juliana Tereza de Souza Lima Araújo
DISCURSO SOBRE APOSENTADORIA E “EVIDÊNCIAS” DE SENTIDOS NO ESPAÇO MIDIÁTICO
- 108** Fernanda Luzia Lunkes
O CORPO DISCURSIVO DO PALHAÇO DE HOSPITAL

119 José Reginaldo Gomes de Santana
Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
CORPO, GESTOS E IMAGINÁRIO EM VIDEOAULA DE TÉCNICA VOCAL NO ESPAÇO
VIRTUAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA

131 Phellipe Marcel da Silva Esteves
UMA HISTÓRIA DISCURSIVA DOS GENTÍLICOS NOS TÍTULOS DAS ENCICLOPÉDIAS
BRASILEIRAS

LÍTERATURA, CIBERESPAÇO E REPRESENTAÇÃO

144 Miguel Rettenmaier
INTERSEÇÕES MÚLTIPLAS: A ESCRITA INTERMINÁVEL E EXTREMA

158 Fellipe Ernesto Barros
UM SOPRO DE VIDA: REPRESENTAÇÃO DO SUBLIME E DO BAIXO CORPORAL NO
CONTO "VIDA", DE RUBEM FONSECA

LÍNGUA(S), IMAGINÁRIO E ENSINO

170 Joice Armani Galli
O IMAGINÁRIO CULTURAL DO FRANCÊS NO BRASIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE
LEITURA À LUZ DO REALISMO BALZAQUIANO

188 Maria Stela Torres Barros Lameiras
APPRENANTS - APPRENTIS: IDENTITÉS EN CONSTRUCTION DANS LA
TRADUCTION/TRANSPOSITON DE SENS

200 Felipe Barbosa Dezerto
FRANCÊS E CONTEÚDOS: O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DE
PRÁTICAS DE ENSINO

215 Flávia Karolina Lima-Duarte
Luiz Fernando Gomes
REPRESENTAÇÕES DAS CULTURAS HISPANO-AMERICANAS EM IMAGENS NA WEB:
REFLEXÕES SOBRE VALORAÇÃO E APAGAMENTO E SEUS REFLEXOS PARA AS
CRENÇAS SOBRE A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA

Evandra Grigoletto
Fabiele Stockmans De Nardi
Helson Flávio da Silva Sobrinho

APRESENTAÇÃO



APRESENTAÇÃO¹

Imaginário: intersecções entre discurso, literatura e ensino

Esta publicação, que reúne parte dos trabalhos apresentados durante o III Seminário de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (SEPLEV), realizado na Universidade Federal de Alagoas - UFAL, no ano de 2016, dá continuidade a série de publicações do Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV - UFPE) que buscam colocar em questão noções-chave para os trabalhos realizados por seus pesquisadores. A proposta dos eventos, e também das publicações deles resultantes, é colocar em diálogo a produção do Núcleo com aquela realizada por pesquisadores de diferentes instituições do Brasil cujas pesquisas se voltam à temática proposta para o evento.

Nas publicações anteriores, identidade e memória foram as noções colocadas em causa; neste E-book é a noção de imaginário o fio condutor que orienta as discussões realizadas, que trazem contribuições significativas para que possamos fazer avançar, em diferentes âmbitos, as reflexões em torno da relação entre imaginário, sujeito e representações a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Abre essa publicação a seção **Discurso, história e Psicanálise**, que reúne os artigos, de cunho mais teórico, da professora Belmira Magalhães (UFAL) e do professor Lauro Baldini (UNICAMP).

Belmira Magalhães, em *Materialismo histórico e Psicanálise: há possibilidade de diálogo entre esses dois lugares teóricos?*, aponta para o/a leitor/a caminhos possíveis para responder ao questionamento que dá título ao seu artigo. Partindo de uma revisão teórica em Pêcheux, Marx, Freud e Lacan, sobretudo em relação ao modo como as forças produtivas e as relações de produção determinam as posições dos sujeitos, a autora conclui que a Psicanálise contribui com a Análise do Discurso, ao fortalecer as análises, mostrando a importância do outro na constituição do sujeito e relativizando o poder da consciência como capaz de produzir sempre o novo. Além disso, e sobretudo, a Psicanálise possibilita ao analista de discurso ir em busca do significante que faz surgir e produzir efeitos nos discursos.

¹ Agradecemos imensamente o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), pois este E-book foi produzido com o financiamento dessas instituições de fomento.

No texto *Luto, Discurso e História*, Lauro Baldini não vai diretamente a questão das intersecções entre Análise de Discurso e Psicanálise. Opta por uma reflexão sobre o luto e as implicações, consequências e os modos de subjetivação de uma perda para, em seguida, pensar sobre pontos onde essa relação pode ser produtiva para os dois campos de conhecimento. Questiona, por exemplo, se a constituição do sujeito não está toda atravessada pelo luto e quais as relações do luto com o assujeitamento. E finaliza provocando o pensamento sobre a constituição do sujeito, do sentido, do desejo e do discurso de e sobre o luto.

Na segunda seção, **Imaginário e discurso**, reunimos um conjunto de artigos que, a partir do referencial teórico da Análise do Discurso pecheuxiana, vão tratar da questão do imaginário e seus desdobramentos a partir de diferentes materialidades. Os discursos da rede, os discursos da mídia, o discurso artístico, o discurso do corpo, o discurso enciclopédico são objeto de análise desses trabalhos, possibilitando-nos uma reflexão sobre os sujeitos e seus modos de produzir sentidos.

Abre essa seção o artigo *O imaginário sobre o golpe de 2016: silenciamentos e contradições*, de Evandra Grigoletto e Helson Flávio da Silva Sobrinho. Nele, os autores analisam discursos sobre o golpe que circularam no *Facebook*, mapeando um percurso de sentido, que parte do enunciado “Não vai ter golpe”, passando por outros enunciados como “Fora Dilma” e “Impeachment já”, chegando à *hashtag* “#somostodosgolpistas”. As análises apontam para o modo de funcionamento da ideologia em sua relação com o imaginário, a partir sobretudo da observação dos silenciamentos e das contradições que atravessam esses discursos.

As postagens do *Facebook* também são objeto de análise de Thiago Alves França, em *Racismo de Estado e imaginário: discurso de ódio contra o nordeste/nordestino*. No artigo, o autor propõe uma discussão acerca dos discursos de ódio contra o nordeste/nordestino, que circularam nas redes sociais logo após a reeleição de Dilma Rousseff, em final de 2014. As análises feitas pelo autor apontaram para algumas regularidades de sentidos, quais sejam: “um tipo de divisão, exemplificada pela cisão entre nós (brasileiros legítimos) e eles (nordestinos, inimigos infiltrados), na trama de um inimigo incontestado (os nordestinos e os males que reincidentemente produzem contra o Brasil, adoecendo-o), e no desejo de extermínio como ato purificador (no caso, o cadafalso coletivo das pragas nordestinas).”

Silmara Dela Silva, em *Das imagens do discurso: a mídia e as representações do sujeito hoje*, reflete sobre a relação entre imagem e representação, a partir da análise de duas capas de edições especiais da Revista *Veja* que tematizam o homem na atualidade. A partir das

análises empreendidas no artigo, a autora observa que, embora a revista projete uma condição “nova” ao homem da atualidade, comparece um já-dito sobre o homem como provedor, imerso nas relações sexuais e de trabalho. Portanto, a autora entende a representação como resultante de “um processo de estabilização de imagens, trabalho da ideologia, que produz em uma formação social o efeito de naturalização dos sentidos.”

Juliana Tereza de Souza Lima Araújo, em seu texto *Discurso sobre aposentadoria e ‘evidências’ de sentido no espaço midiático*, analisa o discurso sobre aposentadoria/aposentado materializado na revista *Veja*. A autora leva em consideração a conjuntura atual brasileira, mudanças no mercado de trabalho decorrentes da reestruturação produtiva, para mostrar como essas condições de produção fazem a aposentadoria ser significada como algo ruim para o sujeito, pois este passa a ser considerado como “inativo” e “inútil”. Araújo conclui sua análise mostrando como o discurso da mídia reproduz, por meio de mecanismos ideológicos, sentidos que sugerem que o trabalhador não se aposente para “manter a saúde”, ou seja, o discurso da mídia responsabiliza o próprio sujeito por sua inserção ou não no mundo do trabalho.

As relações entre discurso e corpo vão ser tematizadas nos artigos de Fernanda Luzia Lunkes e José Reginaldo Gomes de Santana e Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo. No primeiro, intitulado *O corpo discursivo do Palhaço de Hospital*, Lunkes discute o modo como esse corpo se inscreve em espaços de saúde, a partir da observação dos efeitos de sentido produzidos pelo comparecimento, nesses espaços, do discurso artístico, sobretudo pelo viés do riso. Ao afirmar que o corpo discursivo do palhaço é lúdico e polissêmico ao mesmo tempo, a autora entende o riso como um gesto de resistência na relação do sujeito com a dor.

No segundo, *Corpo, gestos e imaginário em videoaula de técnica vocal no espaço virtual: uma análise discursiva*, Santana e Azevedo trazem uma reflexão sobre o discurso do corpo, trabalhando a relação entre corpo, gesto e voz cantada. Ao perseguir o imaginário que pontua essa relação, mostram-nos como alguns sentidos sobre o gestual tendem a se cristalizar e, por sua repetição, produzir movimentos de interdição acerca da forma de o sujeito relacionar-se com seu corpo, seus gestos, sua voz.

Finalizando a seção, temos o trabalho de Phellipe Marcel da Silva Esteves que, em *Uma história discursiva dos gentílicos nos títulos das enciclopédias brasileiras*, discute as imagens de sujeito, de língua, de Brasil e de territórios circulantes, a partir da análise dos títulos de três enciclopédias: *Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira* (1958), *Enciclopédia brasileira Mérito* (1958), *Enciclopédia bororo* (1962). Tomando o gentílico brasileiro, presente nos títulos

dessas enciclopédias, o autor mostra que sua inclusão “não garante que haja ali uma circulação da ciência, dos saberes, da história nacionais”, embora produza a ilusão de que há um conhecimento que possa ser dito brasileiro.

O olhar para o literário vai ganhar destaque nos dois trabalhos que compõem a seção **Literatura, ciberespaço e representação**. Nela, o texto de Miguel Rettenmaier, *Interseções múltiplas: a escrita interminável e eXtrema*, discute o tema do ciberbarbo, o escritor “interminável” e “condenado à juventude”, que vive e cria suas narrativas nas intersecções de universos justapostos e móveis e nas conexões múltiplas do mundo da informática globalizada e das mídias digitais. O autor nos apresenta duas exemplares femininas do ciberbarbo: Carol Teixeira e Simone Campos. A primeira assina um site como “A obscena senhorita C” e é autora de *Bitch*, um romance com temática e estética correlacionadas aos conteúdos do site, em que arte, erotismo e o próprio corpo da autora ganham projeção. Da segunda, Rettenmaier analisa *Owned*, um livro-jogo interativo e virtualmente interminável, que se desdobra em um site. Na literatura das duas autoras, ele identifica o irresoluto, o vagante e o eXtremo.

Fellipe Ernesto Barros, em seu texto *Um sopro de vida: representação do sublime e do baixo corporal no conto “vida”, de Rubem Fonseca*, trabalha com as significações sobre a flatulência. Passando pela comédia, sátira, na história da literatura sobre o baixo corporal e os gases intestinais, Barros chega ao conto “Vida”, de Rubem Fonseca, para pensar como nesse conto o elemento grotesco (gases intestinais) pode, em uma sensação, mesmo que efêmera, elevar o que é tido como degradado e ressignificar a fruição do sentido da vida.

A presente obra se encerra com um conjunto de artigos que tematizam a relação entre **Língua(s), imaginário e ensino**. Nos dois primeiros, a literatura comparece como objeto de análise para se pensar o imaginário cultural que atravessa as práticas de ensino e de tradução da língua francesa no Brasil.

Em *O imaginário cultural do francês no Brasil: algumas possibilidades de leitura à luz do realismo balzaquiano*, Joice Armani Galli defende que a abordagem cultural das línguas estrangeiras é determinante tanto em seu processo de ensino-aprendizagem quanto para os efeitos de sentido da tradução. Por ser o imaginário evocado por cada LE a manifestação de todo um conjunto de valores sociais e históricos, as representações inscritas em sua memória linguística e literária estão na base da relação discursiva que o sujeito estabelece com esse conhecimento. Partindo dessa perspectiva, a autora propõe a análise da obra *Mémoires de deux jeunes mariées*, de Balzac, para demonstrar a relevância do estudo dos romances do autor na formação de futuros professores e tradutores de francês.

O texto *Apprenants - apprentis: identités en construction dans la traduction/transposition de sens*, de Maria Stela Torres Barros Lameiras, trata da transposição de sentido que compreende o árduo trabalho realizado no processo da tradução. Diz respeito igualmente ao permanente estado de ensino e aprendizagem que o pensamento linguístico demanda no momento de primar pelo sentido em detrimento da forma, temática muito debatida pela área, dada a complexidade cultural que o sentido da língua encerra. Daí a pertinência em analisar a produção literária de 'Vidas Secas', de Graciliano Ramos, e sua tradução/versão para o francês.

É sobre as práticas de ensino de professores de francês que se debruça Felipe Dezerto, em seu trabalho *Francês e conteúdos: o funcionamento da ideologia na produção de práticas de ensino*, artigo no qual, ao observar a forma como os professores trabalham determinados conteúdos, vai colocar em causa como o imaginário funciona determinando nossas práticas, naturalizando-as. Num interessante percurso teórico-analítico, o autor nos leva a pensar sobre o que chama de "imaginário de conteúdo" e sobre as evidências que ele produz acerca das formas de ensinar.

Em *Representações das culturas hispano-americanas em imagens na web: reflexões sobre valorização e apagamento e seus reflexos para as crenças sobre a aprendizagem de língua espanhola*, Flávia Karolina Lima-Duarte e Luiz Fernando Gomes mostram-nos a importância de nos questionamentos sobre o que a rede nos oferece a partir de seus mecanismos de busca, bem como sobre a permanência de velhos estereótipos nos modos de representação das culturas de língua espanhola. Ao discutir a noção de representação social, os autores colocam em questão a influência exercida pelas imagens circulantes no Google sobre o imaginário dos sujeitos com relação a determinados grupos culturais latino-americanos.

Trilhando diferentes trajetórias sobre o imaginário, que vão do discurso ao ensino, passando pela literatura, a presente coletânea oferece ao/a leitor/a múltiplos olhares sobre essa noção. Tomada como central em alguns artigos, tangenciada em outros, a leitura do conjunto de textos aqui reunidos permite vislumbrar não só a importância da noção do imaginário no campo das práticas de linguagem, mas também o modo como essa noção toca as discussões sobre o sujeito e suas diferentes formas de representação.

EVANDRA GRIGOLETTO
FABIELE STOCKMANS DE NARDI
HELSON FLÁVIO DA SILVA SOBRINHO
ORGANIZADORES

DISCURSO, HISTÓRIA E PSICANÁLISE

Belmira Magalhães

MATERIALISMO HISTÓRICO E
PSICANÁLISE: HÁ POSSIBILIDADE
DE DIÁLOGO ENTRE ESSES DOIS
LUGARES TEÓRICOS?



MATERIALISMO HISTÓRICO E PSICANÁLISE: HÁ POSSIBILIDADE DE DIÁLOGO ENTRE ESSES DOIS LUGARES TEÓRICOS?

O problema a ser enfrentado e o posicionamento da autoria

Pêcheux (2009), nos anexos de *Semântica e discurso*, já alertava para a dificuldade e a necessidade de se relacionar ideologia e inconsciente para a teoria e a prática da análise do discurso:

Se tal bate-boca afeta hoje o triplo campo da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise, é fundamentalmente porque alguma coisa *não ia bem* (logo e, simultaneamente, ia, sem dúvida, bem demais) nessa Tríplice Aliança, que pretendia “articular” entre si essas três disciplinas e controlar o trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem: *não há fumaça sem fogo*. (PÊCHEUX, 2009, p. 269).

Qual a dificuldade que teria de ser ultrapassada ou, então, deveria ser abandonada uma das teorias que ele tentava estabelecer como fundamentais para as análises dos discursos de sua perspectiva? Como utilizar concomitantemente o materialismo histórico e a Psicanálise, teorias que não se relacionavam e muitas vezes se repeliam? Como perceber o sujeito do discurso como um lugar social e linguístico e, ao mesmo tempo, utilizar uma teoria que se referia a uma prática que tinha o sujeito individual e sua história de vida como objeto?

Para Pêcheux (2009, p. 270),

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido *pe/o fogo* de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da Tríplice Aliança como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – *contra* o fogo incinerador que só produz fumaça.

Tomamos a primeira posição quando colocamos como epígrafe que “tudo que é humano é histórico”, criada a partir do pensamento de Marx em toda a sua obra. Nada que é humano pode deixar de ser histórico e social: inconsciente, ideologia e linguagem – pois o

¹ Docente e pesquisadora na Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

sujeito é humano, histórico e social. A ideologia tem como função efetivar, na práxis, as ideias necessárias ao desenvolvimento social (determinadas pelas relações de produção), definindo o imaginário social, já que cada sujeito estruturará sua imagem a partir dessas alternativas que a sociabilidade engendrou.

Pêcheux (1997, p. 162) sintetizará essa problemática da relação entre sujeito individual, forma sujeito e discurso, da seguinte forma:

Somos, assim, levados a examinar as propriedades discursivas da forma-sujeito, do “Ego-imaginário”, como “sujeito do discurso”. Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo como sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação” que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito).

Do ponto de vista do sujeito discursivo, estamos de acordo com Pêcheux (1997) quando afirma que a identificação discursiva se dá pelas filiações sócio-históricas (formação ideológica e formação discursiva), admitindo uma agitação no interior destas. A práxis torna possível sempre, de forma consciente e inconsciente, o deslocamento do sujeito. Haverá sempre a possibilidade do desvio e do equívoco (ideologia/inconsciente) na materialidade discursiva.

O discurso não é, pois, uma construção independente das relações sociais; ao contrário, o fazer discursivo é uma práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitaram sua objetivação e de como cada indivíduo processa, mediante o psiquismo, essas determinações e se filia às formações ideológicas e discursivas. Do ponto de vista discursivo, teremos a relação entre a forma-sujeito de uma dada formação ideológica e as diferentes filiações a formações discursivas e, no interior destas, as diferentes posições discursivas expressas através das práxis languageiras.

Em sociedades de classes, os discursos dominantes operam com uma predominância do movimento conservador da realidade, mas também, contraditoriamente, possibilitam formas de deslocamento que podem levar adiante uma crítica radical das ideologias dominantes, pois, como diz Pêcheux (1997), seguindo Marx (2002), a luta de classes funciona como motor das práxis, até mesmo as discursivas. O caráter social da

linguagem, como parte imprescindível do complexo do trabalho, tem como função estabelecer diferentes laços entre subjetividades, sempre a partir da determinação das relações de produção, mas também com base em diferentes mediações produzidas em cada sociabilidade. Nesse sentido, não há possibilidade de se pensar a subjetividade humana sem a ela associarmos a noção de consciente e inconsciente, e destas sem a noção de linguagem.

Essas formas farão parte dos processos de identificação de cada sujeito que elabora um discurso, fazendo-o filiar-se a determinadas formações discursivas a partir de uma posição de classe que delimita a formação ideológica que domina o discurso. É nesse sentido que Pêcheux afirma que o funcionamento da ideologia burguesa, da exaltação à autonomia, aprisiona todos os aspectos da subjetividade, inclusive o discursivo, tentando apagar o processo de subordinação-assujeitamento, fazendo com que os sujeitos do discurso se julguem fonte de seus discursos e afirmem a transparência da linguagem.

Realiza-se precisamente no sujeito sob a *forma da autonomia*. Não estamos, pois, fazendo apelo a nenhuma forma de transcendência (um Outro ou Sujeitos reais); [...] compreende-se, pois, que o idealismo não é, de início, uma posição epistemológica, mas, sobretudo, o funcionamento espontâneo da forma-sujeito, por meio do qual se dá como essência real aquilo que constitui seu efeito representado por um sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 163).

Como foi salientado, toda essa engrenagem ideológico-inconsciente, ao ser compreendida, leva o analista do discurso a perceber a necessidade de um método investigativo que a enfrente, dando conta da forma-sujeito que está dominando o discurso e de como essas relações se deram naquela materialidade discursiva específica.

Permite, ainda, dizer que, na verdade, a tomada de posição não é de modo algum concebível como um “ato originário” do sujeito falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito da forma-sujeito, da determinação do interdiscurso com discurso-transverso, isto é, o efeito da “exterioridade” do real ideológico-discursivo, na medida em que ela “se volta sobre si mesma” para se atravessar. (PÊCHEUX, 1997, p. 171).

As relações entre determinação social, sujeito e discurso são enfatizadas por Pêcheux, que estabelece diversos conceitos na teoria do discurso que dão conta dessa imbricação: condições de produção, interdiscurso, discurso transverso, por exemplo.

Aspectos centrais do materialismo histórico

Nesse momento, traremos as bases do materialismo histórico dialético que fundamentam as premissas da análise do discurso pecheutiana.

A primeira afirmação de Marx sobre a ontologia do ser social é a afirmação de que o trabalho estabelece um salto entre a vida animal e a humana. O ser social se destaca da lógica da natureza, quando, para agir, estabelece uma pré-ideação com fim objetivo, isto é, realiza uma teleologia que terá necessariamente de avaliar as circunstâncias de suas práxis.

O trabalho como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é uma necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 2002, p.22).

Evidentemente, nos primórdios, esse pensar por objetivos é muito precário, mas já está presente. Todas as ações desse novo ser serão orientadas pela forma como o trabalho é realizado, englobando todas as relações entre a comunidade.

É obviamente indiscutível que, tendo a linguagem e o pensamento conceitual surgido para as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e inalienável ação recíproca e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime estas interações, mas, ao contrário, as reforça e as intensifica. Disto se segue necessariamente que no interior desse complexo o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e o pensamento conceitual e vice-versa. (LUKÁCS, 1997, p. 34).

As redes de determinações do todo complexo das práticas que constituem a prática social, quando relacionada a uma sociedade determinada, tem de admitir como fator dominante seu modo de produção, quer dizer, a organização complexa das forças de produção (instrumentos de produção e forças produtivas) e das relações de produção (formas de relações sociais entre os produtores) (PÊCHEUX, 1997, p. 25).

Para o marxismo, o mover da história só é possível se realizado a partir das subjetividades:

O ponto de partida de Marx são homens dotados de consciência. Não há atividade humana sem consciência, sem subjetividade. Não há ato humano sem consciência. [...] o homem não é meramente um ser racional ou um ser dotado de alma ou um ser a quem se atribui algum princípio, mas o homem é atividade. (CHASIN, 1999, p. 108/110).

Sem a interferência da subjetividade, é impossível qualquer escolha entre as alternativas existentes na objetividade, que funcionaria apenas com sua lógica interna ou ao sabor do acaso. Na verdade, é o surgimento da subjetividade que instaura o ser social; e a história do gênero humano é a história da intervenção da subjetividade na objetividade. É nessa relação que se consubstancia a força do sujeito. O limite da subjetividade é dado pela objetividade, que não permite nenhum tipo de intervenção, mas apenas aquelas que condizem com sua legalidade. Nesse sentido é que uma subjetividade precisa do conhecimento mais apurado possível, da lógica do objeto a sofrer sua interferência, para que as práticas possuam possibilidade de eficácia (MAGALHÃES, 2001, p. 34-35).

Os filósofos marxianos assim complementam essa discussão:

não é suficiente afirmar que o mundo dos homens é uma síntese de ideia e matéria. Pois isso pode levar ao equívoco de cancelar a prioridade da matéria sobre a ideia, em dois momentos fundamentais. O primeiro fato é que a matéria é anterior à ideia; que a natureza existia antes de os homens surgirem; que a ideia é um desenvolvimento tardio da matéria. O segundo é que, em se tratando da reprodução dos homens, as determinações materiais (que são fundadas prioritariamente pelo desenvolvimento das forças produtivas) constituem o momento predominante das ideias. (LESSA; TONER, 2008, p. 44).

Pêcheux formula essa mesma proposição, utilizando os conceitos da teoria do discurso da seguinte forma:

Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo como sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

As bases sociais do sujeito e do discurso estão atreladas às relações histórico-sociais que determinam o lugar do sujeito e, em consequência de seu discurso, nos lugares discursivos possíveis – as formações discursivas.

Aspectos importantes da Psicanálise

Paralelamente ao que discutimos até aqui, precisamos salientar que a descoberta do inconsciente feita por Freud abalou todo o referencial filosófico que funcionava a partir do Iluminismo e que tem em Kant a fundamentação necessária para fazer do ser humano um indivíduo dotado de uma razão capaz de dominar a si próprio e ao mundo. Até aquele momento, os estudos sobre a mente humana centravam suas descobertas nas capacidades cerebrais, que permitiam ao indivíduo humano pensar por objetivo e realizar uma prática consciente sobre a realidade – embora essa consciência não conseguisse abarcar toda a realidade.

Freud questiona exatamente essa estrutura psíquica, problematizando a capacidade que a consciência tem de controlar as práticas humanas e acrescentando o inconsciente, que passa então a compor o complexo psíquico do ser humano.

A divisão do psiquismo em o que é consciente e o que é inconsciente constitui a premissa fundamental da psicanálise. [...] A psicanálise não pode situar a essência do psiquismo na consciência, mas é obrigada a encarar esta como uma qualidade do psiquismo, que pode achar-se presente em acréscimos a outras qualidades, ou estar ausente. (FREUD, 1976, volume XIX, p. 25).

Uma importante área dos estudos sobre o inconsciente freudiano diz respeito à memória, que pode ser inconsciente ou consciente. É dessa forma que a noção de tempo se torna fundamental para o entendimento da afirmação de Freud de que o inconsciente é intemporal, isto é, não segue a lógica da memória consciente, que necessariamente está ligada às noções de tempo e espaço. Aprendemos que os processos mentais inconscientes são em si mesmos intemporais. “Isso significa, em primeiro lugar, que não são ordenados temporalmente, que o tempo de modo algum os altera e que a idéia de tempo não lhes pode ser aplicada” (FREUD, 1976, Volume XIX, p. 42/43).

Precisamos enfatizar, neste momento, para dirimir possíveis interpretações sobre a não historicidade do inconsciente, que essa intemporalidade se refere ao indivíduo humano, único que possui inconsciente. O que Freud está afirmando é que, tendo como base uma historicidade individual, o inconsciente irrompe sem obedecer a uma lógica temporal em relação à história daquele ser individual, pois “no inconsciente as catexias podem com facilidade ser completamente transformadas, deslocadas e condensadas” (FREUD, 1976, Volume XIX, p. 51).

Nesse sentido, embora não se possa prescindir da relação entre a representação-palavra e algo que é exterior, o que importa para o entendimento do sentido são as relações entre representações. No entanto, Lacan (1998) percebe em seus estudos que, para Freud, a linguagem possui uma importância fundamental quando se pretende entender o sentido humano, pois todo sentido de qualquer coisa do mundo exterior só se realiza pela palavra. Assim, se constituirá a criação de um mundo simbólico.

É sobre essa base que Lacan vai fazer uma leitura de Freud e enfatizar o que já se acha neste autor: uma relação entre a linguagem e o psiquismo do ser humano. A compreensão básica é a de que a linguagem antecede o sujeito, de forma que já existe antes de ele nascer, e que ele será dito antes que possa compreendê-la. “Também o sujeito, se pode parecer servo da linguagem, ou é ainda mais um discurso em cujo movimento universal seu lugar já está inscrito em seu nascimento, nem que seja sob a forma de seu nome próprio” (LACAN, 1998, p. 498).

Seguindo os estudos da Psicanálise relacionados aos conceitos da linguística, Lacan fará uma inversão na relação entre significante e significado desenvolvida por Saussure (*Curso de linguística geral*) e ressaltará o papel do significante, com a compreensão de que um significante tem a ver com outro significante e que os sentidos vão ficar à deriva da cadeia dos significantes.

Ora, o que o desenvolvimento lacaniano nos ensina sobre esse ponto é que a divisão se dá no elemento significante que não é, como tal, nem “representação de palavra” nem “representação de coisa”: diferente do signo que “representa alguma coisa para alguém” - e do qual também podemos nos fazer uma representação -, “o significante representa o sujeito para um outro significante” (LACAN, 1998, p.239).

O conceito próprio do lugar do significado é o conceito que se cria a partir da relação entre significantes, isto é, a partir da cadeia significante os significados tomam sentidos diferentes.

Fracassaremos em sustentar essa questão enquanto não nos tivermos livrado da ilusão de que o significante atende à função de representar o significado, ou melhor dizendo: de que o significante tem de responder por sua existência a título de uma significação qualquer. (LACAN, 1998, p. 501).

Do ponto de vista que estamos adotando, o que importa é a relação com a determinância do significante, este subsumido às relações histórico-sociais. Como forma de

explicitação, tomaremos cada uma das totalidades S¹/ S²/; S³/... como sendo cada momento de uma totalidade dentro da totalidade maior da determinação histórico-social que irrompe e possibilita ao sujeito da enunciação criar sentidos diversos.

Assim é que o discurso desliza através da metonímia e das metáforas. A metonímia faz deslocar o sentido quando separa uma parte da cadeia significante, enfatizando seu sentido; ao irromper, o processo metonímico faz com que sentidos outros sejam possíveis. Esses dois conceitos recebem modernamente na linguística o que Freud referia como mecanismos de deslocamento e condensação. O processo metafórico faz com que a repetição apareça sempre como se tivesse outro sentido. O sujeito do discurso repete o mesmo sentido, filiando-se à mesma formação discursiva, como se realizasse algo de um lugar diferente.

Esses mecanismos possibilitam fugir do controle do consciente e romper a cadeia significante, produzindo outro sentido e viabilizando que o real do inconsciente se torne material:

a centelha criadora da metáfora não brota da presentificação de duas imagens, isto é, de dois significantes igualmente atualizados. Ela brota de dois significantes, os quais um substitui o outro, assumindo seu lugar na cadeia significante, enquanto o significante oculto permanece presente em sua conexão (metonímia) com o resto da cadeia. (LACAN, 1998, p. 510).

Essas conclusões só ocorrem quando se tem a compreensão de que a materialidade tanto do consciente como do inconsciente só é possível pela linguagem; por esse motivo, Lacan (1998) afirma que “o inconsciente é estruturado como uma linguagem”, só podendo ser entendido como *post festum*:

Pois o significante por sua natureza sempre se antecipa ao sentido, desdobrando como que diante dele sua dimensão. É o que se vê, no nível da frase, quando ela é interrompida antes do termo significativo; eu nunca..., a verdade é que..., talvez também... Nem por isso ela deixa de fazer sentido, e um sentido ainda mais opressivo na medida em que se basta ao se fazer esperar. (LACAN, 1998, p. 505).

Como vimos, o sentido necessita primeiro romper a estrutura da cadeia significante para, quem sabe, ser captado em seu sentido de verdade. É importante frisar que nem se sabe se será captado e se se entenderá este sentido que clama por significar. Do ponto de

vista do analista do discurso, essa é a oportunidade para desvelar os silenciamentos de todo discurso:

O que essa estrutura da cadeia significante revela é a possibilidade que eu tenho, justamente na medida em que sua língua me é comum com outros sujeitos, isto é, em que essa língua existe, de me servir dela para expressar “algo completamente diferente” do que ela diz. Função mais digna a ser enfatizada na fala que a de disfarçar o pensamento (quase sempre indefinível) do sujeito: a saber. A de indicar o lugar desse sujeito na busca da verdade. (LACAN, 1992, p. 508).

Assim se fazem os equívocos, os lapsos, os chistes, que permitem aos analistas buscar os efeitos de sentido dos discursos analisados, ao tempo que tornam possível a busca da totalidade daquele discurso que, partindo de sua materialidade fenomênica para Lukács e como diriam Freud e Lacan – da escrita ao pé da letra –, chegam à verdade do sujeito individual e, do ponto de vista do sujeito social, à forma-sujeito.

Conclusão?

Essas duas concepções nos ensinaram que a relação entre os campos teóricos precisam ser enfrentadas, pois as contribuições de ambas são importantes para a análise do discurso.

Como já discuti em outros trabalhos, para Pêcheux, as bases de sustentação da AD, criada por ele, estão no materialismo histórico-dialético, o que não significa que apenas os conceitos da teoria marxiana sejam necessários para uma análise discursiva. Discutimos neste texto a necessidade de se partir das forças produtivas e das relações de produção que estão implícitas em todas as chamadas épocas da Teoria do Discurso.

As relações sociais que determinam (condições de produção) os discursos, a posição dos sujeitos enquanto lugar ideológico (formações ideológicas) e o lugar discursivo (formações discursivas e interdiscursos) que permitem chegar à forma-sujeito são o princípio e o fim das análises discursivas pecheutianas.

No entanto, precisamos de mediações para chegar a essas conclusões. Nesse sentido, a Psicanálise fortalece as análises ao mostrar a importância do Outro na constituição do sujeito, ao relativizar o poder da consciência como capaz de produzir sempre o novo e, para mim, o mais importante: para que possamos ir em busca do significante que faz surgir e produzir efeitos nos discursos.

Como vimos, o sentido necessita primeiro romper a estrutura da cadeia significante para, quem sabe, ser captado. Do ponto de vista do analista do discurso, essa é a oportunidade de desvelar os silenciamentos de todo discurso.

Assim se fazem os equívocos, os lapsos, os chistes, que permitem aos analistas buscar os efeitos de sentido dos discursos analisados, ao tempo que tornam possível a busca da totalidade daquele discurso que, partindo de sua materialidade fenomênica, pode chegar ao sujeito individual e, do ponto de vista do sujeito social, à forma-sujeito.

A interconexão desses dois conceitos (ideologia e inconsciente) ilumina a compreensão do sujeito e de suas formas de atuação no mundo.

Nesse momento que atravessamos mundialmente, a desvalorização do gênero humano como um todo diversificado, que, cada vez mais, é perpassada por noções individualistas, homofóbicas, xenófobas, fundamentalistas - para citar apenas algumas formas de separar a humanidade, que pode estar ligada pelo mercado e por formas ideológicas que interessam ao sistema capitalista - aprofunda a alienação do sujeito.

Finalmente, como já enfatizamos, hoje não é mais possível falar de subjetividade sem levar em consideração as determinações histórica-sociais e os condicionantes inconscientes que fazem com que a práxis humana não seja completamente controlada pela razão (consciente).

Referências

CHASIN, J. *Crítica ao Liberalismo*. Maceió, 1999, mimeo.

FREUD, S. *Obras escolhidas*. Edição *standard* brasileira das obras psicológicas completas. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LACAN, J. *O SEMINÁRIO: o eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1992.

_____. *Escritos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

LUKÁCS, Georg. *O trabalho*. Tradução de Ivo Tonet. Maceió: 1997, mimeo.

MAGALHÃES, B. *Os desejos de sinhá Vitória*. Curitiba, HDLivros, 2001.

MARX, K. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fonte. 2002.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3ª Ed., Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª Ed., Campinas, Editora da Unicamp, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. Ed, São Paulo; Cultrix, 2006.

LESSA, S.; TONET, I. *Introdução à filosofia de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Lauro Baldini

LUTO, DISCURSO, HISTÓRIA



LUTO, DISCURSO, HISTÓRIA

*O objeto é, por sua natureza, um objeto reencontrado.
Que ele tenha sido perdido é a consequência disso
- mas só-depois. E, portanto, ele é reencontrado,
sendo que a única maneira de saber que foi perdido
é por meio desses reencontros, desses reachados.
Lacan, A ética da Psicanálise, pg. 145*

Neste trabalho, começo por uma exclusão. Decido não falar exatamente da relação entre Análise de Discurso e Psicanálise a partir das confluências e disjunções epistemológicas ou de um traçado das elaborações de Michel Pêcheux a respeito dessa relação. A esse respeito, creio já haver obras bastante instrutivas e rigorosas e remeto o leitor a elas². Não irei atacar diretamente, portanto, a questão das intersecções entre Análise de Discurso e Psicanálise, mas espero que o texto possa indicar alguns pontos em que a relação entre esses dois campos pode ser produtiva e, de certo modo, de afetação recíproca.

Decidi falar de luto. O tema me atingiu de vários modos: pela nossa história, pela minha história, pela história da Análise de Discurso. Além disso, parece-me importante, tanto do ponto de vista da Psicanálise quanto da Análise de Discurso, discutir as implicações, consequências, modos e possibilidades da *subjetivação de uma perda*. Para isso, meu apoio fundamental será o livro de Jean Allouch, *A erótica do luto no tempo da morte seca*. Logo de início, dois termos chamam nossa atenção: erótica e morte seca. No entanto, não é disso mesmo que se trata, ou seja, de um lado, reestabelecer ou reestruturar nosso desejo diante de uma perda inassimilável (portanto, de reconstituir relações eróticas), e, de outro, de considerar que nossas relações com a morte tem uma historicidade? Assim, talvez não seja inconveniente, como Allouch irá sustentar, falar em morte seca (voltarei a isso). De fato, a história está em todos os fios da tessitura da escrita de Allouch: como ele mesmo diz, “após

¹ IEL – UNICAMP.

² Por exemplo, e sem ser exaustivo (a partir dessas referências, o leitor encontrará muitas outras): Leite (1994 e 2009), Ferreira (2003 e 2009), Orlandi (2005, 2006), Plon (2005), Carvalho (2008), Mariani (2010), Dunker (2014), Gasparini (2011, 2014). Eu mesmo falei alguma coisa sobre isso: Baldini (2012, 2013 e 2014) e Baldini & Zoppi-Fontana (2015). Destaquem-se, também, a I e a II Jornada Internacional de Análise de Discurso e Psicanálise, realizadas no LABEURB/UNICAMP em 2013 e 2014, o livro de Mariani, Romão & Medeiros (2012) e Mariani (2006).

ter perdido, bem menino, um pai, perdi, pai, uma filha”³. E, contrariamente ao período histórico de Freud, não é mais a morte do pai o caso paradigmático, mas a morte do filho.

Veja-se como estamos diante de uma escrita que busca sustentar, ela mesma, não só uma versão do luto, mas o luto mesmo, em cena, em ato. Allouch parece contar com o leitor para finalizar uma passagem que não é sem o testemunho do Outro.

Nessa escrita, nesse ato, Allouch começa por Freud, como se deve. Mas para criticar em Freud uma certa “versão romântica do luto” que deixa de lado questões essenciais demais e que concebe o luto num registro psicológico e dual. Poder-se-ia dizer, talvez, que Freud concebe o luto de maneira pouco freudiana, uma operação individual e intrapsíquica que desconsidera elementos essenciais para a compreensão do fenômeno do luto. Para Allouch, o que fica de lado em Freud são relações que deveríamos levar em conta:

Freud não se pergunta o que aconteceu com o morto (notadamente: se há ou não, num momento dado do luto, mudança de seu estatudo) [...] Freud não fala das aparições [...] Freud não coloca o problema do segundo funeral [...] Freud nada diz do tempo do luto [...] Freud pensa o luto sem a necrofilia [...] Freud trata separadamente o problema do luto e o da transmissão [...] Freud deixa de lado a função do público no luto [...] Freud não estuda o que o luto implica de perseguição [...] Freud não imagina o luto no horizonte de uma perda seca [...] Freud não aborda verdadeiramente o luto enquanto experiência erótica.⁴

E, talvez o ponto que nos sentimos mais tocados, Freud irá falar em *Luto e Melancolia* de substituição de objeto: ora, como salienta Allouch, o luto não é precisamente o caso de ter de lidar com um objeto enquanto insubstituível? Outro ponto em que Allouch procura rever a doutrina freudiana é o conceito de “trabalho do luto”, conceito que lhe parece incompatível com os desenvolvimentos posteriores do campo freudiano, embora permaneça incontestado mesmo em Lacan, autor no qual Allouch localiza uma versão do luto diferente da de Freud. E, finalmente, a ideia de que a realidade nos daria provas de que estamos diante de um objeto que perdemos parece insustentável se nos remetemos aos próprios textos de Freud sobre o conceito de realidade psíquica. Não se trata, desse modo, nem de trabalho, nem de substituição de objeto, nem de reconhecer, finalmente, a inexistência do objeto perdido.

³ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 24.

⁴ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 48.

“O meu coração está no caixão, ali, com César”, diz Antônio, no ato III, cena II, de Shakespeare. Allouch diz que duas leituras são possíveis dessa formulação: sofro por meu coração estar onde não deveria, pois me foi arrancado; ou: meu coração ali está, e ali vou abandoná-lo, pois é mesmo seu lugar. É essa segunda leitura que interessa, na medida em que ressalta o caráter de ato do luto, mais do que de um trabalho de reconhecimento. Espantosamente, e é Allouch quem nos aponta isso, esquece-se que o texto de Freud procura cercar a melancolia, e não o luto. Em pouco tempo, o texto se tornou uma versão “normativa” do luto (gerando efeitos clínicos catastróficos, como a consideração de “lutos patologicamente longos”, de “lutos inacabados”, etc.), de modo que não estaríamos errados em afirmar, com Allouch, que “a clínica na qual se baseia Freud para escrever ‘Luto e melancolia’ não é a que ele mesmo trilhou ao inventar seu método”⁵, culminando numa versão médica do luto, incompatível com as próprias descobertas freudianas. Há, portanto, e ainda cito Allouch, “discordância entre o pensamento do objeto implicado em ‘Luto e melancolia’ e aquele que Freud sustentará por outro lado, aquele que sublinhará Lacan, a de um objeto fundamentalmente, essencialmente, perdido”⁶.

E que versão do luto irá Allouch contrapor a essa versão freudiana, que ele considera “psi” demais, médica demais? Apoiando-se tanto no modo como Freud irá instituir o domínio do objeto em sua teoria e prática clínica quanto na versão que Allouch diz haver em Lacan de um luto distinto (e que estaria no modo como Lacan interpreta a tragédia de Hamlet), ele irá propor que o luto põe o enlutado diante de um muro:

Do ponto de vista a realidade, o morto, longe de ter esse estatuto de um inexistente cuja inexistência mesma seria adquirida até permitir basear-se nela para lá fundar decisivamente seu luto, o morto é, como, aliás, é nomeado, um desaparecido. [...] Ora, um desaparecido, por definição, é algo que pode reaparecer, reaparecer em qualquer lugar, a qualquer hora, na próxima esquina. Somos, assim, levados a conceber que não haveria precisamente prova da realidade para o enlutado. [...] A verdadeira prova da realidade, o que a torna assim tão assustadora e tão rica de experiência, é quando percebemos que ela não permite nenhuma prova. O luto põe o enlutado ao pé do muro desse estatuto da realidade.⁷

⁵ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 67.

⁶ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 69.

⁷ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 72.

Ou seja, no luto, a própria realidade é posta à prova e deixa de servir de anteparo ao real⁸. Assim, se não se trata de respeitar a realidade que nos indica que o objeto amado desapareceu, não convém mais falarmos em trabalho do luto. De fato, ele se nos aparece como algo mais da ordem de um ato, de um “tomar ciência”, subjetivar uma perda, aceitar e inscrever uma falta que nada tem a ver com a falta de um objeto na realidade.

No entanto, esse “tomar ciência” é integralmente dependente do modo como historicamente a morte é vivida, ritualizada e socializada numa certa formação social, elementos que estão ausentes da consideração freudiana e que Allouch se esforça por reintroduzir. Nessa direção, Allouch irá propor que há alguns complicadores na forma de existência histórica do luto em nossas sociedades: por exemplo, a morte deixa de ser um fato social para ser vivida no interior da família ou mesmo como tarefa individual do enlutado; não há mais sujeito que morre: ninguém mais diz “Adeus”, não há a preparação pública e coletiva do morto para a morte, o que está justamente de acordo com a desvinculação da morte do fato social; não há mais luto, a não ser de forma indecente, ou como doença, e tratamos logo de reenviar o enlutado ao trabalho ou, se for o caso, ao “psi” que o ajudará a dar cabo desse luto patológico.

E como Lacan, então, pensa o luto? Em primeiro lugar, é preciso considerar que não há nenhum escrito seu sobre essa questão especialmente. Temos que localizá-la, como faz Allouch, de través, lateralmente, por vias nem sempre evidentes. De qualquer modo, o que nos interessa aqui é o recurso lacaniano a Shakespeare e o recurso que Allouch faz a Kenzaburo Oê, um escritor japonês. Em ambos os casos, se trata de pensar a tragédia do desejo e, mais especialmente, do acesso a uma posição desejante a partir de um enlutamento.

Outro ponto a salientar, tanto em Allouch quanto em Lacan, é a relação com a arte. Na verdade, o encontro da Psicanálise com a arte é produtora de conceitos, isto é, produz saber e ao mesmo tempo é pensada como portadora de um saber. Portanto, não se trata de psicanalisar a obra de arte (coisa que Freud já havia nos alertado a deixar de lado), nem de utilizá-la como exemplo ou ilustração. Tanto em Shakespeare quanto em Kenzaburo a arte ensina, propõe, permite figurar novas formas de vida e, assim, produz experiências de subjetivação. Não seria talvez demasiado dizer que diante de tais obras, Allouch e Lacan não estão do lado do analista, mas daquele que se deixa analisar...

⁸ A esse respeito, cf. Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 74-80.

No entanto, como se poderia produzir essa posição desejante? Não tenho aqui o tempo para apresentar as minúcias do modo rigoroso e cuidadoso que Lacan e Allouch tomam como via em sua interpretação do Hamlet de Shakespeare e do conto de Kenzaburo Oê. O que me interessa indicar é que temos aí uma outra versão das relações do sujeito com o objeto, que é freudiana, mas não a de Freud do *Luto e melancolia*.

Em primeiro lugar, convém destacar que Lacan postulou que sua única invenção na Psicanálise havia sido o *objeto a*. Esse objeto, irrepresentável, não especularizável, impossível. E é nessa impossibilidade que reside sua função de causação do desejo. Como diz Allouch, “*a impossibilidade do objeto é constitutiva do objeto como tal, do objeto libidinal. O objeto do desejo se mantém no lugar dessa impossibilidade, ele mora nessa impossibilidade*”⁹. E como relacionar isso ao luto? Lacan, ao retomar a cena em que Hamlet se joga na cova de Ofélia, proclamando seu amor a ela, diz o seguinte:

O que é esta incorporação do objeto perdido? Em que consiste o trabalho do luto? [...] Atenhamo-nos aos primeiros aspectos, os mais evidentes, da experiência do luto. O sujeito submerge-se na vertigem da dor e encontra-se numa determinada relação, aqui de alguma maneira ilustrada do modo o mais manifesto por aquilo que vimos se passar na cena do cemitério - o salto de Laertes no túmulo e o fato que ele abraça, fora de si, o objeto cujo desaparecimento é a causa desta dor - que de fato no tempo, no ponto deste abraço, da maneira a mais manifesta, uma espécie de existência tanto mais absoluta, que não corresponde a mais nada¹⁰

Assim, o objeto do desejo adquire sua máxima consistência e existência justamente na medida em que não corresponde a mais nada de localizável. Assim, o objeto do desejo “é *um existente absoluto sem correspondência*”¹¹. Esse objeto produz, dessa maneira, um “furo no real”, que nada poderá preencher (embora, às vezes, o próprio enlutado possa aí se jogar para buscar tamponar essa falta). Esse “furo no real”, para Lacan, é uma operação inversa à da forclusão. Se na forclusão aquilo que é recusado no simbólico reaparece no real, aqui se trata de convocar o simbólico para dar conta de uma desapareção no real. Operações de linguagem, torções no discurso, portanto. Operações que colocam em

⁹ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 273.

¹⁰ Uso aqui a tradução para o português da Associação Psicanalítica de Porto Alegre para o Seminário 6 de Lacan. No livro de Allouch, porém, em vez de “que não corresponde a mais nada”, aparece a tradução “não corresponde a mais nada que seja”.

¹¹ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 275.

questão todas as relações constitutivas do sujeito com o objeto, exigindo uma mudança brutal nessas relações.

Com Lacan, pensando para além do luto presente em *Luto e melancolia* de Freud, Allouch irá fazer algumas colocações essenciais para recolocar o problema do luto em sua relação com o sujeito, em outro nível que não o de uma operação individual e interior: por exemplo, pode-se dizer que o enlutado está habitado pelo ser que perdeu, e não se trata de substituição de objeto, mas de mudar a relação que o enlutado tem com o morto e que se cumpre num sacrifício. Mas em que sentido podemos falar de sacrifício?

Em primeiro lugar, Lacan irá apontar que o luto, nessa produção de um furo no real, convoca a “totalidade do significante” no jogo dos ritos (mas não temos mais ritos). Sigamos sua compreensão:

O trabalho do luto apresenta-se primeiramente como uma satisfação dada aquilo que se produz de desordem em razão da insuficiência de todos os elementos significantes a fazer face ao rombo criado na existência, pela colocação em jogo total de todo o sistema significante ao redor do menor luto¹²

É todo o sistema significante que é colocado em questão no luto e que é convocado. Ou seja, um apelo ao imaginário e ao simbólico para dar conta de uma abertura traumática no real. Mas é um significante específico que é convocado, o significante fálico, mas aqui não pretendo apresentar essa questão em sua profundidade clínica e teórica. Enfim, a questão poder ser resumida em um sujeito reconhecer como falo, isto é, o que lhe faltava, o que lhe completa, e ao mesmo tempo reconhecer que isso é feito para perder. O que me interessa é ressaltar que, para Allouch relendo Lacan, no luto não se trata de “trabalho”, mas de sacrifício, e que é preciso aceitar perder algo, junto com o morto para poder aceder a uma posição desejante. E o que se perde é um pedaço de “si”, com toda a ambiguidade desse pronome: “*de ti e de mim, mas na medida em que tu e eu permanecem, em si, não distintos*”¹³. E então voltamos à frase inicial deste texto: “*O meu coração está no caixão, ali, com César*”, o que nos orienta a pensar que não é toda e qualquer experiência de morte que conduz ao luto, mas apenas aquelas em que um “pedaço de si” cai junto com o morto e exige do enlutado um ato de deixar essa parte ir, com o morto, ou seja, sacrifício. A frase seguinte dessa peça de Shakespeare é: “*e eu devo interromper-me até que ele tenha voltado para mim*”.

¹² Lacan, *O desejo e sua interpretação*, pg. 357.

¹³ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 12.

É justamente isso o que está em questão: na medida em que não se aceita em consentir com essa perda, o sujeito queda interrompido, pausado, pois essa parte “de si” não voltará mais e é necessário sacrificá-la.

Mas vocês poderiam me perguntar: o que isso tem a ver com as relações entre Análise de Discurso e Psicanálise?

A meu ver, muita coisa: para Allouch, a questão do luto é a questão da constituição do desejo. Nesse sentido, passar para uma posição desejante implica um ato sacrificial que inaugura essa posição subjetiva. Em outras palavras, a constituição do sujeito está toda atravessada pelo tema do luto. O que significaria se perguntar, por exemplo, das relações do luto com o assujeitamento? Fazer isso não abriria uma via para se pensar numa mesma via a questão da constituição do sujeito, do sentido, do desejo, do discurso? Não seria importante para nós levar em conta como se constituem, se formulam e circulam discursos de e sobre o luto? Além disso, poderíamos pensar o luto como um acontecimento, um acontecimento que convoca o sujeito para um ato, um ato que proporciona uma abertura para que algo se encerre, “*pois um luto, como uma psicanálise, por essência, tem um fim*”¹⁴.

Referências

ALLOUCH, J. *Erótica do luto no tempo da morte seca*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

BALDINI, L. J. S. (2012) “Lalíngua inatingível”. In: MARIANI, B; ROMÃO, L. M. S; MEDEIROS, V.. (orgs.). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 63-76.

_____. (2013) “Sujeito e subjetividade: Psicanálise e análise de discurso”. In: PETRI, V., DIAS, C. (orgs.). *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013, v. 1, p. 191-202.

_____. (2014) “A Análise de Discurso e “uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)””. In: *Letras*, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 117-129, jan./jun. 2014.

BALDINI, L. J. S; ZOPPI-FONTANA, M. G. (2015) “A Análise de discurso no Brasil”. In: *Décalages*, Vol. 1, Iss. 4, Art. 22.

CARVALHO, F. Z. F. (2008) *O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan*. Belo Horizonte: UFMG. Tese de Doutorado inédita.

¹⁴ Allouch, *Erótica do luto no tempo da morte seca*, pg. 12.

DUNKER, C. I. L. (2014) “Lacan e a Análise do Discurso”. In: BALDINI, L. J. S., ABRAHÃO E SOUSA, L. M. (orgs.) *Discurso e sujeito: trama de significantes*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

FERREIRA, M. C. L. (2003) “O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil”. In: *Letras*, número 27. Santa Maria: UFSM, Julho / Dezembro de 2003.

_____. (2009) “Linguagem, Ideologia e Psicanálise”. In: *Estudos da língua(gem)*, n. 1, p. 77, nov. 2009.

FREUD, S. (1917) *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

GASPARINI, E. N. (2011). *Língua e lalangue na análise do discurso de Michel Pêcheux*. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Estadual de Campinas.

_____. (2014) “Um compromisso impossível? A ideologia na retificação de 78 de Michel Pêcheux”. In: BALDINI, L. J. S., ABRAHÃO E SOUSA, L. M. (orgs.) *Discurso e sujeito: trama de significantes*. São Carlos: EduFSCar, 2014.

LACAN, J. (1958-59) *Seminário 6, O desejo e sua interpretação*. Publicação não comercial, Circulação interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

LEITE, N. (1994) *Psicanálise a Análise do Discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

_____. (2009) *Só há causa daquilo que falha*. In: *Estudos da língua(gem)*, n. 1, p. 77, nov. 2009.

MARIANI, B. (org.) (2006) *A Escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e Psicanálise*. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

_____. “Textos e conceitos fundadores em Michel Pêcheux: uma retomada em Althusser e Lacan”. In: *Alfa*, v. 54, n.1, p.113-127, 2010.

MARIANI, B; ROMÃO, L. M. S; MEDEIROS, V. (orgs.). *Dois campos em (des)enlaces: discursos em Pêcheux e Lacan*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012, p. 63-76.

ORLANDI, E. P. (2005) “A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil”. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M. C. L. (orgs.) *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz.

ORLANDI, E. P. (2006) “À flor da pele: indivíduo e sociedade”. In: MARIANI, B. (org.) *A escrita e os escritos. Reflexões em análise do discurso e Psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 21 – 30.

PINHO, M. X. (2015) *O rito (fúnebre) individual do neurótico em tempos de dessocialização da morte e do luto: uma leitura psicanalítica das tatuagens in memoriam*. Tese de Doutorado em Psicologia Social, PUC-SP, 2015.

PLON, M. (2005) “Análise do discurso (de Michel Pêcheux) vs análise do inconsciente”. In: INDURSKY, F., FERREIRA, M. C. L. (orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 33-50.

IMAGINÁRIO E DISCURSO

Evandra Grigoletto
Helson Flávio da Silva Sobrinho

O IMAGINÁRIO SOBRE O GOLPE
DE 2016: SILENCIAMENTOS E
CONTRADIÇÕES



0 IMAGINÁRIO SOBRE O GOLPE DE 2016: SILENCIAMENTOS E CONTRADIÇÕES³

Palavras iniciais

Tomando como pressuposto teórico-metodológico a Análise do Discurso Pecheuxiana, nossa proposta, neste trabalho, é analisar, a partir de distintas materialidades que circularam nas redes sociais sobre o golpe de 2016, o imaginário que se produziu e vem se produzindo sobre esse acontecimento da cena política brasileira. Podemos pensar que há um Imaginário dominante sobre o golpe? Como ele se entrelaça com o funcionamento da ideologia e as contradições de classes? Partindo desses questionamentos, vamos olhar para discursos que se produziram sobre o golpe, mapeando um percurso que vai do slogan “Não vai ter golpe” à hashtag “#somostodosgolpistas”. Nossas análises se propõem a pensar o funcionamento da ideologia em sua relação com o imaginário, observando os silenciamentos e as contradições que se inscrevem nesses discursos. É pressuposto, na teoria do discurso, que “a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos às suas condições de existência” (ALTHUSSER, 1998), ou seja, a relação dos homens com suas condições reais de existência se constrói via imaginário. Assim, entendemos que deriva dessa compreensão o entrelaçamento entre ideologia e imaginário no funcionamento do discurso e na práxis dos sujeitos históricos. O imaginário, assim como a ideologia, portanto, produzem efeitos elementares: o sujeito livre e responsável por seus atos; o sentido e seu efeito de evidência. No entanto, a contradição, no movimento dialético do discurso, permite ouvir outros dizeres, compreender os sentidos conflitantes e o silenciamento de tantos outros discursos e sentidos. O Imaginário (dominante) sobre o golpe tem sua

¹ Doutora em Teorias do Texto e do Discurso pela UFRGS (2005). Docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

² Doutor em Linguística pela UFAL (2006). Docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAL.

³ Uma versão preliminar desse texto foi publicada nos Anais da Abralin de 2017: GRIGOLETTO, E.; DA SILVA SOBRINHO, H. F. O imaginário sobre o golpe de 2016: silenciamentos e contradições. In: MENDES, L. S.; SOUZA E SILVA, N. P. de; DELA DA SILVA, S. C. (Orgs.) *Anais do X Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: pesquisa linguística e compromisso político*. Niterói: UFF, 2017, p. 1362 – 1372. Disponível em: <http://www.anaisabralin.uff.br/index.php/revista/issue/view/3>.

concretude histórica e sua configuração de sentidos e sujeitos, não escapando às lutas sociais em jogo na atual conjuntura da lógica capitalista.

Sobre as condições de produção do golpe: reflexões iniciais e delimitação do corpus

Tratar do imaginário que se construiu e se sedimentou sobre o processo de afastamento da Presidente Dilma Rousseff, em agosto de 2016, impõe que mergulhemos na cena política brasileira a partir da sua eleição, em final de 2014. Impõe, igualmente, que pensemos todo esse processo a partir da luta de classes entre direita e esquerda, ricos e pobres, eleitores do PT e do PSDB, e tantas outras polarizações que poderíamos aqui elencar e que nos mostram a divisão, as contradições, os silenciamentos que atravessaram os discursos que se inscreveram na cena política no referido período. Para tanto, vamos retroceder no tempo e destacar os principais fatos que julgamos ser fundamentais para entender como se engendrou o percurso do golpe, dando destaque, sobretudo, a enunciados que circularam nas redes sociais de dezembro de 2015 a agosto de 2016, período em que se efetivou, de fato, o afastamento da Presidente Dilma Rousseff. Antes de irmos aos fatos, no entanto, importa ainda destacar dois aspectos: 1) estamos considerando esse processo um acontecimento histórico⁴ na cena política do Brasil; 2) alguns enunciados continuam circulando, mesmo após o término do processo propriamente dito, (re)atualizando sentidos e contribuindo para a cristalização de um imaginário sobre o golpe. Passemos aos fatos:

Outubro de 2014: Dilma Rousseff (PT) é reeleita para presidir o Brasil para um mandato de 4 anos, vencendo o candidato do PSDB, Aécio Neves. Imediatamente após a eleição, o candidato derrotado e o seu partido solicitam ao TSE “auditoria para verificar

⁴ Estamos tomando aqui o acontecimento histórico, conforme Dorneles (1999, p. 158), que, ao falar sobre a apropriação que a história faz dos acontecimentos, comenta que, “Por essa impossibilidade de ser dito no seu todo, o acontecimento histórico, o evento, em si mesmo, é real. A história não narra o real, mas a realidade é constituída pela/na trama da discursividade. A simbolização do fato vai constituir-lo como algo de aparente estabilidade lógica, desestabilizável pela mudança da posição sujeito interpretante.” Ou seja, trata-se de fatos empíricos, que se produzem em datas específicas e que são simbolizados discursivamente para, a partir daí, ganhar a estabilidade de um acontecimento histórico. Parece-nos possível sugerir inclusive que tal fato histórico - o afastamento de Dilma Rousseff da Presidência do Brasil - se desdobra em um acontecimento discursivo, mas isso seria análise para um outro trabalho já, não sendo o nosso foco nesse momento.

“lisura” da eleição”⁵. Inconformados com a derrota, eleitores de Aécio Neves produzem e fazem circular, sobretudo nas redes sociais, inúmeros discursos de ódio aos eleitores de Dilma, culpando os Estados do Norte e Nordeste do País pela reeleição da candidata petista. Um exemplo desses discursos de ódio é a postagem do Facebook, de uma eleitora paulista, que afirma o seguinte: “se eu ver um cangaceiro nordestino fdp aqui em sp eu mato”, e que virou notícia⁶ no Jornal do Comércio de Pernambuco.

Últimos meses de 2014, primeiros meses de 2015: mesmo antes da Presidente tomar posse do 2º mandato, começam a ocorrer manifestações nas ruas, pedindo o fim da corrupção, as quais são convocadas, sobretudo pelas redes sociais, através de enunciados como: #foradilma; #foraPT; #chegadeCorrupção. Tais *hashtags*⁷ circularam coladas a um outro enunciado, “Não vamos desistir do Brasil”, que foi proferido pelo então candidato à Presidência da República, Eduardo Campos, um dia antes de sua trágica morte, e virou uma espécie de slogan de oposição ao PT.⁸ Após a posse de Dilma Rousseff, tais enunciados continuam a reverberar, sobretudo nas redes sociais, mas também fora delas, e começam a aparecer colados a um outro enunciado: #impeachment já. A campanha pelo *impeachment* estava instalada. Grandes protestos foram realizados em março e abril de 2015⁹, aos quais se juntaram os painéis promovidos durante os pronunciamentos da presidente Dilma

⁵ Notícia disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>. Acesso em 28 fev. 2017.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalcomercioPE/photos/a.305127089503462.95103.196984146984424/988397231176441/?type=1&theater>. Acesso em 28 fev. 2017.

⁷ Estamos entendendo, no presente trabalho, que as *hashtags* apresentam o mesmo funcionamento do enunciado em relação à produção de sentidos, embora saibamos que elas surgiram e circulam, sobretudo, nas redes sociais.

⁸ Analisamos o enunciado “Não vamos desistir do Brasil”, em outros dois trabalhos, em coautoria com Fabiele Stockmans De Nardi. Quais sejam: 1) GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. As fronteiras do discurso outro: o papel da memória em processos de modalização autonímica de empréstimo. *Revista Investigações*. Vol. 28, nº especial, dez. 215. Disponível em: <http://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/1859>. Acesso em 28 fev. 2017; 2) GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. “Não vamos desistir do Brasil”: os embates de sentido nos modos de (re)atualização do enunciado. In: BARONAS, R. L. et al. (Orgs.) *Pequenas frases na política brasileira, francesa e anglo-saxônica: abordagens discursivas*. Campinas, SP: Pontes, 2016, p. 115 – 134.

⁹ Notícias relacionadas a esses protestos estão disponíveis em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contr-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml>; <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/04/1615923-100-mil-foram-a-paulista-em-12-de-abril-77-defendem-impeachment.shtml>. Acesso em 28 fev. 2017.

Rousseff em cadeia de RV e TV. As cores verde e amarela, nas roupas dos manifestantes, eram predominantes, remetendo às cores da bandeira do Brasil e sugerindo “patriotismo”.

Agosto de 2015¹⁰: eleitores, sobretudo do candidato derrotado, voltaram às ruas para se manifestar contra o governo da Presidente Dilma Rousseff¹¹, reforçando o coro pelo *impeachment*.

Destacamos, até o momento, fatos que antecederam a instalação do processo de *impeachment* propriamente dito, mas que, entendemos, são fundamentais para compreendermos as condições de produção que circunscrevem e nos dizem sobre a tese do golpe, enunciada, primeiramente, como veremos a seguir, pela própria presidente afastada.

Também entendemos que é importante destacar, antes de prosseguirmos o relato dos fatos, que tais manifestações são desencadeadas por lideranças políticas ligadas ao PSDB¹² e que o perfil dos manifestantes, conforme pesquisas divulgadas¹³, é, em sua maioria, elitizado, isto é, de cor branca, com renda superior a 7 mil reais e com ensino superior. Como nos afirma Freda Indursky, em artigo no qual analisa as diferenças entre as manifestações de 2013 e 2015,

O candidato derrotado, tomado de ressentimento por não ter sido eleito, passou a conclamar os eleitores descontentes com os resultados das urnas a se manifestarem¹⁴. E seu objetivo era o de

¹⁰ Entre abril e agosto de 2015, a campanha pelo *impeachment* continuou recorrente nas redes sociais, através da repetibilidade de enunciados que já destacamos: #foradilma, #foraPT, #chegadecorrupção, #impeachment já, entre outros que remetem a essa mesma rede de sentidos. Optamos, nessa breve retrospectiva histórica, por destacar somente os principais fatos que marcaram esse processo, já que entendemos que eles são representativos dos discursos que se inscrevem na FD do *impeachment*.

¹¹ Notícia disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/08/16-de-agosto-manifestacoes-pelo-brasil.html>. Acesso em 28 fev. 2017.

¹² Podemos mencionar 3 grupos que tiveram destaque na organização dessas manifestações: MBL (movimento Brasil Livre); Vem pra Rua e Revoltados Online, além do movimento SOS Forças Armadas, que pede a intervenção militar.

¹³ Resultados dessas pesquisas podem ser encontrados em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/quem-sao-os-manifestantes-de-16-de-agosto-9588.html>; <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2016/03/pesquisa-aponta-perfil-ELITIZADO-dos-manifestantes-pro-impeachment-em-sao-paulo-5110835.html> e outros sites. Acesso em 28 fev. 2017.

¹⁴ Prova disso é a presença de Aécio nas principais manifestações contra Dilma Rousseff, conforme podemos ler na notícia “Em manifestação de BH, Aécio defende ‘qualquer saída’ contra Dilma”, disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/em-manifestacao-de-bh-aecio-defende-qualquer-saida-contra-dilma-18865771>. Acesso em 28 fev. 2017

fomentar a revolta junto aos eleitores descontentes, de modo a fazer prosperar a tese do *impeachment*, lançada logo após a divulgação oficial dos resultados da eleição presidencial. (INDURSKY, 2016, p. 77 -78)

Início de dezembro de 2015: pedido de impeachment, elaborado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Conceição Paschoal, é acolhido pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, após o PT ter se recusado a votar pelo arquivamento do processo contra Cunha no Conselho de Ética. É interessante destacar, como a própria mídia noticiou, que “De 132 pedidos de impeachment desde Collor, ação contra Dilma é 2ª aceita¹⁵”.

Janeiro a abril de 2016: em vários pronunciamentos públicos, feitos por Dilma Rousseff nesse período, ela enuncia que “*Impeachment* sem crime de responsabilidade é golpe”¹⁶. E o enunciado “não vai ter golpe”, também proferido pela própria Presidente, é reiteradamente repetido pelos brasileiros que se identificam com a tese do golpe e inscrevem seus discursos na Formação Discursiva¹⁷ do Golpe, rechaçando os sentidos que se inscrevem na FD antagônica, aquela que nomeia o processo de afastamento de Dilma Rousseff de *impeachment*.

17 de abril de 2016: já conhecida como uma sessão histórica, transmitida ao vivo para todos os brasileiros, a Câmara dos Deputados “autoriza instauração de processo de *impeachment* de Dilma com 367 votos a favor e 137 contra”¹⁸. O processo segue então para o Senado para a decisão final.

¹⁵ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/12/03/de-132-pedidos-de-impeachment-desde-collor-acao-contra-dilma-e-2-aceita.htm>. Acesso em 28 fev. 2017.

¹⁶ Recortamos aqui um exemplo, publicado na notícia disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2016-03/dilma-reafirma-que-impeachment-sem-crime-de-responsabilidade-e-golpe>. Acesso em 28 fev. 2017.

¹⁷ Estamos entendendo aqui Formação Discursiva (FD), conforme Pêcheux (1975), como aquilo que pode e deve ser dito em determinadas circunstâncias sócio-históricas e ideológicas, apagando, por sua vez, aquilo que não pode e não deve ser dito, nessas mesmas circunstâncias. Voltaremos à discussão sobre FD nas análises.

¹⁸ Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/507325-CAMARA-AUTORIZA-INSTAURACAO-DE-PROCESSO-DE-IMPEACHMENT-DE-DILMA-COM-367-VOTOS-A-FAVOR-E-137-CONTRA.html>. Acesso em 28 fev. 2017.

12 de maio de 2016: o Senado Federal, por um placar de 55 a 22, vota pela admissibilidade do processo de *impeachment*¹⁹. Nessa data, Dilma Rousseff foi afastada temporariamente da Presidência da República por um período de 180 dias, para aguardar o julgamento do mérito da acusação contra ela. Em seu discurso de despedida, reafirma, por várias vezes, a tese do golpe. Destacamos aqui apenas dois enunciados desse discurso: “diante da decisão do Senado, eu quero, mais uma vez, esclarecer os fatos e denunciar os riscos para o País de um *impeachment* fraudulento, um verdadeiro golpe”[...]. “Quando uma presidente eleita é cassada sob a acusação de um crime que não cometeu, o nome que se dá a isso, num mundo democrático, não é *impeachment*, é golpe”²⁰. Nessa mesma data, o vice-Presidente, Michel Temer do PMDB, assume, de forma interina, a Presidência do Brasil.

Final de agosto de 2016: de 25 a 31 de agosto de 2016, ocorreu a sessão de julgamento final do processo de *impeachment*. Em 29 de agosto, Dilma faz seu discurso de defesa e responde a questionamentos dos senadores. Reafirma, nessa ocasião, várias vezes a tese do golpe. Numa sessão histórica, que durou vários dias, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff teve seu mandato cassado por 61 votos dos 81 senadores. No entanto, manteve o direito de ficar elegível e de exercer qualquer cargo público²¹. Destacamos, aqui, apenas, dois trechos do discurso de despedida da Presidente nesta data: “É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado na truculência das armas, da repressão e da tortura, me atingiu quando era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba do cargo para o qual fui eleita pelo povo. [...] O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência²².”

¹⁹ Dados disponíveis em: <http://infograficos.estadao.com.br/politica/placar-do-impeachment-senadores/votacao-relatorio/>. Acesso em 02 mar. 2017.

²⁰ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2nbesw6Zsl>. Acesso de 02 mar. 2017.

²¹ Informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/sentenca-de-dilma-rousseff-no-julgamento-do-impeachment.html>. Acesso em 02 mar. 2017.

²² Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2016/08/31/interna_politica,799583/video-assista-na-integra-ao-discurso-de-dilma-rousseff-pos-impeachm.shtml. Acesso em 03 mar. 2017.

1º de setembro de 2016: a hashtag #SomosTodosGolpistas, criada de forma irônica pelos apoiadores do golpe, “chegou ao 1º lugar dos Tranding Topics do Twitter com posts machistas, racistas, xenófobos e permeados de ódio contra as políticas sociais dos governos petistas que permitiram, por exemplo, que negros cursassem a universidade”²³.

Essa breve retrospectiva histórica, ainda que constitutivamente lacunar, nos permite entender em que condições sócio-históricas os discursos sobre o golpe se inscreveram. Os fatos empíricos aqui destacados nos ajudam a mapear o percurso de sentidos, que vai do slogan “Não vai ter golpe” à hashtag “#somostodosgolpistas”. Eles constroem, entre outros fatos, a memória coletiva que entrará para a história brasileira sobre esse processo de *impeachment*. Um acontecimento histórico, como diria Pêcheux (1999, p. 50), que “é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória.” E essa inscrição do acontecimento no espaço da memória, alertamos Pêcheux (1999), não se dá sem contradições.

Portanto, a partir do acontecimento histórico, dessa memória coletiva, que tende a ser saturada de sentidos, constrói-se uma memória discursiva, constitutivamente lacunar, a qual vai se inscrever “nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída pelo historiador” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

Os fatos acima destacados desse acontecimento histórico também representam um modo de os brasileiros se relacionarem, via discurso, com a realidade da cena política brasileira, o que se dá via imaginário. E essa relação se dá, necessariamente, via ideologia. Retomando uma afirmação de Althusser, cuja ideia já foi destacada na introdução deste artigo, “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 2008, p. 203). Ou seja, ao produzirem discursos, os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia (ALTHUSSER, 1998).

Assim, o que está em jogo nos processos discursivos, como nos diz Pêcheux (1969), não são mais os sujeitos empíricos, mas as posições sócio-ideológicas que esses sujeitos representam. Nas palavras do autor,

em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem casa um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que

²³ Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/segundatela/2016/09/01/apoiadores-do-golpe-tomam-rede-social-com-mensagens-de-odio-e-contra-os-pobres/>. Acesso em 03 mar. 2017.

estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações) (PÉCHEUX, 2010, p. 81-82).

Portanto, nomear o acontecimento histórico que ora estamos tomando como objeto de análise, como golpe ou *impeachment*, supõe reconhecer as posições sociais antagônicas a partir das quais os sujeitos se identificam com um ou outro sentido. De um lado, os eleitores de Aécio e dos partidos de direita de um modo geral, representantes, em sua maioria, de uma elite brasileira, brancos, com nível superior e com boa condição financeira, que acreditavam que o processo de *impeachment* era a melhor saída para o país e para acabar com a corrupção do governo petista; de outro, os eleitores de Dilma e de outros partidos de esquerda, representantes, em sua maioria, da classe mais pobre, trabalhadores assalariados, negros, que acreditavam que o afastamento de uma Presidente eleita constituía-se num golpe à democracia. É importante destacar, no entanto, que esse é o imaginário dominante que se construiu em torno dos apoiadores do golpe ou do *impeachment*, produzido pelos efeitos das evidências ideológicas elementares: o sujeito livre e responsável por seus atos; o sentido pleno, completo, único. Apagam-se, assim, as contradições que atravessaram todo esse processo, bem como as diferentes posições político-ideológicas que fazem com que os sujeitos se identifiquem com um ou outro sentido. O efeito ideológico faz parecer que se trata apenas de uma luta entre ricos e pobres, entre coxinhas e petralhas²⁴, que todos os cidadãos brasileiros que se filiam aos sentidos do golpe são “burros”, tem baixa escolaridade, ganham bolsa-família, etc, em oposição àqueles que se filiam aos sentidos do *impeachment*, que são ricos, tem nível superior, renda alta etc.

Essas são as formações imaginárias que atravessaram os discursos sobre o processo de *impeachment*. Para analisarmos o imaginário sobre o golpe, elegemos materialidades discursivas que circularam em comunidades e páginas do Facebook, tanto apoiando como rechaçando o golpe. As materialidades analisadas foram recortadas das páginas do Facebook “Fora Dilma”, “Impeachment já. Fora Dilma Rousseff”, “Não ao golpe 2016”, e da comunidade “Não ao golpe”. Entendemos que tais materialidades são representativas para analisar esse acontecimento da cena política brasileira, já que, no Facebook, circulam

²⁴ O termo “Petalha” foi criado pelo jornalista Reinado Azevedo e é resultado da fusão de “petista” com “metralha”, dos irmãos metralhas (uma quadrilha de ladrões atrapalhados que compõem as Histórias em Quadrinhos do Tio Patinhas). A origem do termo “coxinha” é desconhecida e seu sentido não é consensual, mas para os internautas o termo é sinônimo de almofadinha, riquinho.

diferentes materialidades, muitas delas vindas ou fazendo referência às notícias veiculadas na mídia. Trata-se também de materialidades que nos dizem muito do sentimento dos brasileiros nesse momento histórico. Aliadas a essas materialidades, que apresentaremos no item de análises, resgataremos alguns enunciados destacados no relato dos fatos que acabamos de apresentar. No entanto, antes de adentrarmos nas análises propriamente ditas, aprofundaremos, no próximo item, a discussão teórica em torno das noções de ideologia e imaginário.

Ideologia e imaginário nas práticas discursivas

Neste momento, passaremos a refletir sobre a relação entre ideologia e imaginário nas práticas discursivas, para, em seguida, tratar do discurso do/sobre o Golpe em sua concretude histórica na sociedade capitalista brasileira. Assim, partiremos da perspectiva teórica e metodológica da Análise de Discurso com filiação às obras de Michel Pêcheux e ensinaremos formulações na tentativa de articular ideologia e imaginário, tomando o sujeito e o discurso como *locus* desta problemática.

Em “Semântica e Discurso”, Pêcheux articula questões de caráter científico, filosófico e político que entrelaçam o linguístico e o histórico para tratar do sujeito e do discurso. Ressaltamos que não é por acaso que ele passa por questões que tocam mais de perto o imaginário e a ideologia. De fato, crítico das perspectivas subjetivistas (idealistas), Pêcheux se inscreve na perspectiva do materialismo histórico. Desse modo, esclarece: “O ideológico, enquanto ‘representação’ imaginária, está, por essa razão, necessariamente subordinado às forças materiais ‘que dirigem os homens’ (as ideologias práticas, segundo Althusser), reinscrevendo-se nelas”. (PÊCHEUX, 1995, p.73).

Assim, partimos dessa compreensão, ou seja, a de que o ideológico se apresenta como “representação imaginária” e está imbricado (subordinado) às forças materiais. Isso significa que há uma relação necessária entre ideologia e imaginário, tendo como base dessa articulação as relações sociais e históricas de produção e reprodução de uma determinada sociedade, neste caso da sociedade capitalista, particularmente a brasileira.

Desse ponto de vista, é possível demarcar o lugar do qual falamos para tratar de ideologia e imaginário. Ou seja, entendemos, junto com Pêcheux, que o discurso materializa a ideologia, e sendo aquele efeito de sentidos entre interlocutores, as relações que se estabelecem na produção desses efeitos passam por relações imaginárias inscritas na processualidade histórica.

Mas explicar essas questões não é um percurso fácil e, para o limite deste texto, faremos em forma de síntese, destacando que, na Análise do Discurso, a categoria da Ideologia é fundamental, porque permite compreender a constituição do sujeito pela interpelação ideológica, permite compreender as formações ideológicas em suas contradições e forças em lutas. É também, por meio da análise do ideológico, materializado no discurso, que é possível entender a produção de evidências de sujeitos e sentidos. Conforme Orlandi (1994, p. 56), “A ideologia é vista como o imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência”.

Em nosso estudo, é preciso levar em consideração que a ideologia produz evidências de sentidos e sujeitos por meio dos discursos. O sujeito na AD é sempre uma posição ideológica, não se trata, pois, de sujeito empírico, mas do indivíduo interpelado em sujeito. Esse entendimento explica como o sujeito, constituído pela ideologia, também se esquece das causas que o determinam (esquecimento ideológico), toma a palavra e pensa ser a fonte do sentido e, ao mesmo tempo, formula dizeres acreditando que só pode se expressar daquela maneira (esquecimento enunciativo). Este efeito de evidência do sujeito, que simula coincidir consigo mesmo, e do sentido, como “O” sentido, é um efeito e trabalho do discurso nas relações sociais de reprodução/transformação das relações de produção.

Essas questões não param por aqui. Elas se desdobram, quando articulamos as Formações Ideológicas e Formações discursivas para pensar a constituição do sujeito e do sentido pela ideologia. Deve-se compreender que as formações ideológicas são ideias, representações e forças em lutas determinadas pelas relações sócio-históricas, e elas se expressam em formações discursivas que delimitam o que se pode e não se pode dizer numa conjuntura histórica. Cabe ainda destacar que é na Formação Discursiva que se constituem sujeito e sentido, e estes nunca estão estabilizados, pois, em sua incompletude, estão sempre em processos, produzindo-se na historicidade.

Já dissemos que, quando falamos de sentidos e sujeito, estamos também ressaltando sua inscrição nas práticas históricas, ou seja, na sua concretude histórica das lutas de classes. Dito isso, cabe retornar à questão da relação linguagem-mundo para destacar que ela é perpassada pela ideologia e pelo imaginário e, nesse caso,

Para a AD, é via imaginário e/ou relações imaginárias que o sujeito se relaciona com a realidade. Essa relação não é direta, ela é mediada pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração do sentido. O imaginário não se opõe à realidade, mas é parte constitutiva dela, é um efeito do real. O discursivo é a ligação entre a ordem do imaginário – do ideológico, e a ordem simbólica – a ordem das palavras. A ideologia é interpretação de sentidos em

certa direção. O que determina essa direção é a relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. (MORALES, 2008, p. 43).

Ou seja, os mecanismos imaginários atravessam a relação do sujeito com a linguagem e, por sua vez, determinam, pelo funcionamento ideológico, a direção dos sentidos do discurso. Assim, retomamos a afirmação Althusseriana que a ideologia é *uma representação da relação imaginária dos indivíduos às suas condições de existência*. Nessa perspectiva, as condições reais de existências são as condições materiais de produção (que consistem em forças produtivas – equipamentos, máquinas, força de trabalho; e também nas relações de produção que, na atualidade, estão representadas pelas classes antagonista do capital e do trabalho). No entanto, tais relações materiais não se apresentam na linguagem de forma direta (mecânica); pelo contrário, mediações acontecem e, nessa relação entre linguagem e mundo, a ideologia, em suas representações imaginárias, constitui sentidos e sujeitos por meio das práticas discursivas. Acrescentamos a isso que as contradições constituem o que Pêcheux (1975) chamou de *“as condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção”*, repercutindo, *“com deslizamentos, deslocamentos, etc., no todo complexo das ideologias teóricas sobre a forma de relações de desigualdade-subordinação que determinam os “interesses” teóricos em luta numa conjuntura dada.”* (PÊCHEUX, 1995, p. 191. Grifos do autor)

Em nosso entendimento, portanto, as práticas discursivas são práticas sócio-históricas que materializam os processos discursivos e, como *“todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes”* (PÊCHEUX, 1995, p. 92), ele é constituído por contradições e silenciamentos²⁵ que correspondem às dominâncias ideológicas e política de uma conjuntura histórica, como veremos a seguir.

²⁵ Estamos tomando aqui silenciamento a partir da discussão empreendida por Eni Orlandi (1997), no livro *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Mais especificamente, interessa-nos observar aqui o que a autora chama a política do silêncio, ou uma política do sentido, que já está subsumida pelo silêncio fundador, que é princípio de toda a significação, aquele que *“significa em (por) si mesmo.”* Já, a política do silêncio produz um *“recorte entre o que se diz e o que não se diz”*, e está subdividida em silêncio constitutivo e silêncio local. Segundo a autora, *“a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mais indesejáveis, em uma situação discursiva dada.”* (ORLANDI, 1997, p. 75). Enquanto o silêncio local representa a interdição do dizer, que a autora exemplifica através da censura, o silêncio constitutivo *“pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem.”* É pelo funcionamento do silêncio constitutivo que *“se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma “outra” formação discursiva, uma “outra” região de sentidos.* (ORLANDI, 1997, p.

Silenciamentos e contradições na produção de sentidos sobre o golpe

Chegamos às análises propriamente ditas. O trajeto analítico que aqui será apresentado é desafiador porque envolve questões múltiplas (teórico-analítica e política) que nos remetem ao processo histórico em movimento dinâmico e contraditório que se materializa (textualiza) em inúmeras formulações discursivas delimitadoras de sentidos e sujeitos. Tomemos, para início da análise, as seguintes materialidades discursivas, publicadas na página do Facebook, intitulada “Fora Dilma.”



26

FORA DILMA Vitória

28 de junho de 2016 •

Defensores de vagabundos vão dizer que é golpe.. mas é o norma de quem é vagabundo igual mas não se assume.. tá aí a conta pra você que paga seus impostos.. #DesobedienciaCivilJá #LulaNaCadeia#ForaComuna #DilmaNaCadeia²⁷

76, 77, grifos da autora). No nosso *corpus*, observamos sobretudo o funcionamento do silêncio constitutivo.

²⁶ Disponível em: https://scontent.frec3-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/1005706_495825690490686_116076905_n.jpg?oh=37d21570484e5ea44766730eec21fd2a&oe=5946A72C. Imagem de capa da Página do Facebook, intitulada “Fora Dilma”.

²⁷ Postagem realizada em 28 de junho de 2016. Disponível em: https://scontent.frec3-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/1005706_495825690490686_116076905_n.jpg?oh=37d21570484e5ea44766730eec21fd2a&oe=5946A72C. Acesso em 19 fev. 2017.

O enunciado “FORA: DILMA” começa a circular muito antes da instalação do processo de *impeachment*, conforme mostramos no breve relato dos fatos que fizemos no item anterior, recuperando as condições de produção nas quais o golpe foi gestado. Tal enunciado parece implacável no seu efeito de repetição nas redes sociais, pois joga com os sentidos de mando e, por sua vez, exclama uma “expulsão” que é direcionada à presidente eleita. Ao mesmo tempo, esse dizer vai tecendo de antemão um vir a ser do acontecimento: o Golpe/*impeachment*. No caso em estudo, estamos refletindo como esse dizer vai produzindo ressonâncias e aglutinando sujeitos nessa posição discursiva que, astutamente, colocam em causa um mandato de uma presidente democraticamente eleita.

A forma exclamativa “FORA” faz, de modo violento, tanto o “julgamento” como a “condenação” de Dilma Rousseff como algo já-dado, assombrando assim os eleitores de Dilma e outros tantos sujeitos, pois o “FORA” vem de setores da mídia tradicional, das elites e classes médias e de dentro do próprio Aparelho de Estado, que, contrário a Dilma e ao PT, se significaram “naturalmente” como oposição política, pois “a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade. Daí seu efeito de evidência, sua ilusão referencial.” (SERCOVICH apud ORLANDI, 1994, p. 57).

É preciso destacar que esse enunciado, por outro lado, aponta para os sujeitos que, ao dizerem “FICA”, inscrevem-se seus discursos e se identificam com a FD do golpe. Portanto, diante da situação posta como iminente, explicitam a ilegalidade do *impeachment*: trata-se, pois, de um Golpe. No entanto, na FD antagônica, estes sujeitos são significados como “Defensores de vagabundos” que “vão dizer que [o *impeachment*] é golpe”. Logo, produz-se uma generalização, sugerindo que todos os sujeitos que se identificam com o golpe são *vagabundos*. Assim, apagam-se as contradições e um sentido aparece como evidente. Ainda, finalizando a postagem, aparecem as *hashtags* #LulaNaCadeia, #ForaComuna, #DilmaNaCadeia, que sedimentam e resumem um imaginário sobre o PT e os governos de Lula e Dilma, associando-os a comunistas. Produz-se um efeito de sentido que remete a um já-dito que ressoa desde a época da ditadura militar: lugar de comunista é na cadeia. Logo, como Lula e Dilma são corruptos e, no dizer da FD do *impeachment*, comunistas, o lugar dela não é na presidência, e sim na cadeia. É nesse jogo entre o dizer e o não dizer que vemos o silêncio constitutivo funcionando, estabelecendo via

imaginário e efeito ideológico, os limites do que pode e deve ser dito em cada FD que disputa os sentidos de golpe e *impeachment*.

Retomemos, agora, a materialidade não-verbal, que compõe a imagem de capa da página do Facebook. Numa composição que combina fogo com a imagem do coringa, o personagem-vilão do desenho do Batman, a imagem de Dilma se (con)funde com o retrato desse vilão do mal. A imagem também recupera a memória de uma capa do Estado de São Paulo, durante o processo de *impeachment*, em que o rosto de Dilma aparecia sendo queimado pelo fogo da tocha olímpica. Ou seja, a imagem sugere que vilões/corruptos como Dilma devem mesmo ser “expulsos” do Palácio do Planalto, sentido que é reforçado com o enunciado “Fora: Dilma.” E, assim, vai se construindo um imaginário sobre o golpe como a única alternativa possível para “salvar” o País.

Diante desse contexto sociopolítico, mais divisões de sentidos se processaram nesse trajeto social, corroborando com os sentidos de Golpe na tentativa de frear seu possível acontecimento. Vejamos, nas materialidades discursivas abaixo, retiradas da página do Facebook “Não ao golpe 2016” e da comunidade “Não ao golpe”:

#NãoAoGolpe e sim democracia.. Somos brasileir@s, somos o povo e não covardes!²⁸



29

²⁸ Descrição da comunidade do Facebook intitulada “Não ao golpe!”



30

"Não podemos mudar o passado mas podemos aprender com ele"

Todos a Favor de novas Eleições o Mais Rapido Possível. o povo não irá aceitar 2 anos com esse presidente interino Golpista e Traidor da Patria!

#ForaTemer

Movimento Diretas Já

Vamos Ressuscitar esse movimento!!!

O Povo não aceitara esse presidente interino por mais 2 anos.

Não aceitaremos e nem compactuaremos; Nós o Povo Brasileiro, estudantes Trabalhadores, Pais e Mães de Família que tiveram o Valor de seu Voto Roubados e diminuído, por um Golpe Midiático orquestrado por uma verdadeira corja...

golpistas não mais!!!

não aceitamos golpistas!!!

#DiretasJá

#VemPraDemocracia³¹

²⁹ Postagem realizada em 24 de maio de 2016. Disponível em: https://scontent.frec3-2.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/13256126_475342232672519_1178738231440863795_n.jpg?oh=538c2a535f46411b2cfd4e253640cb4a&oe=59487743. Acesso em 19 fev. 2017.

³⁰ Disponível em: https://scontent.frec3-1.fna.fbcdn.net/v/t1.0-1/p200x200/15390645_1074768175968009_7569073316040574138_n.jpg?oh=5fc08c972d12cd824c7ed8cae6232622&oe=59384060. Acesso em 17 fev. 2017.

As contradições estão postas (postadas) nessas materialidades discursivas que revelam o embate político, e estão postas em várias direções e posições-sujeito. De um lado, o “FORA DILMA” exigindo o “impeachment”; de outro, os sentidos de que essa movimentação política é um “GOLPE”, ou seja, uma manobra dos donos do poder. Assim, a trajetória de sentidos diferenciando posições e dizeres como: “NÃO vai ter Golpe”; “GOLPE nunca mais”; “golpistas não mais!!!”; “nãoaceitamosgolpistas!!!”; #ForaTemer” se produzem tornando o possível *impeachment* questionável, quebrando os efeitos de transparência de sentidos, tensionando as posições-sujeito, inscrevendo outro gesto de interpretação.

Observamos, na imagem em que um senhor carrega um cartaz com os seguintes dizeres “Não vai ter golpe nunca mais”, que o rosto/corpo do manifestante para, além da materialidade linguística posta no cartaz, já aponta para um passado. Ao enunciado, já sedimentado na FD do golpe, “Não vai ter golpe”, há o acréscimo de um adjunto adverbial de tempo que remete à memória do golpe de 64. Além disso, chama a nossa atenção nesse cartaz o jogo das cores, em que o “não” e o “nunca mais” aparecem em vermelho; o primeiro sobre um fundo branco, sugerindo esperança, e o segundo sobre um fundo negro, lembrando o fascismo, a dureza que foi a ditadura. Também é muito significativo o modo como a palavra *golpe* é grafada, sendo o “o” substituído pelo símbolo da Rede Globo. Esse significante aí se coloca para acrescentar um outro efeito ao golpe: o golpe é “patrocinado” pela Globo. E tal sentido repetiu-se insistentemente e continua ressoando na FD do golpe. Inscritos nessa mesma direção de sentidos, outros enunciados circularam no interior dessa FD, a exemplo de “mídia golpista”, “globo golpista” e “fora globo”.

A mídia, assim, enquanto Aparelho Ideológico do Estado, atua de forma implacável para silenciar os sentidos sobre a tese do golpe, designando sempre o processo de *impeachment*, supondo, portanto, um processo democrático. O imaginário sobre o golpe vai se construindo, então, de um lado, como uma afronta/uma ruptura na democracia e, de outro, como um exemplo de democracia. Tal sentido é reforçado no enunciado *hashttag* que descreve a comunidade na qual essa foto foi postada: #NãoAoGolpe e sim democracia. Ou seja, numa relação parafrástica, dizer sim ao golpe é dizer não à democracia.

As outras duas postagens, já de outra página do Facebook, são respectivamente, a imagem de capa e a descrição da página, intitulada “Não ao Golpe 2016”. Mais uma vez, a

³¹ Descrição da página do “Não ao golpe 2016”. Embora não tenhamos incluído nesse recorte, logo após a descrição da página em português, a mesma descrição é apresentada em língua inglesa.

imagem com uma foto antiga de Dilma, sobre um fundo vermelho, remete à memória da ditadura. Os dizeres, logo abaixo da foto, “ninguém vai tirar a legitimidade que o voto deu”, jogam com os sentidos de democracia e retomam a memória de uma época em que nossos Presidentes não eram eleitos pelo voto direto. Fazendo eco a esse efeito de sentido, a descrição da página, feita após a consumação do golpe, convoca os brasileiros para *diretas já*. Associado a esse enunciado, dois outros juntam-se a esse coro de vozes: #ForaTemer e #VemPraDemocracia. Vemos, então, a retomada de um movimento que houve durante a ditadura: *diretas já*. Curioso que os apoiadores do *impeachment* também se apropriaram dessa mesma memória, ao fazer ecoar o grito *impeachment já*, ressignificando-a às avessas.

Mas os sentidos do Golpe, novamente, deslizam nas controvérsias. Redimensionado na posição discursiva que defende o impedimento (saída/expulsão) de Dilma, o Golpe é primeiramente negado “não é golpe” e, em seguida, ressignificado como “direito”.

Pedir Impeachment não é golpe, é direito!³²

É sugestiva essa materialidade discursiva, pois aponta para o “direito” como um pré-construído que atravessa o fio do discurso como uma evidência inquestionável. Direito! Isso acontece porque “Não existe relação direta entre a linguagem e o mundo. A relação não é direta mas funciona como se fosse, por causa do imaginário” (ORLANDI, 1994, p. 57). Assim, os sentidos são transferidos, mas algo ainda fissura essa discursividade quando perguntamos o que é o “Direito”? Não podemos deixar de dizer que também paira sobre essa materialidade um imaginário sobre as relações jurídicas, tidas como “universais”, “igualitárias” e “democráticas”. Desse modo, o desdobramento da questão pode ser analisada pelo seu jogo discursivo:

Impeachment é golpe

Impeachment não é golpe

Impeachment é direito

Gestada nesse jogo de sentidos, podemos observar o processo discursivo incluindo o âmbito jurídico (legislativo, parlamentar, judiciário) como algo inegável, como se essa fosse “a” questão ali demandada. Nesse movimento de sentidos sobre o que é o *impeachment*, o

³² Postagem realizada em 02 de maio de 2016, na página do Facebook intitulada “Impeachment já. Fora Dilma Rousseff. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/impeachmentdilmarousseff/posts/?ref=page_internal. Acesso em 19 fev. 2017.

gesto de interpretação (sempre ideológico) é direcionado, justamente porque “A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários” (ORLANDI, 1994, p. 56). Ou ainda, como diz Pêcheux:

Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como o lugar de constituição do que chamamos o *imaginário linguístico* (corpo verbal). A esse imaginário linguístico deveriam, sem dúvida, ser relacionadas também as ‘evidências’ lexicais inscritas na estrutura da língua, levando-se em conta que as equivalências lexicalizadas entre substituíveis resultam, de fato, do esquecimento (de tipo I) do discurso-transverso que as une, de modo que essas equivalências aparecem, no que chamamos o imaginário linguístico, *como o simples efeito das propriedades lexicais, evidentes em sua eternidade*” (PÊCHEUX, 1995, p. 177).

Portanto, a evidência das propriedades lexicais – é golpe, não é golpe, é direito, etc – vai produzindo a evidência do imaginário social, que sedimenta UM sentido como dominante para o golpe. Enquanto, na FD do *impeachment*, há a negação do golpe, que desliza, por um efeito metafórico, para a palavra *direito*, na FD do golpe, *impeachment* é igual a golpe.

Outra materialidade discursiva nos chama atenção, retirada do Facebook “Impeachment já. Fora Dilma Rousseff”:

3.088.937 visualizações

Ana Amélia Lemos

22 de março de 2016 •

Golpe é tentar anular o trabalho do juiz Sérgio Moro. Golpe é tentar manobrar a Polícia Federal para que ela seja não um instrumento de Estado, mas instrumento de um partido político para servir aos seus próprios interesses! O comentário foi feito em aparte ao senador Waldemir Moka (PMDB-MS), que também é favorável ao impeachment!³³

Como se observa, o dizer da senadora amplia e redireciona os sentidos de Golpe a partir de enunciados definidores: “**Golpe** é tentar anular o trabalho do juiz Sérgio Moro”/ “Golpe é tentar manobrar a Polícia Federal”. Essa associação de dizeres “Golpe é...” tenta

³³ Trecho recorta fala do vídeo da Senadora Ana Amélia Lemos, em discurso no Senado, compartilhado na página “Impeachment já. Fora Dilma Rousseff.” em 05 de abril de 2017.

estabilizar os sentidos em outra ordem discursiva decorrente de uma posição inscrita na FD do *impeachment*, que significa pelo discurso da “legalidade” e, ao mesmo tempo, da “investigação” e “punição” aos envolvidos em esquemas de corrupção, particularmente, sobre a operação Lava-jato, sugerindo que somente o PT é partido corrupto. Mais uma vez, sentidos são silenciados e contradições são apagadas.

Pois bem, da posição sujeito que aí encontramos, os dizeres sobre o Golpe sofrem redirecionamentos, outros argumentos são apresentados e considerados suficientes para condenar Dilma e o PT. Mas é justamente nessa equivocidade que podemos restabelecer questões que estão ali latentes e são indissociáveis, a saber: a (des)ordem econômica e os aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. Assim, para precisar nosso gesto de interpretação, mais uma vez, citemos Pêcheux:

as formas que a 'relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência' toma não são homogêneas precisamente porque tais 'condições reais de existência' são 'distribuídas' pelas relações de produção econômicas, com os **diferentes tipos de contradições políticas e ideológicas resultantes dessas relações**. (PÊCHEUX, 1997, p. 77). (Grifo nosso).

Fundamentados nas relações imaginárias dos indivíduos com suas condições reais de existência, nebulosos dizeres tentam ofuscar os sentidos de Golpe. O que é silenciado nessas contradições políticas e ideológicas são as contradições de classes, a lógica do capital e a propriedade privada, pois questiona-se o escândalo, mas os fundamentos do sistema capitalista permanecem sem desconfiança.

Consumado o golpe, ele continua ressignificando na FD do *impeachment*. Num movimento irônico, para não dizer dissimulado, os apoiadores do golpe, lançam a *hashtag* #somostodosgolpistas. Assim, os sujeitos que se inscrevem na FD do *impeachment* passam a se identificar, às avessas, com o sentido do golpe. Ratificam, de certa maneira, que o processo foi golpista e, uma vez consumado o fato, dissimularm, ironizam, fazem chacota do sentido que se cristalizou na FD antagonônica. É como se dissessem aos adversários políticos: “sim, foi golpe, e daí?” O importante é que o grito “Fora Dilma” encontrou eco entre os políticos conservadores. E as evidências então se mostram no corpo verbal, no imaginário linguístico de que nos fala Pêcheux (1975). Tudo aquilo que foi negado, silenciado durante todo o processo de *impeachment*, agora aparece na sua materialidade mais perversa, apontando os efeitos de sentido para uma só direção: no governo Temer, pobre, negro, homossexual e qualquer representante da diversidade não tem vez. As contradições vêm à

tona e está confirmada a tese do golpe, tantas vezes enunciada por Dilma Rousseff: “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.”

Considerações finais: há o outro nas sociedades e na história

O que resta hoje dessa discursividade? Quando fazemos essa pergunta para encaminhar nossas conclusões, estamos buscando refletir sobre como essa discursividade vem se processando historicamente. A palavra Golpe continua a ser dita para demarcar posições, e ela continua frequentando as redes sociais, as mídias e as falas do cotidiano. A nosso ver, essa palavra materializa de modo mais forte a contradição do recente acontecimento histórico brasileiro, pois é disputada, afirmada, negada, e redefinida: É Golpe / Não é Golpe / Golpe é...

Através das análises aqui desenvolvidas, observamos que há um imaginário que se quer dominante, ou mesmo, quer dominar os sentidos de Golpe, recobrando-os para negá-los em sua inscrição histórica material. Esse imaginário se entrelaça com o funcionamento da ideologia e as contradições de classes. O desafio é compreender que as contradições discursivas são manifestações das contradições materiais e ideológicas e, por isso, os sentidos do Golpe podem, paradoxalmente, desvelar os interesses capitalistas dos donos do poder econômico e político, no entanto, podem também reinscrever os sentidos na ordem do capital, assegurando sua reprodução social e, para isso, tenta-se silenciar o Golpe, recobrando o acontecimento, naturalizando sua existência histórica.

Por isso mesmo, é necessário também compreender que, nessas práticas discursivas, os sentidos conflitantes tendem ao estabilizado, mas a deriva sempre se instala. Isso porque os rituais ideológicos, mesmo dominantes, são sempre capazes de falhas e porque, como diz Pêcheux (2002, p. 54) “há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajero discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar”:



34



49 anos para se aposentar, 20 anos sem investimentos em saúde e educação, servidores com salários atrasados, salário mínimo sem ajuste real, fim de programas sociais e de educação mas o importante é que não temos mais pedaladas fiscais. ufa!!!

35

³⁴ Postagem realizada em 16 de janeiro de 2017. Disponível em: https://scontent.frec3-l.fna.fbcdn.net/v/t1.0-9/15977332_1346107932128696_1696798325067399597_n.jpg?oh=8ca9bd30ae29f1ffbc1376765bbb2e82&oe=593DBFB3. Acesso em 17 fev. 2017.

Nessas discursividades sobre o Golpe de 2016, que funcionam como um efeito do imaginário no enlace com a ideologia, resta o necessário desafio de continuar ressignificando o Golpe, reivindicando sentidos outros, produzindo resistências, buscando, enfim, alternativas concretas da práxis emancipadora.

Referências

ALTHUSSER, L. *Sobre a reprodução*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. *Aparelhos ideológico de estado*. 7ª Ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

DORNELES, E. F. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Coleção Ensaios, v. 12. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 149-172.

MORALES, B. de S. V. Sujeito: imaginário, simbólico e real. In: MITTMANN, S.; GRIGOLETTO, E.; CAZARIN, E. A. (Orgs.). *Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. p. 34-46.

ORLANDI, E. P. *Discurso, imaginário social e conhecimento*. Em aberto, Brasília, ano 14, n. 61, jan-mar. 1994. p. 53-59.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª Ed., Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª Ed., São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

_____. *Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49 – 57.

_____. [1969] Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Editora Unicamp, 2010. p. 59-158.

³⁵ Postagem realizada em 11 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://www.facebook.com/JoensdeEsquerda/photos/a.126377014199158.1073741828.121516544685205/572491856254336/?type=3>. Acesso em 19 fev. 2017.

Thiago Alves França

RACISMO DE ESTADO E
IMAGINÁRIO: DISCURSO
DE ÓDIO CONTRA O
NORDESTE/NORDESTINO



RACISMO DE ESTADO E IMAGINÁRIO: DISCURSO DE ÓDIO CONTRA O NORDESTE/NORDESTINO

Primeiras considerações

Neste trabalho, reflito sobre o “Discurso de ódio contra o Nordeste/nordestino”, tomando como *corpus* quinze sequências discursivas (SD) que circularam no espaço virtual, no final de 2014, período correspondente à disputa pelo segundo turno e à posterior reeleição da então presidenta Dilma Rousseff. As SD foram coletadas sobretudo em redes sociais e, depois, organizadas e distribuídas em três grupos temáticos: a primeira rede tematiza a divisão do Brasil e a exclusão do Nordeste; a segunda, a “malignização” do Nordeste-nordestino; e a terceira rede discursiviza sobre o desejo de extermínio dos nordestinos. As três redes, organizadas dessa forma, me ajudam a pensar sobre o discurso de ódio, e o olhar que lanço para esse material se dá a partir da Análise de Discurso pecheuxtiana, enfatizando a discussão sobre a formação imaginária como condição de produção de todo processo discursivo, mas também dialogando com alguns teóricos e suas proposições, destacando a noção de Racismo de Estado tal como formulada por Michel Foucault, e ainda a discussão acerca do imaginário nos usos políticos dos massacres, de Jacques Sémelin.

Partindo dessas considerações, gostaria de começar este texto falando imediatamente sobre o discurso de ódio contra o nordeste/nordestino, enfatizando o que o *corpus* constituído “pede” que se discuta sobre as formações imaginárias e como elas agem, incontornavelmente, em todo processo discursivo (PÊCHEUX, 2010). Gostaria de já começar observando mais atentamente como o discurso de ódio, compreendido como construção discursiva, põe em jogo e se realiza também no jogo de determinadas imagens que produzem determinados efeitos.

Começar assim, embora tenha a vantagem de ir direto ao ponto – o que pode agradar uma parte considerável dos possíveis leitores (e leitoras) –, me deixaria em falta com a

¹ Professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), campus IX. Atualmente, está em processo de doutoramento pelo Programa de Pós-graduação em Letras (Linguística) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tendo a pesquisa financiada pela Uneb (Bolsa PAC). É membro do Núcleo de Pesquisas em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV-UFPE).

“narrativa” de como cheguei às considerações que faço, adiante, sobre discurso de ódio contra o Nordeste-nordestino.

Por isso, em respeito às “condições de produção” de minha leitura acerca do “fenômeno” discurso de ódio, preferirei, aqui, fazer um outro caminho que não o mais curto, por onde encontraremos, eu e a leitora (ou o leitor), primeiro, uma determinada leitura de discussões realizadas por Michel Foucault, e, depois, uma leitura de Jacques Sémelin. Produzo um encontro entre esses dois, para o qual eu trago um olhar sobre a discussão pecheuxtiana de formações imaginárias.

Do Poder Soberano ao Biopoder: a gestação do Racismo de Estado

Foucault (2014) inicia “Vigiar e Punir: nascimento da prisão” contando-nos a história do suplício de Damiens, ocorrido na praça de Greve, no século XVIII. Condenado sob acusação de parricídio no dia 02 de março de 1757, Damiens, sob o olhar atento e ávido de todo um agrupamento humano, teve seu corpo desmembrado por quatro cavalos que, após várias tentativas mal sucedidas, só conseguiram concretizar o despedaçamento quando o executor cortou-lhe as junções das coxas e dos braços com o tronco, a fim de facilitar o “desmonte”. Antes do esquartejamento e da fogueira que se incumbiria de reduzir o corpo a cinzas, suplícios menores preludiavam o *grand final*.

Aquele era um tempo em que se investia muito na espetacularização dos suplícios, quando o corpo do supliciado ainda era o principal alvo da repressão penal. Mas, como Foucault (2014, p. 14) observa, “a mecânica exemplar da punição muda as engrenagens”: o espetáculo da punição ganha uma interpretação negativa; a morte não mais glorifica a força do rei; a punição deixa de ser uma cena.

Muda-se o eixo gravitacional da punição: não se trata mais de matar em nome da força do rei, que se exerce justamente no direito de dar fim a vidas; trata-se, agora, de “corrigir, reeducar, ‘curar’” (FOUCAULT, 2014, p. 15). Essa mudança de que nos fala Foucault deve ser pensada em relação à aparição de uma nova mecânica de poder, diferente do Poder Soberano que era, segundo ele, “essencialmente um direito de espada” (FOUCAULT, 2000, p. 202), um direito de fazer morrer ou de deixar viver; um poder em cuja vida só se toca por intermédio da morte.

O deslocamento de um Poder Soberano para um outro mecanismo de poder se realiza com a irrupção do direito de fazer viver e de deixar morrer (em contraste ao direito

de fazer morrer e deixar viver). Estou, a partir de Foucault, falando sobre o que ele considerou como “uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX” (FOUCAULT, 2000, p. 202): a mudança, que não é instantânea, de um Poder Soberano para o Biopoder, quando a “velha potência da morte [...] é recoberta [...] pela gestão calculista da vida” (FOUCAULT, 2003, p. 152). Mudam-se, então, objeto e técnicas: se, antes, o poder se dava a ver pela possibilidade de matar em nome do soberano; agora, ele se mostra na majoração, no encurtamento da vida. Do cadafalso faustoso, quando a morte era o ponto mais brilhante, vamos às técnicas de intervenção na natalidade e na morbidade (etc.); vamos, então, à regulamentação da vida.

Do Biopoder, Foucault (2000) destaca duas direções: a primeira descrita por ele é a disciplina, a anatomopolítica do corpo humano, que se exercia sobre o corpo individual, e em espaços como escolas, colégios, casernas, fábricas; a segunda é a biopolítica da população; não mais o homem ou a mulher em sua individualidade, mas o humano enquanto espécie; a população como problema de poder.

Pensando na disciplina, Foucault (2014) nos fala de um poder que age sobre o indivíduo, que se especializa em torná-lo útil e dócil, mas, neste texto, o que devo destacar é a emergência de um poder “não disciplinar”, de um poder que se ocupa não do indivíduo, mas do homem enquanto signo de coletividade, um poder que é uma biopolítica da espécie humana (da população). Nessa tecnologia do poder, fazer viver é regra; mas é mais que isso: a tarefa é encurtar a vida, tomando a população como objeto de regulamentações.

A emergência de um Biopoder faria da morte algo obscuro e desconcertante; a morte tornar-se-ia o limite de um poder que é caracterizado por fazer viver. E é aí que a noção de Racismo de Estado aparece como “necessária”, como forma de assimilar a morte e de produzi-la em um regime que é de vida.

O Racismo de Estado é a resposta a que se chega quando se pergunta “De que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem?” (FOUCAULT, 2003, p. 150).

O Racismo de Estado é o que garante que, num regime de vida, o Estado possa exercer o seu poder de assassino. Entendo o Racismo de Estado como o par oposto do Biopoder, ou, mais exatamente, como sua outra face, já que “o que inscreveu o racismo nos mecanismos do Estado foi a emergência do Biopoder” (FOUCAULT, 2000, p. 2014). Onde

há Biopoder, em graus variados, há Racismo de Estado, e não há funcionamento moderno do Estado que não passe pelo Racismo.

Se o Racismo de Estado é constitutivo do Biopoder, e se aquele é condição para que se exerça o direito de matar no interior de um regime que é de vida, parece-me necessário lançar luz para a inexatidão de dizer que o Biopoder é aquele que “faz viver e deixa morrer”; há um trabalho constitutivo (ainda que, como tudo, dependa de determinadas condições para irromper e fazer-se notado) que é também o de fazer morrer.

Foucault não polariza as coisas a ponto de dizer que o Biopoder só faz viver; inclusive, na aula de 17 de março de 1976, em “Em Defesa da Sociedade”, ele pensa em um gradiente: “agora [...] o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver” (FOUCAULT, 2000, p. 208). Mas, de toda forma, ele entende que a morte está fora do domínio do Biopoder, e acredito que isso causa problemas quando entendemos que o Racismo de Estado é a sua outra face, e não algo que lhe é estranho (talvez um tipo de estranho familiar...).

É importante destacar – como Foucault (2000) o fez – que trazer a morte para o interior do Biopoder não produz equivalência com o papel da morte no Poder Soberano; não se trata tampouco de uma relação guerreira, que é de enfrentamento, quando é preciso matar o outro para que eu (indivíduo) fique vivo e seguro. Ele entende que o Racismo de Estado atualiza e ressignifica a antiga relação militar e guerreira em um tipo biológico de relação. Assim, “tirar a vida [...] só é admissível no sistema do Biopoder se tende [...] à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou da raça” (FOUCAULT, 2000, p. 215). Esse ponto, como se verá mais tarde nas SD em rede, é crucial para entender o deslocamento do “matar” para o “odiar”.

Foucault (2000) nos diz sobre duas funções do Racismo de Estado. A primeira função é estabelecer, no domínio da vida, aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer. Trata-se de dividir, “fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico [a população] a que se dirige o biopoder” (FOUCAULT, 2000, p. 214).

A segunda função do Racismo de Estado é permitir estabelecer uma relação entre a vida e a morte; mas não a vida de um indivíduo e o risco de sua morte, como dissemos. “A morte do outro [...] é o que vai deixar a vida em geral mais sadia” (FOUCAULT, 2000, p. 215). Instaure-se o que parece paradoxal, mas que é lógico na mecânica do Biopoder em sua face regulamentadora da população: matar para deixar viver, matar para deixar a população a salvo, para fazê-la mais forte.

Um certo Racismo de Estado entre nós

Eu disse, nos parágrafos anteriores, a partir de Foucault (2000), que a primeira função do Racismo de Estado é dividir o contínuo (imaginário) da população, e a segunda, legitimar o assassinio. Penso que essa primeira operação não deve ser subestimada, embora a segunda seja mais marcante. É pelo viés da divisão que me distancio – mas sem largar de sua mão – do que Foucault estava pensando, dos séculos e fenômenos que ele observava, para refletir um pouco sobre uma determinada cena brasileira.

Brasil, reeleição de Dilma Rousseff

Final de 2014. Não é a primeira vez, na história do Brasil, em que se fala sobre a necessidade ou vontade de dividir o país², ou de formalizar uma divisão que parece estar em curso. Mas, aqui, quero me ocupar exclusivamente da irrupção recente desse intento fragmentador e que foi constantemente repetido, em menor ou maior grau, desde a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, arrefecendo bastante desde a possibilidade concreta do Golpe parlamentar, dissimulado no rito constitucional de um *impeachment*, que ela sofreria no dia 31 de agosto de 2016.

Depois da exibição televisada do “mapa eleitoral³” do segundo turno, que apontava para as regiões em que Dilma teve mais votos que o seu adversário de urnas, Aécio Neves, pôde-se visualizar uma divisão do país que foi formulada assim: “aqueles que querem ser governados por Dilma” e “aqueles que querem ser governados por Aécio”.

² Andrade (1999), em “As raízes do Separatismo no Brasil”, discute como o aparecimento de um nacionalismo brasileiro conviveu com “sentimentos separatistas”, que datam desde o período colonial, arrefecendo, mas sem se extinguir, com a Proclamação de República. Durante o período colonial, os movimentos eram sobretudo nativistas, isto é, os aspectos regionais ou locais eram mais relevantes que os nacionais, que, aliás, pressupunham uma unidade, unidade esta, consoante o autor, que começou a ser em alguma medida experimentada com a vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, na ocasião da invasão francesa a Portugal. No período regencial, assistiu-se a revoluções separatistas, a exemplo da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e da Sabinada, na Bahia. O movimento republicano também apresentou inclinação separatista e, apesar desta força de “desintegração” poder ser percebida em diferentes locais do Brasil, Andrade (1999) destaca que é no Sul do país que predomina o maior sentimento de separatismo. Apesar do protagonismo do Sul, o autor destaca também a tradição separatista de São Paulo e Pernambuco, mesmo antes da República.

³ Disponível, por exemplo, em: <<http://eleicoes.folha.uol.com.br/2014/2turno/presidente/br.shtml>>. Acesso em 27 out. 2014; 15 fev. 2017.

O que houve, naquele momento, foi a materialização imagética de uma cesura no contínuo da população, em sua suposta identidade nacional. Se, antes, havia uma ilusão coletiva, isto é, se antes havia um “nós, brasileiros, escolheremos nosso presidente”, passamos a lidar com “você não sabem escolher o que é o melhor para o Brasil”. Assistia-se, massivamente, a uma divisão entre “eles” e “nós”. O que ainda não se assumia, não com tanta veemência, como dividido, passou a ser alardeadamente dito: o Brasil está rachado entre “nós”, que sabemos votar, e “eles”, que não sabem.

Por uma questão que o mapa do segundo turno se encarregava de indicar, a responsabilidade maior do “erro” de reeleger Dilma foi atribuída ao Nordeste. Foi formulado, então, de diferentes formas e variadas vezes, o que, na época, se chamou de “ódio contra o Nordeste/nordestino”. Esse ódio se justificava pela compreensão de que o Nordeste/nordestino foi quem decidiu reeleger Dilma; foi o Nordeste que escolheu o PT; e o PT é quem vai afundar o Brasil. Nordeste e PT são responsáveis pelo mal que estamos, os brasileiros, prestes a encarar - eis a conclusão e a premonição.

Pensando junto com Michel Pêcheux (1997), para quem o sentido está sempre na relação metafórica de um enunciado com outro enunciado, não é difícil perceber como esse “ódio ao nordestino” deslizou para um “ódio ao PT”; quem ainda me lê poderá acompanhar, adiante, no *corpus*, como as SD 14 e 15, na terceira rede, já apontam para esse deslizamento, embora discuti-lo ultrapasse a proposta deste trabalho.

Nessa articulação tal como eu a formulei, se dá a ver a fragmentação de um “nós nacional”⁴. Se se podia falar do povo brasileiro, naquela conjuntura, era a diferença que pedia para ser notada. No contínuo de uma nação, na homogeneização necessária para a construção de uma “população” – a população brasileira, no caso –, uma fissura se mostra, e não é mais possível dizer quem os brasileiros escolheram sem alguma crise identitária. E a pergunta “impensada” se mostra: quem são/somos os brasileiros? Essa divisão entre “nós”, eleitores de Aécio, e “eles”, responsáveis pela reeleição de Dilma, impede que seja regular

⁴ Sémelin (2009) cita Benedict Anderson, para quem a própria ideia de nação é imaginária. Ele também cita Ernest Gellner, segundo quem o nacionalismo é responsável por criar a ideia de nação. A nação, para os dois, não se dá aprioristicamente. A discussão que Sémelin (2009) faz, ao convocar os dois autores, é que, ao contrário de outras noções, como a de raça e de etnia, é menos consensual que a “nação” seja um constructo e que seja, assim como qualquer outra, uma categoria problemática e insuficiente. Assim, “nação” seria experimentada como mais evidente que algumas outras categorias. No entanto, é na flagrante reformulação dessa noção, num movimento contrário à evidência de que “todos sabemos o que são (somos) os brasileiros”, que o ritual ideológico mostra sua falha. Aliás, como é característico de todo ritual ideológico (PÊCHEUX, 2009).

uma formulação que muito circula em outras condições: “os brasileiros não sabem votar”, ou “nós, brasileiros, não sabemos escolher nossos representantes”. Na cena brasileira que estamos descrevendo, o “nós”, como pessoa estendida, não mais abarcaria os eleitores da presidenta legitimamente reeleita⁵.

É a partir dessa discursivização sobre a divisão na população brasileira que acredito ser possível me aproximar da noção de Racismo de Estado. Sim, é verdade que, quando discute sobre essa concepção de racismo, Foucault (1976b) não está pensando que os inimigos que se pretende destruir sejam os adversários políticos, por exemplo, embora aponte brevemente a possibilidade de se pensar em “morte política”⁶. Ele diz que se trata de perigos, sejam eles internos ou externos, em relação à ou para a população. De alguma forma, os nordestinos, associados ao PT, são também tomados como inimigos políticos, o que pode remeter a uma disputa partidária ou de ideologias políticas reconhecidas como de esquerda e de direita, por exemplo. Mas não se trata só disso; os inimigos (nordestinos) são considerados adversários de toda a população brasileira, porque a expõem a riscos. Esse jogo imaginário que designa quem são amigos e inimigos diz algo sobre a possibilidade do discurso de ódio contra o Nordeste/nordestino.

O imaginário e o massacre

Jacques Sémelin (2009), em “Purificar e Destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios”, analisa três massacres⁷, momentos em que a vontade de matar ultrapassou o que ele chama de “estado de fantasma” e se realizou. Observa que a destruição de populações foi um fenômeno maciço no século passado, que cresceu, segundo ele, em relação ao século XIX, que assistia ao crescimento dos nacionalismos, contemporâneos ao Biopoder de que trata Foucault.

⁵ É muito provável, embora o corpus que compus não demonstre, que uma divisão semelhante tenha havido do “lado oposto”. Isto é, uma divisão entre “Nós, que sabemos votar, que escolhemos Dilma”, e “eles, que não sabem, como demonstra o fato de terem votado em Aécio”. A diferença maior, eu penso, tem que ver com a “qualidade” do imaginário em cada caso. Um imaginário de êxito daqueles que escolheram Dilma, em contraste com um imaginário de dor, de fracasso, daqueles que foram vencidos nas urnas.

⁶ “É claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc. (FOUCAULT, 1976b, p. 216) (destaque meu).

⁷ Sémelin (2009) toma como objetos os massacres ocorridos na Alemanha, em Ruanda e na Bósnia, respectivamente entre alemães-judeus, hutus-tutsi, sérvios-albaneses.

De acordo com Sémelin (2009, p. 30), “as lógicas de violência que culminam em massacre se apoiam em tudo isso: na designação de bodes expiatórios, na radicalização do antagonismo amigos/inimigos e, mais ainda, na matança como ato purificador”. Observo que não estamos distantes da noção de Racismo de Estado, que divide a população e mata uma parcela sua em nome da vida de um povo⁸. As SD que serão apresentadas no tópico seguinte melhor se incumbirão de esclarecer sobre isso.

Na análise que faz sobre os massacres, comparando-os, Sémelin (2009) identifica, entre outros, um elemento comum: a ferida de uma identidade coletiva (nacional). No processo de violência que preparava a morte em massa, o “nós” despenca do pedestal da evidência, deixando de fazer sentido em sua “obviedade”. Nos massacres que analisou, havia um “traumatismo coletivo” e o “nós” só exprimia, ainda que coletivamente, a dor, tornando-se “queixa, dor moral, sofrimento” (SÉMELIN, 2009, p. 38). Será possível perceber algo como essa “angústia” na segunda rede que organizei.

Sémelin (2009) defende, em sua discussão, que o imaginário é poderoso para entender a dinâmica do massacre, defendendo que a resposta para uma autoimagem (coletiva) fraturada se dá também via imaginário, mas um imaginário substitutivo: do imaginário coletivo da dor para um outro, reestruturador, que passa pela “purificação”. A leitora (e o leitor) poderá perceber esse gesto de “limpeza” na terceira rede de SD.

Essa construção do “novo” imaginário, segundo ele, tem como primeiro ponto a transmutação da angústia coletiva “em medo intenso, com relação a um inimigo do qual [os agentes sociais e políticos] vão expor toda a periculosidade” (SÉMELIN, 2009, p. 38), coagulando a angústia sobre um inimigo, a quem se responsabilizará por “todo” o perigo e “toda” malignidade. Quero destacar a totalização na indefinição do pronome “todo”; voltarei a ele adiante.

Para Sémelin (2009), o ódio contra o outro se constrói pela transmutação da angústia inicial em um medo concentrado em uma figura hostil. Essa figura hostil não é necessariamente individualizada. Pode – e é, inclusive, como Liceanu (2014), em “Do ódio”, entende ser o funcionamento mais regular do ódio que ele chama de moderno – ser despersonalizada, ser um objeto difuso, se concentrando em um grupo, por exemplo, ou deslizando por diferentes grupos(alvos). Minha proposta, como já deve estar claro inclusive

⁸ Em seu texto, Sémelin (2009) assume o “poder” como fio condutor de seu trabalho, o poder de destruir. A tomada do poder como fio condutor, além de referências que ele faz a trabalhos de Foucault, me fazem pensar ser possível aproximá-los – Foucault e Sémelin – sem muita “violência”.

para quem realizou uma leitura pouco atenta do que eu disse até aqui, é pensar essa figura hostilizada como sendo o Nordeste/nordestino.

A partir de Sémelin (2009), posso dizer que o ódio é construído; não se trata de algo original, natural. “É, antes, uma paixão construída, produzida, ao mesmo tempo, por uma ação voluntária dos seus partidários extremos e por circunstâncias favorecendo sua propagação” (SÉMELIN, 2009, p. 39). E o discurso de ódio é uma construção discursiva, como eu disse no início deste texto, o que já me aproxima da perspectiva que toma todo discurso enquanto processo, isto é, em seu inacabamento constitutivo, e na dependência de condições de produção determinantes.

Ainda que haja uma série de motivos que podem ser apontados como disparadores de massacres, Sémelin (2009) diz que é determinante que um formador de opinião descreva o que está acontecendo e que aponte também um responsável pela desgraça e pelo sofrimento. Parece-me que a tarefa é de aglutinar as angústias e concentrá-las numa “forma” reconhecível, e me parece ainda que a mídia brasileira, pensada na figura da rede Globo de televisão, por exemplo, teria cumprido exemplarmente essa função “aglutinadora” na cena brasileira que apresentei há pouco.

O próximo passo, após a elaboração de um inimigo, é a pulverização da necessidade de se livrar do adversário baseado na crença de que tudo melhorará logo em seguida. Trata-se de um imaginário de triunfo. Assim, o apoio maciço seria obtido para dar fim à “praga”. Sémelin (2009) ainda afirma que é preciso não questionar que “eles” ameaçam a “nossa vida”, tratando-se, portanto, de um processo que pretende tornar óbvios o inimigo e sua periculosidade; “é evidente que eles(s) faz(em) mal e que deve(m), por isso, ser eliminado(s); a nossa (boa) vida depende do extermínio deles!”.

Retomando o cenário descrito sobre aquela situação política do Brasil, temos indícios tanto da fratura do “nós brasileiros” quanto da tentativa de restauração da identidade nacional, fazendo-se isso pela elaboração da imagem de um inimigo comum e pela purificação que se alcançaria por via do extermínio do outro.

A materialização do “discurso de ódio” contra o Nordeste/nordestino

As SD que apresento a seguir, todas produzidas em sites de redes sociais, foram coletadas logo após a divulgação da reeleição da presidenta Dilma. Algumas, eu mesmo coletei; outras foram agrupadas e disponibilizadas por algum usuário virtual que tinha algum

interesse, que eu suponho que fosse de denúncia; outras, ainda, foram enviadas para mim via *WhatsApp* por quem sabia que eu estava coletando esse tipo de material, que eu chamei, porque era a expressão que também estava sendo utilizada por outros à época, de “discurso de ódio contra o Nordeste/nordestino”.

Decidi começar com as SD que discursivizam sobre a divisão/exclusão. Começo assim em atenção à afirmação de Foucault (2000) sobre a primeira função do Racismo de Estado, a cisão, e à divisão de uma identidade nacional como um elemento fundante dos massacres estudados por Sémelin (2009).

- SD1** Movimento separatista já! Fiquem com a Dilma, Nordeste!
- SD2** O esquema era o Nordeste virar uma país independente!!!
- SD3** #porumbrazilsemnordeste.
- SD4** O nordeste tinha que ser excluído do Brasil.
- SD5** VAMOS TIRAR O NORDESTE DO BRASIL.
- SD6** Separa o nordeste do Brasil, que tá tudo certo!

As SD acima indiciam uma fissura no contínuo imaginário da população brasileira, materializando o desejo de que se efetive uma “divisão” de algum tipo. Quero destacar que a possibilidade de formular a divisão é antecipada já por uma certa “divisão”. Quero dizer, pensando a partir da AD no que diz respeito às modalidades de subjetivação (PÊCHEUX, 2009), que não seria formulada divisão se houvesse uma identificação maciça com um nacionalismo unificador. Desconfiar da homogeneidade da identidade nacional é já um indício de falha no ritual (PÊCHEUX, 2009). Acredito ser possível pensar em uma contraidentificação (PÊCHEUX, 2009) nesse caso, porque o que está em jogo não é uma ruptura contundente com uma “brasilidade”; questiona-se a brasilidade não para condená-la à inexistência, mas para reestruturá-la como ela supostamente sempre deveria ter sido, isto é, sem aqueles “estrangeiros-nordestinos” do Brasil. De alguma forma, atualizam-se, aqui, sentidos da eugenia, de uma vontade de limpeza étnica, que, ao contrário de ter sido um “programa” exclusivamente nazista ou mesmo antissemita, foi desenvolvido e difundido em muitas partes do mundo, incluindo o Brasil⁹.

Em relação à rede, as SD primeiras dizem sobre a separação: sobre um movimento separatista (01) e sobre a independência do Nordeste (02). Entre as SD, a segunda me

⁹ Faço referência ao trabalho de Diwan (2013), “Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo”.

parece a mais destoante, porque persegue o intento separatista, mas diz sobre “independência”, o que não deixa de atualizar um sentido “positivo” sobre o que entendemos por ser “independente”. Não soa como “punição” dar a independência a alguém, ao menos que o Nordeste não tenha reclamado essa nova condição, que é exatamente o caso.

As demais SD discursivizam diretamente sobre a exclusão do Nordeste, e isso é diferente de dizer “separação” ou “independência”. Em 03, 04, 05 e 06, o Brasil permanece; ele não será dividido em dois. O Brasil permanece e o Nordeste é que é exotado (não emancipado etc.). O Nordeste não é mais Brasil; de parte do país, passa a ser um “adereço” de que se pode abrir mão sem que a “brasilidade” se perca, ou justamente para que ela não seja perdida. Esse elemento diferenciador, essa oposição entre nós, brasileiros, e eles, nordestinos, é fundamental para que o ódio contra o Nordeste/nordestino se mostre, porque passa pelo processo de diferenciação para a construção do outro.

Fazer do Nordeste uma outra coisa distinta de Brasil consiste em uma operação de transformação do inimigo interno em inimigo externo. Uma “estrangeirização” do nordestino está em curso, ampliando a distância entre aquele que se percebe vítima e o seu algoz. Parece-me que, assim, com a distância, o ódio se mostra mais legítimo. Inclusive a estratégia de distanciamento entre “nós” e o “nosso inimigo em comum” pode ser entendida como uma das etapas na construção de sua periculosidade (SÉMELIN, 2009; LIICEANU, 2014).

Em relação às outras, a SD 06, eu penso, merece uma atenção um pouco diferente, porque ela materializa um elemento que Sémelin (2009) destaca, que é a crença de que, sem o adversário, as coisas irão melhorar (Separa o nordeste do Brasil que tá tudo certo!); um imaginário de glória, que depende, de certa forma, de uma ideia de purificação. Esta ideia de purificação é poderosamente destrutiva, e nossa memória acerca do holocausto judeu, a “solução final”, não nos deixaria duvidar da potência do imaginário¹⁰.

Para que essa crença – de que sem eles nossa vida ficaria melhor – seja compartilhada, faz-se necessário, de acordo com o autor, que tenha havido a produção da imagem do adversário como responsável pelo caos, e que esta imagem produzida tenha

¹⁰ Um breve parêntese para dizer o que já deve ser sabido: imaginário, aqui, não corresponde a coisinha à toa, a puro devaneio. Para a AD, todo processo discursivo supõe o jogo de formações imaginárias (PÊCHEUX, 2010). A relação imaginária diz-nos sobre a função ideológica da representação.

sido massificada a ponto de ser separada de sua forjadura, num processo de produção de evidência, que não é outra coisa senão um processo de naturalização. Vejamos a rede a seguir, que exemplifica a imagem negativa que se (re)produz sobre o Nordeste/nordestino.

SD7	Nordestino tudo burro, vergonha do país.
SD8	Só vim no twitter falar o quanto os NORDESTINOS são a DESGRAÇA do brasil...
SD9	Mais uma vez, o #Nordeste fudendo o país.
SD10	Nordestino é foda, não basta ser merda lá com aquela cultura, comida de merda, tem que cagar o país inteiro...
SD11	[Sobre o mapa do Nordeste:] ESSE É O CÂNCER.

Uma definição “clássica” de discurso a partir de Pêcheux (2010) é que o discurso é feito de sentidos entre sujeitos (entre os pontos A e B), entendidos como “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 2010, p. 81). Esses lugares, ainda segundo ele, não correspondem à presença física dos indivíduos, mas a representações no processo discursivo, funcionando como formações imaginárias.

Uma vez que todo processo discursivo lida, necessariamente, com as formações imaginárias, e uma vez que as imagens que entram em jogo nesse processo são determinantes dos efeitos de sentido que são (re)produzidos, as formações imaginárias funcionam como Condição de Produção dos discursos. Como o foco que dei neste texto é no discurso de ódio, compreendido como processo discursivo, no que diz respeito ao imaginário, cabe perguntar-me, entre outras coisas, que imagens os pontos A e B têm de si nesse “tipo” de discurso.

Como não propus uma especulação “vazia”, isto é, sem que minha reflexão se apoie em um *corpus* que tenha algo a me dizer, num processo de “escuta”, a tarefa, então, é olhar para as SD e buscar entender as imagens que funcionam ali; a imagem que o “sujeito do [discurso de] ódio” (LIICEANU, 2014) tem em relação ao “objeto do [discurso de] ódio” (LIICEANU, 2014), objeto que seria o ponto B¹¹.

¹¹ Apesar de eu acreditar que esse “esquema” proposto por Liiceanu (2014), de que há o sujeito de ódio e o objeto de ódio, precise ser repensado para a AD – o que só farei em esforços futuros – parece-me relevante observar que chamar o ponto B de “objeto” pode indicar um processo de coisificação do outro, que não seria, conforme a imagem que se tem dele, protagonista de discurso, uma vez que é desqualificado da condição de humano.

Reitero: considerando que o discurso é efeito de sentidos produzido entre imagens de si, do outro e do referente posto em processo (PÊCHEUX, 2010), e considerando que a imagem que se tem do Nordeste/nordestino, coisificado, é de que, por diferentes motivos, é um “inimigo” nacional, o discurso que se pode produzir é um discurso sobre o combate do mal que assola o Brasil. Tem-se uma licença, que é em nome da segurança e estabilidade! Não é, então, um ódio injustificado; sequer é ódio, poderiam dizer. “Mas, se fosse, haveria bons motivos para justificá-lo”.

Na rede acima, o Nordeste/nordestino aparece discursivizado como “o inimigo”, como a “pedra no sapato” de toda uma população, e esta é a imagem que se tem do outro. Há, como se nota, variadas formas de desqualificar o adversário: dizendo que ele causa vergonha (01), que é responsável pela desgraça ou que é a própria desgraça do Brasil (08), que, outra vez, está “fodendo” (09) e “cagando” (10) o país, e que pode ser comparado ao câncer nacional (11). Há, em grande medida, um discurso de responsabilização pelo caos que, imaginam, está por vir, mas principalmente pela reeleição da presidenta, o que está sendo compreendido como disparador caótico.

É compartilhada, portanto, uma certa imagem de Nordeste/nordestino que só se relaciona ao Brasil/brasileiro para lhe fazer mal; esta imagem ajuda a “solidificar”, ou mesmo a produzir a diferença entre Brasil e Nordeste, foco da rede anterior. São essa divisão exaltada e essa imagem “malignizada” do adversário que legitimam a exclusão do Nordeste e o ódio contra ele.

Nesta segunda rede, há elementos que ilustram o processo do discurso de ódio, os quais ainda merecem destaque. Em 07, 08 e 11 (vergonha brasileira, desgraça brasileira, câncer brasileiro), pode-se notar que o Nordeste é ainda parte do Brasil, mas que, apesar disso, faz mal ao país, o que aponta para uma traição. O inimigo, se interno, é um traidor. É esse o ponto em que o Racismo de Estado, na apropriação que estou fazendo, começaria a corroer a unidade de um povo, de uma nação, destacando as cisões da população brasileira.

Realizada essa primeira tarefa, de dividir, o próximo passo seria, como destaquei, o assassinio legítimo, sob uma licença. O que se pode, a partir dessa “licença”, é o que eu ilustro na rede seguinte.

SD12 Essa porra de **Nordestinos** do caralho, que sobrevivem de bolsa família, **deveriam todos morrer**.

SD13 Desejo[...] **que o ebola chegue no Brasil pelo Nordeste e que mate a todos!**

SDI4 Alguém solta **uma bomba atômica aqui no Nordeste pra matar**, logo, **essas pragas**¹² **tudo** que votam no PT.

SDI5 Só Hitler acaba com a raça dos petistas¹³... construindo **câmara de gás no nordeste, matando geral**.

Como se pode notar, a rede três não aponta para a morte de um nordestino, mas de todo um grupo, visto que é o grupo que aparece como responsável pelo resultado nas urnas e pelos futuros problemas que isso causará, segundo a interpretação que deram aos “fatos” e ao porvir. É interessante observar que a rede mostra que existe uma impessoalidade no objeto odiado.

O “ódio clássico”, conforme Liiceanu (2014), se realizava apenas uma vez, porque era pessoal; se esgotava quando eliminado o personagem (ou “objeto”) alvo do ódio. Porém, conforme sua argumentação, o “ódio moderno” é diferente, é impessoal, como eu já disse antes. Exemplos disso seriam o intento nazista do extermínio de todos os judeus europeus, ou ainda o desejo de eliminação de todos os tutsis, no massacre em Ruanda, entre outros exemplos que, infelizmente, não são tão raros.

Na rede, não se odeia um nordestino específico, mas todos os nordestinos (todos, tudo, geral). Por essa impessoalidade, o ódio pode durar indefinidamente, e o “crime” por meio do qual ele se materializa pode ser repetido. Todas as SD da rede acima apresentam-se com essa generalidade: é necessário que, ainda que varie o recurso utilizado, todos os nordestinos sejam eliminados. Trata-se de uma vontade de extermínio total, em massa, o que Sémelin (2009) utiliza como um dos critérios para categorizar os massacres como genocidas. Nas SD, essa disposição para o assassinio encontra-se em um estado fantasmático, isto é, em um estágio anterior a uma possível, mas não incontornável, passagem ao ato.

¹² Não desenvolverei neste trabalho, mas a subtração de cidadania, a pilhagem de humanidade é uma das “estratégias” na elaboração de inimigos. Essa subtração é produzida, muitas vezes, como demonstra Sémelin (2009), pela animalização de quem vai vir a ser o “objeto de ódio” (LIICEANU, 2014). Chamar os nordestinos de praga seria uma das formas do que poderíamos chamar de “animalização” ou “reificação” do outro

¹³ Nesta SD, há uma associação explícita entre o ódio aos nordestinos e o ódio ao PT. A associação entre o partido e a ideia de raça, seguida da posterior sugestão da construção de câmaras de gás revolvem sentidos sobre a perseguição não só, mas principalmente aos judeus, uma “raça” entendida, ali, como maligna. Nesta SD, “petista” vale como “judeu”. A consequência é que, assim como a “raça” judia deveria ter sido banida, o mesmo deveria ocorrer em relação à “raça” petista.

A rede 3 exemplifica a materialização, a um modo peculiar, do desejo assassino, que é o direito de fazer morrer. Não posso esquecer, porém, que fazer morrer (ou desejar que alguém o faça), na “narrativa” que as SD reconstróem, é em nome da vida, da qualidade de vida, do progresso de um país, e é uma resposta ao medo anterior de que o país “afunde”. Nas SD da rede, é pelo Brasil que os nordestinos devem morrer, mostrando-se utilitária a separação entre brasileiros e nordestinos.

Pensando na imagem que o “sujeito do [discurso de] do ódio” (LIICEANU, 2014) teria de si, sobretudo na lógica de que é em nome da segurança nacional que se formula o que exemplifiquei na rede 3, ele não seria um “criminoso”, mas, antes, um herói¹⁴, capaz de tudo para salvar a nação, um bem maior. Pode-se inclusive chegar a ter orgulho do seu ódio (LIICEANU, 2014), desde que ele, eu acrescento, não seja designado por esse nome.

Como Sémelin (2009) observa, nem sempre esse “ímpeto” pelo massacre passa do estado fantasmagórico. Mas ele se manifesta, e, na rede, pelo desejo da morte maciça dos nordestinos. É quase indiferente o modo de matar, digo “quase” porque é necessário que se produza a morte em massa, esse ato purificador. O intento de massacre passa pela arma “biológica” (13), pela arma nuclear (14) chegando à arma química (15), numa menção direta ao regime nazista e seus extermínios em massa pelas câmaras de gás. É interessante destacar que o regime nazista, conforme Foucault (2000), foi o que “melhor” executou o Racismo de estado e a função assassina que ele autoriza. Essa associação, me parece, não pode deixar de trazer alguma luz à relação entre ódio, massacres e Racismo de Estado.

Considerações finais

Quando Foucault e Sémelin discutem, respectivamente, Racismo de Estado e Massacres, obviamente, não se referem ao que estou chamando de “Discurso de ódio contra o Nordeste/nordestino”. Há, portanto, um pedido de licença para poder me apropriar das discussões daqueles autores para pensar o que selecionei como objeto.

¹⁴ Liiceanu (2014) defende que, no final do século XIX, houve condição para que surgisse um programa de ódio; um ódio, portanto, que não era movido por humores, sem motivos refletidos, produzido no ímpeto, mas por um ódio engendrado por uma produção intelectual, que cria motivos nobres para a massificação do ódio e para o extermínio dos inimigos produzidos por esse programa. Esse processo, que é de uma intelectualização do ódio, transforma o *hater* em herói.

Porém, alguns elementos que se cruzam nessas duas discussões me ajudam a pensar o discurso de ódio. Segundo Sémelin (2009), é a partir do gesto de dividir – que é também a primeira função do Racismo de Estado (FOUCAULT, 2000, e também o que ilustram as SD sobretudo da primeira rede – que os massacres chegam a se realizar. Embora não seja verdade que o discurso de ódio necessariamente redunde em massacre, parece ser possível dizer que massacres, como os que Sémelin (2009) analisa, não poderiam ocorrer sem que discurso(s) de ódio fosse(m) produzido(s), difundido(s) e transformado(s) em evidência.

Um processo discursivo não necessariamente passa por etapas pré-determinadas nem por uma sucessão previsível de fatos. Ainda assim, a minha proposta de entender como o discurso de ódio contra os nordestinos se organiza e se materializa nas SD que elenquei me faz notar o que parecem ser regularidades, e que coincidem, de certa forma, com as discussões de Foucault (2000) e de Sémelin (2009), que eu trouxe para este texto. As regularidades são as seguintes: apoiar-se em um tipo de divisão, exemplificada pela cisão entre nós (brasileiros legítimos) e eles (nordestinos, inimigos infiltrados), na trama de um inimigo incontestado (os nordestinos e os males que reincidentemente produzem contra o Brasil, adoecendo-o), e no desejo de extermínio como ato purificador (no caso, o cadafalso coletivo das pragas nordestinas)

A eleição do inimigo é resultado (e, às vezes, motivo) da divisão do que era o imaginário do contínuo da população brasileira. Internamente, elege-se aquele a que se deve responsabilizar pelos males e, uma vez associado à desordem, ganha-se a licença para retirá-lo do grupo (da população!), tornando-o externo. A essa distância, é mais fácil “matar”.

Nas SD, não se trata exatamente de matar, embora o desejo se materialize linguisticamente. Se deseja matar pelo bem da população, num enobrecimento do assassinio. Ainda assim, porém, não se mata! Há, então, um deslocamento: no espaço virtual, não se pode matar o adversário, mas, em nome da defesa da população, de sua integridade, de sua vida, enfim, pode-se odiar, o que equivale, na rede, a desejar a morte.

Um dos modos de conceber o discurso de ódio em textos produzidos a partir do Direito (BRUGGER, 2007; LUNA; SANTOS, 2014, entre outros) é entender que ele pode incitar a violência contra determinado grupo. Assim, um discurso de ódio seria reconhecido quando pudesse provocar a violência de sujeitos contra determinado “objeto”. Há, inclusive, a discussão sobre a dificuldade de se detectar um discurso de ódio (BRUGGER, 2007), já que nem sempre a incitação é tão “mostrada”, de modo que não é possível dizer com exatidão que tipo de formulação poderia desencadear um ato violento.

De uma perspectiva discursiva, desta que toma discurso como um processo, sendo incertos seu início e seu fim, seria impossível, eu penso, classificar tal ou tal discurso como sendo de ódio a partir dessa proposta do Direito, porque esta lida com a ideia de previsibilidade, prevendo que tipo de enunciado poderia gerar um ato violento. O que quero dizer é que não acredito que possamos afirmar exatamente que X vai produzir Y, de modo que, também por isso, parece necessária uma noção discursiva do discurso de ódio.

Um caminho, que é o que tenho percorrido, é pensar como o imaginário funciona no processo do discurso de ódio, e, nessa direção, a discussão de Sémelin (2009) é mais uma vez muito pertinente, porque pensa a violência que culmina em massacre como um processo, um processo de violência. Tentar entender o jogo imaginário, as imagens que se produzem em oposição a quais outras, eis o que tenho pensado como um caminho para, discursivamente, entender o funcionamento de discursos de ódio, e, quiçá, apresentar uma noção que dialogue com as (im)possibilidades da AD.

Referências

- ANDRADE, M. C. de. *As raízes do separatismo no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp; Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Direito público*, Brasília, v. 15, n. 117, jan.-mar. 2007. p.117-136.
- DIWAN, P. *Raça pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- FOUCAULT, M. [1975]. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.
- _____. [1976a]. *História da sexualidade: a vontade de saber*. São Paulo; Graal, 2003.
- _____. [1976b]. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LIICEANU, G. *Do ódio*. Campinas: Vide Editorial, 2014.
- LUNA, N. M. P. de A. F.; SANTOS, G. F. Liberdade de expressão e discurso de ódio no Brasil. *Revista direito e liberdade*. v. 16, n. 3, set-dez. 2014. p. 227-255.
- PÊCHEUX, M. [1969] Análise automática do discurso. In: GADET, F e HAK,T(Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 59-158.

_____. [1975] *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

_____. [1978] Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009, p. 269-281.

_____. [1983] *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

SÉMELIN, J. *Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios*. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

Silmara Dela Silva

**DAS IMAGENS NO DISCURSO:
A MÍDIA E AS REPRESENTAÇÕES
DO SUJEITO HOJE**



DAS IMAGENS NO DISCURSO: A MÍDIA E AS REPRESENTAÇÕES DO SUJEITO HOJE

*São ordens diferentes, a do mundo e a da linguagem.
Incompatíveis em suas naturezas próprias.
A possibilidade mesma dessa relação se faz pela ideologia.
Eni Orlandi (1994, p. 56)*

Analisar o discurso como “efeitos de sentidos”, como nos propõe Pêcheux ([1969] 1997, p. 82), é voltar-se a um objeto teórico que se oferece ao estudo na opacidade da linguagem, no encontro da língua com a história. Como nos adverte Eni Orlandi, um objeto que “tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto” (ORLANDI, 2001, p. 22). O discurso é língua que se inscreve na história, possibilidades de sentidos que, no entanto, se apresentam ao sujeito como uno e sempre já-lá; efeitos que, como nos diz Orlandi (1994, p. 56) na epígrafe que aqui trouxemos, torna-se possível pelo funcionamento da ideologia, que permite o encontro “da linguagem” e “do mundo”, a princípio “Incompatíveis em suas naturezas próprias.”.

Em nossos trabalhos (DELA-SILVA, 2015, 2011, 2008), retomando a reflexão de Orlandi (2001a) acerca dos três momentos implicados no processo de produção dos discursos, temos buscado mostrar como a mídia tem se constituído, em nossa formação social, como um local privilegiado para a constituição, a formulação e a circulação de efeitos de sentidos na atualidade. Entendemos que, pela insistência de suas formulações, a mídia faz circular, sob a aparência do diferente, sentidos sempre os mesmos, porque constituídos a partir de mesmas memórias discursivas. Pela circulação ininterrupta – no papel, nos áudios, nas telas –, por sua vez, esses dizeres que ganham corpo na mídia² vão retomando já-ditos, produzindo efeitos de evidências, naturalizando sentidos.

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF) e bolsista da FAPERJ (Edital JCNE 2015/2017). É jornalista e doutora em Linguística pela UNICAMP. Com as professoras Bethania Mariani e Vanise Medeiros, coordena, de forma colegiada, o Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS/UFF). Suas pesquisas têm como foco a análise dos discursos da/na mídia. E-mail: silmaradela@gmail.com.

² Retomamos aqui a afirmação de Orlandi (2001a, p. 9): “Formular é dar corpo aos sentidos”.

Neste trabalho, buscamos dar continuidade às reflexões que vimos desenvolvendo a respeito dos discursos da/na mídia, tomando como foco materiais jornalísticos com circulação em revistas semanais de informação que tematizem o sujeito na atualidade como acontecimento jornalístico (DELA-SILVA, 2015, 2011, 2008), aqui entendido como uma prática discursiva³, como explicaremos mais adiante. Prosseguimos, assim, na análise dos processos de produção de sentidos para o sujeito na atualidade, bem como na compreensão da mídia em seus movimentos discursivos que, como nos alerta Orlandi (2007, p. 96), promove “uma reorganização do trabalho intelectual e uma nova divisão do trabalho de leitura”, ao distinguir o “que se deve apreender como sentido único” e o “que admite plurivocidade interpretativa”.

Nossa reflexão tem como foco a relação entre imagem e representação nos discursos em circulação na mídia⁴, mobilizando, assim, dois significantes bastante frequentes quando se diz sobre a mídia e os seus discursos, e também bastante opacos. Neste percurso, tomamos imagem e representação a partir de noções mobilizadas na teoria do discurso, proposta por Michel Pêcheux, com vistas a apreender o seu funcionamento na análise discursiva das produções midiáticas. Ou seja, não nos dedicaremos à imagem e/ou à representação enquanto manifestações não-verbais do discurso, mas em seus funcionamentos teóricos, pensando o seu aparecimento na teoria proposta por Pêcheux e as suas consequências para se analisar discursos.

Para isso, organizamos esta reflexão em dois momentos: no primeiro, revisitamos a noção de formação imaginária proposta por Michel Pêcheux ([1969] 1997), momento em que encontramos na teoria uma relação e/ou uma aproximação entre imagem e representação; em seguida, passamos à análise das projeções que se constituem para os sujeitos e, em especial, para o sujeito homem, nas capas de duas edições especiais da revista semanal *Veja*, de modo a propor a diferenciação entre imagem e representação, como um caminho possível para avançarmos na compreensão dos discursos da/na mídia.

³ Em consonância aos propósitos do projeto de pesquisa docente *Do acontecimento jornalístico às práticas discursivas: o sujeito no discurso da/na mídia* (FAPERJ – Edital Jovem Cientista do Nosso Estado 2015/2017), em andamento no LAS/UFF.

⁴ A discussão entre imagem e representação que aqui empreendemos foi motivada pela minha participação no Simpósio “Discurso, imagem e representação”, que coordenei em parceria com a Giovanna Flores (UNISUL), durante a 3ª JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso e 2º EID – Encontro Internacional de Imagem em Discurso, realizados em março de 2015, na UEM, em Maringá-PR. Durante o evento, a distinção que ora proponho foi apresentada oralmente por mim, de forma resumida.

Iniciamos o nosso percurso pelo retorno à noção de formações imaginárias, formulada por Michel Pêcheux, no final da década de 1960, quando da primeira apresentação de sua teoria do discurso.

Em sua reflexão, ao apresentar as condições de produção do discurso, propondo o deslocamento em relação tanto a um “esquema ‘reacional’” como a um “esquema ‘informacional’” de estudos do “comportamento linguístico em geral”, Pêcheux ([1969] 1997, p. 79-82) afirma que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.” (p. 82, *itálicos do autor*). As formações imaginárias são definidas, assim, como a projeção no discurso das imagens que o sujeito faz de si mesmo e do outro, bem como daquilo sobre o que fala em seu dizer, que são pressupostas em todo processo discursivo.

Da perspectiva materialista que assume para pensar o discurso, Pêcheux mobiliza, em sua teoria, o imaginário como instância necessária ao sujeito, perpassando sua relação com a linguagem. Em Castoriadis (1982) encontramos esse lugar do imaginário, entendido como “capacidade elementar e irreduzível de evocar uma imagem” (p. 154), uma instância que “se separa do real” e possui “influência decisiva” sobre o simbólico (CASTORIADIS, 1982, p. 155). Assim, Castoriadis demarca, em sua reflexão, um distanciamento entre o sentido corrente de imaginário – que costuma ser associado “a alguma coisa ‘inventada’” ou a deslizamentos, a um “deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações ‘normais’ ou ‘canônicas’” (1982, p. 154) –, a que ele vai chamar de imaginário último ou radical, e o imaginário efetivo, sendo este responsável pelo tecer do simbólico⁵.

Na teoria do discurso, a imagem é pensada como o produto da relação imaginária que o sujeito empreende com o mundo, via linguagem, e que se marca em seu dizer. Isso porque, como vimos afirmando, a partir de Orlandi (1994, p. 57), “não existe relação direta entre a linguagem e o mundo”, mas essa relação “funciona como se fosse [direta], por causa do imaginário”. É via imaginário que o sujeito pensa acessar o mundo, mas o faz em uma relação sempre indireta, porque sempre mediada pela linguagem. Retomando Sercovich

⁵ A respeito da relação entre real, imaginário e simbólico, assim afirma Castoriadis (1982, p. 155): “Se dissermos que o simbólico pressupõe o imaginário radical e nele se apóia, isso não significa que o simbólico seja, globalmente, apenas o imaginário efetivo em seu conteúdo. O simbólico comporta, quase sempre, um componente ‘racional-real’: o que representa o real ou o que é indispensável para o pensar ou o agir. Mas este componente é tecido inextricavelmente com o componente imaginário efetivo - e isso coloca, tanto para a teoria da história como para a política, um problema essencial.”.

(1977)⁶, Orlandi (1994, p. 57) nos diz que “a dimensão imaginária de um discurso é sua capacidade para a remissão de forma direta à realidade. Daí seu efeito de evidência, sua ilusão referencial.”.

Por conseqüência, enquanto produto de um efeito de evidência, a imagem não decorre de uma vontade plena do sujeito, de uma suposta livre interpretação, mas do funcionamento da ideologia. Na análise de discurso, a ideologia é pensada como um mecanismo que fornece ao sujeito evidências de sentido, que confere um efeito de transparência à linguagem o que, por sua vez, promove um mascaramento do “*caráter material do sentido*” (PÊCHEUX, [1975] 1997a, p. 160, *itálicos do autor*) como um efeito para o sujeito. Dentre os efeitos elementares da ideologia de que nos fala Pêcheux ([1975] 1997a), estão a evidência do próprio sujeito, e a evidência do sentido, ou seja, a impressão que todo sujeito tem, por um lado, de ser origem de si mesmo e, por outro, de que “as palavras se apresentam com sua transparência que poderíamos atravessar para atingir seus ‘conteúdos’ (ORLANDI, 1994, p. 57)⁷. As imagens, produto do funcionamento do imaginário do sujeito, resultam em projeções em seu discurso, que são mobilizadas na teoria pela noção de formações imaginárias.

De imediato, poderíamos ser levados a associar essa noção de imagem, mobilizada via formações imaginárias, à noção de representação. Contudo, não é preciso uma reflexão teórica muito densa para constatar que o simples sustentar a relação de proximidade entre imagem e representação se produz como um mero efeito de evidência do sentido. Parece óbvio que imagem e representação estejam ligadas, podendo até mesmo ser vistas uma como causa e/ou conseqüência da outra, como ocorre no senso comum.

Contudo, pensando desse modo, que simplesmente reduz a imagem à representação, e vice-versa, permanecemos sob o efeito de naturalização do sentido, trabalho da ideologia, e como afirma Orlandi (2007, p. 84), o “gesto de interpretação do analista” deve justamente

⁶ Orlandi (1994) refere-se à obra: SERCOVICH, A. *El discurso, el psiquismo y el registro imaginario*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1977.

⁷ Para o sujeito, essas evidências produzidas pela ideologia são apagadas por ação do que Pêcheux ([1975] 1997a) chamou de esquecimentos no discurso. O primeiro deles, esquecimento número 1, confere ao sujeito a impressão de ser origem do que diz. Como afirma Orlandi (2001, p. 35), ele “reflete o sonho adâmico: o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente o que queremos”. O esquecimento número 1 encobre o próprio funcionamento da ideologia, em seu modo de afetar o sujeito, ao colocá-lo na ilusória origem do dizer. Por sua vez, o esquecimento número 2 produz a “ilusão referencial”, fazendo com que o sujeito creia em uma “relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo.” (ORLANDI, 2001, p. 35).

buscar, pelo apoio do dispositivo teórico, distanciar-se do “gesto de interpretação do sujeito comum, que se dá em um *dispositivo ideológico* com seu efeito de evidência.” (2007, p. 84, itálicos da autora). Sendo assim, questionamos: Como então pensar esta relação entre imagem e representação? E ainda: é possível (e produtivo) pensar uma distinção entre imagem e representação na teoria do discurso?

Diante dessas questões teóricas que se impõem, retornamos a Pêcheux. Antes de formular a noção de formações imaginárias e expô-las em um quadro, Pêcheux ([1969] 1997) irá tocar na questão da representação. Ao definir o discurso como “efeito de sentidos entre os pontos A e B” (p. 82), Pêcheux especifica que A e B não correspondem a indivíduos propriamente, em sua corporeidade como seres humanos singulares, mas a “lugares determinados na estrutura de uma formação social”, como “os lugares do ‘patrão’ (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário” ([1969] 1997, p. 82), para ficar nos exemplos trazidos pelo autor; lugares esses que, nos termos de Pêcheux, estão “*representados* nos processos discursivos em que são colocados em jogo.” (itálico do autor).

Não podemos deixar de notar que “representados” segue em itálico na reflexão de Pêcheux, que, em sua explicação, assim prossegue: “Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, presente, mas transformado;” (itálicos do autor, sublinhados nossos) funcionando por meio das formações imaginárias. Entendemos que o distanciamento inicial do autor com a grafia do termo “representados” em itálico, bem como a retomada de “representado” por “presente, mas transformado”, por meio da locução “isto é”, correntemente empregada para indicar “um esclarecimento sobre o que se disse” antes ou para fazer “uma retificação” (HOAISS, 2001), podem apontar para uma certa distância entre o que são as formações imaginárias, constitutivas de todo processo discursivo, e o modo como elas funcionam como “representações”, no caso, das posições em jogo em uma formação social.

Estamos entendendo que as formações imaginárias marcam, como afirma Pêcheux no quadro a que nos referimos anteriormente ([1969] 1997), as imagens que A e B projetam em seus dizeres sobre si mesmos e o outro, bem como os “pontos de vista” de A e B a respeito do que dizem, sendo, assim, constituídas na relação do sujeito com o discurso, via imaginário. As representações, por sua vez, estariam relacionadas, como nos diz Pêcheux, às “regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas situações)” (p. 82, itálicos do autor), que são

construídas em uma formação social. As “representações” se referem, assim, ao processo pelo qual os lugares estabelecidos em uma formação social passam a funcionar como posições no discurso.

Como na análise de discurso os conceitos possuem um caráter teórico-metodológico, e a teoria se faz sempre no movimento entre dispositivo teórico, *corpus* e análises, em um movimento pendular, como nos diz Petri (2013)⁸, propomos um exercício de análise para que possamos visualizar em uma materialidade discursiva a especificidade de cada uma das duas noções aqui mobilizadas – da imagem e da representação –, bem como a possível relação entre elas e o seu funcionamento nos discursos da/na mídia.

Para isso, passamos à segunda parte deste artigo, em que mobilizamos parte do *corpus* que estamos constituindo em nossa pesquisa acerca dos discursos sobre os sujeitos na mídia na atualidade enquanto acontecimento jornalístico, que mencionamos anteriormente. Como dissemos, nossa pesquisa tem como proposta analisar os dizeres da/na mídia sobre o sujeito, tomando como foco materiais jornalísticos com circulação em revistas semanais de informação que tematizam o sujeito na atualidade como acontecimento jornalístico.

São diversos os trabalhos na área de Comunicação a respeito do acontecimento jornalístico e de seu funcionamento⁹. Em nossos trabalhos, entretanto, temos pensado esta noção a partir do lugar teórico da análise de discurso. Desse modo, entendemos o acontecimento jornalístico como “um acontecimento em circulação na mídia que resulta de um gesto de interpretação (ORLANDI, 2007) e que se faz a partir de uma posição ideológica e não de outra” (DELA-SILVA, 2015). Trata-se, assim, de uma prática discursiva, um acontecimento do discurso que, “ao ser formulado, promove gestos de interpretação que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico” (DELA-SILVA, 2015).

O *corpus* que estamos constituindo e que tem nos permitido essa reflexão teórica acerca da noção de acontecimento jornalístico na análise de discurso, volta-se, de um modo geral, a publicações jornalísticas que em seu dizer empreendem gestos de interpretação

⁸ Conforme Petri (2013, p. 42): “Talvez possamos dizer que é no movimento de ir e vir (da teoria para a análise e/ou vice-versa) que o pêndulo agita os processos de produção de sentidos sobre o *corpus*, movimentando a contemplação que estagnaria o analista e, conseqüentemente, o movimento de análise.”

⁹ Dentre os trabalhos acerca do acontecimento jornalístico na área de Comunicação, destacamos a obra: BENETTI, M.; FONSECA, V.P.S. (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular, 2010. A coletânea expõe, em seus vários artigos, diferentes tendências na consideração do acontecimento jornalístico por pesquisadores da área.

sobre o sujeito na atualidade. Iniciamos o nosso percurso com um retorno ao chamado arquivo digital da revista *Veja*¹⁰, tradicional publicação semanal de informações, em circulação no Brasil desde 1968, como foco em suas edições especiais¹¹.

Nessas edições, que circulam desde o ano de 1972, caracterizando-se por serem dedicadas a temáticas específicas – como a grandes eventos relacionados à política (eleições, por exemplo), a personalidades de renome nacional ou a ocasiões especiais, como a Copa do Mundo de Futebol –, observamos a recorrência, a partir da década de 1990, do dizer sobre o sujeito em sua condição na contemporaneidade. A primeira delas é publicada em agosto de 1994, com o título “Especial mulher. A grande mudança no Brasil”, constituindo-se, assim, como uma primeira edição especial da revista a tematizar o sujeito como acontecimento jornalístico. Desde então, circularam outras 13 edições especiais de *Veja* dedicadas a temáticas como a mulher, o homem e os jovens no Brasil.¹²

Para o exercício de análise que ora propomos, com foco na relação entre imagem e representação no discurso, direcionamos o nosso olhar a duas dessas edições especiais que tratam do homem na atualidade, cujas capas reproduzimos na figura 1:

Figura 1: Reprodução de capas das edições especiais de *Veja* dedicadas ao homem na atualidade.



Edição de outubro de 2003.



Edição de agosto de 2004.

¹⁰ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 10 out. 2014.

¹¹ Em análises anteriores, já nos detivemos sobre o arquivo digital da revista, o que resultou em reflexões sobre a noção de arquivo, em Dela-Silva & Lunkes (2014), por exemplo.

¹² Considerando o levantamento que fizemos até o ano de 2010.

Uma análise discursiva dessas duas capas, que passaremos a tratar, respectivamente, por Capa 1 (edição 2003) e Capa 2 (edição 2004), pode mobilizar diversas noções do quadro teórico-metodológico da análise de discurso, sendo uma delas a noção de formações imaginárias, a partir da qual chegamos à compreensão teórica da imagem. Por essa noção, torna-se possível analisar o jogo de imagens que constitui o dizer da revista na interlocução com seu leitor, que se marca como projeções no discurso. Retomando Pêcheux ([1969] 1997), podemos afirmar que está em funcionamento, nas capas aqui consideradas em sua materialidade discursiva, diversas imagens, projetadas nas formações imaginárias: a imagem que a revista faz de si mesma; a imagem que ela projeta para o seu leitor (o leitor imaginário ou efeito leitor); e a imagem que ela faz do homem, aquilo sobre o que fala, sendo essa última a que aqui mais nos importa para se pensar o funcionamento da imagem no discurso e, posteriormente, a sua relação com a representação.

A partir da materialidade discursiva das capas, recortamos as seguintes sequências discursivas:

SD1	Baixo, alto, gordo, magro, musculoso. As roupas para o seu tipo físico Três saradões ensinam a conquistar um corpo malhado (Capa 1)
SD2	Cuidados para impressionar a mulher no primeiro encontro Qual o tipo predileto das mulheres nos sites de namoro? Nós fizemos o teste. 50 coisas que os homens não sabem sobre as mulheres (Capa 1)
SD3	Depoimento: “Contei aos meus amigos que eu sou gay” (Capa 1)
SD4	SEXO Até onde o prazer da mulher depende do homem ETIQUETA Como se comportar no dia seguinte ao primeiro (e talvez último) encontro FAMÍLIA A relação com os filhos, a ex-mulher e as crianças da namorada (Capa 2)
SD5	MODA A roupa ideal para o trabalho – e para festas, que ninguém é de ferro (Capa 2)

Nas cinco sequências discursivas que aqui trazemos, podemos observar a formação imaginária de homem que é constituída no dizer de *Veja* nessas duas capas, tomando como ponto de partida as marcas presentes no intradiscurso, eixo da formulação do dizer (ORLANDI, 2001a). Na materialidade discursiva da Capa 1, expressa nas três primeiras sequências discursivas, temos a formação imaginária de um homem preocupado com a

aparência (em: “As roupas para o seu tipo físico” e “Três saradões ensinam a conquistar o corpo perfeito”, na SD1); interessado na conquista ao sexo oposto (em: “Qual o tipo predileto das mulheres nos sites de namoro?” e “Cuidados para impressionar a mulher no primeiro encontro”, na SD2), mas que eventualmente também pode ser homossexual (“Contei aos meus amigos que eu sou gay”, na SD3); um homem que traja terno, retomando via memória, como um já-dito, toda uma discursividade sobre o trabalho (mas não qualquer um!) e que também traz um corpo musculoso, que se esconde (e se desvela) sob a vestimenta, considerando o corpo do homem escolhido como elemento visual para a capa.

Na Capa 2, observamos um funcionamento semelhante quanto às formações imaginárias que se constituem nesse dizer de *Veja* sobre o homem, aqui apresentado como assumindo um “novo papel”. No modelo em *close* que encara o leitor enquanto desfaz o nó de sua gravata, temos retomada a mesma discursividade sobre o trabalho que demanda traje social, que pede uma “roupa ideal”, como marcado na SD5. Também a relação com o sexo oposto é naturalizada, comparecendo na capa sob rótulos distintos – sexo, etiqueta e família – como se observa na SD4. No jogo imaginário, o homem retratado por *Veja* em suas capas é interpelado a ocupar uma condição anunciada pela revista como “nova”, mas que se inscreve, via interdiscurso, no já-dito sobre o homem em nossa formação social: o homem provedor, imerso nas relações sexuais e de trabalho.

A formação imaginária que *Veja* constitui para o homem nessas duas capas diz do imaginário que a revista faz desse homem, e que se relaciona à antecipação da imagem de homem que *Veja* projeta/espera de seu leitor. Trata-se de uma formação imaginária que se constitui nesse discurso, na relação de interlocução entre a publicação e o efeito leitor que nela se produz, em consequência da imagem que *Veja* antecipa que o seu leitor, via imaginário, faz de si mesmo. O que não quer dizer que essas formações imaginárias tenham origem na própria revista ou na relação de interlocução com o seu leitor em si mesma. Como afirma Pêcheux ([1969] 1997, p. 85): “...a percepção é sempre atravessada pelo ‘já ouvido’ e o ‘já dito’, através dos quais se constitui a substância das formações imaginárias enunciadas”, o que quer dizer que toda formação imaginária que constitui um processo discursivo decorre de discursos outros, do já-dito que constitui todo dizer (interdiscurso), como afirma Orlandi (2001), retomando J. Courtine.

É nesse ponto, na relação com o interdiscurso, que pensamos ser possível estabelecer uma relação entre imagem e representação. Se, como afirmamos anteriormente, a imagem pode ser entendida como o produto da relação imaginária que o sujeito empreende com o

mundo, via linguagem, e que se marca em seu dizer, não possuindo mais que uma aparência de relação direta entre o dizer e sobre o que se diz, podemos afirmar que as imagens que se constituem discursivamente sobre o homem na atualidade, como essas que pontuamos ainda que brevemente a partir da materialidade discursiva de uma capa da revista *Veja*, encontram-se em curso na atualidade em relação a outras imagens, que do mesmo modo dizem sobre o homem em relações de interlocução. Contudo, entendemos que todas elas decorrem da representação do homem na atualidade, ou seja, de uma posição que funciona discursivamente em decorrência do lugar destinado ao homem em nossa formação social, e que sustenta o já-dito, o interdiscurso sobre o homem.

Em reflexão acerca da relação entre o imaginário e a representação, Nascimento (2015), na discussão teórica que irá fundamentar suas análises sobre os brasiguaios na mídia, afirma: “A representação, ao contrário do imaginário que é processo, é estabilidade. Toda projeção constrói representações que trabalham no efeito de estabilidade.” (2015, p. 93). Retomamos essa afirmação de Nascimento (2015) acerca de representação porque ela nos parece bem próxima do que estamos propondo: a imagem, produto de uma relação imaginária do sujeito com o mundo, via linguagem, concorre com outras no processo discursivo, enquanto a representação tende ao efeito de estabilização de sentidos.

Assim, propomos pensar a representação como resultante de um processo de estabilização de imagens, trabalho da ideologia, que produz em uma formação social o efeito de naturalização dos sentidos. Como afirma Pêcheux ([1975] 1997a): “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc.,” – e, acrescentaríamos, o que é ser homem nos dias atuais – “... evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queiram dizer o que realmente dizem’...”. É nesse movimento da produção de evidências, pela retomada do já-dito, que localizamos a representação.

Conforme afirmamos anteriormente, a ideologia trabalha também na constituição de imagens, o que nos leva a afirmar que tanto imagem como representação são produtos da ideologia, possuem um funcionamento ideológico. No entanto, parece-nos que enquanto a imagem concorre com outras em um determinado contexto sócio-histórico, a representação produz um efeito de estabilidade, sendo tomada como se não houvesse outra possível, promovendo um apagamento de sentidos outros. É o que observamos nas materialidades discursivas das capas de revista que ora apresentamos: a formação imaginária de homem em questão, embora seja decorrente de uma imagem de homem entre outras possíveis em nossa formação social, no momento histórico atual, constituindo-se como um

produto da relação imaginária daquela publicação na interlocução com seus leitores, por suas condições de constituição e circulação, passa a produzir efeitos de sentidos de imagem estabilizada, ou seja, de uma representação do homem na atualidade, apagando possibilidades outras nesta passagem do mundo para o discurso.

Pensamos que esse efeito de produção de representações, de estabilização de sentidos, está associado, como dissemos, às condições de constituição e circulação do discurso da/na mídia. Em suas análises sobre o comunismo no discurso jornalístico, Mariani (1998) nos mostra esse funcionamento dos discursos dos jornais de referência. Em seus termos: “... no discurso jornalístico, os sentidos sobre os comunistas vão aparecendo assim, aparentemente desconectados e distantes entre si. No entanto, ganham espessura pela repetição...” (MARIANI, 1998, p. 63). É assim, pela repetição do dizer, como observa Mariani (1998), que “os sentidos vão se somando e filiando, num processo quase imperceptível de cristalização”.

Embora a afirmação de Mariani (1998) seja acerca do discurso jornalístico, pensamos ser possível estendê-la à mídia de um modo geral, uma vez que o discurso jornalístico é um dos seus principais componentes. A nosso ver, a mídia, com sua circulação ininterrupta e a insistência em suas formulações, como afirmamos inicialmente, por sua relevância nos processos de estabilização de sentidos, não produz apenas imagens que concorrem com outras. Nos termos que aqui tratamos, a mídia, em seu funcionamento, produz representações, efeitos de cristalização de sentidos. Neste caso específico, é por meio dessas representações – de homem, mulher e jovem, por exemplo – que a mídia vai dizendo ao sujeito o que é ser sujeito na atualidade.

Referências

ACERVO DIGITAL *Veja* – Edições Especiais. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 10 out. 2014.

CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução de Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DELA-SILVA, S. Do acontecimento jornalístico como prática discursiva: imagens do sujeito na mídia. Apresentação oral durante o II SEDIS – Seminário Discurso, Cultura e Mídia. Unisul, junho de 2015.

_____. A televisão na imprensa brasileira: sujeito e sentidos entre os acontecimentos histórico, jornalístico e discursivo. INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; LEANDRO-FERREIRA,

M.C. (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas-SP: Mercado de Letras, 2011. p. 287-306.

_____. O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. 2008. 225 p. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

DELA-SILVA, S.; LUNKES, F. E o casamento acabou: uma análise do arquivo de Veja sobre o imaginário da mulher divorciada. *Conexão Letras*, Porto Alegre, v. 9, n. 11, p. 135-148, 2014.

HOUAISS, A. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Objetiva, 2001.

MARIANI, B.S.C. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

NASCIMENTO, F.A.S. Entre as fronteiras da *terra prometida*: os trabalhos da memória e da história na representação dos brasiguaios. 2015. 200p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

_____. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 3 ed. Campinas-SP: Pontes Editores, 2001.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas-SP: Pontes, 2001a.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em Aberto*, Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. 1994. Disponível em: <<http://www.emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/911/817>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

PÊCHEUX, M. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-161.

_____. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Orlandi (et al.). 3 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997a.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). *Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013. p. 39-48.

VEJA: Edição Especial Homem. São Paulo: Ed. Abril, out. de 2003.

VEJA: Edição Especial Homem. São Paulo: Ed. Abril, ago. de 2004.

Juliana Tereza de Souza Lima Araújo

DISCURSO SOBRE APOSENTADORIA
E “EVIDÊNCIAS” DE SENTIDOS NO
ESPAÇO MIDIÁTICO



APOSENTADORIA E “EVIDÊNCIAS” DE SENTIDOS NO ESPAÇO MIDIÁTICO

Introdução

Neste artigo analisamos, à luz da Análise do Discurso de linha francesa pecheutiana (AD), o discurso sobre aposentadoria/aposentado, materializado numa reportagem da Revista Veja. Buscaremos compreender como a materialidade discursiva produz efeitos de sentido que “ressignificam” a aposentadoria/aposentado na atual conjuntura social brasileira, marcada por mudanças no mercado de trabalho, decorrente da reestruturação produtiva do capital.

Ao inscrevermos nossa reflexão no campo teórico e metodológico da Análise do Discurso, pressupomos que os dizeres não são produzidos de modo abstrato, pois são constituídos no complexo dinâmico e contraditório das relações sócio-históricas. A AD, um projeto teórico e político, organizado pelo filósofo marxista-leninista Michel Pêcheux, em 1969, tem como objetivo compreender os processos discursivos em sua concretude sócio-histórica, trabalhando, assim, a relação complexa entre a língua, que é sujeita a falhas, e a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso.

Desse modo, buscaremos, ao longo de nossa análise, desvelar os mecanismos ideológicos que atuam na (re)produção de sentidos de aposentadoria no discurso midiático. No intuito de expor nosso gesto de interpretação, organizamos o presente texto em cinco seções, além desta introdução, a saber: Fundamentação teórica; Condições de Produção do discurso: aposentadoria e sua constituição histórica; “Parar de trabalhar não é saudável”: (re)produção de sentidos no discurso midiático; Considerações Finais.

Fundamentação teórica: a Análise do Discurso e o Materialismo histórico

Para analisamos o discurso sobre a aposentadoria, materializado na Revista Veja, filiamo-nos à Análise do discurso francesa, de vertente pecheutiana, corrente que trabalha com/na relação complexa e contraditória entre história, ideologia e língua, buscando

¹ Doutoranda em Letras e Linguística, com área de concentração em Análise do Discurso, no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPGLL) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: jtslima@gmail.com

compreender os processos discursivos enquanto práticas sociais, engendrados historicamente. Num trabalho crítico com a Linguística, com o Materialismo Histórico e com a Psicanálise que, a AD problematiza a leitura e a produção de sentidos, inaugurando um objeto próprio de estudo: o discurso, uma prática social que produz sentidos entre sujeitos inscritos numa dada conjuntura histórico-social.

Em nosso gesto de interpretação, articulamos a Análise do Discurso pecheutiana com a perspectiva Marxista Ontológica, pois, assim como Silva Sobrinho (2007, p. 16) acreditamos que a abordagem marxista “continua sendo capaz de dar conta de forma efetiva das contradições do processo em que o homem se autoconstrói e/ou se autodetermina”. Além disso, Maldidier, Normand e Robin (2010, p. 83) – ao tratar dos pontos indispensáveis do Marxismo na AD – explicam que “uma teoria materialista das práticas discursivas não poderá ser pensada senão no quadro do materialismo histórico de uma maneira rigorosa e não metafórica”.

Dessa forma, pensamos a AD em sua intrínseca relação com o Materialismo histórico, pois o discurso, enquanto materialidade específica da ideologia, materializa as contradições sociais das relações históricas. Assim, as noções de trabalho, trabalho estranhado, capital, classes sociais são cruciais para entendimento da materialidade discursiva que aqui analisamos.

Para G. Lukács (2013), o trabalho é a categoria fundante do ser social, sendo, pois, “o modelo de toda práxis social” (p. 47). O homem é um ser que dá respostas e ao agir sobre a natureza, idealiza um fim para essa ação, para, assim, satisfazer as necessidades que lhe são postas. É essa capacidade de planejar, de previamente idealizar sua ação que o distingue dos animais. Marx (1985, p. 149) afirma que o trabalho é uma forma exclusivamente humana, um

processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele a ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Esse intercâmbio do homem com a natureza caracteriza o que Lukács (2013) chama de posição teleológica primária. Para o filósofo húngaro, os homens se reproduzem a partir

de posições teleológicas primárias e secundárias. Naquelas, o homem age sobre a natureza para transformá-la segundo suas necessidades; nas posições teleológicas secundárias, a relação se dá entre os homens, os quais buscam convencer uns aos outros a tomarem certas posições e aturem de determinada forma. Desse modo, no sentido

Originário e mais restrito, o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre os outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção e valores de uso. [...] o conteúdo essencial do por teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou um grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos (LUKÁCS, 2013, p. 83).

Da teleologia secundária surge a ideologia, concebida por Lukács (2013), como um instrumento pelo qual o ser social enfrenta a realidade, tornando sua prática consciente e operativa. Nesse complexo, a linguagem não é tomada como um mero meio de comunicação, ela tem um papel ontológico, pois, através da linguagem, os homens podem tentar convencer uns aos outros.

A linguagem é uma base imprescindível do ser social, pois “como ocorre com o trabalho, também com a linguagem se consumou um salto do ser natural para o social” (LUKÁCS, 2013, p. 129). Sobre essa Silva Sobrinho (2007, p. 47) afirma que

a linguagem atua como mediação na acumulação/generalização, possibilitando a continuidade do devir humano. A linguagem surge a partir das relações que os sujeitos desenvolvem com a natureza e com os outros sujeitos, desse modo, sendo também constitutiva dos sujeitos, a linguagem está em todas as manifestações sociais, sofrendo as consequências de seu entrelaçamento.

A linguagem, como mediação entre o homem e a realidade, não é transparente, pois o discurso é uma síntese de determinações histórico-ideológicas, que, no encontro com o linguístico, produz deslizos, falhas equívocos, outros/mesmos sentidos. Conforme Pêcheux (1997), os discursos são efeitos de sentidos entre interlocutores, sentidos que são produzidos nas relações que os homens estabelecem cotidianamente. Portanto,

o sentido é socialmente construído pelo homem para o homem, para si e para os seus semelhantes; na natureza, é uma categoria que não existe de modo algum, portanto nem sequer como negação de

sentido. Vida, nascimento, morte estão, enquanto fenômenos da vida natural, livres de sentidos, não são significativos nem insignificantes. Só na medida em que o homem, em sociedade, procura um sentido para a sua própria vida e essa aspiração fracassa surge também o seu oposto, o sem sentido (LUKÁCS, 2013, p. 133).

Considerar que o sentido tem sua base nas relações sócio-históricas é um ponto crucial na AD, haja vista que o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, ele é construído a partir das posições ideológicas inscritas nos processos históricos. Dessa forma é possível conceber o discurso como “uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço” (PÊCHEUX, 2002, p. 56). Essa agitação nas filiações sócio-históricas revela o caráter dinâmico dos processos de significação, nos quais os sentidos podem deslocar-se discursivamente em decorrência das condições de produção e das posições ideológicas sustentadas pelos sujeitos em suas práticas históricas.

Condições de Produção do discurso: aposentadoria e sua constituição histórica

Na AD, a produção de sentido não é aleatória e/ou natural, ao contrário, ela é fruto das contraditórias relações da sociedade na qual as práticas discursivas são engendradas, por isso, o analista não procura o que o texto diz, mas como a materialidade discursiva é produzida, como circula e como produz sentidos em um dado momento sócio-histórico. Silva Sobrinho afirma (2010, p. 255) que

só quando articulamos o **dizer** com suas **condições de produção** (relações sociais de caráter material e historicamente determinadas) é que as contradições do discurso reaparecem e desvelam a verdadeira face de suas contradições, ou seja, o seu real caráter material de sentido (grifos do autor).

Com efeito, as condições de produção, enquanto categoria fundamental para a compreensão e desvelamento dos efeitos de sentidos dos discursos, trazem a exterioridade como algo inerente aos processos discursivos. Sendo assim, os discursos que, atualmente, circulam na sociedade brasileira, produzindo efeitos de evidência de aposentadoria, e de trabalhador aposentado são, essencialmente, construções histórico-sociais.

A aposentadoria no Brasil é um fenômeno que tem passado por diversas modificações, desde sua implementação no país. Essas modificações, que refletem também a discussão mundial em torno da aposentadoria e da velhice, vêm sendo discursivizadas, produzindo

sentidos contraditórios e moveções sobre aposentadoria, e sobre o trabalhador aposentado – ou que irá se aposentar.

A aposentadoria é uma conquista que faz parte de uma série de reivindicações dos trabalhadores que ocorreram no começo do século XX. Nas manifestações e nos congressos sindicais, os operários lutavam por direitos trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino, o direito a férias e à aposentadoria.

O primeiro plano de assistência previdenciária no Estado brasileiro foi instituído no ano de 1923, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), que eram destinadas aos trabalhadores ferroviários. Após a Revolução de 30, tem-se várias disposições legais relacionadas ao trabalho, dentre elas são inaugurados, pelo Estado, os Institutos de Aposentadorias e Pensões, (IAPs, 1934). No governo de Juscelino Kubitschek, com a Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), houve uma uniformização na legislação previdenciária, principalmente, no que se referia à contribuição, aos benefícios e a serviços da Previdência Social. Desse serviço previdenciário foram excluídos os trabalhadores rurais, embora, segundo a LOPS, todos os que exercessem atividade remunerada no território nacional estivessem integrados na Previdência.

Em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social, onze anos mais tarde, em 1977, é realizada uma reforma em que é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, que, gerido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), tinha como objetivo inserir o idoso na sociedade através de ações políticas e atividades educativas.

No começo da década de 1980, o Brasil recebe uma carta da ONU que exigia a implementação de políticas para a “terceira idade”, nesse período, que é também de redemocratização do país, é iniciada a discussão da elaboração de uma Política Nacional do Idoso, promulgada, apenas, em 1994².

Diante desse novo contexto que abrange, principalmente, o crescimento demográfico da população idosa e seus impactos na sociedade, no tocante, sobretudo, à economia, com a crise previdenciária, cuja responsabilidade é atribuída aos trabalhadores contribuintes, são formuladas, principalmente na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XXI, ações de caráter oficial que buscaram organizar e assegurar os direitos e deveres da

² Lei 8.842, 4 de janeiro de 1994

“terceira idade”. Desse modo, o envelhecimento, como afirma o Estatuto do Idoso (2004, p. 5), “tornou-se questão fundamental para as políticas públicas”.³

Além disso, o ano de 1999 foi destacado pela ONU como o Ano Internacional do Idoso, havendo, no Brasil várias reuniões para o debate da questão do envelhecimento, com a Assembleia Nacional dos Idosos, com o tema “A Terceira Idade a Caminho do Ano 2000”, realizada pelo Sesc São Paulo, no mês de abril

A Política Nacional do Idoso, que, conseqüentemente, cria o Conselho Nacional do Idoso, teve sua gênese ainda no governo de Fernando Collor, promulgada em 4 de janeiro de 1994, pelo Presidente Itamar Franco; enquanto o Estatuto do Idoso, elaborado pelo Ministério da Saúde, entrou em vigor em janeiro de 2004, mas foi sancionado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em outubro de 2003, estando em tramitação no Congresso Nacional desde 1997.

É possível afirmar que processo de (re)significação da aposentadoria na sociedade vigente resulta de, pelo menos, dois aspectos centrais: o aumento demográfico da população idosa/aposentada no Brasil⁴ e as mudanças ocorridas no mundo do trabalho, desencadeadas pelo processo de reestruturação produtiva do capital, na visão neoliberal que delimitou um novo perfil de trabalhador, enfatizando a eficiência, a flexibilidade, a polivalência e as competências dos sujeitos.

No Brasil, os princípios neoliberais foram implementados a partir da década de 90 do século passado, através de uma série de reformas em vários âmbitos do Estado – dentre as principais, novos modelos de administração aplicados à educação, à saúde e à previdência social – inscritas num paradigma de gestão eficiente e de redução de gastos e investimentos, sendo apresentadas como ações inovadoras e inevitáveis, que, quando implementadas, proporcionariam a resolução dos problemas sociais.

³ Silva Sobrinho (2007) apresenta uma síntese dos debates que antecederam e foram determinantes na elaboração do Estatuto do Idoso no Brasil, dentre eles, a publicação da Política Nacional do Idoso (PNI), em 1994. Nesse sentido, Silva Sobrinho (2007, p. 155) afirma que o Estatuto é resultado de debates sobre o processo de envelhecimento da população, entre assistentes sociais, ONGs, geriatras e gerontólogos, políticas públicas, reivindicações dos aposentados e pensionistas, e, por último, a Campanha da Fraternidade de 2003 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que tornou o debate público e necessário com o lema “Vida, Dignidade e Esperança para os Idosos”.

⁴ A população idosa representa 11,34% da população brasileira (22,9 milhões). O IBGE estima que, nos próximos 20 anos, esse número aumente 39,3% (88,6 milhões). O número de aposentados também deve crescer até 2020, de 20 milhões para 25 milhões.

Nesse cenário, a aposentadoria, um processo essencialmente histórico, fruto de reivindicações da classe trabalhadora ao longo do século XX, passa a ser, recorrentemente, significada como um "evento" de tristeza, inatividade, solidão, relacionada a sentidos negativos de velhice (como morte e abandono), caso o trabalhador continue na atividade laborativa.

Surge, assim, a dicotomia aposentadoria ativa *versus* aposentadoria inativa. Essas novas categorias irão rotular os trabalhadores aposentados tidos como ativos/produtivos e os inativos/improdutivos. Nessa lógica capitalista, o trabalhador aposentado – ou mesmo o que ainda irá se aposentar – interpelado a continuar no mercado de trabalho, para, ao continuar atuando profissionalmente, permanecer útil e produtivo na sociedade e saudável física e psicologicamente, permanecendo inserido na lógica do mercado de consumo e mantendo sua renda mensal, que, devido ao fator previdenciário⁵, é reduzida após a aposentadoria.

Nessa direção, conforme Haddad (1986, p. 45), "o trabalhador aposentado é forçado a tentar ingressar novamente no processo produtivo devido às condições precárias de sobrevivência em que se encontra". São, portanto, formulados discursos – jurídicos, midiáticos, pedagógicos – que produzem outros/mesmos sentidos de/sobre aposentadoria, instaurando modos de interpretação que representam uma ressignificação da aposentadoria e do papel do aposentado na sociedade brasileira.

"Parar de trabalhar não é saudável": (re)produção de sentidos no discurso midiático

Ao longo dos últimos 25 anos, sobretudo a partir do começo do século XXI, a aposentadoria tem passado por um processo de ressignificação discursiva, que, como enfatizamos, decorre principalmente das mudanças ocorridas nas relações de trabalho/exploração mundial e local. É, pois, no seio da sociedade capitalista brasileira e suas contraditórias relações histórico-econômicas que a aposentadoria e os aposentados são dinamicamente ressignificados.

⁵ Criado em 1999, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Fator Previdenciário é utilizado no cálculo do valor da aposentadoria por tempo de contribuição, sendo opcional na aposentadoria por idade. O Fator é baseado em 4 elementos, a saber: a alíquota de contribuição, a idade do trabalhador, tempo de contribuição à Previdência Social e a expectativa de sobrevida do segurado

Dessa forma, buscaremos compreender como se constituem os efeitos de sentido na materialidade discursiva quando analisada em sua concretude histórico-social, visando, assim, a compreensão dos mecanismos ideológicos de produção de sentido. A materialidade discursiva que iremos analisar foi retirada do site da Revista Veja, intitulada **“Parar de trabalhar na aposentadoria não é saudável”**, e publicada na coluna “saúde”, em 15/10/2009. Para procedermos à análise, faz-se necessário destacar que a mídia, enquanto um modo de produção e circulação das produções, configura-se, como explica Orlandi (2004, p. 96), num

evento discursivo do modo de circulação da linguagem. Enquanto tal, ela é um acontecimento de linguagem que impõe sua forma de gerenciamento dos gestos de interpretação, sempre na distinção do que se deve apreender como sentido unívoco (literal) e o que se admite plurivocidade interpretativa.

É na tensão do que se apresenta como “sentido unívoco” e a “plurivocidade interpretativa”, aparentemente controlada, que analisaremos o discurso sobre a aposentadoria materializado na reportagem, tomando como base o fato de que, para a Análise do Discurso, o sentido não é transparente nem arbitrário. Como temos enfatizado, sua constituição é radicalmente histórica, e é no encontro da língua com a história que os efeitos de sentidos são produzidos entre os sujeitos. Por isso, o analista não procura o sentido do texto, a busca é pela compreensão do funcionamento do discursivo numa conjuntura social. Assim,

O discurso, como toda práxis humana, para ser explicado, segundo o método marxiano, necessita que o analista parta do fenomênico, em seu efeito de evidência, que, quando submetido à análise, pode nos levar a identificar a essência, permitindo, assim, chegar à totalidade do complexo sócio-histórico (MAGALHÃES; SILVA SOBRINHO, 2014).

Ao lermos o título da reportagem já podemos identificar uma filiação com um discurso da saúde: “Parar de trabalhar na aposentadoria não é saudável”. Mas, em que medida podemos entender o que é ser saudável na sociedade brasileira e de que saúde trata o discurso? São lacunas próprias da constituição do discurso que em sua necessária incompletude produz, ao mesmo tempo, efeitos de evidência e abre espaço para a interpretação, haja vista que o “incompleto da linguagem é o lugar do possível, é condição do movimento dos sentidos e dos sujeitos” (ORLANDI, 2004, p. 72).

Pela negativa "não é saudável" pensamos que se trata de algo que faz mal ao trabalhador, causa doenças, portanto, num movimento parafrástico, poderíamos construir os seguintes enunciados como título da reportagem: "Parar de trabalhar na aposentadoria causa doenças" e "Trabalhar na aposentadoria é saudável". A escolha da assertiva "não é saudável", ao invés de "causa doenças", por exemplo, começa a nos dar pistas para compreendermos os efeitos de sentidos que podem ser produzidos na materialidade discursiva, quando articulada às condições de produção desse discurso.

A negação da aposentadoria como um momento de descanso e afirmação de um momento de trabalho é um processo que têm suas bases fincadas nas mudanças no mercado de trabalho, oriundas da reestruturação produtiva do capital. Essas mudanças foram iniciadas no estado brasileiro na década de 1990, com a implementação dos ideais neoliberais, marcada pela redefinição do papel do Estado e intensas transformações nas relações de trabalho. Segundo Cavalcante (2007, p. 58), as mudanças no mundo do trabalho caracterizam-se

pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos e pela aceleração de novas tecnologias concentradas principalmente na informática, na robotização e no incremento dos meios de comunicação, produtos e consumidores, tornando homens e mercadorias descartáveis, num processo cada vez maior.

Nesse cenário, surge um novo perfil de trabalhador, centrado no modelo toyotista, que preza pela eficiência e máxima produtividade. Conforme Melo (2010, p.86), a concepção toyotista

estabelece uma revolução no sistema produtivo caracterizada basicamente pelas seguintes ideias: implementação da produção enxuta, qualidade total e envolvimento da classe trabalhadora na tomada de decisões relativas à produção.

Diante das transformações no mercado de trabalho, do crescimento no número de aposentados, e da dita crise da Previdência Social, o perfil do aposentado também passa a ser reconfigurado. Antes tido como um sujeito inativo, o trabalhador aposentado é recorrentemente chamado a manter-se ativo no mercado de trabalho para que assim continue a ser útil e engajado no mundo globalizado, no qual a economia, como bem afirma Beauvoir (1990) "é baseada no lucro; é a este, na prática, a que toda a civilização está subordinada: o material humano só interessa enquanto produz", e produzir na ótica capitalista é gerar mais-valia.

Vejam, na sequência discursiva abaixo, como os aposentados são alocados em grupos, segundo sua atuação no mercado de trabalho:

SDI **Aposentados que pararam completamente de trabalhar** têm qualidade de vida inferior em relação àqueles que continuaram com suas carreiras, em trabalhos temporários ou de meio-período, segundo constatou um estudo feito pela Universidade de Maryland (EUA) divulgado na quarta-feira. Os resultados revelaram que os **aposentados que continuaram trabalhando** têm menos doenças graves, boa saúde mental e melhor qualidade de vida que o grupo de participantes que parou de vez de trabalhar. [...] Os pesquisadores que participaram do estudo recomendam que os idosos continuem com a carreira que tinham antes de se aposentar.

Nessa sequência discursiva nos são apresentados dois grupos de aposentados: **1. Os Aposentados que pararam completamente de trabalhar** e **2. Os aposentados que continuaram trabalhando**. Por conseguinte, são apresentadas especificidades desses grupos, asseguradas pelo estudo feito pela Universidade de Maryland (EUA). De acordo com o estudo, o primeiro grupo teria uma “*qualidade de vida inferior*” e o segundo, além de “*menos doenças graves*” e “*boa saúde mental*”, teria “*melhor qualidade de vida*”.

A existência desses dois grupos apresentados pela materialidade discursiva não é algo natural, é uma construção histórica, uma resposta às transformações ocorridas na sociedade contemporânea, que, dissimulada na “*transparência da linguagem*”, tende a produzir um efeito de sempre existente.

Para a AD, um discurso está sempre em relação com outros sentidos possíveis. No caso da aposentadoria, a volta/continuação do aposentado no mercado de trabalho é preconizada no Estatuto do Idoso (2003, p.19) que, no Artigo 26, afirma “O idoso tem direito ao exercício da atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas”.

Dessa forma, todo discurso, todos os efeitos de sentidos são produzidos a partir do já-dito, que sustenta o dizer, funcionando, de acordo com Orlandi (2004, p. 71), quando “as vozes que se poderiam identificar em cada formulação particular se pagam e trazem o sentido para o regime do anonimato e da universalidade. Ilusão de que o sentido nasce ali, não tem história”.

Percebamos que o primeiro grupo de trabalhadores apresentado no discurso midiático é composto, especificamente, por aposentados que “pararam completamente de trabalhar”. O aposentado pode até parar de trabalhar, mas não completamente, por isso, os

“que continuaram com suas carreiras” atuam em “trabalhos temporários ou de meio-período”.

Dessa forma, o tipo de trabalho que pertence ao aposentado está ligado a atividades profissionais que caracterizam uma desvalorização/exploração do trabalhador, haja vista que trabalhos temporários ou de meio período tendem a não ter vínculo empregatício. Esses dizeres – “trabalhos temporários ou de meio-período” – quando atravessados pelo interdiscurso remetem a sentidos de trabalho informal, de flexibilidade e precarização das condições de trabalho, que o trabalhador aposentado é, por vezes, submetido para manter-se ativo profissionalmente, seja para complementar a renda, seja para ter uma “boa saúde mental”.

A noção de interdiscurso na AD é crucial para compreendermos como os discursos produzem sentidos em relação a outros discursos. O interdiscurso é o lugar onde estão todos os já-ditos, enquanto espaço da memória discursiva, tem uma objetividade contraditória, que é fundante de todo discurso, visto que “algo fala”, antes, em outro lugar e independentemente. Esse já-dito e esquecido reaparece no Intradiscurso, o fio discursivo, lugar da formulação do dizer, definido como “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois” (PÊCHEUX, 1988, p. 166).

Apagar a memória de que o “os trabalhos temporários ou de meio-período”, exercidos pelos aposentados que “continuaram suas carreiras” faz parte da crescente valorização do capital e exploração/desvalorização do trabalho humano é uma estratégia ideológica que atua para conformar e mostrar ao sujeito aposentado que essa é a única forma de ser aposentado e viver bem, de ter “melhor qualidade de vida”.

Ademais, o trabalho na aposentadoria é apresentado como uma atividade saudável, mas contraditoriamente é restringida a atividades temporárias e/ou de meio período. Esse paradoxo nos permite retomarmos a discussão que Marx (2013) faz acerca do trabalho na sociedade capitalista, que se difere do trabalho no sentido ontológico, de transformação da natureza pelo homem, que ao modificá-la também se modifica.

No trabalho estranhado, característico da sociedade capitalista, o trabalhador não detém os meios de produção, nem o que ele mesmo produz, tornando-se uma mercadoria, como outra qualquer. Marx (2013) explica que o estranhamento do trabalhador ao produzir é expresso pelas

pelas leis nacional-econômicas, em que, quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que, quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto melhor formado o seu

produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador que, quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2013, p. 144).

Nessa perspectiva, o trabalho que explora a força humana não é saudável em nenhum momento da vida, ao contrário, em muitos casos ele é responsável pelo adoecimento do trabalhador, e até pela sua morte.

É possível observarmos no discurso materializado no site da Veja que os que trabalham não serão completamente saudáveis, eles terão apenas “menos doenças graves”. Além disso, a pesquisa da universidade americana caracteriza os aposentados continuam a trabalhar como pessoas que têm “boa saúde mental e melhor qualidade de vida”, sem, no entanto, especificar nenhum desses “benefícios” do trabalho. O discurso expressa apenas que os fatores são relacionados ao “grupo que parou de vez de trabalhar”, como se fosse possível alocar os sujeitos em blocos homogêneos.

A nosso ver, existem diferentes formas de viver a aposentadoria, formas que são construídas pela profissão que fora desenvolvida pelo aposentado, ou seja, pelo lugar que o sujeito ocupou no processo de produção. Assim, podemos falar de aposentadorias, porque esse momento que, geralmente coincide com a velhice, é vivenciado de formas distintas. A aposentadoria, por exemplo, de um trabalhador canavieiro não é igual a aposentadoria de um jogador de futebol.

O silenciamento dessas questões opera na produção de sentidos homogêneos e estabilizados, na reprodução de evidências dos sentidos e dos sujeitos. Trata-se de um mecanismo ideológico utilizado no funcionamento discursivo para interditar, para evitar sentidos indesejáveis; em outras palavras, busca-se fechar o sentido no que é posto no intradiscurso, excluindo os “outros” sentidos possíveis. Como afirma Orlandi (2002, p. 76),

Se diz ‘x’ para não (deixar) dizer ‘y’, este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos.

Outro mecanismo de homogeneização de sentido é a retomada no discurso científico no discurso midiático. A mídia se faz porta-voz da ciência, afirmando que “Os pesquisadores que participaram do estudo recomendam que os idosos continuem com a carreira que

tinham antes de se aposentar". Nesse jogo de filiações de sentidos, ao falar em nome de pesquisadores/especialistas, o sujeito discursivo tenta neutralizar sua posição, tentativa, que ao ser analisada discursivamente, é desvelada. Assim, podemos afirmar que o discurso sobre a aposentadoria não é um discurso que nasce na mídia, mas esta tem mecanismos textuais próprios que operam na constituição de determinados sentidos.

A produção do efeito de sentido de verdade das pesquisas e especialistas que estudam a aposentadoria é sustentado pelo que Pêcheux (1998, p. 197) chamou de "mito da neutralidade no discurso científico", que, explica o autor "mascara na verdade, o fato de que a objetividade científica é indissociável de uma tomada de posição materialista". Desse modo, O discurso da ciência não é neutro como se apresenta, a produção de conhecimentos se inscreve nas relações de produção/transformação das relações de produção. Segundo Mészáros (2004, p. 58), em nossa sociedade,

tudo está 'impregnado de ideologia', quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – suas próprias regras de seletividade, preconceituoso, discriminação e até distorção sistemática como 'normalidade', 'objetividade' e 'imparcialidade científica'.

É pela ideologia que o discurso, ao mesmo tempo, que ressignifica a aposentadoria, interpela os sujeitos que estão aposentados a voltarem ao mercado de trabalho e desempenharem atividades profissionais, sob a promessa, assegurada pelos especialistas, de terem "menos doenças graves, saúde mental e uma melhor qualidade de vida", pertencendo, assim, ao grupo dos aposentados que continuaram trabalhando.

Segundo Pêcheux (1988), é através da interpelação, que o sujeito encontra a condição de sua existência, pois, a ideologia produz efeitos de evidências que operam na constituição dos sujeitos e dos sentidos⁶. Esse processo de interpelação ideológica produz, no funcionamento do discurso aqui analisado, mecanismos de evidência para a constituição dos sujeitos aposentados como trabalhadores que continuam desempenhando atividade profissional no mercado de trabalho.

⁶"A evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada por Althusser de uma outra evidência, presente, [...] que é a evidência do sentido" PÊCHEUX, 1988, p. 153).

Considerações Finais

Como vimos, na atual conjuntura, a aposentadoria, fruto de lutas sociais, passa a ser vista como um fardo, uma espécie de punição para o trabalhador, que, ao ser aposentado, será considerado como um sujeito inútil e inativo para a sociedade. Processos, como a proposta de Reforma da Previdência Social, oriundos da chamada “crise do sistema previdenciário”, reproduzem esses sentidos, responsabilizando o trabalhador pela sua reinserção ou permanência no mundo do trabalho, apagando-se, assim, as condições materiais a que os sujeitos são submetidos durante e após a carreira profissional.

Desse modo, em nosso gesto de interpretação, constatamos que a materialidade analisada produz evidências, dentre elas, a do que é ser e de como deve ser um trabalhador aposentado e de como deve ser, para ter “menos doenças graves, boa saúde mental e melhor qualidade de vida”. Vimos, também, como mecanismos ideológicos de produção de sentido operam na homogeneização dos sentidos e dos sujeitos, silenciando que são as relações de produção que, em última instância, determinam os lugares que os sujeitos ocupam na sociedade. Por isso, faz-se necessário que continuemos desvelando os sentidos dos discursos que ressignificam a aposentadoria, mostrando que o que se apresenta como natural vantajoso, benéfico, saudável e inevitável, é, na realidade, uma construção histórica, e como tal abre espaço para interpretação.

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 10.ed. Campinas: Cortez, 2005.
- BEAUVOIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CAVALCANTE, M. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: EDUFAL, 2007.
- DEBERT, G.; SIMÕES, J. A aposentadoria e a invenção da Terceira Idade. In: DEBERT, G. (Org.). *Antropologia e velhice: Textos didáticos*. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994.
- FLORÊNCIO, A. et al. *Análise do discurso: fundamentos & práticas*. Maceió: EDUFAL, 2009.
- GADET, F; HAK, T.(Org.). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
- HADDAD, E. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MALDIDIER, D; NORMAND, C; ROBIN, R. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, E. *Gestos de Leitura: da história no discurso*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010.

MARX, K. Trabalho estranhado e propriedade privada. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *A Dialética do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 137-156.

_____. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MELO, K. *Discurso, consenso e conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2011.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. *As formas do silêncio no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 4.ed. Campinas: Pontes, 2004.

PAIVA, S. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital*. São Paulo: Cortez, 2014.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2002.

REVISTA VEJA. Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/saude/parar-trabalhar-aposentadoria-nao-saudavel>. Acesso em 20/02/2015

SILVA SOBRINHO, H. *Discurso, velhice e classes sociais: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica*. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. *Análise do Discurso: um olhar materialista sobre as evidências de sentido*. In: Silva, L.; FREITAG, R. (Org.). *Linguagem e representação discursiva II: outros estudos*. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

Fernanda Luzia Lunkes

O CORPO DISCURSIVO DO
PALHAÇO DE HOSPITAL



O CORPO DISCURSIVO DO PALHAÇO DE HOSPITAL

Considerações iniciais

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um percurso teórico de uma pesquisa em andamento² que, à luz da Análise de Discurso, tem como objetivo mais amplo compreender alguns dos processos de produção de sentidos a partir da relação entre discurso artístico e saúde. Explicando melhor, trata-se de situar os efeitos de sentidos produzidos no comparecimento do discurso artístico em espaços de saúde, de traçar gestos de leitura possíveis nos efeitos de sua circulação, especialmente em relação ao palhaço.

A noção de “discurso artístico” foi adotada com base na formulação de Neckel (2010), que o situa

enquanto predominantemente lúdico, polissêmico e ancorado num conjunto de diferentes materialidades significantes, no qual, pelo seu modo de funcionamento, se expõe amplamente o sujeito ao jogo polissêmico dos sentidos, num funcionar incessante de memória(s). O lúdico é que opera nesse lugar no qual não se precisa ‘resolver’ o outro em relação ao um, ou sobrepor. No artístico a memória pode continuar ali funcionando, deslizando sentidos, num processo de reconhecimento e estranhamento materialmente imbricados. (NECKEL, 2010, p. 141)

A memória discursiva mobiliza sentidos regularizados socialmente e os coloca em movimento. Conforme Indursky, a repetição produz essa reconvocação e regularização da memória, que é social. Desse modo, “são os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos [...]” (INDURSKY, 2011, p.71). Retomando o fragmento de Neckel, o discurso artístico, nesse jogo de memória(s) a partir do qual opera o lúdico, possibilita a polissemia e faz com que se coloquem em suspenso questões como a unicidade ou sobreposição de sentidos.

¹ É professora e pesquisadora na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

² Projeto de iniciação intitulado “O imaginário sobre o palhaço e(m) circulação em espaços de saúde”, desenvolvida com o estudante do Bacharelado Interdisciplinar de Saúde, Jorge Miguel Lage Cerqueira, com apoio do PIBIPCI/UFSB.

Breve histórico de um projeto

Antes de apresentar algumas das questões mais específicas referentes à pesquisa, é importante destacar que estas foram mobilizadas a partir da participação em um dos projetos contemplados para o Edital de Seleção do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde/PET-Saúde-GraduaSUS, de iniciativa do Ministério da Saúde. Trata-se de um projeto interdisciplinar, a partir de parceria institucional entre a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e as Secretarias Municipais de Saúde, dos municípios de Itabuna e Ilhéus, e com grande afinidade com os princípios do projeto dos Bacharelados Interdisciplinares em Saúde da UFSB: articulação universidade/sistema de saúde; ênfase nos conceitos de saúde, promoção da saúde, princípios e diretrizes do SUS. O projeto mais amplo abarca grupos de trabalho vinculados ao que designarei de subprojetos, com distintos problemas, objetivos e públicos-alvo, e que se congregam nesta ampla frente de trabalho.

O grupo no qual estão sendo desenvolvidas as ações está vinculado ao subprojeto “Comunicação, Educação, Humanização e Promoção da Saúde”. Suas frentes de trabalho se concentram em unidades de saúde da cidade de Itabuna e em escolas municipais de ensino que ficam próximas às unidades eleitas para o desenvolvimento das atividades. Este subprojeto objetiva também colocar em circulação, nos espaços mencionados (espaços de saúde e de educação), algumas práticas relacionadas ao campo das artes, como por exemplo, palhaçaria, contação de histórias, teatro, entre outras.

É o trabalho com a arte da palhaçaria que vem recebendo, no presente momento, maior investimento por parte do grupo. Em junho de 2016, alguns integrantes participaram de um rápido workshop em Salvador, ministrado pelo grupo “Terapeutas do riso”. Nos meses de julho e agosto, dois professores da UFSB e integrantes do grupo “Comunicação, Educação, Humanização e Promoção da Saúde”, que possuem formação em palhaçaria, ofereceram a uma turma, composta em sua grande maioria por alunos, uma oficina voltada exclusivamente à introdução aos rituais de composição e atuação do palhaço. A expressão *rituais de composição* abrange aqui os processos de constituição do palhaço, dentre os quais destaco as designações (o nome do palhaço), os tipos de palhaço (o de hospital, o branco, o agusto, o bufão, entre outros), o conjunto de objetos que produzem as evidências acerca do palhaço (o nariz, as cores e seus traços no corpo, o chapéu etc).

Ainda que brevemente, é importante situar questões referentes ao espaço escolar. A escola é aqui significada a partir dos estudos de Orlandi (2004, p. 149): “lugar de interpretação” cujos sentidos produzidos estão colocados anteriormente aos sujeitos que

circulam por ele. De acordo com a autora, pela relação que a escola estabelece com o meio simbólico, a cidade, tem-se aí um espaço privilegiado para se observar justamente o funcionamento do político e do social. Para Orlandi (*ibidem*, p. 153), a escola atua “no sentido de reforçar a verticalização das relações, a racionalidade, o conhecimento”. Situando os espaços nos quais o grupo de trabalho irá desenvolver as práticas de trabalho, é relevante considerar que algumas escolas não oferecem, no presente momento, aulas de artes aos alunos e tampouco têm pessoal docente dessa área. Um processo de silenciamento (ORLANDI, 2002) que, a nosso ver, institui um (agudo) efeito de verticalização: por se tratarem de escolas situadas em regiões periféricas e segregadas, corrobora-se para a produção de efeitos de sentidos de que a arte não é para todos, tendo como evidência mais forte o espaço escolar, podendo deslizar ainda para efeitos de que arte é um saber desnecessário, supérfluo, o que coloca em cena um jogo político de (in)acessibilidade e de segregação.

Pode-se depreender, a partir do exposto, que há a necessidade de apontar para a produção de efeitos no comparecimento do discurso artístico no espaço escolar. No entanto, como já destacado, neste estudo nos dedicaremos a situar alguns dos (possíveis) efeitos de sentidos produzidos na circulação do discurso artístico em Unidades de Saúde, expostos a seguir.

Espaço significativo de saúde

Para iniciar esta seção, é fundamental retomar que um dos objetivos do projeto PET-Saúde é colocar o discurso artístico em circulação em espaços públicos de saúde escolhidos para o desenvolvimento do projeto. Para pensar os espaços de saúde, traremos o trabalho de Orlandi (2009, p.16) acerca de “enquadramento” e “ambiência”, articulando questões em relação ao espaço de saúde.

Para a autora (*idem*), o espaço funciona enquadrando o acontecimento e, nesse processo, produz sentidos. Deste modo, o enquadramento, para a autora, determina o espaço de significação. A relação significativa que o sujeito estabelece com o espaço se situa nas condições de produção, as quais, por sua vez, determinam os diferentes modos pelos quais o sujeito experencia o espaço.

A autora empresta de Thibaud a noção de “ambiência” e a ressignifica, desconstruindo efeitos de uma experiência que estivesse limitada a relação do sujeito com o espaço físico. Trata-se, nas palavras da autora, de colocar a ambiência no âmbito de uma observação que

leve em conta as “práticas sociais” (*ibid.*, p. 17) e que coloque em relevo a “dimensão significativa” do espaço, quais sejam, “características formais, materiais, físicas e plásticas.” (*ibidem*). De acordo com Orlandi (2009, p. 16),

A maneira como as pessoas se posicionam em uma fila para retirar seu dinheiro no banco ou a maneira como as pessoas se posicionam em uma fila, desde a madrugada, para conseguir uma vaga para seus filhos em uma escola pública, são diferentes porque constituem espaços de significação urbanos diferentes, com diferentes efeitos de sentidos. São dis-posições diferentes do espaço (do sujeito e dos sentidos), dadas as condições de sua produção. Daí se conclui portanto que o espaço significa, tem materialidade e não é indiferente em seus distintos modos de significar, de *enquadrar* o acontecimento.

Neste fragmento, Orlandi exemplifica os modos pelos quais os corpos discursivos atuam em filas de dois espaços cujas condições de produção são diferentes e cujos efeitos de evidência funcionam naturalizados. Interessa-nos, do mesmo modo, compreender algumas das condições de produção dos espaços de saúde, alguns efeitos de ambiência produzidos por/neste espaço.

Pode-se afirmar que um funcionamento hegemônico em espaços de saúde relaciona-se a sentidos sobre doença e saúde, sobre os corpos e(m) seus cuidados, sobre a administração dos corpos, atuando, conforme aponta Illich (1975, p.128), em uma “[...] gestão técnica das sensações, das experiências [...]”. Diante da diminuição de leitos hospitalares, compreendemos que as unidades de saúde da família inscrevem seus efeitos de ambiência tal como posto em Moulin: uma “coabitação fraternal” na qual se faz possível uma espécie de “equivalência entre enfermos e saudáveis” (MOULIN, 2008, p. 17).

Já o discurso artístico, em seus modos de funcionamento, além do jogo polissêmico produzido pelo lúdico (NECKEL, 2010) é, nas palavras de Ferreira (2015, p. 264), “[...] um modo de nos fazer ver. Ver o que há nas telas, nos palcos, nos textos, nas galerias e fora delas.” É importante destacar a distinção feita pela autora entre ver e olhar. O olhar produz enquadramentos teóricos, colocando em cena as relações daquele que olha com aquilo que se olha. Diante do exposto, uma interrogação do projeto é em que medida o discurso artístico pode atuar como um processo de silenciamento (ORLANDI, 2002) ou de deslocamento daquilo que se coloca a ver hegemonicamente em espaços de saúde.

Para desenvolver este ponto, deve-se apontar que os dizeres formulados em espaços de saúde estão fortemente relacionados à dor. Uma dor que, no discurso médico, inscreve-

se nos efeitos de sentidos produzidos por um olhar pautado em um corpo biológico. Illich problematiza essa discursividade médica e afirma que os estudos relacionados à formação médica “[...] os incitam a concentrar a atenção nos aspectos da dor que podem ser experimentalmente estudados.” (ILLICH, 1975, p. 134). Coloca-se como relevante no discurso médico, em seu efeito de evidência, a dor que pode ser mensurada. Se, para alguns fins e tratamentos específicos, possui sua validade, essa “objetivação da dor” deixa de interrogar, como afirma Illich (*ibidem*), o sofrimento do paciente, produzindo, em consequência, um gerenciamento que atua na “medicalização do sofrimento” (ILLICH, 1975, p.135). Esse efeito de medicalização não é sem consequências. Conforme o autor,

Ao viver em uma sociedade que valoriza a anestesia, o médico e seu cliente aprendem a abafar a interrogação inerente a toda dor. Essa interrogação é transformada em vaga ansiedade que se pode facilmente reduzir e dissolver por meio de opiáceos. Os pacientes aprendem a conceber sua própria dor como fato clínico objetivo, que pode ser submetido a tratamento standardizado. (ILLICH, 1975, p. 135)

Illich coloca em questão um ponto fundamental e cuja problematização foi desenvolvida em trabalho anterior (LUNKES, 2014): os sentidos em torno da medicalização silenciam uma possível implicação do sujeito em relação à sua dor. O medicamento comparece como uma solução eficaz e indispensável a qualquer indício de que algo não vai bem com o sujeito, podendo considerar aqui tanto aspectos físicos quanto psíquicos.

O fragmento de Illich afasta-se de sentidos que poderiam colocar como evidentes sentidos em torno de uma apologia da dor para colocar em cena uma discursividade cujo funcionamento marca-se fortemente no silenciamento de possíveis elaborações que o sujeito poderia traçar a respeito da dor. Neste processo, o imaginário construído sobre o medicamento é de que ele é a única saída para tamponar um ponto inerente na constituição do sujeito.

Tem-se uma administração de sentidos na qual as formações imaginárias em jogo atuam de modo para que sujeito paciente inscreva-se na evidência de uma escuta médica voltada a processos de significação limitados a uma dor que é descrita, levando em conta aspectos mensuráveis e visíveis. E, em um movimento de sentidos discursivos, vale lembrar o lançamento da Política Nacional de Humanização, em 2003, feita pelo Ministério da Saúde. Há inclusive um site voltado especificamente às práticas de Humanização no Sistema Único de Saúde (<http://www.redehumanizaus.net/>). O comparecimento do termo ‘humanização’ em um programa como o Sistema Único de Saúde busca construir, também

sobre as Unidades de Saúde, a imagem de um programa nacional cujo atendimento dedica-se a uma escuta outra, a diferentes formas de atenção. Conforme exposto no documento,³ que apresenta o marco teórico-político do Programa, uma política relacionada à humanização, além de “[...] aumentar o grau de co-responsabilidade dos diferentes atores que constituem a rede SUS no cuidado à saúde implica mudança na cultura de atenção dos usuários e da gestão dos processos de trabalho.” (*online*, p. 02).

Não abordaremos este ponto em específico no presente trabalho, que, pela sua relevância, merece um estudo próprio e que ainda está por ser feito. Estão em jogo, além do funcionamento do termo ‘humanização’, as posições sujeito de paciente e equipe destes espaços e, em maior ou menor grau, os sentidos de dor e da queixa envolvidas.

Neste movimento de sentidos que podem ser produzidos no comparecimento do termo humanização, colocam-se outras formas de escuta e de atenção ao paciente que circula em unidades básicas de saúde e o “estímulo a diferentes práticas terapêuticas” (*online*, p. 09). No percurso que propomos, uma interrogação se faz em torno das relações de sentidos entre dor e riso, dispostas a seguir.

Palhaço e corpo discursivo

Nossa tomada de posição é de que o riso constitui uma via possível à produção de deslocamentos de sentidos nos efeitos de ambiência em espaços de saúde, marcados, conforme expomos, na forte relação com a dor, tanto para o sujeito paciente, assim como para o familiar ou acompanhante e profissionais de saúde. É por entender que o riso possibilita o deslocamento de sentidos sobre a dor e sobre o espaço significativo que a (en)cerra, que situamos o riso enquanto gesto de resistência. De acordo com Mariani (1998, p. 50), “deslocar discursivamente o sentido” coloca em questão um processo no qual há “[...] migração de sentidos, movimento entre FDs [formações discursivas], indica também reorganização de modos de dizer historicamente constituídos, ou seja, sinal de possíveis resistências [...]” (MARIANI, 1998, p. 50).

Pêcheux define o riso, assim como o aplauso, o assobio, o tumulto, como “[...] gestos (atos no nível simbólico)” (PÊCHEUX, 1997 [1969], p. 78) que podem produzir efeitos de apoio, de censura, entre outros efeitos, em um dado processo discursivo.

³ Disponível em < http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humaniza_sus_marco_teorico.pdf>. Acesso em 16 de set. 2016.

As possíveis relações de sentidos entre dor e riso são formuladas neste momento levando-se em conta o comparecimento e o funcionamento do discurso do e sobre o palhaço. Em seus processos de formulação, o discurso do palhaço pode produzir um efeito positivado e potencializador do riso em espaços hospitalares à medida que se coloque em jogo um movimento de rir *com* e não rir *de*, conforme aponta Soares (2007, p.89), que, em sua tese, analisa a presença do palhaço em espaços hospitalares e a questão do riso. Neste engendramento, os modos de constituição e funcionamento do corpo discursivo do palhaço são fundamentais para possibilitar deslocamentos e trazer à cena do espaço hospitalar a possibilidade do riso. O imaginário, que transforma relações sociais e constitui práticas (ORLANDI, 1994, p. 57), atua, conforme Mariani (1998, p. 33), como “[...] uma espécie de ‘reservatório’ de sentidos para o sujeito”, cuja dimensão funciona neste comparecimento do palhaço como aquilo que permite o riso para o sujeito. É o corpo discursivo do palhaço que se coloca como materialidade privilegiada para que se produza uma ruptura daquilo que se espera ver nestes espaços.

A noção de corpo discursivo ancora-se a partir da elaboração empreendida por Ferreira (2011). A autora propõe considerar o corpo enquanto “materialidade significante” (*ibidem*, p. 174): trata-se de uma designação que, de acordo com a autora, acolhe suportes outros que serão representantes dos discursos, já que uma materialidade que se filie somente à linguística não tornaria possível a inclusão do corpo, por exemplo, enquanto objeto de estudo.

Ferreira (2011) define a materialidade do corpo como um “lugar de observatório”, um lugar que, deste modo, permite a “visualização do sujeito e da cultura que o constitui”, sendo que isso não significa um efeito de totalidade nesse gesto de leitura de olhar o corpo. Nesse “corpo que olha e que se expõe ao olhar do outro”, permanece o “inapreensível” (*idem*, p. 177).

Deste modo, a autora explica que sua pesquisa abarca a noção de corpo como materialidade que é mobilizada “[...] no dispositivo como constructo teórico e lugar de inscrição do sujeito. Esse corpo que fala seria também o corpo que falta [...]” (*idem*, p. 180). Adoto esta perspectiva de corpo discursivo, compreendendo que as práticas de subjetivação o afetam em sua constituição e descartando quaisquer relações teóricas e analíticas com um corpo biológico. Práticas de subjetivação que são compreendidas a partir de Pêcheux (2009 [1975]) enquanto práticas de produção de evidências subjetivas, estas últimas como aquelas que constituem o sujeito e não como práticas que o afetam.

Em busca realizada no site *Google*, utilizamos para pesquisa de imagens os nomes de dois grupos que atuam com palhaçaria em espaços de saúde: “Doutores da alegria”⁴ e “Terapeutas do Riso”⁵.

Uma regularidade nas imagens⁶ relaciona-se ao colorido, presente nas roupas, nos calçados, nos adereços. Para situar os efeitos, retomamos já-ditos em jogo quando do uso do colorido. O trabalho *A felicidade*, de autoria de Toscani e De Masi (2011), pode situar alguns dos sentidos produzidos. Os autores, ao justificarem a escolha do livro colorido para estampar as páginas, explicam que não se imagina a felicidade em preto e branco. Assim, os efeitos de felicidade, de alegria e também de riso, que está fortemente identificado aos efeitos de felicidade, podem ser mobilizados pela memória reconvocada no uso do colorido.

Em relação ao corpo discursivo, este colorido sofre processos de silenciamento: as pinturas que regularmente são utilizadas no processo de composição do rosto do palhaço são minimizadas. O branco, que funciona regularmente como base para a composição do rosto do palhaço, comparece de modo suavizado, funcionando como uma espécie de pontuação, sobretudo da boca e dos olhos.

O nariz vermelho, traço do imaginário que funciona como uma evidência para o ritual de composição do corpo discursivo do palhaço, comparece hegemonicamente nas imagens. Se, nos discursos sobre a atuação do palhaço, o nariz funciona como aquilo que primeiro deve ser posto a ver ao público, nos espaços hospitalares este adorno permanece como um

⁴ Na página do grupo, disponível na internet (<https://www.doutoresdaalegria.org.br/conheca/sobre-os-doutores/>), este se apresenta como uma ONG que atua há mais de 20 anos, sobretudo nas cidades de Recife e São Paulo. Conforme disposto na página, “O trabalho da ONG, gratuito para os hospitais, é mantido por recursos financeiros obtidos através de patrocínio, doações de empresas e pessoas e por meio de atividades que geram recursos, como palestras e parcerias com empresas”. Verifica-se, na página, que o grupo também presta serviços de palhaçaria a empresas. É curioso observar como este espaço de significação, além dos espaços de saúde, passa a interpelar serviços de palhaçaria, o que coloca questões sobre mal-estar e doença no trabalho.

⁵ Não foi possível localizar a página virtual do grupo na internet; a atuação em hospitais foi relatada por integrantes do grupo quando de nossa participação no Workshop “Palhaço: a arte que desperta a gentileza”, realizada em Salvador no mês de junho de 2016. Na página do grupo na rede social *facebook*, pode-se depreender que este grupo também presta serviços a empresas, questão que é relevante à medida que aponta para um deslocamento nas demandas destes grupos, agora para espaços de trabalho.

⁶ Há diversas imagens disponíveis no *Google* acerca dos grupos *Doutores da Alegria* e *Terapeutas do Riso*, dentre as quais destacamos as imagens que podem ser localizadas nos seguintes endereços eletrônicos: <<http://biblioo.info/doutores-da-alegria-leva-cortejos-natalinos-a-hospitais-publicos/>> e <<https://conversademenina.wordpress.com/2010/12/11/terapeutas-do-riso-antecipam-o-natal-nas-osid/>>.

efeito de inscrição do palhaço, nos efeitos de evidência desta posição sujeito - palhaço - que se coloca a circular.

Tanto o nariz como as vestes coloridas são colocadas em relação ao jaleco branco, cujo efeito, além de produzir também um silenciamento nos efeitos de realce das cores, coloca em cena o espaço no qual este palhaço circula, inscrevendo-se nos efeitos de ambiência dos espaços de saúde. Ao estabelecer relações de sentidos com as designações dos grupos, por meio do uso de termos como 'doutores' e 'terapeutas', tem-se um efeito no qual, embora possa se reivindicar uma espécie de legitimidade tal como atribuída aos médicos e profissionais de saúde, esta se coloca de modo polissêmico justamente porque o corpo discursivo inscreve, em relação de aliança, um elemento que marca os médicos e os profissionais de saúde, o jaleco, com um elemento que marca fortemente o processo de composição do palhaço, o nariz vermelho. Nos processos de composição (LAGAZZI, 2009) entre as diferentes materialidades significantes, as expressões 'da alegria' e 'do riso' colocam em questão a autoridade em jogo e se inscrevem numa relação de aliança, que se faz possível, sobretudo, pela presença do nariz vermelho.

Efeito de encerramento

Como efeito de fechamento do presente trabalho, retomamos a definição de Neckel (2010) sobre o discurso artístico para apontar que, em relação aos gestos de leitura empreendidos das imagens, o corpo discursivo do palhaço inscreve o lúdico e é polissêmico, pelas diferentes relações de sentidos que podem ser apontadas em seus rituais de composição e que serão consideradas em futuras análises. Neste trabalho, pôde-se apreender que o corpo discursivo do palhaço traz em seus rituais de composição os efeitos de ambiência que possibilitam a relação do corpo discursivo com o espaço significativo de saúde no qual atuam os grupos de palhaços analisados.

Referências

- DE MASI, D.; TOSCANI, O. *A felicidade*. Trad. Maria Margherita de Luca. São Paulo: Globo, 2011.
- FERREIRA, M. C. L. Pensando a arte como discurso. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (orgs.). *Análise do discurso: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux)*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015, p. 263-274.

_____. Discurso, arquivo e corpo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA SILVA, S. (Orgs.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7Letras, 2011, p. 174-183.

ILLICH, I. *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Trad. José Kosinski de Cavalcanti. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: _____; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. *Memória e história na/da Análise do Discurso*. (orgs.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89.

LAGAZZI, S. O recorte significante da memória. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. *O discurso na contemporaneidade*. São Carlos, SP: Claraluz, 2009, p. 65-78.

LUNKES, F. L. *O discurso sobre depressão na Revista Veja (1968-2010) em materialidades verbais e não-verbais: o triunfo dos efeitos de sentidos de medicalização*. 2014. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem). Instituto de Letras, UFF, Niterói, RJ, 2014.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

MOULIN, A. M. O corpo diante da medicina. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. (Orgs.) *História do corpo: As mutações do olhar – o século XX*. Trad. e rev. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 15-82.

NECKEL, N. R. M. *Tessitura e Tecedura: movimentos de compreensão do discurso artístico no audiovisual*. 2010. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp. Campinas, SP, 2010.

ORLANDI, E. Historicidade, indivíduo e sociedade: o sujeito na contemporaneidade. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M.C.L.; MITTMANN, S. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos-SP: Claraluz, 2009, p.13-28.

_____. Relações de sentidos e relações sociais: escola e cidade. In: _____. *Cidade dos sentidos*. Campinas-SP: Pontes, 2004, p. 149-156.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. *Em aberto*. Brasília, ano 14, n. 61, jan./mar. p. 52-59, 1994. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1943/1912>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

PÊCHEUX, M. [1975]. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4. ed. Trad. Eni Orlandi [et al]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

_____. [1969]. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, p. 61-161.

SOARES, A. L. *Palhaço de hospital: proposta metodológica de formação*. 2007. Tese (Doutorado em Teatro). Centro de Letras e Artes, Unirio. Rio de Janeiro, RJ, 2007.

José Reginaldo Gomes de Santana

Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

**CORPO, GESTOS E IMAGINÁRIO
EM VIDEOAULA DE TÉCNICA
VOCAL NO ESPAÇO VIRTUAL:
UMA ANÁLISE DISCURSIVA**



CORPO, GESTOS E IMAGINÁRIO EM VIDEOAULA DE TÉCNICA VOCAL NO ESPAÇO VIRTUAL: UMA ANÁLISE DISCURSIVA³

Este trabalho pretende refletir sobre o discurso do corpo em sua relação com a produção da voz cantada no ensino da técnica vocal. Ele enfoca o estudo do funcionamento discursivo e imaginário da relação corpo, gestos e voz cantada associado à construção de um domínio de técnica vocal no processo ensino-aprendizagem a partir de videoaula no espaço virtual.

Ao indagar como o corpo se tornou um objeto de investigação histórica no século XX, Courtine (2011) afirma que foi esse século que o inventou teoricamente. Em meio aos paradoxos e contrastes que constituem a história do corpo nesse século, o autor elenca três etapas de descoberta do corpo: a primeira surgiu da Psicanálise, a partir dos estudos de Freud sobre a histeria, pela constatação de que o inconsciente fala através do corpo; a segunda atribui-se à “ideia que Edmund Husserl fazia do corpo humano, o ‘berço original’ de toda significação”, e à “concepção elaborada por Maurice Merleau-Ponty do corpo como ‘encarnação da consciência’ e seu desdobramento, no tempo e no espaço, como ‘pivô do mundo” (COURTINE, 2011, p.8); a terceira veio da antropologia, que nos trouxe a formulação da noção de técnica corporal, construída por Marcel Mauss, relativa às formas como os homens sabem servir-se de seu corpo.

Segundo Courtine (2011), na segunda metade do século XX, as lutas políticas e os movimentos individualistas e igualitaristas de protesto “colocaram o corpo no coração dos debates culturais, transformaram profundamente a sua existência como objeto de pensamento” (p.9). Courtine (2011) ainda aponta, no plano teórico sobre esse objeto, a

¹ Doutorando em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco, Professor de Música do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - Campus Pesqueira.

² Doutora em Letras pela UFPB. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da Universidade Católica de Pernambuco.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

importância de estudos nietzscheanos sobre a inversão do vínculo entre corpo e sujeito⁴, do tratamento radical que esse tema tem na obra “O anti-Édipo”⁵ de Deleuze e Guattari (2010) e por Michel Foucault inscrever suas investigações sobre o corpo no horizonte histórico de longa duração.

Muitos dos estudos sobre corpo e gestos, especialmente os estudos sobre o folclore e cultura popular, apresentam uma interpretação calcada na evidência de sentidos que define o que um gesto quer dizer. Seguindo a mesma linha desses estudos, Cascudo (2015), na obra “História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil”, ao entender que o gesto é anterior ao surgimento da voz e da palavra, considera que o estudo dos gestos – sejam populares, profissionais, gerais – consiste em uma sistemática tão preciosa quanto a Semântica. Nessa obra, o autor traz um panorama diverso de uma memória gesto-corporal no Brasil.

Weil e Tompakou (2001), em “O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal”, consideram que o corpo tem muito a nos dizer, ao apontar mentiras não reveladas pelo falar, ao expor verdades inconscientes, ao reforçar e enfatizar ideias. A obra funciona como um manual do corpo onde se pretende entender a harmonia ou discordância de posições, gestos e movimentos do corpo com determinadas mensagens que se pretende passar. Os autores pontuam, entre textos e desenhos, nos relacionamentos humanos, uma linguagem manifestada pelo corpo, repleta de contradições e da existência, ou não, de reciprocidade nas relações interpessoais.

O trabalho de Cascudo (2015) representa bem os saberes que compõem o imaginário popular gesto-corporal no Brasil. Os estudos sobre o corpo como algo que fala, de Weil e Tompakou (2001), são popularmente utilizados como algo a ser seguido ou observado na postura corporal em entrevistas de emprego. Os trabalhos de Courtine (2011) e Foucault (2007, 2008, 2009, 2010), por meio da arqueogenealogia, representam uma ruptura com os estudos anteriores ao entenderem o corpo como algo passível de problematização e produção, não tomado como uma existência *a priori*.

⁴ Segundo Barrenechea (2011, p.1), Nietzsche, ao entender o corpo como fio condutor e ponto de partida para a compreensão das questões humanas, critica a “tradição idealista que, desde Platão até os modernos, ao desvalorizar o corpo, privilegiou uma pretensa substância subjetiva – eu, sujeito, consciência, razão etc. –, que constituiria a característica essencial do homem”.

⁵ Nessa obra, os autores tecem críticas à psicanálise freudiana. Ao abordarem a categoria do desejo, eles preferem um modelo esquizofrênico – não como doença, mas como modo de vida que foge ao controle do poder e de suas classificações – ao modelo neurótico do complexo de Édipo – adestrador das máquinas desejantes e que impedem o homem de experimentar.

Após essa pequena exposição de estudos sobre corpo, partiremos para a fundamentação teórico-metodológica do nosso trabalho, do objeto de nossa pesquisa e das noções que mobilizaremos em nossa análise. Para compor nossas reflexões, utilizaremos estudos discursivos sobre o corpo (FERREIRA, 2015), saberes do discurso sobre a voz cantada (SANTANA, 2013), entendimento da voz como substância material que pode e não pode fazer discurso (SOUZA, 2012, 2013).

O interesse do nosso estudo, no doutorado, é pelo discurso de acadêmicos de cursos de licenciatura em música com habilitação em canto popular e em formação erudita; pela maneira como esse discurso constitui posições sujeito para os discentes desses cursos e para os docentes das disciplinas que tratam sobre técnica vocal e canto; pela forma como se apresentam as especificidades da voz cantada reconhecidas em suas materialidades discursiva e físico/acústico/musical nessas condições de produção. Essas condições são estabelecidas no movimento das relações de força existentes entre as posições sujeito, marcando o lugar social do qual os sujeitos falam “com a força da locução que este lugar representa” (ORLANDI, 2010, p.16).

Em nossa pesquisa, entendemos que discurso, sujeito, corpo e voz se constituem ao mesmo tempo. Ferreira (2015) compreende o corpo como uma estrutura em movimento. A autora trabalha a noção de corpo enquanto corpo não orgânico, não biológico, discurso, um corpo que produz sentido.

Falar do corpo no campo do discurso implica envolver o sujeito, em seu aspecto inconsciente e ideológico, com a devida mediação da linguagem. Ora, por si só esse investimento teórico vai nos fazer pensar a arquitetura do corpo, enquanto modo de organização, de regulação e de funcionamento. Por que uma arquitetura do corpo? Porque aí vamos visualizar formas e gestos do corpo reclamando sentidos, como estrutura em movimento, ou estrutura de viver, como diz lindamente Drummond, em seu poema “Missão do Corpo”: (...) Salve meu corpo, minha estrutura de viver e de cumprir os ritos de existir!⁶ (Idem, p.13)

A Análise de Discurso de linha francesa pêcheuxiana, com desdobramentos teóricos e metodológicos no Brasil a partir de estudos de Eni Orlandi, fundamenta nossa teoria e metodologia neste trabalho. Dentre esse arcabouço teórico-metodológico, utilizamos as noções de sonoridades vocais, formações imaginárias e formação discursiva.

⁶ DRUMMOND, C. Farewell. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1996

Pedro de Souza é a principal referência no Brasil quando se trata sobre a voz cantada como materialidade discursiva. O conceito de voz empregado por Souza (2011, p. 99) “é subsidiário do processo de construção da subjetividade, ou seja, da voz como gesto que converte indivíduos em sujeito que canta”. Embora nossa pesquisa se aproxime dos trabalhos de Souza (2011, 2012), ao trabalharmos com o conceito de sonoridades vocais, empregamos as sonoridades como materialidade relativa às técnicas vocais utilizadas no processo de ensino-aprendizagem no meio acadêmico musical. Ou seja, um processo contínuo de construção de conhecimento constituído de controle, de falha, de assujeitamento, de identificação e de resistência. Aproximamos o conceito ao entendimento comumente utilizado no campo da música referente às qualidades físicas do som, mas entendidas como materialidades discursivas.

Quanto aos saberes que constituem o estudo dos gestos no processo ensino-aprendizagem de canto, interessam-nos posições como a da Dra. Pamela Phillips, por mais se aproximarem dos saberes inerentes às formações discursivas da técnica vocal⁷ dominante nas condições de produção que pesquisamos. Phillips (2013) indica, no texto *O que fazer com as mãos*, sugestões que, comumente, são dadas aos alunos nas aulas de técnica vocal e canto a respeito de uma postura aceitável em uma apresentação pública de canto. Assim diz a autora:

Manter suas mãos junto ao corpo é o mais seguro. Pode não ser o lugar mais interessante para elas, mas você não errará muito se ficar calmo e parado. Se decidir gesticular, faça um gesto completo e não deixe de afastar seus cotovelos do corpo. (...). Outra opção para as mãos é deixá-las unidas à sua frente. (...). Você pode pôr as mãos sobre o piano se ele estiver perto o suficiente e a tampa estiver fechada. Se for um piano de cauda e a tampa estiver aberta, não coloque a mão nela nem dentro do piano: isso deixará seu público receoso com a possibilidade da tampa cair sobre seus dedos. (Idem, p.302)

Em um outro momento da obra, no texto *Gesticulando apropriadamente*, já em uma outra posição não preponderante nos saberes da formação discursiva da técnica vocal para o aprendizado inicial, Philips se pauta na subjetividade e na naturalidade do cantor para indicar formas de gesticular que não precisem de um planejamento rebuscado específico

⁷ Santana (2013) através da análise de entrevistas com acadêmicos de músicas elenca saberes que constituem a Formação discursiva da técnica vocal erudita. Uma Formação Discursiva para Pêcheux (2009, p.147) é “aquilo que, em uma formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina ‘o que pode e o que deve ser dito’”.

para tal. Assim, ela entende como pode ser construído o gestual das mãos para o canto: “Se elas normalmente se movimentam quando você fala, pode se sentir rígido se elas ficarem paradas nos lados de seu corpo durante a música” (PHILLIPS, 2013, p.245). A autora relaciona a ação musical vocal à imagem de um movimento corporal, mas entende que essa ação, quanto a duração e ao modo de execução do gesto, difere do gesticular no cotidiano das pessoas em condições de fala.

Você pode ter notado que quando gesticula e diz as frases, seus braços se movimentam para realizar a ação e depois caem. Esse movimento é muito abrupto quando se canta. Você deve gesticular e então se livrar do gesto, movendo seus braços e mãos de volta à posição de repouso. Por outro lado, às vezes as pessoas exageram mantendo o gesto por muito tempo. Você pode parecer estar congelado, como se não soubesse como abaixar as mãos. (Idem, p.246)

Análise discursiva

O *corpus* deste trabalho foi constituído de uma sequência discursiva proveniente de videoaula de técnica vocal no espaço virtual⁸, da descrição do movimento corporal e do canto do sujeito desse vídeo, como também de um dizer de um aluno acadêmico de um curso de licenciatura em música. A seguir temos a descrição de parte dessa videoaula.

O vídeo possui nove minutos e quarenta e um segundos de duração, tratando-se de uma aula, na modalidade a distância, de técnica vocal para alunos iniciantes de canto. Nela, a professora/cantora (Sujeito professora – SP) ensina como proceder ao cantar a música da lição n1 – *Manca sollecita* – do método de canto em língua italiana de Nicola Vaccaj. O texto da música é o seguinte: *Manca Sollecita, Più dell'usato, ancorchè s'agiti, con lieve fiato, face che palpita presso al morir.* (VACCAJ, 1999, p.9). O texto é encontrado, na internet, traduzido para o português como “Falta solicitude mais do que o normal, ainda que se agite com leve respiro, chama que palpita próxima a morrer”.⁹

No vídeo, SP explica que a proposta da lição é de exercitar uma escala musical, observar o *fiato* (a respiração utilizada em uma frase musical), fazer música, além de aprender as notas. Para atingir o objetivo, SP, ao cantar, exemplifica fazendo um movimento com os braços de baixo para cima e com a palma de uma mão voltada para a outra, no sentido da esquerda para à direita, atravessando o corpo abaixo da cintura à altura dos

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=4dpXBxdknSg>

⁹ http://www.cucumis.org/traducao_2_t/ver-traducao_v_98775.html

ombros (nas quatro primeiras frases), com o mesmo movimento indo um pouco acima da cabeça e com a mão direita mais alta que a esquerda (na quinta frase) com um movimento descendente em direção à posição original do início da música (última frase). Após cantar a lição, SP acrescenta que

Essa é a forma que a gente canta. **Então, você me imita.** Sabe **essa palhaçada** que eu acabei de fazer agora, **você faz também** na sua casa. Você imita. Faz assim ó. Essa coisa do movimento, corpo em movimento com a voz, **nos induz a fazer o correto.** É claro que se você for lá no palco – no palco de algum teatro onde você for cantar, você vai cantar essa música –, você **não vai cantar fazendo assim**, pelo amor de Deus! Mas você tem que saber que tem que interpretar, que tem que ter essa linha, tem que ter esse movimento dentro de você. Então você pode cantar **normalmente.** Não precisa ficar fazendo isso. Mas eu preciso **treinar dessa forma** para **não esquecer** que existe linha, que que existe *fiato*, que existe uma frase musical. (Sujeito Professora)

Os gestuais desse corpo parecem ter um sentido evidente no dizer do sujeito que os produz (SP). SP cola um sentido a um movimento: vincula o movimento que sinaliza a linha melódica indicada na partitura da arietta¹⁰ a uma forma interpretativa das frases musicais que ela executa pela voz e, por sua vez, também a uma técnica vocal inerente ao estilo adotado pelo método de Vaccaj. A afirmação “Essa é a forma que a gente canta”, pode ter, para o aluno que acompanha as aulas pela *internet*, o efeito de “Essa é a forma que deve ser cantada”. Essa afirmação pode ser um meio de interdição a outras possibilidades de cantar pelo aluno. Orlandi (2016), ao teorizar sobre o discurso pedagógico e sua circularidade, entende o discurso pedagógico, na forma que era apresentada nos anos 80, como um discurso autoritário. O professor, nessas condições, se apresenta como “um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida (o exagero é a ordem no sentido em que se diz ‘isso é uma ordem’, em que sujeito passa a instrumento de comando)” (ORLANDI, 2009, p. 16).

No dizer “Você me imita”, SP convoca o aluno a imitar o seu gestual para a obtenção do fraseado da lição I. O movimento apresentado e o dizer de SP produzem um efeito de sentido de união do movimento do corpo com a produção vocal na execução da escala em suas formas ascendentes e no *legato* (notas ligadas sem interrupção) do fraseado musical propostos pela lição. O gestual é colocado como uma “muleta” que será abandonada quando, posteriormente, não for preciso a utilização dela nas apresentações fora do espaço de aprendizagem.

¹⁰ Arietta, canção curta para solistas em operetas, óperas ligeiras, termo utilizado na primeira lição de Vaccaj.

A posição do SP, em seu ritual corpóreo-vocal, no imaginário de portador do saber, produz um efeito de sentido tal qual o esquema elaborado por Orlandi¹¹ (*opus cit.*) numa leitura do esquema das Formações Imaginárias proposto por Michel Pêcheux (2010), em que IP(P) se apresenta como a imagem dominante no processo ensino-aprendizagem, “ou seja, a imagem que o professor tem de si mesmo” (ORLANDI, p.17), em detrimento de outras formações imaginárias. Afirmações do SP – como “Então, você me imita”, “Você faz também na sua casa”, “Não vai cantar fazendo assim”, entre outras – produzem um discurso individualizado e autoritário que não dá margem ao polêmico e ao lúdico. Os discursos lúdico e polêmico, além do discurso autoritário já citado anteriormente, são tipologias apresentadas por Orlandi (2009) para entender o funcionamento do discurso pedagógico em suas condições de produção.

A reversibilidade na relação dos interlocutores pode fazer parte do critério de distinção desses tipos de discurso, ou melhor, desses funcionamentos discursivos: o discurso autoritário procura estancar a reversibilidade; o lúdico vive dela; no polêmico, a reversibilidade se dá sob condições. (2016, p. 29)

Os sentidos da voz no cantar de determinada frase musical, os sentidos do corpo em movimento, os sentidos do dizer postos em conjunto para evidenciar um único sentido na aula do Sujeito Professor de canto podem não ser o mesmo e não funcionar em conjunto para o Sujeito Aluno. Pêcheux (2008, p. 47) defende que é preciso fugir às evidências de sentido ao indagá-las e colocar-se em uma posição de interpretação que fuja a um modelo de equivalência interpretativa do tipo “o enunciado empírico P1 (...) quer dizer (...) o enunciado teórico P2” e ambos simulam os processos matemáticos de discursividade logicamente estabilizados.

Segundo Orlandi (2009, p.26), “faz parte da estratégia discursiva prever, situar-se no lugar do ouvinte, antecipando representações, a partir de seu próprio lugar de locutor”. Mas no ritual do dizer existem falhas. “Essa palhaçada”, dita por SP, se coloca como uma antecipação imaginária de uma posição corpóreo-vocal não aceitável em um espaço outro. Os sentidos para o Sujeito aluno podem ser outro: se é uma palhaçada, a sua realização seria necessária e primordial para o ritual de ensino-aprendizagem do Canto e da técnica

¹¹ Assim, Orlandi (2009) propõe um esquema para a comunicação pedagógica: quem (imagem do professor) ensina (inculca) o quê (imagem do referente) para quem (imagem do aluno) e onde (instituição escolar/aparelho ideológico).

vocal? “Essa palhaçada” pode produzir, no imaginário do sujeito, um sentido não colado a um movimento no espaço outro e sim no espaço ensino-aprendizagem.

Há uma historicidade no movimento do corpo, há uma memória imagética discursiva nas modalidades da Arte e em outros campos que possibilitam o dizer e a *performance* corporal de Sujeito que canta, que impulsiona o sujeito a relacionar um efeito de sentido do corpo em movimento com a voz na execução de uma frase em *Legatto*¹². Quando falamos sobre isso, pensamos em sua materialidade discursiva. Orlandi (2016) alerta para a compreensão do que é materialidade em Análise do Discurso (AD).

Na maior parte das vezes, chamam de materialidade – por exemplo: “a materialidade que vou analisar são os textos encontrados no jornal” – o que está categorizado nas disciplinas da linguagem, em geral, como “*corpus*”, em algumas como “dados”, ou, em outras, simplesmente como “o objeto de análise”. Mas, certamente, não cabe chamar isso de “materialidade”. Não nessa formulação. E o que é preciso compreender – coisa sobre a qual insisto há muitos anos – é que a escrita da análise de discurso é o lugar da sua produção, da sua *práxis*, lugar de definição de seu estatuto de entremeio na relação sujeito/sentido, lugar da compreensão mesma do que é análise de discurso. Historicidade. Materialidade. (ORLANDI, 2016, p. 10-11)

As associações entre linhas, movimento e sons constituem o imaginário de muitos músicos, dadas as experiências prático-musicais oriundas das orientações de atividades propostas por educadores musicais para os seus alunos em abordagens e métodos ativos¹³ de educação musical e aos estudos de regência coral ou de orquestra, mas o modo como fazem sentido e como é possível representá-los pode não ser o mesmo para cada sujeito.

Também podemos levar em conta que, diferente de uma aula presencial, a aula virtual na forma de vídeo poderá ser repetida diversas vezes pelo sujeito aluno, ou não. Nesse processo e nessas condições, o discurso que constitui o dizer do Sujeito Professor, o gestual do corpo, sua voz, o conjunto material corpo-movimento-voz-dizer poderá produzir, também, independentemente do que o Sujeito professor possa esperar, efeitos de resistência, concordância ou de indiferença no sujeito aluno.

¹² Termo musical italiano relativo à ligação de notas sucessivas, de modo que não haja interrupções entre elas.

¹³ Os métodos ativos são aqueles que levam em conta, em primeiro lugar, as experiências dos alunos por meio de vivências musicais. Eles diferem dos métodos tradicionais de música caracterizados por um saber inicial teórico, não prático.

Como ilustração de uma possível posição sujeito aluno (SA) ao discurso da FD da técnica vocal, apresentamos um recorte do *corpus* de pesquisa do mestrado de Santana (2013), não utilizado em sua dissertação, que traz o dizer de um aluno presencial de técnica vocal de um curso de licenciatura em música sobre o uso do gestual no canto. SA, em sua subjetividade, constrói todo um imaginário próprio com relação ao processo de construção de um gestual para o canto iniciado nas aulas em que ele participava. Sobre uma apresentação que ele fez em um espaço fora do curso de música, ele diz:

Pediram para eu cantar uma música (...). E eu estava sempre cantando assim... braços parados (braços cruzados). Aí, uma amiga olhou para mim e disse: “Menino, solta esses braços. Por que você está cantando assim?” (...) É meu jeito de cantar. Sempre tem muita expressão. Esses braços presos... Era eu me controlando. Foi logo quando eu vim para Universidade. Já era um vício para mim (expressão com gestuais largos). Quando eu percebi que estava em um ambiente diferente daquele que estava acostumado, eu tive que trabalhar isso. Foi um pouco difícil para mim. (Sujeito aluno)

O ato de controle gestual de SA, inerente aos “braços parados”, “braços presos”, é efeito de um silenciamento provocado pela imagem que o aluno construiu do discurso sobre a postura corporal ideal nas condições de produção dos primeiros anos de técnica vocal erudita. Sobre o funcionamento discursivo do dizer e prática de um professor de técnica vocal em um meio acadêmico, Santana (2013) diz que

Há uma interdição do gestual do aluno na prática do canto para a primazia da focalização do mecanismo de produção da voz como afirmação da técnica, daquilo a ser aprendido, pois a voz não diz aquilo. O gestual surgirá como expressão após o domínio desse mecanismo. Uma desconstrução para uma nova construção. (p.55)

O discurso acadêmico do sujeito professor, descrito por Santana (*op. cit.*), funciona (pela formação imaginária que AS tem desse referente) como uma interdição do gestual do aluno no ritual do canto nas aulas iniciais de técnica vocal e em um espaço outro. O discurso do SP, na videoaula, funciona como efeito de substituição de um gestual subjetivo, passível de não ser efetivado, por um gestual imposto e colado à imagem que o SP faz da interpretação da arietta de Vaccaj. Esse imaginários e funcionamentos discursivos, de diferentes maneiras, revelam silenciamentos por interdição de gestos ou substituição de “gestos a surgirem” por outros postos como únicos e de sentidos evidentes. Sobre imaginário, formações imaginárias e silenciamento, Silveira (2004) nos diz:

Quanto à noção de *imaginário*, a AD promove um deslocamento da concepção de imaginário da Psicanálise e da filosofia, aproximando a questão da “construção do eu” (ilusão do sujeito) e a questão da

instituição da sociedade (a invenção). Essa aproximação é possível porque o imaginário, em AD está vinculado à constituição do sujeito (e, conseqüentemente, do sentido) e aos mecanismos de projeção desse sujeito na sociedade. Além da noção de imaginário, a AD propõe a noção de *Formações Imaginárias* como aquela que viabiliza a efetivação das relações sociais e que têm seu funcionamento garantido no discurso, enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, produzindo determinados efeitos de sentido e silenciando outros. (SILVEIRA, 2004. P.120)

Considerações finais

Mesmo que possa haver sentidos dominantes cristalizados pela repetibilidade do uso do movimento do corpo do sujeito professor em aulas de técnica vocal e em áreas correlatas, o sentido para o sujeito aluno pode ser outro.

Consideramos o gestual como um objeto simbólico e objetivamos a compreensão de como ele produz sentido, entendendo que, conforme diz Orlandi (2003), um objeto simbólico se apresenta investido de significância para e por sujeitos.

Nessas condições de produção, compreendemos que o movimentar o corpo, de uma determinada forma para não possibilitar outro movimento corporal, funciona como o dizer para não dizer. Isso silencia sentidos tanto quanto o censurar de todo e qualquer movimento para a construção de um novo movimento aceitável de interpretação em uma futura *performance* musical.

Referências

- BARRENECHE, M. A. *Nietzsche: corpo e subjetividade*. O perceivejo on-line. Rio de Janeiro, agosto-dezembro, 2011. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/opercevejoonline/article/view/1918/1506>
- CASCUDO, L. C. *História dos nossos gestos: uma pesquisa na mímica do Brasil*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. Introdução. In: CORBIN, A.; COURTINE, J.-J.; VIGARELLO, G. *História do corpo: as mutações do olhar – o século XX*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- FERREIRA, M. C. L. Discurso: conceitos em movimento. In: FERREIRA, M. C. L. (org). *Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento*. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: O cuidado de si*. 9ª ed. São Paulo: Edições Graal, 2007

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 35ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2008.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: O uso dos prazeres*. 13ª ed. São Paulo: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 20ª. ed. São Paulo: Edições Graal, 2010.

ORLANDI, Eni. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni.; LAGAZZI-RODRIGUES, Susy (orgs.). *Introdução às ciências da Linguagem: Discurso e textualidade*. São Paulo: Pontes, 2010.

ORLANDI, E. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2009.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Nota introdutória à tradução brasileira. In: CONEIN, Bernard. et al. *Materialidades discursivas*. Campinas: Unicamp, 2016.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5ª Ed. Campinas, Pontes, 2008.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do obvio*. 4ª Ed. Campinas, Unicamp, 2009.

_____. Análise automática do discurso (AAD69). In: GADET, F.; HAK, T.(Orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Unicamp, 2010. p. 61-161.

PHILLIPS, P. S. *Canto para leigos*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2013.

SANTANA, J.R.G. *Análise dos discursos acadêmicos sobre a voz cantada*. Recife: UNICAP, 2013. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=925>

SILVEIRA, V. F. P. *Imagário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5534/000427622.pdf?sequence=1>>

SOUZA, P. *A voz cantante e a partida material do discurso*. Campinas: Anpoll, 2012. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/anpoll-2010-2012/resumos/Souza.P-linha02.pdf>>

_____. *Sonoridades vocais: narrar a voz no campo da canção popular*. doi:10.5007/2176-8552.2011n1p99. Outra travessia, Florianópolis, Jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/2176-8552.2011n1p99>>. Acesso em: 04 Fev. 2013.

VACCAJ, N. *Metodo Pratico di Canto*. Milano: Casa Ricordi, 1999.

WEIL, P.; TOMPAKOW. R. *O corpo fala – a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. Petrópolis: Vozes, 2001.

Phellipe Marcel da Silva Esteves

UMA HISTÓRIA DISCURSIVA DOS
GENTÍLICOS NOS TÍTULOS DAS
ENCICLOPÉDIAS BRASILEIRAS



UMA HISTÓRIA DISCURSIVA DOS GENTÍLICOS NOS TÍTULOS DAS ENCICLOPÉDIAS BRASILEIRAS

Primeiras palavras

A Análise do Discurso no Brasil elegeu alguns objetos que ocupam, predominantemente, suas investigações. Os discursos político, sobre o ensino, sobre as línguas, sobre o ensino de línguas, sobre movimentos sociais, sobre a literatura, sobre as ciências, sobre fronteiras têm sido muito presentes nos trabalhos. Decorrente de um esforço binacional (Brasil-França), há inclusive um projeto chamado História das Ideias Linguísticas, em franca colaboração e imersão nos estudos do discurso feitos principalmente por Eni Orlandi. Neste artigo, pretendemos isolar um outro objeto, o livro, e tomá-lo como discurso nas diversas e heterogêneas materialidades que o compõem, num esforço de construção de um projeto de **História Discursiva dos Livros**.² Na necessidade de constituição de nosso arquivo, tomamos as enciclopédias brasileiras, que, para nós, podem se situar num entrecruzamento da História das Ideias Linguísticas com a História Discursiva dos Livros. Com curtos recortes baseados nos títulos das enciclopédias, pretendemos trazer reflexões discursivas sobre imagens de sujeito, de língua, de Brasil e de território circulantes em algumas enciclopédias com gentílicos: *Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira* (1958), *Enciclopédia brasileira Mérito* (1958), *Enciclopédia bororo* (1962).

História discursiva do livro: uma introdução

Como os livros se constituem, são formulados e circulam nas distintas formações sociais? Que efeitos de sentido seu surgimento, a sua existência e funcionamento provocou nos sujeitos e na constituição das subjetividades contemporâneas? Como a escrita da

¹ Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Linguagem, Instituto de Letras, da Universidade Federal Fluminense (UFF)

² Tal projeto é uma das linhas de pesquisa do DIVAGAR-SE — Grupo de Pesquisa Divulgação, alteridade e gramatização nas relações sociais e epistemológicas —, coordenado pela professora Angela Baalbaki e por mim na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O GP conta com pesquisadores de diversas universidades do Brasil e foi fundado em 2016. Este artigo é um dos primeiros produtos das reflexões empreendidas nele.

cultura, da história e da ciência se altera(ra)m (heterogeneamente) com a (im)prensa? Entendemos que há bastantes trabalhos de Análise de Discurso sobre mídias — discurso jornalístico, publicitário, televisivo, filmico etc. — de modo geral, mas o livro — que poderia representar um objeto de entremeio, nas contradições da teoria do discurso, das teorias linguísticas e das teorias literárias — não conta com o mesmo estatuto teórico-analítico que elas, mesmo sendo considerado como um objeto similar ao jornal. Quando falamos de história discursiva dos livros, nosso interesse é entender como esses objetos podem dizer (1) dos processos econômicos – por exemplo, é quase inefável que, no campo do trabalho com os livros, fale-se de mercado editorial, em vez de sistema editorial, o que incide sobre o modo como se entende que é, ou deve ser, o modo de produção de livros –, (2) das formações ideológicas – a saber, os livros materializam reproduções e transformações na produção de evidências de formações sociais, haja visto como a popularização e circulação de livros impressos no Ocidente tem a ver com a ascensão de uma ideologia de identificação da individualidade dos sujeitos – e (3) das tecnologias – como as transformações técnicas nas formações sociais reverberam sobre a produção dos livros, resvalando em outros modos de leitura. Nesse último ponto, estamos também abordando as políticas, ideologias e práticas de tradução, como tecnologia fundamental para a produção de livros.

Neste breve artigo, pretendemos iniciar uma indagação sobre o funcionamento de distintas partes do livro. Precisamos começar de algum lugar.

Um início possível: o título

Por onde começa o livro? Materialmente, podemos dizer que as folhas em branco, que os lugares vazios nas prateleiras, que uma cor impressa numa capa mole, flexível ou dura não se abrem numa vacuidade semântica, apesar de assim serem apreendidos empiricamente. Os livros começam antes. É comum ouvir editores rindo, ironicamente, de quantas vezes ouviram (candidatos a) autores dizendo que seus “livros” estavam prontos, tudo o que faltava era imprimi-los. Para eles, o que autores escrevem não são livros, mas manuscritos, originais ou qualquer outro termo que não indique o produto livro. Essas peças digitadas, datilografadas, manuscritas compostas por sujeitos que já se colocam no lugar flutuante de autor e de escritor são entregues aos editores que, aí, sim, terminariam, em toda a sua dinâmica profissional — práticas de trabalho sobre o texto, determinadas pela divisão (internacional) do trabalho —, no objeto livro. Mas nos perguntamos: numa

visada discursiva, é possível determinar quem, quando e como se começa e se termina um livro? Não; não é possível reconhecer onde um discurso começa — apesar de ser possível identificar o deslocamento em relação a outros discursos —, então o isolamento da gênese de um livro é tarefa inviável. No entanto, é possível compreendermos por onde se imagina, predominantemente, que ele começa; e o que passa a fazer efeito sobre os sujeitos que leem o livro: pelo título.

Intitulando: adjetivos e gentílicos

O título é o início empírico de um livro, junto a outras condições de sua produção: nome do autor, ano de publicação, nome da casa editorial que o publicou etc. Para Dias,

o título, nessas condições, é um lugar singular de leitura, pois se coloca frente ao leitor como um espaço que o traz de um movimento de fora, do suporte (obra, papel, programa de computador), para dentro (texto/discurso) por uma relação de representatividade estabelecida com o saber linguístico e os elementos (ano, editor, editora, cidade, etc.) que constituem o título. (DIAS, 2009, p. 19)

Retrabalhando essa citação no caso de títulos em geral — o objeto de estudo de Dias era o dicionário de Mattoso Câmara Junior, reintitulado algumas vezes ao longo de suas reedições —, pode-se, ainda assim, afirmar esse lugar singular de leitura proporcionado pelo título: ele funciona, prévia e posteriormente, como uma metonímia do objeto livro, como o sintagma nominal que acumula o caráter ilusoriamente unitário das páginas, das folhas, dos arquivos. Sintagma nominal que, em sua formação, pode conter diversos itens de diferentes classes morfológicas. Entre elas, os adjetivos.

Vamos aqui fazer uma incursão pela linguística da enunciação para tentar entender possíveis efeitos provocados pelo adjetivos. Benveniste (1976 [1958]), numa releitura das categorias de pensamento enumeradas por Aristóteles, afirma:

Por ser assimilável, por constituir-se de um número sempre limitado de elementos, a língua dá a impressão de ser apenas um dos intermediários possíveis do pensamento, que, livre, autossuficiente, individual, emprega a linguagem como instrumento seu. (...) O fato de que a língua seja um conjunto ordenado, de que revele um plano, incita a procurar no sistema formal da língua o decalque de uma "lógica" que seria inerente ao espírito, e, pois, exterior e anterior à língua. Na verdade, só se constroem assim ingenuidades ou tautologias. (BENVENISTE, 1976 [1958], p. 79)

Na perspectiva de Aristóteles, portanto, a língua veicularia uma lógica interna à mente, ao pensamento, traduzindo as categoriais do espírito, como se as divisões categóricas fossem apriorísticas à língua. Para Benveniste, essa abordagem é enganadora, pois não mostra que a língua, ela própria, categoriza:

Ao elaborar essa tábua das “categorias”, Aristóteles tinha em vista arrolar todos os predicados possíveis da proposição, sob a condição de que cada termo fosse significante no estado isolado, não encaixado (...) num sintagma, diríamos. Tomou inconscientemente por critério a necessidade empírica de uma *expressão* distinta para cada um dos predicados. Dedicava-se, pois, a reconhecer, sem o querer, as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas, uma vez que é pelas suas diferenças que essas formas e essas classes têm uma significação linguística. Pensava definir os atributos dos objetos; não apresenta senão seres linguísticos: é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e especificá-las. (BENVENISTE, 1976 [1958], p. 76)

Nessas principais classes de formas manifestas pela língua — entre as dez identificadas por Aristóteles —, há uma que nos interessa especificamente: a da “ser-qual”/“qual-idade”, oposta a uma “ser-quantésimo”/“quantidade”. Pensando em termos linguísticos contemporâneos, morfologicamente essas categorias estariam dispostas na classe dos adjetivos (e congêneres, como numerais). Na leitura de Benveniste, então, no pensamento, os adjetivos projetariam, em Aristóteles, sentidos de identificação: um efeito que responderia, por exemplo, qual entre essas substâncias? Podemos afirmar que esse efeito de sentido de que o adjetivo identifica circula até recentemente em nossa formação social, sobretudo quando em gentílicos, que, assim como qualquer adjetivo em título de livro, diz da função-autor mas também da imagem de leitor, visto que títulos são escolhidos nas dialéticas imagens de leitor e de autor. No caso dos gentílicos, ainda mais: eles produzem uma polissemia constitutiva. Ao se intitular um livro *X brasileiro*, *Y argentino* etc., o *brasileiro* e o *argentino* são os livros, são os leitores, são os autores?

Para Medeiros & Ferrari, o gentílico

(...) pode ser preenchido por vários e distintos corpos, mas não se trata de homônimo, trata-se de uma ordem de identificação necessária na relação do sujeito com a nação. [O Estado] impõe, como nação, um gentílico (a ser preenchido em documentos oficiais): nome único para diferentes corpos que funciona como designação identificadora de pertencimento a um país. § Um

gentílico instaura um sujeito jurídico como sujeito de uma nação; uma armadura supostamente vazia – um significante que decorre de outro e a outro retorna em movimento incessante de ir e vir – a ser ocupada por aquele que... nasceu ou é filho de ou pertence a um Estado-Nação. (MEDEIROS; FERRARI, 2012, p. 85)

Isso para sujeitos, na teorização empreendida pelos autores. Mas também é possível pensar nos gentílicos relativos a objetivos discursivos, como livros e títulos de livros. Note-se que dizer que um livro é “brasileiro” não produz os mesmos efeitos de sentido de um livro se autochamar, em seu título, pelo mesmo gentílico. Assim, *ser* é distinto de *ser nomeado de*. É mais ou menos sobre esses efeitos, e sobre a história do funcionamento desses gentílicos em títulos – especificamente, em títulos de enciclopédias –, que pretendemos abordar neste trabalho.

Imagens de sujeito, de língua, de Brasil, de território

Antes de iniciarmos nosso percurso por alguns títulos de enciclopédias que contêm gentílicos, precisamos expor, brevemente, o que significam as enciclopédias na(s) formação(ões) social(is) do Brasil. Os saberes, principalmente se dominantes, são colonizantes. De acordo com o epistemólogo anarquista Paul Feyerabend,

(...) Sua “objetividade” [dos racionalistas] não é em nada diferente da “objetividade” de um funcionário colonial que, tendo lido um livro ou dois, agora deixa de se dirigir aos nativos em nome do Rei e se dirige a eles em nome da Razão ou da “objetividade” de um sargento instrutor que, em vez de gritar “Agora, seus cachorros, ouçam o que estou dizendo – isso é o que quero que façam e Deus tenha misericórdia de vocês se não fizerem exatamente o que estou mandando!”, fala mansinho “Bem, eu acho que o que devemos fazer é...”. A obediência às ordens e à ideologia do orador é exigida nos dois casos. (FEYERABEND, 2011 [1978], p. 102)

Sendo o racionalismo (bem como o empirismo) duas das abordagens científicas dominantes mesmo hoje, mesmo nas ciências ditas humanas, tomemo-los como metonímias de ciência. Enciclopédias divulgam, enciclopédias fazem circular, enciclopédias produzem (aquilo que vai ser entendido como) ciência. E não é coincidência que elas tenham surgido e se popularizado contemporaneamente ao Iluminismo e à explosão da expansão das fronteiras coloniais das metrópoles europeias. Contudo, não precisa ser enciclopédia europeia para ser portadora de um discurso eurocêntrico, de um saber científico positivizado e que apaga conhecimentos das colônias e ex-colônias. Nossa hipótese é de

que o discurso enciclopédico, ao veicular o saber (científico, histórico, cultural, sobre as coisas, de modo geral) produzido no âmbito das nações colonizadoras e imperialistas, predominantemente carrega uma centelha do fogo europeu (principalmente) em si, a despeito de algumas enciclopédias terem ganhado composição própria. Assim, o discurso enciclopédico é um discurso de pasteurização dos saberes, de homogeneização das ciências, do saber fazer, das práticas. Um discurso, nas palavras de Spivak (2010 [1983]), de violência epistêmica. Daí a contradição: funcionando como passageira e passadeira de um discurso (neo)colonialista e imperialista, há enciclopédias que ganharam gentílicos de nações colonizadas e imperializadas, como o Brasil.

Mas o que escapa aos gentílicos? O que parece ser gentílico mas, em sua produção de efeito de sentido, escapa ao que se compreende predominantemente como nação? Ainda para Medeiros e Ferrari (2012, p. 85), “Se a categoria gentílico é anterior ao Estado-Nação, a formação de uma nação não se faz sem o que será seus símbolos – bandeira, hino, monumentos, datas e enunciados e... gentílicos”. Complementando, a formação de um espaço ilusório de irmanação, de um espaço de compartilhamento de identidades, se dá nos gentílicos hifenizados, até depois da formação do Estado-Nação. É o caso, por exemplo, do adjetivo “lusó-brasileiro”.

Pensando no conceito de heterogeneidade linguística de Orlandi (2005) (ou seja, uma língua colonizada tem em sua historicidade um fundo falso, uma ilusão de continuidade em relação à língua da metrópole), podemos prosseguir, pensando numa heterogeneidade de metassaberes na colônia, atuando na resolução de um problema que se dá na ordem do simbólico e do imaginário: a formação identitária de um Portugal-Brasil pós-independência e, mais tarde, pós-proclamação da república. É na ilusão de fazer identificar o sujeito lusó-brasileiro, cristão, que algumas enciclopédias – como a *Enciclopédia lusó-brasileira de cultura* (1974 [1963]) – interpretarão as coisas de um *Lusó-Brasil*. Um ano antes, começa a ser publicada também, mas no Brasil, a *Enciclopédia bororo*, com esse adjetivo que não significa um povo nacional, mas uma etnia indígena do Brasil.

Antes de nos debruçarmos sobre esses dois títulos, vamos mergulhar sobre as condições de produção das duas primeiras enciclopédias que incluíram, quase concomitantemente, o gentílico “brasileiro” em seu título. Instaure-se um discurso enciclopédico que se assume brasileiro desde o título ao final dos anos 1950, que produzem imagens de língua, de sujeito, de Brasil e de território, bem como do imaginário oposto disso tudo.

A Enciclopédia brasileira Mérito, a Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira

No levantamento que fizemos em diversos arquivos Brasil afora, concluímos que, em mais de 450 anos de invasão portuguesa no Brasil — entre colônia, reino unido, império e república —, nenhuma enciclopédia ainda havia incluído algum gentílico nacional em seu título, até a década de 1950, quando em um mesmo ano surgem duas enciclopédias com “brasileira” em seus títulos. Trata-se da *Enciclopédia brasileira Mérito* e da *Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira*, ambas de 1958. Ambas possuem histórias muito distintas tanto em suas condições de produção: enquanto uma é pública, e outra é de uma editora privada; enquanto uma mencionava os créditos de sua produção, a outra apagou completamente seu expediente de seus volumes e edições; enquanto uma só lançou o primeiro volume, a outra conseguiu completar a publicação da coleção inteira.

Vemos na apresentação, por exemplo, o expediente da *Alarico Silveira*. Em meio a tantos projetos do Instituto Nacional do Livro (INL), fundado ao final da década de 1930 para publicar o *Dicionário da língua nacional* e a *Enciclopédia brasileira*, foram contratados diversos nomes para atuar na construção dos verbetes. Pelo menos esses que vemos foram creditados, alguns deles reconhecidos até hoje como personalidades na construção de seus campos no Brasil, como os próprios Antônio Houaiss e Celso Ferreira da Cunha. Segundo Bragança, na Europa, “A difusão e o consumo de escritos que contribuíam para solapar o poder do Antigo Regime e subverter a ordem, especialmente das idéias dos filósofos iluministas, tiveram como grande epopéia as edições da *Enciclopédia*, de Diderot e d’Alembert” (BRAGANÇA, 2005, p. 231). No Brasil, parece-nos que a edição de enciclopédias sem o gentílico “brasileiro” em seu título serve, não para subverter a ordem, mas para a manutenção de uma ideologia de irmanação, de laços consanguíneos não apenas com a antiga metrópole, mas com o rodízio de espoliadores que deixaram suas marcas políticas, culturais, ideológicas — materiais, enfim — na história do país. Não estamos dizendo que, em 1958, finalmente chegamos a um momento de valorização do nacional — não necessariamente —, mas que os séculos de cultura escrita no Brasil sem enciclopédias *Brasileiras* não permitiam nem mesmo que se afirmasse que há algum conhecimento, algum saber brasileiro que pode e deve circular nas enciclopédias. A ausência significa de muitos modos: nesse caso, na falta de autoafirmação em títulos.

Note-se que o primeiro projeto encomendado pelo Instituto Nacional do Livro foi a Mário de Andrade, que, mesmo mantendo o título proposto pelo órgão de cultura e ensino, estabelece comparações entre como deveria ser a *Enciclopédia brasileira*: “o projeto segue o modelo das enciclopédias *Britannica*, *Italiana* e da alemã *Brockhaus*.” O europeu é exemplo.

A *Alarico Silveira* não apresenta subtítulo, enquanto a *Mérito* já faz uma autoapresentação em seu subtítulo: “Com milhares de desenhos a traço, ilustrações, muitas a côres, um atlas universal completo e mapas dos Estados e Territórios do Brasil”. Com “desenhos”, “ilustrações”, “atlas” e “mapas”, nota-se uma valorização muito grande, desde a folha de rosto, da iconografia, talvez um recurso de propaganda de supostos “diferenciais” da enciclopédia. Finalmente, um discurso que opta não por falar do que a enciclopédia trata — dentro do gentílico “brasileiro” — para privilegiar como o instrumento possui uma iconografia rica. Uma enciclopédia que vai mostrando como o discurso imagético é constitutivo desse propósito e dessa didática civilizatórias, esclarecedoras, iluministas das enciclopédias. Mas também uma enciclopédia que nunca sai de seu primeiro volume, em que apresenta os verbetes de ‘a’ até ‘Anzol-de-tenda’. O INL, dissolvido durante o governo Collor, é malsucedido em seu objetivo proposto quase setenta anos antes.

Como se o branco fosse dono de qualquer língua, cultura e ciência: a *Enciclopédia bororo*

Por possuir um adjetivo que pode se assemelhar a um gentílico, incluímos aqui também a *Enciclopédia bororo* e, desde já, propomos a reflexão sobre como esse item lexical funciona diferentemente. Enquanto as enciclopédias ditas brasileiras vistas mais atrás podem ser interpretadas como produzidas

- (a) por brasileiros
- (b) para brasileiros
- (c) sobre o Brasil,

a *Bororo* é escrita

- (a) por missionários salesianos
- (b) para brasileiros
- (c) sobre os bororo.

A única coincidência aí é o público-alvo imaginário — que ainda assim deve ser relativizado, por a enciclopédia consistir num estudo feito por cristãos e prefaciado por uma autoridade eclesíástica italiana já residente no Brasil. Todo o restante é alteridade. Vejamos que, enquanto nas enciclopédias ditas brasileiras se produz um efeito de sentido de que é

chegada a hora de os brasileiros produzirem uma enciclopédia própria, com as especificidades do país, nem mesmo se questiona a autoria da enciclopédia bororo: os padres salesianos poderiam falar sobre os bororo como se os fossem. É como se uma enciclopédia italiana, russa, estadunidense pudesse ser concebida, produzida e publicada por sujeitos não italianos, não russos, não estadunidenses. Extirpa-se a possibilidade de o outro falar do que é seu por si. Por que não *Enciclopédia sobre os bororo*? Pode o subalternizador falar pelo outro?

Lembrando que não está em questão aqui a legitimidade ou ilegitimidade desses discursos, ou a precisão ou imprecisão de como eles vão “retratar” as ditas “realidades”. Está em questão o contraste com o modo como outras enciclopédias vêm a lume, o modo como outros sujeitos ocupam esses espaços de (possibilidade de) autoria. Para dar a proporção desse contraste: não incluímos com profundidade, neste artigo, a *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*, publicada pelo português editorial Verbo e os jesuítas da Companhia de Jesus entre 1963 e 1975. Isso porque não interessava diretamente ao nosso arquivo, para fins da investigação de uma história discursiva das enciclopédias brasileiras, um trabalho publicado em Portugal sobre, também, os brasileiros, ainda que escrito por portugueses e brasileiros. Apesar do sucesso de público, me soa mesmo estranho que, em meados do século XX, ainda haja tentativa de uma edição assim, que aproxime as duas nações. Por que não soaria estranho que salesianos usem o gentílico “bororo”?

Intermediando o fim

As enciclopédias, desde a *Encyclopédie* de Diderot e d’Alembert, são predominantemente os instrumentos próprios de circulação ilusoriamente integral do conhecimento, até hoje, com a Wikipédia em suas diversas edições internacionais, com traduções e não traduções de verbetes. Incluir um gentílico como “brasileiro” nos títulos, mesmo com todo o esforço nacionalista presente no anteprojeto de Mário de Andrade, não garante que haja ali uma circulação da ciência, dos saberes, da história nacionais – sobretudo não sem uma pasteurização que inscreve o discurso científico europeu algo como um fator antipatogênico nos demais discursos científicos, possivelmente de epistemologias tropicais. Mas esses gentílicos provocam a ilusão de que há um conhecimento que possa ser dito brasileiro. No entanto, se o Estado brasileiro não consegue publicar até o fim uma enciclopédia com esse gentílico, “brasileiro (a)”, depois de décadas, o que isso pode significar da imagem que circula sobre a produção de conhecimento científico no país? Esse insucesso incide

diretamente sobre como o Estado brasileiro vai se significando, e como significa, particularmente, o público a que serve, em seus aparelhos de instrumentos educacionais, civilizatórios, normativos. O que mais pode significar, também, a publicação de um gentílico, como bororo, pelas mãos de outro, pelas mãos de não bororos?

Ao final deste artigo que começa a tecer análises e teoria para uma História Discursiva dos Livros, esperamos ao menos ter chegado a algumas questões inquietantes: quem tem poder sobre a autoria das enciclopédias? Quem tem poder de fornecer gentílicos a si e a outros nos títulos de enciclopédias? Quem pode falar pelo outro, ocupando o lugar de seu gentílico, anulando sua possibilidade de fala? Tudo isso apenas nos títulos de enciclopédias. O que mais os livros têm a nos dizer, como objetos, em outros possíveis recortes?

Referências

- BENVENISTE, É. [1958] Categorias de pensamento e categorias de língua. In: _____. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: EdUSP, 1976.
- BRAGANÇA, A. Sobre o editor. Notas para sua história. In: *Em Questão*, v. 11, n. 2. Porto Alegre, jul./dez. 2005.
- DIAS, J. P. *O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara*. Dissertação de mestrado (UFSM). Santa Maria, RS: UFSM, 2009.
- FEYERABEND, P. [1978] *A ciência em uma sociedade livre*. Trad.: Vera Joscelyne. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MEDEIROS, V.; FERRARI, A. Na história de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. *ANPOLL*, 32: *Linguística: linguagem, história e acontecimento*, 2012. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/615/626>.
- ORLANDI, E. A língua brasileira. In: *Ciência e Cultura*, v. 57, n. 2. São Paulo: abr./jun. 2005.
- SPIVAK, G. C. [1983] *Pode o subalterno falar?* Trad.: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Enciclopédias analisadas

- ALBISETTI, César; VENTURELLI, Angelo Jayme (eds.). *Enciclopédia bororo*, v. 1. Campo Grande, MS: Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, Instituto de Pesquisas Etnográficas, 1962.
- _____. *Enciclopédia bororo*, v. 3, p. 1. Campo Grande, MS: Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras, Instituto de Pesquisas Etnográficas, 1976.
- _____. *Enciclopédia bororo*, v. 3, p. 2. Campo Grande, MS: Universidade Católica Dom Bosco, 2002.

INL. *Enciclopédia brasileira de Alarico Silveira*: Edição patrocinada pela Fundação Edmundo Bittencourt. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro [INL], 1958.

MÉRITO. *Enciclopédia brasileira Mérito*. São Paulo: Editora Mérito, 1958.

VERBO. *Enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, 1974.

W.M. JACKSON. *The Book of Knowledge*. John ... Nova York: W.M. Jackson, 1910.

_____. *Encyclopedia e diccionario internacional*: organizado e redigido com a colaboração de distintos homens de sciencia e de letras brasileiros e portuguezes. Rio de Janeiro / Nova York: W.M. Jackson, 1920-1930(?).

Miguel Rettenmaier

INTERSEÇÕES MÚLTIPLAS:
A ESCRITA INTERMINÁVEL E
EXTREMA



INTERSEÇÕES MÚLTIPLAS: A ESCRITA INTERMINÁVEL E EXTREMA

Tratar do sujeito projetado no imaginário das redes implica refletir sobre o que se pretende conceber como capaz de suprir uma noção de identidade tão excessiva e tão dinamicamente construída e reconstruída. Talvez, como jamais, distendemos e confundimos a coexistência entre particular e o coletivo, entre íntimo e público, entre o eu e o outro, a uma multiplicidade de contatos que potencializaram relações inimagináveis quanto ao autoconhecimento do sujeito contemporâneo, desdobrável e remontável ao se inserir na órbita de um número imprevisível de objetos circulantes. Estamos, de certa e alguma forma, mergulhados em um número excessivo de fontes. O que não nos faltam são referências, mesmo no que de muito novo surge na ordem nas atuais situações comunicativas. Estamos em interação, imersos, atuantes como usuários, navegadores, jogadores. Estamos tanto ativamente conectados à rede, quanto passivamente à mercê de um sistema global de registro sobre o qual temos pouco (ou nenhum) controle. Em torno da própria representação do sujeito está a incógnita, assim, de ser perante si e perante os outros, outros que são também objetos igualmente subjetivos e objetos que são, em si, estranhamente subjetivos, inteligentes e conscientes a sua maneira. Na realidade, parece não mais haver definições precisas no que antes parecia terminado. Tudo é excessivamente móvel de hora para outra, como se qualquer estabilidade fosse apenas imposição de determinada ordem, como se qualquer equilíbrio forjasse um estatuto de obsolescência e de morte. Ser é constantemente vagar de ponto a ponto, ultrajando qualquer ancoragem.

Por estar sempre em trânsito, o sujeito obriga-se a adequar-se sem direito a acomodações. Torna-se uma espécie de camaleão, transmutado a uma variante de tons e cores, ora para defesa, ora para ataque, ora para não ser consumindo, ao menos tão passivamente, ora para consumir como desejar, na circularidade infinita de um tempo cronicamente incessante, sem turnos, sem sono, em eterna vigília. A condição camaleônica do sujeito, possivelmente, tenha sido incorporada pela condição camaleônica dos

¹ Professor da Graduação e da Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Mestre e Doutor em Teoria da Literatura pela PUCRS. É um dos coordenadores das Jornadas Literárias de Passo Fundo.

dispositivos informatizados do mundo das mídias digitais. Para Murray, o computador é camaleônico, tanto que pode ser visto

como um teatro, uma câmara municipal, um livro desarticulado, um país das maravilhas animado, uma arena de esportes e até uma potencial forma de vida. Mas ele é, antes de tudo, **um meio de representação, uma forma de modelar o mundo que adiciona suas próprias e potentes características aos meios tradicionais de comunicação que ele vem assimilando tão rapidamente.** Como o mais poderoso meio de representação inventado, o computador deveria ser posto a serviço das mais importantes tarefas da sociedade. Sejam ou não recompensados, algum dia, com a chegada do ciberbarbo, devemos nos apressar para colocar essa nova ferramenta de composição, tão firmemente quanto possível, na mão dos contadores de histórias (MURRAY, 2003, p. 264, grifo nosso).

No texto de Murray, *Hamlet no Holodeck*, as possíveis formas de agenciamento renovadas pelo mundo da informática imersiva, envolvidas na “capacidade gratificante de realizar ações significativas e ver os resultados de nossas decisões e escolhas” (MURRAY, 2003, p. 127), permitiriam, na “literatura”, tipos multiformes de enredo em conformidade com o que se alcançaria pelos mecanismos de autoria procedimental. Mesmo que tal sistema narrativo não tenha ainda sido incorporado aos estudos literários, o futuro ciberbarbo parece encontrar certos comportamentos e circunstâncias antecedentes pela via de um apelo narrativo e cultural que se dissocia, em muitos aspectos, do que a tradição chama de um “escritor” maduro, formado, pronto, definido, de um autor com “autoridade”. O sujeito que escreve na contemporaneidade das tecnologias de informação e comunicação é alguém com a coragem de livremente compromissar-se ou até descompromissar-se frente às narrativas literárias canônicas e à exclusividade das “melhores” influências livrescas. Os novos escritores são jovens condenados à juventude, ciberbardos agnosticamente fiéis à literatura. São eles, ou elas, o tema deste trabalho, que elegerá Simone Campos e Carol Teixeira como exemplares desse universo em intersecções de múltiplos campos e fontes.

O escritor “interminável”

O mundo da informática globalizada funciona na intersecção de universos e na conexão constante entre sujeitos, humanos e não-humanos, envolvidos justamente na complexidade dessa intersecção. Segundo Santaella, a emergência de mídias móveis obrigou

a desconsiderar a existência de “mundos paralelos”, na oposição entre, por exemplo, espaço virtual e real. A hipermobilidade abalou a dicotomia e obrigou a se admitir a “atualidade” do cruzamento entre o que é visto como real e a natureza móvel, fluida e líquida do ciberespaço. Nesse novo universo, conectar-se “significa conduzir à intersecção de dois tipos de mobilidade, aquela mobilidade própria do nosso corpo nos espaços físicos que habitamos e a mobilidade própria dos espaços informacionais que visitamos” (SANTELLA, 2013, Kindle Version, location 1968). Nesse universo, ou “pluriverso”, onde tudo se move em conexão, estamos ordinariamente transitando entre campos vistos como excludentes. Para a autora, “a intersecção dos espaços, antes chamados de real e de virtual, constitui hoje uma mistura inextricável que se imiscuiu no tecido mesmo das nossas vidas” (SANTELLA, 2013, Kindle Version, location 1968). Assim, a conexão entre elementos, associada pela autora à teoria dos conjuntos, implica um tipo de intersecção que se dá entre a computação pervasiva e a computação móvel e que se amplia mesmo a outras reassociações, mais profundas. Isso quer dizer que o invisível e o visível, na intersecção que dá existência à ubiquidade, integram a mobilidade à funcionalidade em um alcance que afeta o ser e o estar em determinada circunstância existencial e social. Segundo Santaella:

Pode-se dizer que são sísmicos os abalos que o computador vem trazendo para as formas de cultura mais tradicionais, como a cultura oral, a cultura do livro, a cultura de massa e a cultura do audiovisual. O computador não é uma mídia como foram as outras. **Ele é mais propriamente uma metamídia**, uma mídia das mídias, **capaz de absorver dentro de si todas as mídias anteriores**, misturando-as na própria gênese de suas linguagens híbridas e multimidiáticas. Trata-se, antes de tudo, de uma mídia de acesso à informação e de uma mídia de armazenamento da informação, o que é incrementado pelos acessórios computacionais, especialmente as memórias externas e, hoje, pela computação na nuvem. Mas é também uma mídia de entretenimento, **que mistura de modo inaudito entretenimento com informação**, portanto, uma mídia de infotenimento (SANTAELLA, 2016, p. 99-100, grifo nosso).

Os impactos na cultura envolvem, assim, hibridismo, multimodalidade, convergência, acesso, armazenamento e produção de informação. Tanto quanto isso, a ruptura permite a uma mídia que se eleve do nível de ferramenta de mediação para um patamar no qual entretenimento e informação, prazer e dever, não necessariamente se excluem, sob uma nova dinâmica estética e ética, que já não contrapõe produção e consumo, quando nada mais é totalmente hegemônico ou completamente subalterno. Assim, as intersecções superam a simples dicotomia virtual/real e implicam a rediscussão de conceitos e

posicionamentos ideológicos que vão além das definições modernas, o que envolve também as identidades dos sujeitos, as quais

não são mais unitárias, igualitárias, compactas, ligadas a um sistema produtivo de tipo industrial, a um sistema reprodutivo de tipo familiar, a um sistema sexual de tipo monossexista, a um sistema racial de tipo purista, a um sistema geracional de tipo biologista (CANEVACCI, 2005, p. 19).

Estamos, como Canevacci observa, em um período no qual tipologias e taxonomias estão exauridas. Conceitos são líquidos, as culturas, intermináveis, conectadas em interzonas. Há um novo modo de sentir o político, situado na metrópole comunicacional, que supera os projetos unificados da pólis moderna:

O conceito sólido por excelência do político, com efeito, é circunscrito aos lugares da cidade. Entre os espaços da metrópole, ao contrário, produz-se o *não-político metropolitano* (ou o pós-político), algo que não pertence sequer etimologicamente ao campo da pólis (CANEVACCI, 2005, p. 48).

No mundo pós-político e pós-conceitual, de formas móveis, irrequietas, opositoras, as distinções etárias, de classe, étnicas e de gênero estão definitivamente problematizadas, e só podem se manter em nome de um pensamento sectário, febril por uma identidade que imagina furtada (o que pode torná-lo tão violento em suas reações). Não há lugar para definições, pois cada tipo de definição guarda em si a ordem do político, e essa ordem acabou. E o espaço dessa nova circunstância é metrópole, aqui colocada como algo além da pólis moderna, organizada, hegemônica, dualista, sintética e produtiva. O espaço das formas móveis são as “metrópoles comunicacionais” (CANEVACCI, 2005, p. 46). Nesse espaço difuso, não há categoria geral que englobe algo em particular “ao longo de segmentos homogêneos” (CANEVACCI, 2005, p. 19). Não existe mais nada “acima de”, mas um constante “através de”, que penetra segmentos, parcialidades, em fragmentos do eu e do outro, ou, se quisermos, do eu com o outro e do outro comigo, na ordem de pluriversos justapostos em uma espécie explícita de *patchwork*. O ocidental burguês heterossexual, adulto, branco e masculino talvez ainda escreva a história, mas sua narrativa está em crise. O mundo do *hacker* e do *cracker* ignora barreiras. O mundo dos jovens agora é interminável.

Para Canevacci, a dilatação do conceito de jovem está associada a toda uma transformação não apenas das relações sociais, mas de uma epistemologia, antes formada por conceitos e “definições”. No contexto da atualidade, quando o jovem ingressa como

sujeito (não assujeitado) na sociedade de consumo, quando as mídias produzem novos tipos transnacionais de sensibilidade e de sexualidade, emancipadas da política moderna tradicional, as dilatações juvenis, sem limite de idade, problematizam as faixas etárias, com o fim do trabalho e do corpo natural e com o surgimento não controlável de identidades móveis e nômades. O trabalho não é mais o início da vida produtiva, o adulto não produz mais para o consumo do jovem: o jovem produz o tempo inteiro, livre nas acomodações de uma dinâmica de controle social sobre ciclos da natureza. Esse ultrapassar de fronteiras entre o juvenil e o maduro – no que o termo “adulto” pode significar como normatizar-se e repetir-se até a velhice, fixar-se ao trabalho imóvel, bloquear as polifonias da afetividade – permite alongar a fase mais móvel e criativa na constituição de uma juventude interminável (CANEVACCI, 2005, p. 36). E o e-space é espaço de tamanha permissividade:

O e-space não é nem um a priori nem um a posteriori. É um presente dilatado e móvel. Um presente líquido. No e-space tudo é simultâneo, como nos desejos dos primeiros futuristas. O poder da história como lei do passado não tem influência, assim como as sugestões da utopia como evolução no futuro (CANEVACCI, 2005, p.166-167).

No centro descentralizado das indefinições está assim o “X” dos eXtremos, que foge à norma, que contesta o mundo das imposições, que evita a lógica monolítica do razoável e do consciente, na carga semântica do contra e do proibido:

O X como concentrado de um significado supradeterminado começa a emergir no movimento punk, com o grupo Generation X: do desconhecido à incógnita, mas sempre contra a geração dos pais. Para afirmar-se nos sites da internet (nas pegadas dos locais pornôs). Em muitos sites, especialmente de origem norte americana, a letra aparece como código que indica possíveis infrações excessivas. Por outro lado, o X se associa ao extraterrestre, ao outro radical ou paranormal. Navegando via internet – onde o léxico utilizado geralmente é do inglês – o X se conjuga ao excesso, ao irregular, ao alheio, ao pornô. X como “versus”. XXX como luzes vermelhas, XL como “extra large”, como “X file”. Mas, sobretudo, o grande X como signo do extasy, a nova substância empatógena que irrompe nas culturas juvenis, misturando-se com a música *techno* e as *raves* (CANEVACCI, 2005, p.43).

O “X” incógnita e infração, remetendo à pornografia, induz ao outro lado das condições regulares de existência. Há, de certa forma, um jogo de desejo que, quando recomposto ao pluriverso líquido, coloca também em interseção o que antes se separava em conjuntos distintos, o que se entendia por baixo pornográfico e elevado erótico. O

primeiro seria direto, masculino, grosseiro, prosaico, comercial, material, genital e visual, contraposto à ambiguidade das tonalidades do erotismo, necessariamente indireto e refinado, feminino, poético e, sobretudo, espiritual. Carol Teixeira, jovem escritora gaúcha, sob o epíteto de “Obscena senhorita C”, evoca Hilda Hilst para justapor, sem sínteses confortáveis, o que era perversão ao que é artístico.

Figura 1: A obscena senhorita C



Fonte: <http://aobscenasenhoritac.com.br>

Sua página na internet discute desde cinema, música e entretenimento em geral, a artigos de *sex shop*, os quais, alguns, são devidamente testados pela escritora. Na lista de pessoas que entrevista em sua casa, em vídeos postados na seção “*Diary*”, estão artistas, modelos, chefs, promoters, atrizes de filmes adultos e até profissionais do sexo que se dedicam à escrita de suas experiências, que fundem intimidade e publicidade.

Carol Teixeira transita pelas mídias e usa o próprio corpo como signo. O *piercing* e as tatuagens despontam como traços de uma juventude interminável, que desconsidera a disparidade entre orgânico e inorgânico. Assim, nesse cruzamento do pós-corpo, cruza-se a pele com os espaços onde, por exemplo, ocorrem as entrevistas para o site: a casa de Carol, que supera o doméstico e o convencional, como se assumisse as bases do estudo de Canevacci, ao pluralizar-se

em um espaço mutável, cheio de *applies* e *collages*: uma espécie de carteira de identidade que recusa qualquer congelamento

identitário e que, ao contrário, expõe as muitas caras-signos temporárias por meio das quais deseja constituir-se. É uma constituição individual. Uma constituição musical e visualmente interminável (CANEVACCI, 2005, p.34).

Figura 2: Caras-signos. Com Filipe Chaves, modelo e chef de comidas naturais.



Fonte: <http://aobscenasenhoritac.com.br>

A estética de Carol Teixeira permite “coisas grudadas na pele e vestidas nas paredes” (CANEVACCI, 2005, p.34), em um trabalho temático que desaguou no romance *Bitch*, lançado em 2016 e já esgotado na primeira edição. A capa da obra traz a intimidade de um corpo feminino de joelhos, buscando reflexo em um espelho, na lateralidade de uma porta de vidro que não separa em definitivo o interior do exterior do ambiente; a contracapa, por sua vez, provoca a recepção ao apresentar, abaixo da foto da autora em close, um metatexto que compõe uma das partes mais provocativas do livro: “Mas pare o julgamento que você está fazendo agora. Não se engane com esse início erudito e pretensioso. Entre a metafísica e a putaria, eu fico sempre com a putaria”.

Figura 3: Capa e contracapa de *Bitch*

Fonte: <http://aobscenasenhoritac.com.br/>

O enredo, que associa narrativa a fragmentos filosóficos, e que aproxima ao máximo as cenas ao envolvimento sexual entre as personagens, desdobra-se em dois conflitos, relacionados. Há uma autora, C., evidente *alter ego* de Carol Teixeira, que necessita escrever um novo livro, e uma “personagem principal”, um ser textual em evidência, que é uma artista plástica de São Paulo, Princess, cuja vida hedonista projeta-se no desejo de realização, tanto estética, quanto sexual. As personagens são figuras complementares. C. é uma condutora de enredos, mesmo enredada em dilemas individuais, Princess é um ser à deriva de sensações, que precisa de um guia para se constituir. Esse guia é C., a escritora.

Na narrativa, a literatura e a ficção mostram-se como desvelamento para que possa ocorrer o movimento criativo das demais artes, como se a palavra fosse o termo inicial de qualquer vibração de desejos. É ela que erotiza, sem ela não há contato, não há excitação. Para tanto, C. surge das dependências menos ascéticas da vida, das ruas, dos bares baratos, nas sarjetas da cidade de São Paulo, onde bebe cerveja em copos plásticos e sente a dor das impossibilidades do amor, descobrindo que “Não dá para ver a lua da Augusta” (TEIXEIRA, 2016, p. 80). No que há de áspero da vida, C. dialoga com Princess, no ponto alto da narrativa, e desmonta seu mundo falsamente equilibrado ao narrar, a uma câmera de vídeo, explicitamente, uma experiência sexual desafiadora. Nessa confidência, gravada e posteriormente exibida, desenvolve-se um contato que, já em rede, em dispositivos móveis,

desvela intimidades entre uma e outra, ampliando o horizonte estético da artista plástica até a elaboração de “uma exposição perturbadora, resultado da entrega de Princess a um caos investigativo, trágico, dionísio” (TEIXEIRA, 2016, p. 80). A literatura, assim, aparece como uma espécie de desvirginamento à Princess, na pureza que o próprio nome parece indicar. Para sentir, a coprotagonista deve, de certa forma, sujeitar-se ao “irregular, ao alheio, ao pornô” (CANEVACCI, 2005, p.34).

O sujeitar-se ao alheio, ao irregular, ao lado escondido, embora em outros termos, constitui a literatura de Simone Campos. A escritora também se apoia em fortes jogos eróticos em, por exemplo, *A vez e morrer*, romance que apela para a evasão do urbano, ao focalizar a realidade de uma cidade turística no avesso de si mesma, quando não há turistas em momentos de baixa temporada em dias úteis. Izabel é a protagonista, em uma casa vazia, dos avós mortos, e deve transitar por essa outra realidade, intersectada apenas espacialmente à cidade dos turistas, onde uma comunidade é representada desarmonicamente por vários tipos de orbitantes, advindos das corporações evangélicas, de empresas de tecnologia, de pequenos comércios, das vizinhanças não atraentes nem turísticas etc. Além desse romance, Simone Campos traçou uma outra experiência narrativa.

Owned aprofunda o que há de eXtremo e interminável da obra de Campos por não ser um romance, mas por ser uma ou várias histórias simultâneas e por ser, também, jogo.

Figura 5: Owned, o livro



Fonte: <http://www.7letras.com.br>

No livro-jogo ou aventura-solo – em uma alternativa ao RPG, que exige um grupo de jogadores – o leitor não apenas acompanha o conflito de André, um técnico de informática aficionado por games e envolvido em um jogo de conquista entre meninas de uma equipe de tradutoras, a ZYX, mas escolhe a linha de seu destino. A leitura necessita anotações, em espaço reservado ao fim do livro, já que durante quaisquer dos trajetos haverá alternativa de recolher determinados itens, na dinâmica de um videogame, quando se oferecem armas, amuletos e ferramentas ao player. O tempo de leitura, determinado pelas escolhas do leitor pode incluir um *good end* ou um *game over*, que encerra prematuramente o enredo, por exemplo, com a morte do herói. No que não há de impresso, o livro desdobra-se em um site (<http://www.novojogador.com.br>), com possibilidades de leitura em jogo de alternativas, as quais se colocam ao final de cada fragmento ou capítulo.

Figura 6: Owned, o jogo



Fonte: <http://www.novojogador.com.br>

A leitura acompanha a vida de um herói que sobrepõe vida real e mundo virtual, em cenas que, apesar de produzidas para um jogo, o que poderia restringir-se ao público juvenil, contém forte apelo sexual, a ponto de *Owned* não ser recomendado, seja em meio impresso, seja em meio digital, a menores de 18 anos. Há mais um dado interessante na obra, o agradecimento a três importantes nomes da jovem literatura pelas dicas de leituras sobre games, Antonio Xerxeneski, Daniel Galera e Daniel Pellizzari, o que associa, de forma inédita, a nova estética literária à leitura de jogos em meio digital. Acompanha o livro um

glossário, um *walkthru* (guia detalhado por personagem) e pequenos ensaios da autora, como posfácios, nos quais se esclarecem alguns elementos sobre a obra, como um grande *spoiler* para quem não leu e jogou o livro, e sobre as perspectivas de Simone Campos, em particular, em um dos textos, sobre os gêneros de games associados à biografia de leituras da autora. Para Campos,

Quem está acostumado a histórias lineares tende a pensar que um final é o único final possível. Todos os momentos que o antecedem só poderiam conduzir a ele. No romance tradicional bem construído o caso é esse. Mas a geração criada com videogames não fica feliz com “felizes para sempre”. Se a partida foi boa, queremos voltar e explorar várias possibilidades, até mesmo as ruins. E, se as encontrarmos, seja antes ou depois dos desfechos *bons*, não há frustrações – há desafio. Não há desespero – somente novas tentativas. Se morremos há outras vidas, outras partidas. **Nada precisa ser definitivo.** Afinal, não há risco real. Há envolvimento emocional, mas não há risco, (Se isso pode gerar uma certa passividade com relação à vida real, aí já é outro problema) (CAMPOS, 2011, p. 233, grifo nosso).

O jogo, assim, invade as circunstâncias do literário com o peso de investimento que adentra nas relações humanas: “combinando risco constante com conseqüências financeiras reais, muitas vezes se torna altamente viciante, bem como emocionalmente desgastante (Hayles, 2008, p. 99). Para Hayles, pesquisadora da literatura eletrônica, o jogo envolve outras formas de contato comunicativo, além do racional. A atração invasiva do game compromete afetiva e corporalmente os sujeitos, expostos já a uma espécie de vício: “Despite the stress, the attachment is so intense that it becomes addictive. When traders leave the game, some purchase hand-held Reuters’ screens so they can continue to experience the atmosphere, even if tenuously from the periphery” (HAYLES, 2008, p. 99).²

Além disso, o jogo faz reconduzirem-se narrativas sob experimentos, chancelados pela diversidade de constituições de enredo. Ong, em *Oralidade e cultura escrita*, escreve que “Nas últimas décadas, à medida que a cultura tipográfica se transmutou na eletrônica, a história de enredo compacto foi desdenhada como muito ‘fácil’ (isto é, demasiadamente controlada pela consciência) pelo autor e pelo leitor” (p. 170). A arte literária impressa e tipográfica teria levado a um tipo de construção do enredo em fechamento do todo, como fosse isso uma forma de amadurecimento do escritor perante o narrador oral quanto ao

² Apesar do estresse, o apego é tão intenso que se torna viciante. Quando os corretores deixam o jogo, alguns compram monitores portáteis da Reuters para que eles possam continuar a experimentar a atmosfera, mesmo que apenas da periferia (Hayles, 2008, p. 99).

controle consciente da narrativa: “Sob o olhar do autor, o texto exhibe início, o meio e o fim, de modo que o escritor é estimulado a julgar sua obra como uma unidade autossuficiente e distinta, definida como fechamento” (ONG, 1998, p. 166-67). A suposta crise da narrativa em uma estrutura linear piramidal, que aguarda o clímax no ângulo superior, parece apontar-se como um texto escrito que desfaz enredo tradicional e que subverte a narrativa episódica à interação com fragmentos de ação para um jogador leitor. Isso, contudo, não retira a “marca permanente da escrita e da tipografia” (ONG, 1998, p. 166-67) dentre as fontes do que parece ser experimental. A literatura ainda está lá. A literatura ainda está aqui, tanto no livro que quer ser jogo, quanto na obra literária que desconhece as fronteiras da moral tradicional e joga com o baixo corporal, visual e comercial, sem desencanaixes quanto ao artístico.

A juventude interminável encontrou na rede seu reflexo mais nítido e ao mesmo tempo mais desfigurado. Por maior nitidez, significa jogar com múltiplos contatos para saber de si, para saber-se entre toda e qualquer fonte, pois o jovem interminável sabe que apenas como vagante pode manter-se vivo, e manter-se vivo significa nunca estar pronto, estar sempre não resolvido. As capas das obras impressas *Owned* e *Bitch* (percebam-se os títulos em outra língua) jogam com o olhar, pois há uma tela imaginária em tudo. As personagens olham para o leitor na obra de Simone Campos; uma menina seminua procura o rosto na capa do romance de Carol Teixeira. Tudo tem um traço de irresolução nesse mundo sem fronteiras definidas, nesse mundo interminável em que transitamos na interseção entre o que lemos (ou vemos) e o que somos.

Referências

- CANEVACCI, M. *Culturas eXtremas*. Mutações juvenis nos corpos das metrópoles. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- CAMPOS, S. *Owned*. Um novo jogador. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.
- HAYLES, N. Katherine. *Electronic Literature: New Horizons for the Literary*. South Bend: University of Notre Dame Press, 2008.
- MURRAY, J. H. *Hamlet no Holodeck: o futuro da narrativa no ciberespaço*. Tradução Elissa Khoury Daher e Marcelo Fernandez Couzziol. São Paulo: Itaú Cultural; Unesp, 2003.
- ONG, W. *Oralidade e cultura escrita*. Campinas (SP): Papiros, 1998.
- RESENDE, B. Notas sobre a literatura contemporânea: o local, o global e o nacional. In: RETTENMAIER, M.; RÖSING, T. *Questões de ficção contemporânea*. Passo Fundo: UPF Editora, 2013.

RESENDE, B. *Contemporâneos*. Expressões da literatura brasileira do século XXI. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Biblioteca Nacional, 2008.

SANTAELLA, L. *Comunicação ubíqua: Repercussões na cultura e na educação*. São Paulo: Paulus, 2013.

SANTAELLA, L. O papel da leitura face ao patrimônio cultural. In: ZILBERMAN, R; RÖSING, T. (Orgs.). *Identidade na era da mobilidade*. Passo Fundo: UPF Editora, 2016. Kindle Version.

TEIXEIRA, C. *Bitch*. São Paulo: Record, 2016.

Fellipe Ernesto Barros

UM SOPRO DE VIDA:
REPRESENTAÇÃO DO SUBLIME
E DO BAIXO CORPORAL NO
CONTO “VIDA”, DE RUBEM
FONSECA



UM SOPRO DE VIDA: REPRESENTAÇÃO DO SUBLIME E DO BAIXO CORPORAL NO CONTO “VIDA”, DE RUBEM FONSECA

Ao longo da História, a literatura nos apresenta vários exemplos da representação do homem e sua relação com o corpo, seja para fazer rir plateias, degradar comportamentos culturais ou ressignificar conceitos e percepções sobre a vida em sociedade.

Desde muito antes de Cristo, a flatulência humana esteve às voltas de paródias e sátiras nas comédias do grego Aristófanes (423 a.C.), em que um trovão representava o peido das nuvens, e na “Sátira” do poeta Horácio (43 a.C), quando o deus Príapo afugenta duas temíveis bruxas sob o ataque de uma saraivada de gases. Mais tarde, a flatulência é novamente referenciada em pelo menos quatro histórias das “Mil e uma Noites”, sendo o conto de número 410 o mais significativo deles, contando a história do episódio memorável de “como Abu Hasan soltou um pum” na comemoração do seu noivado.

E inclusive Dante, Shakespeare, Victor Hugo, Balzac e Émile Zola tomaram mão de divertir seus leitores com a representação dos gases intestinais em situações cômicas; Zola, por exemplo, deu vida ao camponês Jésus-Christ, herói da tragédia naturalista “A Terra”, que poluía toda a atmosfera com sua flatulência, sendo o personagem Jésus-Christ uma nítida paródia ao personagem bíblico e representativo de todo o mal: o Satã. Este, conhecido como uma entidade que solta peidos e cujos domínios cheiram a enxofre, tem relação com a percepção filosófica e kantiana de que a parte traseira inferior do corpo humano é uma anatomia de segunda classe, e por isso indigna, sendo o olfato o menos nobre dos sentidos por ser menos controlável pelo intelecto e dotado de subjetividade, com inclinações mais para a representação do deleite do que para o conhecimento dos objetos exteriores (SCHOPENHAUER, 2003). É a partir dessa proposição que pretendemos iniciar a análise do conto “Vida”, de Rubem Fonseca, partindo do pressuposto de que é por meio das sensações do sublime que esse conto desenvolve a narrativa em que o prazer pela fruição do elemento grotesco (gases intestinais) rebaixa e destitui objetos, ao passo que também eleva o que é degradado, ressignificando o sentido da vida no contexto do conto.

A vida, o gás intestinal e a felicidade

Publicado no livro “Secreções, excreções e desatinos” (2001), que reúne textos de Rubem Fonseca relacionados a algum excreto corporal, o conto “Vida” é o último de um conjunto de catorze contos que, de alguma forma, expõe relações entre um excreto humano, o indivíduo, a trama e a linguagem.

Sobre as motivações para a escrita do conto específico, nada foi revelado por Rubem Fonseca em entrevistas ou outros textos até então lançados, mas há quem afirme que o abjeto corporal é muito mais comum e presente na vida humana do que se poderia supor, pois não raro nos deparamos com situações constrangedoras, hilárias e um tanto estranhas para quem o expele ou dele se aproxima. Contudo, o que nos soa mais estranho e incomum – para não dizer, *interessante* – é o conjunto de qualidades que o excreto assume no encadeamento do texto literário em questão: ele envolve tanto uma estrutura escrita de reforço à linguagem como uma pluralidade de significados que envolvem uma narração centrada na subjetividade de um *eu* que narra sem a ordem cronológica dos fatos.

Nesse conto, somos apresentados a um homem e a sua obsessão por sentir o odor dos gases intestinais que expele, na busca de sentir prazer. Somos apresentados também à sua vida com a mulher, que não cessa em hostilizá-lo por causa do peido que solta. E ao que nos parece, a vida do casal não vai bem: a esposa não superou a dor da morte do filho que tiveram e que faleceu de alguma causa não revelada (do filho, apenas sabemos que era epiléptico e que já morrerá). E diante da dor que sente a esposa e da falta de desejo sexual por ela (ela ficara gorda, gulosa e hostil), o homem se sente responsável pela mulher, e conforma-se em com ela viver:

Eu poderia sair de casa, pedir divórcio, mas lembro o que ela sofreu durante a doença do nosso filho, acho que nunca existiu no mundo mãe mais dedicada, e ela ficou gorda depois que nosso filho morreu, e às vezes eu a surpreendo chorando com o retrato dele na mão, eu não devo abandoná-la nessa situação [...] (FONSECA, 2001, p.141)

Logo no início do conto, o narrador, que também é protagonista, sinaliza o intestino como o local de onde é sentido o processo e o deslocamento dos gases, e constrói automaticamente uma relação de referência (o gás intestinal e o prazer), na qual uma imagem começa a ser esboçada na própria tessitura do texto: a produção dos gases no intestino. Vejamos no trecho:

No meu caso, sou alertado pelo ruído dos gases nos intestinos. Mas há pessoas que não são beneficiadas por esse sinal prodrômico –

minha mulher diz que isso não é uma doença, e não sendo uma doença não tem um pródromo, como o aviso que um epilético recebe momentos antes de ter sua crise, como ocorria com o nosso filho, que Deus o tenha, mas minha mulher dedica-se a me contrariar em tudo o que digo, a me hostilizar constantemente, esse é o passatempo da vida dela – Mas eu dizia que a minha flatulência é anunciada por esses ruídos dos gases se deslocando no abdome, e isso me permite, quase sempre, uma retirada estratégica para expelir os gases longe dos ouvidos e narizes dos outros. Aliás, prefiro fazer isso isolado, pois os flatos ao serem expulsos dão-me um grande prazer que se manifesta no meu rosto [...] (FONSECA, 2001, p. 139)

Durante todo o conto, o narrador enfatiza o prazer que sente ao liberar os gases intestinais, sentindo a essência do odor e ouvindo os ruídos liberados especialmente em ambientes fechados – “E, sendo um ambiente fechado, tenho outra emoção, talvez mais prazerosa, que é a de fruir com exclusividade esse odor peculiar.” (FONSECA, 2001, p. 139-140) –, embora reconheça que não é comum para a maioria das pessoas o prazer por esse tipo de odor: “Sim, eu sei que para a maioria das pessoas – certamente não para quem expeliu – o aroma da flatulência alheia é ofensivo e repugnante.” (FONSECA, 2001, p. 140).

Isso nos conduz à percepção de que a felicidade no conto “Vida” tem o sentido de plena satisfação a partir do gozo dos sentidos (cheiro) relacionados à mera satisfação a partir de uma necessidade biológica: eliminar gases. Do excrementício, o narrador-protagonista quer sentir o cheiro – “[...] deleitação provocada por sua essência odorífera [...]” (FONSECA, 2001, p. 139) –, gerar prazer – “[...] uma certa euforia, quando são bem ruidosos [...]” (FONSECA, 2001, p. 139) – e a percepção de coisas habituais.

A felicidade que sente o narrador-protagonista de “Vida” ao cheirar o próprio peido lhe é verdadeira e eterna enquanto dura o odor. A felicidade é, para ele, uma satisfação plena, capaz de ser perceptível pela expressão do seu rosto e pela prazerosa emoção que sente:

[...] os flatos aos serem expulsos dão-me um grande prazer que se manifesta no meu rosto, sei disso pois na maioria das vezes eu os libero no banheiro, o melhor lugar para fazê-lo, e posso notar na minha face, refletida no espelho, a leniência do alívio, a deleitação provocada por sua essência odorífera, e também uma certa euforia, quando são bem ruidosos. (FONSECA, 2001, p. 139)

É uma sensação que lhe é sempre válida, mesmo que, ao cessar do cheiro, desemboque no estado habitual de descontentamento e desprazer: “quando nem acabei de

gozar a satisfação que aquilo me propicia, ela grita do quarto, meu Deus, estou sentindo o fedor daqui, você está podre mesmo. O cheiro não é tão forte assim [...]” (FONSECA, 2001, p. 140).

Ainda que conformado diante da morte do filho, a sensação do prazer está relacionada com a busca de um novo sentido para o que lhe acontece – “Eu poderia sair de casa, pedir divórcio, mas lembro o que ela sofreu durante a doença do nosso filho [...]” (FONSECA, 2001, p. 141) – e com o pesar que sente o narrador-protagonista pela vida que leva: “[...] eu não devo abandoná-la nessa situação, não posso ser tão desalmado e egoísta, [...]” (FONSECA, 2001, p. 141).

Aliás, a busca do homem pelo sentimento de felicidade é uma perspectiva cara à antropologia e tratada por Edmundo Burke (1993) no seu tratado “Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo”. Nele, Burke (1993) afirma que o sublime comunica uma sensação de grandeza incomensurável e inspiradora, na natureza ou no pensamento, sendo, o sublime, tudo o que excita deleite e está retratado como força oposta à beleza.

Segundo Burke (1993),

É próprio do pesar ter seu objeto sempre em seu pensamento, apresentá-lo sob seus aspectos mais agradáveis, reiterar todas as circunstâncias que o acompanharam, até mesmo em seus mínimos detalhes, recordar todos os delicados encantos, descrevê-los um a um e descobrir em todos eles mil perfeições para as quais não atentara; no pesar, o prazer continua a predominar, e a angústia que sentimos não se assemelha a dor pura, que nunca deixa de ser detestável e da qual procuramos nos livrar tão logo quanto possível. (p.46)

Ainda segundo Burke (1993), diferente do deleite – que é uma sensação de “tranquilidade toldada de horror” (p.45) –, o prazer é uma sensação efêmera em que, ao cessar, retorna o homem ao estado de indiferença, o estado em que não há nenhuma sensação de prazer ou deleite (BURKE, 1993, p. 42). Contudo, sem o interesse de nos aprofundarmos em discorrer sobre a diferença entre essas duas formas de sensação (deleite/prazer), apenas assinalemos a presença da sensação de prazer no conto “Vida”, de modo a avultarmos que neste conto a definição *do que sente* o narrador-protagonista nos causa dificuldades. Isso porque, se entre o deleite e o prazer está a eliminação da dor ou do perigo (deleite) e a sensação efêmera de satisfação (prazer), e conformar-se é por definição *resignar, submeter-se sem revolta ou resistência*, ao contemplar os gases intestinais o

narrador-protagonista de "Vida" encontra um estado de contentamento e felicidade – "[...] contemplei no espelho a felicidade que o forte ruído e o intenso odor estampavam no meu rosto." (FONSECA, 2001, p. 141) –, mas que não deixa de ser uma tentativa de livrar-se e diminuir o pesar que sente:

Eu poderia sair de casa, pedir divórcio, mas lembro o que ela sofreu durante a doença do nosso filho, acho que nunca existiu no mundo mãe mais dedicada, e ela ficou gorda depois que nosso filho morreu, e às vezes eu a surpreendo chorando com o retrato dele na mão, eu não devo abandoná-la nessa situação, não posso ser tão desalmado e egoísta, e ainda mais sendo magro e elegante poderia arranjar outra mulher, mas ela não conseguiria arranjar outro homem e a solidão aumentaria ainda mais o seu sofrimento e ela é uma boa mulher, não merece isso. (FONSECA, 2001, p. 141).

Estamos, aí, diante de uma dificuldade de definição entre a eliminação da dor (deleite) e o que sente pelo prazer (nesse conto), mas que de toda forma nos leva a compreender a existência de algo que provoca a sensação de grandiosidade (felicidade) e, diferente do sublime que aterroriza a existência, provoca um tipo de sensação efêmera, mas plena enquanto dura. É isso que faz o excremento no conto "Vida": através do peido, o homem encontra uma forma de sentir-se pleno e de dar um novo sentido ao que lhe acontece e à vida que leva. E elevando o homem pelos sentidos, o conto faz com que a presença do excreto seja o meio para ascendê-lo ao mais alto estado de satisfação da vida, a felicidade, sentimento pelo qual a antropologia nos ensina que o homem está em constante busca por ser esta busca uma condição de sua própria vida: ser feliz.

O narrador, fazendo-se um ser que procura conformação com a própria vida, tenta se apresentar como alguém que aceita o que tem e se põe em aceitação diante da morte do filho e da responsabilidade que tem na infelicidade da esposa. Põe-se de acordo com a vida que leva, depois que se adapta à morte do filho: "Eu poderia sair de casa, pedir divórcio, mas lembro o que ela sofreu durante a doença do nosso filho [...] que Deus o tenha [...]" (FONSECA, 2001, p. 141). Mas se resigna a conviver com o fado da sua existência com a condição de tornar o olfato e o excremento (peido) *em algo necessário para* evitar a realidade não o satisfaz: o corpo gordo da esposa, a dor que ela carrega sobre a morte do filho e o sentimento de insuficiência de suas obrigações de marido para com sua mulher a falta de sexo. Ele enfatiza o prazer que sente – "E, sendo um ambiente fechado, tenho outra emoção, talvez mais prazerosa, que é a de fruir com exclusividade esse odor peculiar." (FONSECA, 2001, p. 139-140) –, embora reconheça que não é comum para a maioria das pessoas o prazer por esse tipo de odor: "Sim, eu sei que para a maioria das pessoas –

certamente não para quem expeliu - o aroma da flatulência alheia é ofensivo e repugnante.” (FONSECA, 2001, p. 140).

O baixo corporal

A propósito do título, o conceito que dá nome ao conto de Rubem Fonseca é problemático à filosofia, no que diz respeito ao *significado de vida*. De acordo com André Lalande (1996), o termo “vida” designa o sentimento de admiração que tende a sugerir o mais alto valor: ela evoca a espontaneidade e possui, sobretudo nos nossos dias, a sensação laudativa que tende a evocar com força a ideia de uma coisa boa, desejável e, até, de valor supremo (LALANDE, 1996, p. 2014-2015). Ele é um termo que designa ora um conjunto de fenômenos que se estende do nascimento até a morte, ora uma característica desses fenômenos que se opõem à morte e que, no sentido geral do termo, designa o sentimento de admiração que tende a sugerir um juízo de valor de algo bom, positivo, desejável e agradável – características comuns ao conto de Rubem Fonseca.

Como temos visto, o personagem-narrador do conto de Rubem Fonseca encontra através do gás intestinal uma forma de sentir-se pleno e de dar um novo sentido ao que lhe acontece e à vida que leva. Com isso, a materialidade o gás intestinal transmuda-se: inicialmente gasoso, torna-se uma imagem abstrata e quase palpável na poética do texto em questão. A fruição dos gases intestinais aproxima realidades opostas e distanciadas entre si e conjuga para uma única representação toda uma pluralidade de imagens em que os objetos apresentados – o gás intestinal e a vida (enquanto sentido de existência) – quase deixam de ser o que são para serem outras coisas com outras representações.

É certo que está aí uma relação de sentidos até estranha e escandalosa para alguns indivíduos, pois que os ruídos intestinais anunciam o momento de contemplação na qual a sua excreção seria a realização de uma expectativa que fora anunciada no interior do corpo humano. Mas, ainda assim, a elaboração de imagens no conto *Vida* não transfigura por completo a sua real natureza: o gás intestinal não deixa de ser um *peido* para ser uma mera representação do sentido filosófico de existir, assim como a existência não se resume ao que é excretado. O gás intestinal é, apenas, o mecanismo para o alcance do prazer. Ele é uma configuração complementar ao sentido da vida para o personagem-protagonista, na construção de imagens e sentidos que relacionam o grotesco e a filosofia, de modo que o gás intestinal, aqui, é tornado digno de respeito, pois o ato de excretá-lo não pode deixar de ser cumprido e a sua eliminação é uma forma de atrair as sensações prazerosas da fruição.

Nisso, não se trata de meramente rebaixar, de destituir o objeto do alto para o baixo (a fruição do sentido da vida *versus* o gás intestinal), mas de elevar o que é degradado: o próprio homem e o seu sentido da vida, o casamento, a ausência do filho para a mulher e a hostilidade da esposa: “[...] mas minha mulher dedica-se a me contrariar em tudo o que digo, a me hostilizar constantemente, esse é o passatempo da vida dela” (FONSECA, 2001, p. 139). Trata-se de fazer subir a imagem do repugnante e transfigurá-lo em algo bom e atrativo: “[...] os flatos aos serem expulsos dão-me um grande prazer” (FONSECA, 2001, p. 139). E dessa forma, no conto “Vida”, o gás intestinal provoca a sensação de plenitude e grandiosidade por *condicionamento*, pois, ao resignar-se com o infortúnio da morte do filho e conformar-se conviver com uma esposa que o hostiliza, o narrador-protagonista opera uma condição para sacralizar o peido; como se, ao aceitar a vida que leva, a soltura dos gases intestinais fosse *tornada algo necessário para que* o prazer seja realizado e a felicidade alcançada, mesmo que o sentimento seja alcançado por meio de um abjeto corporal convencionalmente tido como um tipo de excreto impuro e repreensível.

Disso, podemos dizer que o grotesco, configurado na impressão do odor (nesse conto) regenera a sua própria percepção, pois, depois do rebaixamento do sentido (olfato) às nádegas – “O cheiro não é tão forte assim,[...] mas às vezes é tão suave que tenho que me curvar e fungar com o nariz quase colado no púbis para sentir o aroma desprendido pelo flato” (FONSECA, 2001, p. 140) –, a percepção do grotesco é transfigurada para algo próximo do elevado, mas limitado à condição de ser perceptível em função não de uma ressignificação do objeto (peido), mas em função de uma *breve sensação*: “[...] contemplei no espelho a felicidade que o forte ruído e o intenso odor estampavam no meu rosto.” (FONSECA, 2001, p. 141).

Ainda assim, pela sensação efêmera, o contato do olfato com o gás intestinal ascende a percepção do sentido da vida para o homem que contempla o cheiro, ultrapassando os limites da sensação de repugnância – “o aroma da flatulência alheia é ofensivo e repugnante” (FONSECA, 2001, p. 140) – para localizar-se junto às sensações do grandioso (a felicidade). Nisso, parece-nos impossível não discorrermos sobre o conceito de rebaixamento para Bakhtin (1987), de onde as coisas sagradas e elevadas seriam reinterpretadas no plano material e corporal (p.325)¹.

¹ Atentamos que, observando que nossas discussões nos levaram a perceber o rebaixamento e a presença do baixo corporal, fomos conduzidos ao estudo de Mikhail Bakhtin (1987), intitulado “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais”. Contudo, o nosso interesse neste trabalho é apenas sinalizar para uma possível discussão sobre as observações de Bakhtin

Para Bakhtin (1987), nesse movimento (rebaixamento) típico da alegria popular da Idade Média e do realismo grotesco em Rabelais, a interpretação dos objetos passa a existir de maneira nova, que dirige os objetos para o fundo da terra e do corpo. Nessa concepção,

O “alto” e o “baixo” possuem aí um sentido são absoluta e rigorosamente topográfico. O “alto” é o céu; o “baixo” é a terra; a terra é o princípio de absorção (o túmulo, o ventre) e, ao mesmo tempo, de nascimento e ressurreição (o seio materno). Este é o valor topográfico do alto e do baixo no seu aspecto cósmico. No seu aspecto corporal, que não está nunca separado com rigor do seu aspecto cósmico, o alto é representado pelo rosto (a cabeça), e o baixo pelos órgãos genitais, o ventre e o traseiro (BAKHTIN, 1987, p. 18-19).

Uma vez que o contexto em que são escritas as obras de Rabelais e de Rubem Fonseca (2001) sejam radicalmente diferentes, e ainda que o grotesco não seja dado com as mesmas características que tem o rebaixamento em Rabelais e apontado por Bakhtin (1987)², o tema do grotesco relacionado ao baixo corporal é comum às duas obras (o romance de Rabelais e o conto de Rubem Fonseca).

No entanto, mesmo que haja uma tentativa de reinterpretação do sentido da vida na relação do homem com o excreto, é-nos inviável a afirmação de que nesse conto de Rubem Fonseca (2001) seja operado o rebaixamento na lógica discorrida por Bakhtin (1987). Isso porque essa lógica do rebaixamento não se trata de *mandar para baixo* ou fazer descer os objetos no sentido literal, mas se refere à ideia de que nesse movimento a interpretação dos objetos passe a existir de maneira nova, que dirige os objetos para o fundo da terra e do corpo, em uma ideia de “renascimento” e “recomeço”.

Na análise da obra de Rabelais, Bakhtin (1987) aponta para o fato de que, ao transformar um objeto em “limpa-cu”, o jovem Gargantua opera o rebaixamento dos objetos, destronando-os, aniquilando-os (p.326-327). E para exemplificar esse processo,

(1987) – na obra de Rabelais – com os textos de Rubem Fonseca (2001), por ambos evocarem o tema do baixo material e corporal. Estando ciente da diferença entre contextos da obra de Rabelais e Rubem Fonseca, e diante da limitação de tempo e metodologia em razão da complexidade teórica de trabalhar com a categoria do grotesco vinculada à carnavalização, ao cômico e à Idade Média, destacamos que uma discussão específica entre o texto de Bakhtin (1987) e os contos de Rubem Fonseca (2001) será desenvolvida em um trabalho destinado à discussão que aqui iniciamos.

² São algumas características do realismo grotesco na obra de Rabelais, segundo Bakhtin (1987), a presença do cômico e da ressignificação das imagens, a presença da alegria e do carnaval na cultura popular, o corpo universal em oposição ao corpo individual (presente e evidenciado a partir do romantismo), dentre outras.

Bakhtin (1987) cita a cena em que Gargantua explica ao pai que encontrou o melhor “limpa-cu” que existe, “o mais excelente, o mais expediente que já viu” (p.326), depois de ter utilizado um cachecol de veludo, um chapéu, uma echarpe, orelheiras de cetim carmesim, um boné de pajem, um gato, sávia, erva doce, rosas, e outros tantos objetos para limpar-se depois de defecar.

Para Bakhtin (1987), o grotesco nas obras de Rabelais (inscritas no contexto da cultura popular e da Idade Média), ao mesmo tempo em que remete à interpretação do objeto pelo baixo e pela sátira, faz com que o mesmo objeto renasça melhor. Nessa concepção, o “baixo” é o lugar onde tudo nasce e tudo cresce, e onde o alto é regenerado e ressignificado. Por isso, a ambivalência é caracterizada como uma marca do grotesco no contexto do renascimento, relacionando o velho e o novo, o que morre e o que nasce, o alto e o baixo, o céu e a terra, o princípio e o fim, de modo que a partir do rebaixamento as imagens dos objetos (chapéu, gato, rosas...) são destronadas, mas sempre renovadas, aparecendo de uma maneira completamente nova, embora despreparada e injustificada: “As imagens dos objetos liberam-se das amarras da lógica ou da significação, elas sucedem-se quase sempre com a mesma liberdade que no disparate [...]” (BAKHTIN, 1987, p. 327).

Essa concepção de Bakhtin (1987) sobre Rabelais é um dos poucos materiais bibliográficos localizados sobre o grotesco atrelado ao baixo corporal, mas que nos convida à necessidade de ampla compreensão sobre esse conceito aplicado em um momento histórico diferente do contexto da Idade Média e do Renascimento, de Rabelais. Isso porque, diferente do que Bakhtin (1987) observa em Rabelais, nesse conto de Rubem Fonseca (2001) pudemos ver que as imagens estão presas às amarras da significação, de modo que um excreto (gás intestinal) sob hipótese alguma deixa de ser um excreto, o que nos conduz à luz de, posterior à presente análise, reconfigurarmos o conceito do grotesco atrelado ao baixo corporal ao contexto contemporâneo do conto de Rubem Fonseca: que efeitos e sentidos pretende construir ou ironizar o conto aqui analisado?

Infelizmente, essa é uma resposta que ainda não temos, mas que presentimos ser de ampla importância para desdobramentos futuros da pesquisa sobre o grotesco na obra desse escritor marcado pelos excessos da violência e pelo realismo feroz na literatura contemporânea brasileira.

Referências

- ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Tradução direta do grego e do latim por Jaime Bruna. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1997.
- ARISTÓTELES. *A arte poética*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
- BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- BURKE, E. *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas idéias do sublime e do belo*. São Paulo: Papyrus, 1993.
- DAWSON, J. *Who Cut the Cheese?: A Cultural History of the Fart*. Berkeley: Ten Speed Press, 2011
- FIGUEIREDO, V. de. *Os crimes do texto: Rubem Fonseca e a ficção contemporânea*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- FONSECA, R. *Secreções, excreções e desatinos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- LALANDE, A. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RABELAIS, F. *Gargântua e Pantagruel*. Tradução de David Jardim Júnior. Belo Horizonte: Itatiaia, 2009.
- SELIGMANN-SILVA, M. *Sobre a beleza do feio e a sublimidade do mal*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=15&id=136>>. Acesso em 26 de novembro de 2007
- SCHOPENHAUER, A. *Metafísica do Belo*. Tradução, apresentação e notas de Jair Barbosa. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

Joice Armani Galli

O IMAGINÁRIO CULTURAL DO
FRANCÊS NO BRASIL: ALGUMAS
POSSIBILIDADES DE LEITURA À
LUZ DO REALISMO
BALZAQUIANO



O IMAGINÁRIO CULTURAL DO FRANCÊS NO BRASIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES DE LEITURA À LUZ DO REALISMO BALZAQUIANO

Introdução

Que relações podem ser estabelecidas entre línguas estrangeiras (LE), literatura, política linguística e educação, se ensaiarmos responder ao que seja o imaginário de línguas no Brasil? Inúmeras são as respostas possíveis, no entanto, tentaremos discorrer aqui sobre o imaginário cultural da língua francesa e sua interface com a literatura do século XIX, particularmente com o movimento realista de Balzac.

A produção intelectual de uma determinada sociedade é obrigatoriamente atravessada pelos elementos mencionados. Ou seja, a constituição do sujeito discursivo passa necessariamente pela confluência que esses diferentes vetores realizam em sua formação identitária. Dessa forma, propomos analisar algumas reverberações do realismo literário para o imaginário do francês enquanto língua estrangeira (FLE), na contemporaneidade a partir da obra *Mémoires de Deux Jeunes Mariées*², único romance epistolar a compor a produção de 'A Comédia Humana'.

A leitura do feminino no referido romance por meio da tecnologia ensaiada na genealogia da obra balzaquiana permitirá, portanto, entender um pouco sobre o imaginário dessa língua-cultura em termos de política nacional em seu percurso de chegada ao Brasil. A partir do conceito de letramento (GALLI, 2015a), noção privilegiada pelo conhecimento de LE, será analisado o romance em tela, a fim de verificar o (des)controle de sentidos produzidos pelo sujeito discursivo, no espaço movediço em que transitam tanto o tradutor quanto o professor de línguas (CORACINI, 2007).

A presente comunicação será organizada de maneira a descrever o cenário da literatura realista balzaquiana através do questionamento quanto à pertinência do referido estudo para a formação superior em FLE na atualidade. A seguir, comentaremos sobre

¹ À época de produção do presente capítulo, Professora Doutora da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE e, atualmente, da Universidade Federal Fluminense-UFF. Membro do LENUFLE. Mestre em Literatura PUCRS e doutora em Linguística UFRGS.

² Sobre o curioso título desse livro, sugerimos a leitura de "La femme chez Balzac", Revista *Investigações*, 2013, cujos dados completos estão disponíveis ao final do presente trabalho.

alguns elementos que caracterizam a chegada de sua tradução ao Brasil no século XX para, na seção posterior, descrever (im)possíveis relações com o ensino-aprendizado de línguas no quadro educacional brasileiro enquanto política linguística desde a sua descoberta. Finalizaremos, assim, ensaiando o que se entende por letramento crítico em LE quando se realiza a língua enquanto fonte emancipatória de conhecimento.

Qual a relevância em propor o estudo de um romance esquecido do século XIX na formação de futuros professores e tradutores de francês no século XXI?

Desde 1789, a República, a Revolução e, mais particularmente, a Liberdade foram retratadas como uma mulher, daí a pertinência em discorrermos no presente artigo sobre a representação feminina na literatura do Século XIX na produção monumental de Balzac, mais precisamente através das ‘Cenas da Vida Privada’, que compõem *La Comédie humaine*. Esta referência veio a aparecer com intensidade na Revolução de 1830, período em que Balzac escreve freneticamente as referidas cenas, cuja personagem principal não é outra senão Paris e o contexto histórico o da revolução permanente (HARVEY, 2015). Para o presente estudo, serão analisadas as *Mémoires de Deux Jeunes Mariées (Mémoires)* por configurarem-se como única obra em que a personagem *Louise de Chaulieu* desenha sua existência etérea.

Destacamos tal observação pelo fato de que a perspectiva futurista de Balzac, sendo responsável por atribuir-lhe a genialidade na criação do reaparecimento das personagens, confere ineditismo ao universo do romance no século das luzes. Típico de novelas literárias atuais, a dinâmica de atuação de uma mesma personagem surgir em diferentes narrativas foi um dos recursos que inaugurou o movimento realista. Através da mobilidade ficcional, Honoré de Balzac redimensionou a cosmologia literária da época, dando ares de modernidade à escrita desse século inovador para a humanidade sob diversos aspectos. Estranhamente tal estratégia não ocorre somente com as personagens do referido romance e, particularmente, com *Louise de Chaulieu*, figura cuja consciência robusta não mede esforços para fugir ao comodismo sem remorsos das mulheres alienadas de sua época. O diálogo entre narrativa ficcional e história oficial é notoriamente explorado por Balzac; pensamos assim que seja relevante voltarmos nosso olhar para a representação da personagem nesta obra dual do século XIX, porque conservadora e revolucionária, monarquista e republicana, romântica e realista, moderna e contemporânea, burguesa e emancipada.

Simbolizada de forma mais eficaz pelo quadro de Delacroix, intitulado 'A liberdade guiando o povo' (GALLI, 2015b), é significativa a maneira como se representava a mulher em sua *mise en scène* social. O imaginário desempenha um papel relevante seja para os efeitos de sentido da tradução, seja para o processo de ensino-aprendizado de FLE, porque se configura como elemento formador de uma determinada cultura. Nesse sentido, o realismo literário de Balzac, ao mostrar a importância do dinheiro e sua corrosão moral nos enredos livrescos, indica o caráter seminal das relações sociais plantadas nessa época. Dessa forma, nos questionamos quanto à impossibilidade de trabalhar os processos de tradução e de ensino-aprendizado de LE e, particularmente, do francês, sem considerar aspectos essenciais da cultura capitalista presentes na dinâmica dessa língua-cultura estrangeira ao abordar os escritos de Balzac, já que “aprender a falar é aprender a estruturar enunciados” (BAKHTIN, 1984, p. 285).³

Os tempos modernos mostram o quanto a presença do capital deteriorou e continua a deteriorar as relações. Tal análise, a nosso ver, é condição necessária para se abordar e desenvolver a produção artística de uma das línguas que foi o berço da revolução burguesa. A ausência dessa atitude por parte de professores e tradutores quanto à reverberação política e social de tais práticas faz muitas vezes com que a língua francesa reste remota e insólita, soando pretensiosa ou frivolamente 'chique', desprovida assim de todo o manancial crítico que a instaurou como língua da liberdade, da igualdade e da fraternidade francófonas. Segundo Harvey,

Marx, como Flaubert e Baudelaire, foi muito influenciado por Balzac. [...] Na opinião de Marx, toda a obra de Balzac era presciente sobre a evolução futura da ordem social. Balzac 'antecipou' de maneiras surpreendentes as relações sociais que eram identificáveis apenas em 'germe' nas décadas de 1830 e 1840 (HARVEY, 2015, p. 33).

Dessa forma, a ponte entre três séculos fica mais visível quando perspectivada pelas relações político-econômicas que forjaram os cenários inóspitos de 'A Comédia Humana'. No mundo globalizado deste início de século XXI, inspirado pelo universo de vantagens sugerido pela lógica do capitalismo, somado à alienação e à omissão, comportamentos nocivos e coadjuvantes na perpetuação das desigualdades sociais seja de gênero, seja de poder aquisitivo, reconhece-se que tais manifestações estejam em voga tanto atualmente quanto no século XIX, através da pluma de Balzac, que, com olhar percuciente, assistiu ao

³ Do original « Apprendre à parler c'est apprendre à structurer des énoncés » (BAKHTIN, 1984, p. 285); essa, bem como as demais traduções, são de nossa responsabilidade.

nascimento da cultura burguesa com todo seu individualismo e racionalismos cristãos. Por isso, trazemos à discussão os fundamentos do sociólogo David Harvey (2015), que descreve criteriosamente a Paris balzaquiana e suas relações de poder, destacando a genealogia desse romancista através dos séculos.

Sob tal perspectiva, não se pode pensar o ensino-aprendizado de LE ou a tradução como exercícios isentos do discurso ideológico que os constitui. Como seria possível ler um clássico do século XIX, a exemplo de *La Comédie humaine*, sem entender o espaço privilegiado de poder que os salões, centros de intriga política, financeira e cultural (HARVEY, 2015, p. 258) e a Paris – *Ville lumière* – operavam e operam até a atualidade no imaginário internacional?

Seguindo a presente linha de raciocínio, outro estudioso da condição humana, Bakhtin, circunscreve de forma singular a relação da sociedade com sua produção cultural, conforme pode-se constatar na seguinte citação:

Toda época, em cada uma das áreas da vida e da realidade, tem tradições adquiridas que se expressam e se preservam sob o invólucro das palavras, das obras, dos enunciados, das locuções, etc. Há sempre um certo número de ideias norteadoras que emanam dos 'senhores do pensamento' da época, um certo número de tarefas com as quais nos identificamos, um certo número de palavras de ordem, etc. (BAKHTIN, 1984, p. 296).⁴

Essa relação cria uma atmosfera de produção intelectual que é sentida através das artes e da literatura. Impregnados por tal acepção, importa destacar igualmente o lugar do feminino neste contexto, já que inúmeros foram os artistas que retrataram a mulher do século XIX como símbolo de libertação, conforme sugere a seguinte citação:

Por isso, a leitura da extensa obra balzaquiana ultrapassa os limites do ficcional para desvelar aí o papel da mulher por esse tempo, sobretudo se considerarmos que esse escritor se dizia antes historiador de costumes a romancista. Exemplo disso é a narrativa *Mémoires*, na qual o cruzamento entre o processo romanesco e a representação da mulher assumem consequências muito mais profundas que a mera retratação de uma época. (GALLI, 2000, p. 241).

⁴ Do original « Toute époque, dans chacun des domaines de la vie et de la réalité, a des traditions acquises qui s'expriment et se préservent sous l'enveloppe des mots, des oeuvres, des énoncés, des locutions, etc. Il y a toujours un certain nombre d'idées directrices qui émanent des 'maîtres à penser' de l'époque, un certain nombre de tâches qu'on s'assigne, un certain nombre de mots d'ordre, etc. » (BAKHTIN, 1984, p. 296).

Dessa forma, cabe um breve resgate da narrativa a que nos referimos neste estudo. O enredo trata da história de duas jovens francesas que se conhecem em um pensionato, por volta dos anos de 1830. Ambas juram amizade eterna ao saírem das 'carmelitas' e trocam cartas pelo tempo aproximado de 20 anos. Essa troca de correspondências é o mote do romance *Mémoires*, pois acabam por se instaurar nas vozes das protagonistas *Louise de Chaulieu* e *Renée de Maucombe*, que representam a dualidade intrínseca ao século das luzes. Período em que a ciência consolida seu reconhecimento, instaurando polaridades como 'religião x profano', 'direito x dever', 'público x privado'. Extremos que podem ser lidos nesta narrativa de Balzac, segundo a afirmação seguinte: [...] "esse livro é antes de tudo uma crítica e apresenta-se sob a forma de um debate contraditório" (MICHEL, 1979, p. 31).⁵

Além dessas, diversas são as demais dicotomias propagadas pela época, como 'tradição e progresso', 'nobreza e burguesia', 'feminino e materno', 'razão e sensibilidade', 'orgulho e preconceito', esses últimos bem ilustrados por Jane Austen (1811). Resta, entretanto, a Balzac a originalidade na concepção de seu universo literário no que diz respeito ao fato de que "Muitos dos seus personagens não pertencem a nenhum período histórico preciso" (HARVEY, 2015, p. 78), sendo o caso de nossa protagonista *Louise de Chaulieu*.

Interessa-nos aqui a perspectiva da criação literária assinalada por Balzac que, enquanto escritor do século XIX, atrelado assim às convicções da tradição francesa desse período, encontra-se inebriado com a ostentação e a beleza que o dinheiro da então classe ascendente ao poder desfilava sem, no entanto, distanciar-se da aristocracia com sua tradição e bons costumes *comme il fallait à cette époque-là*. São as condições de produção, portanto, que operam na produção de sentidos para a análise dessa obra (CORACINI, 2007). Trata-se de um romance histórico e social, pois dá voz às mulheres daquela sociedade como nem mesmo autoras feministas da época foram capazes de fazer, a exemplo da resposta de George Sand, afirmando não concordar com o que preconiza Balzac no referido romance, mas enaltecendo sua escrita sobre o cosmos feminino (GALLI, 2015b).

⁵ Do original «[...] ce livre est avant tout critique et se présente sous la forme d'un débat contradictoire» (MICHEL, 1979, p. 31).

Quadro bibliográfico de base francesa e formação de pesquisadores em LE no Brasil: a tradução de *La Comédie humaine*

Entendendo-se que o paradigma da pesquisa contemple tanto professores de LE quanto tradutores no ensino superior de Letras, nos restringiremos aqui a tratar das repercussões que o alcance de uma formação limiar promove, isto é, que elementos do perfil de ambas as linhas de atuação são visitados à luz da prática social da língua enquanto constituição do sujeito? O que efetivamente determina que uma corrente ideológica seja permeada por uma linha teórica em detrimento de outra? Tais inquietudes são pertinentes quando pensamos na composição de um país plural como o Brasil e na formação universitária brasileira.

Dá a relevância em lançarmos uma visão diacrônica quanto à entrada das LE em território nacional bem como suas respectivas traduções. Tais considerações poderão servir de gatilho para o disparo de algumas reflexões acerca dessa temática, pois a presença da língua francesa na formação da intelectualidade brasileira, apesar de inegável, não corresponde ainda a uma efetiva ativação de política pública linguística, corroborando um imaginário ultrapassado e negativo para os processos de ensino e aprendizagem de FLE.

No tocante à tradução, essa opacidade também acontece, pois o contexto editorial que envolve a chegada desta obra ao Brasil é bastante particular. De toda forma, as versões brasileiras não fogem ao apagamento de *Louise*, ratificando uma constatação surpreendente, já que basta verificarmos que, na genealogia das personagens na 'Maison Balzac', casa do autor que foi transformada em museu, localizada no 16^o *arrondissement* de Paris, não há menção alguma a *Louise de Chaulieu*. Ao serem questionados, os responsáveis pela *Maison* afirmaram apenas reproduzir *ipsis litteris* a obra de Balzac, não exibindo senão o que foi encontrado em seu espólio. Interessante observar que *Louise*, que representava a nobreza de ideias, a nova representação do feminino que se edificava por essa época, encontra-se apagada da galeria dos personagens. Há, no entanto, a imagem de *Renée de Maucombe*, que corresponderia à burguesia, assumindo o papel materno como o único que lhe cabia, conforme é possível verificar nas imagens a seguir:



Fonte: Arquivo pessoal da autora (Paris: Maison Balzac, Julho 2015).

Essa opacidade e/ou esquecimento da personagem revolucionária e incômoda, por vezes até confusa, que representou *Louise de Chaulieu*, é ratificada nas três grandes edições que marcaram sua produção nacional. Sendo todas realizadas pela editora 'O Globo', ressalte-se que as mesmas ocorreram em três grandes momentos da história literária brasileira, como no período pós-guerra, em 1950, nos anos de abertura política, pós-ditadura militar, em 1992 e, recentemente, em 2013, quando o Brasil se inseriu no mapa mundial das internacionalizações universitárias através do programa Ciências Sem Fronteiras

– CsF. Quanto a este ponto, importa destacar que o eixo linguístico do programa Idiomas Sem Fronteiras – IsF colaborou para que se resgatassem imagens culturais relativas às LE e, no nosso caso, evocando o imaginário do francês no programa específico que lhe foi vinculado, qual seja, o Francês sem Fronteiras - FsF. Ainda sobre tais publicações cabe mencionar:

Rónai (1907-1992) era húngaro, mas durante a Segunda Guerra, com as perseguições nazistas na Europa, fugiu para o Brasil, indo residir no Rio de Janeiro. Quando chegou, já trazia na bagagem sua paixão pelo escritor francês, tema de sua tese sobre As Obras da Mocidade de Honoré de Balzac, defendida em 1930. Em 1945, quando morava há dois anos no país, o acaso o colocou diante de um representante da porto-alegrense Editora Globo. Era Maurício Rosenblatt, que o convidou para colaborar no projeto da edição brasileira de *A Comédia Humana*. Foi assim que nasceu uma das mais respeitadas edições da Comédia fora da França (MELLO, 2013, p. 56).

O contexto das épocas das publicações e a profusão, portanto, de elementos relativos à tradução desta obra no Brasil não trouxeram prejuízo algum a sua produção nacional, uma vez que o resultado deste trabalho aponta o contrário, mas é preciso sublinhar que “É nessa zona de tensão e de (com-) fusão que se constrói a identidade sempre cambiante, historicizada, do tradutor” (CORACINI, 2017, p. 207). Tal empreendimento, cuja execução durou mais de dez anos, contou com um time de tradutores coordenados por Rónai, o qual foi altamente criterioso na direção dos trabalhos. Além de ser o responsável pela redação da introdução das quase 90 obras entre novelas, ensaios e romances, o tradutor húngaro teve a árdua tarefa de padronizar nomes de personagens e ruas, nota que nos interessa pela fidedignidade ao original quanto ao apagamento de *Louise de Chaulieu*.

Temos, neste romance por cartas, a construção do discurso que se contradiz, que se desestabiliza através da troca, produzindo sentido. O estudo das *Mémoires* permite que se desvele um pouco da atmosfera que envolveu o século XIX no que diz respeito à emancipação feminina:

É no seio do discurso masculino deste autor, defensor do sistema patriarcal, que emerge um discurso feminino. Ainda que Louise e Renée não tenham outra escolha senão submeter-se aos dispositivos sociais, será em suas trocas textuais que a memória feminina se fará discurso. Justamente por tal assujeitamento que as protagonistas denunciam elementos da história oficial, por um lado, e, por outro, anunciam a trajetória libertadora do gênero feminino no século XIX (GALLI, 2015b, p. 96).

Através da criação literária do romance que representa a vivência intelectual das mulheres dessa época na França é que se verifica a dificuldade em continuar a escrever sobre uma história que estava nascendo. Dessa forma, nenhuma continuidade efetiva será dada a estas personagens femininas e, particularmente a *Louise*, que sequer figura na galeria das criações da *Maison Balzac*, como ilustrado anteriormente.

Por fim, a tomada de consciência das mulheres confrontadas aos problemas de seu tempo e espaço são fontes de reflexão tanto para o processo de ensino e aprendizado do FLE quanto para os efeitos de sentido gerados pela tradução. A maneira como ambos os processos se apresentam é uma repercussão direta da inserção das LE no Brasil. Vejamos a seguir algumas considerações relativas à presença das línguas na história oficial nacional desde seu descobrimento.

As LE como invenção da época moderna e seus efeitos para as ciências da linguagem

Ao vermos que a língua enquanto objeto de desejo experimentará uma revolução cultural no século passado, mais precisamente nos anos 80, quando Andy Warhol marcará a sociedade pós-moderna com ‘menos é mais’ e a explosão da cultura pop, o entendimento de língua enquanto fenômeno e não mero objeto de estudo sinalizará a cientificidade impingida a este conhecimento. Por essa mesma época, consolida-se a ideia de que “a espacialidade urbana é cada vez mais apreciada como algo dialético, construído e consequencial, em vez de algo passivo ou mero reflexo” (HARVEY, 2015, p. 64). A mobilidade mundial junto à globalização trará como reflexo inerente à educação e à formação intelectual o fato de que as línguas não são mais patrimônio exclusivo de uma ou outra nação, mas elementos da pluralidade humana, surgindo daí a política de estudos multiculturais e, no tocante à teoria da didática e ensino de línguas e cultura francesas, a intercultura.

Nessa releitura do romance esquecido *Mémoires* é possível perceber a atualidade de Balzac e Bakhtin ao abordarem o fato de que a vida penetra na língua e a língua penetra na vida através do enunciado, dando sentido ao conhecimento enquanto signo de uma época. Segundo Bakhtin (1984), ignorar a natureza do enunciado e as particularidades do gênero que o marcam desnaturaliza a própria essência da narrativa porque a historicidade de qualquer estudo acaba enfraquecendo o vínculo que existe entre a língua e a vida.

Assim, para entendermos o imaginário cultural das línguas na constituição do sujeito contemporâneo verificaremos a presença das LE no Brasil através da tese de Rodrigues (2010) e mais particularmente do francês por meio de Galli (2017).

A despeito de ser um país de imigrantes, o Brasil busca ainda uma homogeneização linguística. Como é sabido, toda uniformização peca pelo apagamento das diferenças. Aspecto essencial para se entender a pluralidade linguística de uma nação, cujo imaginário em relação às LE é ainda muito conservador. A situação nacional em relação à consciência linguística data de uma época muito recente. A consciência de que língua corresponde a uma série de aspectos relacionados à cultura de um povo como signo de poder, instrumento político e marca de pertencimento são temas ainda remotos como pensamento reflexivo de uma nação que está apenas iniciando seu processo cidadão. Acrescente-se a tal consideração o fato de que, desde o surgimento, a relação com o fenômeno 'língua' tem sido bastante particular.

A descoberta do Brasil foi iniciada com uma cultura de exploração e de troca desigual. O Brasil-Colônia será marcado pelo 'embranquecimento linguístico e cultural', uma vez que há o apagamento progressivo das línguas indígenas, como testemunha o documento conhecido como 'Diretório dos Índios', em 1757, particularmente para o tupi, o tupinambá e o guarani (RODRIGUES, 2010), o qual impunha o uso do português na colônia. A reforma proposta pelo marquês de Pombal é caracterizada pelo iluminismo francês, datando desde essa época um forte apelo glamoroso ao francês que vai ao encontro de um imaginário idealizado que em nada corresponde aos preceitos atuais da língua francesa no mundo francófono. No final do século XIX, 1800-1889, apesar da proclamação da República, em 1889, insiste a mentalidade monárquica, cujo funcionamento formatado nos moldes do Império estará pulverizado na forma de governo totalitário e vertical, caracterizando as relações político-econômicas do Brasil no início do século passado.

Por essa época, nasce um modelo de liceu para as escolas públicas, trata-se do surgimento da escola secundarista 'Pedro II', tornando-se uma instituição de referência desde sua instalação na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Importa ressaltar que esta escola mantém o francês em seu currículo até a atualidade. (GALLI, 2017, p. 236)

Vê-se, portanto, que a própria concepção de escola pública nasce de uma lógica que não lhe é inerente, isto é, a discussão do papel da escola e do lugar que a LE ocupa nela é algo secundarizado, colocado como acessório no contexto das políticas linguísticas. A exceção do colégio Pedro II, nenhuma outra rede de ensino goza de uma história tão longa.

Ainda que nascida de forma secundária, há grande mérito em sua introdução; marcamos, no entanto, aqui, a vulnerabilidade com a qual uma temática fundadora do ser humano como a sua consciência linguística é (mal) tratada pelos responsáveis políticos em nosso país até a atualidade.

Retomando os aspectos diacrônicos do presente capítulo, no século XX, período conhecido como República Velha (1889-1930) tem-se a criação do MEC (Ministério de Educação e Cultura), cuja prerrogativa era a instituição de um currículo que contemplasse em sua integralidade línguas clássicas como o latim, e as línguas modernas, tais que o inglês e o francês (RODRIGUES, 2010). Fato minimamente estranho se pensarmos na geopolítica continental, tendo majoritariamente por vizinhos países de fala hispânica, língua que remonta ao antagonismo mercantil das navegações entre Portugal e Espanha, inviabilizando sua inserção refletida e cidadã enquanto língua da América do Sul e, de forma mais abrangente, da América Latina. Não é sem razão que a lei de obrigatoriedade do espanhol tenha sido tão polêmica desde sua implantação em 2005 e seja foco de discussão até o presente momento, tendo sido, por fim, revogada em 2018.

Essa presença ou quase ausência, melhor dizendo, das línguas na instrução pública se estenderá ainda pelos anos seguintes, como ilustra o período da República (1942-1960), no qual a ditadura militar vem apenas reforçar uma lógica já intrínseca ao pensamento nacional no que tange a políticas linguísticas, sendo marcada pela reforma proposta por um general: a Reforma Capanema. Por meio das imposições de Getúlio Vargas, a negação das línguas de minoria seja africana, seja europeia como o italiano e o alemão, especialmente no sul do país, acontece de forma imperativa. A escola pública, a seu turno, responde a um modelo americano com o ginásio e o científico. Além disso, esse apagamento da memória dos imigrantes e do povo indígena na edificação nacional foi reforçando a cultura de um país monolíngue e privilegiando o ingresso, quase que exclusivo, do inglês na escola pública.

Constatação ratificada no período relativo à ditadura (1964 a 1985), em que a língua inglesa americana passou a ser sinônimo de LE, consolidando-se o formato da escola pública em I e II Graus.

Os estudos em torno das LE não fazem até então senão reproduzir os princípios nascidos com o behaviorismo skineriano e com o distribucionalismo de Bloomfield. Isso implica dizer que há uma forte correspondência em nível de pesquisa no campo das ciências da linguagem no Brasil, cuja temática de pertencimento de áreas como a Linguística Aplicada e a Didática de Línguas e Culturas é bastante complexa. (GALLI, 2017, p. 237)

Posteriormente, no período de abertura política, compreendido entre 1986 e 1996, há espaço pouco a pouco para a educação entendida como 'básica' e, finalmente, na contemporaneidade, de 1997 até o presente, precisamente 21 anos, houve progressivamente uma abertura para as LE, como atesta a escola por ciclos de vida e a Lei de Diretrizes e Base Nacional 9394/96, que possibilitava o estudo de uma língua a critério da comunidade escolar. Ainda assim perguntávamos à época em que essa lei era vigente como poderia a comunidade escolar fazer uma escolha de LE se não há opção? De qualquer forma, o simples aceno de possibilidade para outras línguas que não somente o inglês representava um marco para a política linguística brasileira como evidenciava a referida LDBEN, recentemente suprimida, já que o francês passou a ser novamente sinônimo de língua estrangeira.

Em pleno século XXI, a discussão do que representam as línguas na formação cidadã é ainda vista como algo complementar. Não sendo prioridade, é, portanto, delegada ao setor privado, o qual já é de conhecimento notório, opera na lógica mercantil, sob o pensamento de procedimentos aplicacionistas, reforçando um imaginário equivocado no que tange às LE e, particularmente, ao francês.

Sob essa ótica, a língua francesa é vista ainda como objeto e não como fenômeno linguístico. Como tal reproduz-se um discurso preconceituoso, no qual o acesso a essa língua-cultura é destinado ainda a poucos, acabando por reforçar um imaginário equivocado também quanto ao plurilinguismo, já que sob a lógica dominante de estados totalitários não há razão para que se aprenda francês na escola pública: "É justamente porque constrói verdades que o poder se conserva e se dissemina na sociedade por meio dos discursos" (CORACINI, 2007, p. 24). Daí a importância da consciência linguística e social de uma determinada civilização para viver efetivamente na língua sua constituição social e identitária.

Tal entendimento permite compreendermos melhor o surgimento e a manutenção de um imaginário para o FLE ainda pretensioso e vertical. Pelo vínculo estreito do vivido social, coletivo e/ou individual, o letramento em LE tenta romper com pensamentos reacionários e conservadores. Concebido enquanto prática social com efeitos de sentido para a formação nos cursos universitários de Letras no Brasil, o letramento crítico em línguas significa implicar-se no estudo seja de aquisição de uma cultura linguística, seja no exercício da tradução, já que língua é ideologia e tudo que é ideológico, para Bakhtin (1999), possui um valor semiótico.

Nesse sentido, entendemos que o programa FsF esteja apontando possibilidades para uma renovação teórico-metodológica como indicam projetos como o FOS (*Français sur objectif spécifique*) e o FOU (*Français sur objectif universitaire*), desenvolvidos em todo o território nacional, a exemplo da UFPE e da USP. Projetos que não se intimidam frente à dicotomia língua x literatura, trabalhando-as como elementos constitutivos de um imaginário cultural contemporâneo.

Dessa forma, oportunizar aos estudantes universitários o conhecimento de obras literárias fundadoras do pensamento social da atualidade é, senão urgente, minimamente importante para a formação crítica de professores e tradutores de LE. Da mesma forma, retroceder à aceitação de uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que não vislumbra sociologia, filosofia, educação física e LE é um problema para os avanços de um país que dava seus primeiros passos para a formação reflexiva em línguas.

Com a compreensão de que as culturas não podem ser vistas como ‘mosaicos’, pois será através de suas interações que os sujeitos históricos se constituirão enquanto sujeitos da linguagem, entendemos que a partir desses contextos é que se poderá discutir o imaginário das línguas, bem como as representações que o encerram. Assim, da interação comunicativa resultará um processo de construção mútuo, criativo e emancipador, visto que “A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação verbal” (BAKHTIN, 1999, p. 34).

A atmosfera da LE enquanto prática social pode ser amplamente trabalhada em obras como a de Balzac, já que

É justamente no interstício da narrativa literária que reconhecemos a progressão romanesca da personagem feminina. Característica comum na obra de Balzac, sua produção escapa-lhe, criando uma dinâmica textual muito mais rica do que a prevista em seu plano inicial [...] (GALLI, 2015b, p. 34)

Para finalizar, evocamos o célebre crítico da época, Honoré Daumier, através de seu quadro ‘A República’ (1848), em resposta à solicitação do governo revolucionário que demandava uma nova arte para celebrar as virtudes republicanas. Representada como uma mulher que tem em cada seio uma criança sendo amamentada e uma terceira criança com um livro a seus pés, “Daumier sugere um corpo político que nutre e leva a sério a famosa máxima de Danton: ‘Après le pain, l’éducation est le premier besoin du peuple’ [Depois do pão, a educação é a primeira necessidade do povo]” (HARVEY, 2015, p. 92).



Fonte: Harvey, Paris: capital da modernidade (2015).

Considerando que a educação tem papel determinante na mudança de mentalidade de um povo, vemos também por meio dessa obra de arte que a língua representa muito mais que o produto de uma sociedade, ela é o processo mesmo ideológico de uma dada cultura, já que “[...] cada época e cada grupo social tem seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio ideológica”. (BAKHTIN, 1999, p. 43).

Daí entendermos as diferentes dimensões da linguagem enquanto expressão e comunicação, mas principalmente enquanto interação, perspectiva a ser melhor desenvolvida na formação superior para a discussão do imaginário de LE no Brasil.

Considerações finais

O olhar sobre o nascimento da mulher contemporânea é passível de ser vislumbrado no estudo crítico de uma obra do século XIX como foi possível reconhecer no presente trabalho. Essa comunicação teve por objetivo também tornar mais acessível uma literatura que, por vezes, é coroada como algo distante, sem conexão com a atualidade. Pensamos que discorrer sobre *Mémoires* seja também uma forma de democratizar o letramento em

LE por meio da literatura, jamais como mero veículo para adentrar a língua, mas pela natureza mesma que a constitui. Além disso, relacionar LE, literatura, política linguística e educação através de uma obra que capta de forma sublime a atmosfera de um século, no período revolucionário da França pós-napoleônica, vale principalmente pelo estudo do conhecimento linguístico enquanto prática social libertadora da língua francesa, em detrimento de uma abordagem meramente instrumental seja de língua, seja de literatura.

O discurso científico das ciências humanas e sociais teve avanços nas últimas décadas; destacamos, no entanto, que há muito ainda a ser feito para progredirmos em termos de pesquisa linguística. Lembrando que a divisa nacional brasileira evoca explicitamente o imaginário francês positivista do século XIX, que ao não ser devidamente contextualizado, acaba por reforçar os princípios de uma filosofia eurocentrista e desconectada dos tempos atuais, reverberando prejudicialmente em um paradigma científico clássico, o qual não corresponde ao paradigma contemporâneo das ciências da linguagem.

Da mesma forma a reflexão para a qual se presta a escola realista, comprimida entre dois movimentos fortemente demarcados como o romantismo e o naturalismo, é pertinente para o estudo da língua-cultura francesa contemporâneo, já que para um escritor realista, a natureza deixa de ser um local que expressa a sensibilidade, concomitante ao fato de não se apresentar como fator externo decisivo para a formação de um grupo social, como prescrevia o naturalismo: “No realismo, a natureza torna-se um campo de observação que orienta as ideias de descrição de Balzac, Flaubert e Maupassant. O romance realista é uma pintura da sociedade, e o de Balzac constitui uma categoria por ele mesmo” (GALLI, 2000, p. 14).

Nesse sentido, a inclusão embora tímida, mas progressiva de mudança das LE não mais como mero produto de consumo das classes privilegiadas brasileiras e a criação do programa Idiomas sem Fronteiras – IsF e nele, o FsF, conforme mencionado anteriormente enquanto plataforma governamental, restam positivos como exercício de democratização do saber. Sobretudo se lançarmos um olhar para a trajetória da língua francesa como área de conhecimento das ciências humanas e sociais no Brasil. Quanto à inovação de integrar o conhecimento de uma LE na formação escolar brasileira, trata-se de um avanço bastante particular para os processos que envolvem LE e seu imaginário, visto que se passa a operar uma lógica pública para formação cidadã, ao discutirem-se línguas na dimensão de políticas linguísticas.

Referências

- BAKTHIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Editions Gallimard, 1984.
- BALZAC, H. de. *A Comédia Humana*. Rio de Janeiro: Globo, 1989. Vol. I.
- _____. *Mémoires de deux jeunes mariées*. Paris: Garnier-Flammarion, 1979.
- CORACINI, M. J. *A celebração do outro/arquivo, memória e identidade: línguas (materna e estrangeira), plurilinguismo e tradução*. Campinas: Mercado das Letras, 2007.
- GALLI, J. A. Línguas estrangeiras: formação e pesquisa nas Letras, consciência política e social. In: *GELNE 40 ANOS: experiências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura*. São Paulo: Blucher, 2017, p. 231-252.
- _____. A construção da personagem feminina em 'Memórias de Duas Jovens Esposas' de Honoré de Balzac. *Organon: revista do Instituto de Letras/UFRGS*, Porto Alegre, v. 14, n. 28-29, p. 247-257, 2000. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index/search/authors/view?firstName=Joice&middleName=Armani&lastName=Galli&affiliation=UFRGS&country=BR>>
- _____. La femme chez Balzac: a personagem feminina em *Mémoires de Deux Jeunes Mariées*. Recife: *Revista Investigações*, v. 26, n. 1, p. 01-36, 2013. Disponível em: <<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/391>>
- _____. A noção de intercultural e o ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras no Brasil: representações e realidades do FLE. *Revista EntreLínguas*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 111-129, 2015. (2015a). Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/entrelinguas/article/view/8055>>
- _____. Fronteiras e intersecções em *Mémoires de deux jeunes mariées*, de Honoré de Balzac: resgate da estória e seus esquecimentos. In: GRIGOLETTO, E.; GOMES, I. R. (Org.) *Memória, história, arquivo: fronteiras e intersecções*. Recife: EDUFPE, 2015. v. 1, p. 86-100. (2015b). Disponível em: <https://issuu.com/neplev/docs/memoria_historia_arquivo_vol_1_revi>
- GALLI, J. A.; SANTOS, L. Tornar-se professor de francês no Brasil: a experiência do projeto 'Les Crabes' para a implementação de políticas públicas linguísticas. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, n. 53, p. 379-401, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/271/171>>
- GERMAIN, C. Entrevista cedida a Liberato Silva Santos. In: CORREA et al. *Sobre didática das línguas – dois dicionários, múltiplas reflexões*, São Paulo: Paulistana, 2015, p. 215-233.
- HARVEY, D. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MELLO, H. F. Uma leitura de Balzac (resenha de Balzac e a Comédia Humana, de Paulo Rónai). *Cult*, São Paulo, n. 176, p. 56 - 57, fev. 2013.
- MICHEL, A. Chronologie, introduction et archives de l'oeuvre. In: BALZAC, H. de. *Mémoires de deux jeunes mariées*. Paris: Garnier-Flammarion, 1979.
- RÓNAI, P. *A tradução vivida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____. *Balzac e A Comédia Humana*. São Paulo: Globo, 1957.

RODRIGUES, F. C. *Língua viva, letra morta: obrigatoriedade e ensino de espanhol no arquivo jurídico e legislativo brasileiro*. 2010. 342 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-americana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Maria Stela Torres Barros Lameiras

**APPRENANTS - APPRENTIS:
IDENTITÉS EN CONSTRUCTION
DANS LA TRADUCTION/
TRANSPOSITION DE SENS**



APPRENANTS - APPRENTIS: IDENTITÉS EN CONSTRUCTION DANS LA TRADUCTION/TRANSPONON DE SENS

Pour être fidèle, le traducteur, à part les connaissances indispensables des deux langues, a surtout besoin de l'imagination.
Paulo Rónai

L'apprentissage d'une langue étrangère, et surtout quand cela se produit dans le pays de la langue maternelle de l'apprenant, est un long chemin à parcourir. Il faut un mouvement d'aller-retour entre la langue cible et la langue maternelle, qui n'est pas uniquement de langue. Et même s'il y a des tournants théoriques impliqués dans les démarches pédagogiques, cela passe aussi par la pratique et par les résultats que l'on obtient à partir des objectifs proposés, basés dans les trois axes : communicationnel, culturel et linguistique.

C'est sur la voie du possible que nous essayons de marcher, dans la direction des trois axes proposés ci-dessus, dans ce champ si vaste des signes et des sens voire leurs effets. Il est vrai qu'il y a un océan de langue et de culture à traverser. Et il s'agit d'une recherche de sens à partir des signes et de leurs conditions de production, tout en sachant qu'il ne s'agit pas de regarder le monde du point de vue du dictionnaire ni de la grammaire non plus. L'enseignement/apprentissage de langues doit prendre la voie d'une pluralité culturelle.

Les sens que l'on construit dans notre quotidien, que ce soit dans la langue maternelle ou dans une autre langue, passent par nos expériences de vie, où les mots « dictionnarisés » et les règles de grammaire ne sont qu'une étincelle face aux effets de sens. Il ne faut surtout pas oublier de chercher les singularités dans ce monde de sens où il y a de plus en plus des expressions mondialisées. C'est vrai qu'il faut chercher le pluriel, mais il faut surtout être sensible au singulier, car c'est l'ensemble des singularités qui doit composer un monde pluriel, où les identités des apprenants-apprentis sont toujours en construction. Et là, il ne s'agit pas tout simplement d'une question de maîtriser la grammaire d'une langue : cela va au-delà des connaissances de grammaire, comme on le dit souvent, car apprendre une

¹ Docente na Universidade Federal de Alagoas. E-mail: stelameiras@gmail.com.

langue étrangère c'est découvrir, bien sûr, une autre langue, mais aussi un autre monde, d'autres modes de vie.

À ce propos, Savater (2001) nous fait voir le vide de certaines démarches dites pédagogiques. C'est le cas de la structure « j'ai perdu la plume dans le jardin de ma tante », que Savater a dû apprendre quand il était petit, d'après ce qu'il il dit. Malheureusement, malgré les répétitions pour l'avoir apprise, il n'en a jamais eu besoin, car ça ne lui est jamais arrivé : d'être chez sa tante ni d'y avoir perdu une plume dans son jardin ...

Nous retenons dans ce cas le fait que ce n'est pas seulement les rapports entre signes et référents qui sont en jeu dans le passage d'une langue à l'autre ; ce sont notamment les rapports qui peuvent exister entre les mondes discursifs des citoyens, des rapports qui ne sont pas nécessairement des reconnaissances, mais des découvertes vers d'autres horizons linguistiques, culturels, etc.

Certes, on ne peut pas négliger les connaissances grammaticales, mais il ne faut pas les voir ni comme point de départ ni comme point d'arrivée. Tout au contraire, ce sont ces connaissances, mises en relation avec la dimension discursive, et à l'aide d'un appel fait au texte et à ses « bornes », comme le dit Adam (1994), y compris les circonstances dont le texte a été écrit, qui font aboutir à une rencontre tout à fait singulière. Une singularité constituée d'une série de pluralités linguistiques et culturelles, car il est indéniable que le passage d'une langue à l'autre apporte un nouveau système linguistique, un nouveau dire, mais surtout une nouvelle vision de monde.

Parler donc de langues, de langages, d'enseignement/apprentissage, c'est aussi parler de culture, qui ne doit jamais être objet de comparaison dans la cohabitation entre les gens, que ce soit dans son propre sol, que ce soit dans un sol étranger. Et là on peut faire appel à l'histoire, qui est reprise sur l'interculturel, en guise d'exemple, sur deux hommes qui rendaient hommage à leurs morts, dans un cimetière. Il y en avait un qui avait déposé une assiette de riz, pendant que l'autre déposait de belles fleurs. Le dernier, « étonné » de la singularité de l'hommage, pose une question à l'autre : « croyez-vous, Monsieur, que la personne qui est là viendra un jour manger ce riz ? » À ce moment-là, l'autre Monsieur dit d'une voix calme : « eh! oui, peut-être ça va arriver le même jour où la personne à qui tu offres ces fleurs viendra sentir leur parfum. »

Cela peut faire penser à une blague, plutôt qu'à une vraie histoire; mais en fait, nous vivons des scènes pareilles tous les jours, dans ce monde où les distances semblent raccourcir de plus en plus, même si l'éloignement existe toujours, car, tel qu'un paradoxe,

ce qui arrive le plus souvent c'est un fossé qui s'ouvre à chaque instant devant les hommes de partout. Dans ce cas dont nous venons de parler, il paraît que la rationalité, « un des bastions de la culture occidentale », d'après Henry Skolimowski (1979, p.124), contribue à établir des paramètres selon les « principes » d'une « cosmologie impérialiste » voire un faux concept d'universalité occidentale. Nous revenons à Skolimowski (1979, p.124,125), qui dit : « à des cultures diverses correspondent diverses formes de rationalité [...qui] peut servir d'arme idéologique à une culture pour en intimider d'autres ».

Nous ne pouvons pas rester indifférents aux appels sociaux et culturels, dont les langues et leur « mode d'emploi » en sont les composants. Il faut essayer de marcher aux côtés de ces appels, faire des choix pour intervenir quand il le faudra. Pour passer d'une langue à l'autre, par cette voie qu'est de la traduction, considérée par Gérard Genette, « sans nul doute », d'après Oustinoff (2007), comme la pratique hypertextuelle la plus importante, il faut bien évidemment aussi parler de transposition de sens et de leurs effets. Et pour y arriver, il faut considérer l'énonciation, cet acte unique, dans ses conditions de production.

Ceci dit, la traduction est donc, et « sans nul doute », comme beaucoup plus qu'une activité ou alors un simple exercice de remplacement de mots. Il s'agit avant tout d'un vrai « chantier » (toujours dans l'idée de construction) qui met en relation la traduction et la création, ces deux opérations que l'écrivain Octavio Paz (1990) considérait jumelles et pour lesquelles, selon lui, il y a entre les deux, un flux ininterrompu, une fécondation continue et mutuelle. Les éléments présents dans une structure, que ce soit lexicaux ou syntaxiques, ne sont que le point de départ des sens (venant d'ailleurs...) et qui circulent dans une situation de communication donnée.

La traduction peut ainsi être conçue comme un travail de réécriture d'une oeuvre littéraire, à tel point qu'un auteur traduit peut ne pas se reconnaître en tant qu'auteur de l'oeuvre traduite. D'ailleurs, certains auteurs ont un sentiment d'étrangeté face à leur oeuvre, ce qui peut aussi arriver aux lecteurs d'une même oeuvre dans deux langues différentes.

Serait-il possible d'appréhender les sens d'un texte, d'un récit, dès leurs sens originaux? Ou alors, faudra-t-il s'interroger sur l'origine des sens – où en est-elle? Pour l'auteur, elle serait à partir de l'univers qui constitue ce qu'il dit? Ou il s'agirait plutôt des sens dans un trajet entre « l'obvie et l'obtus », en faisant appel ici au titre de l'oeuvre de Barthes (1982),

dont la publication a été faite quelques années après sa mort, avec quelques articles éparpillés qui ont été regroupés.

Produire des sens dans sa propre langue est déjà une traduction de pensées et de sentiments, dont le dictionnaire n'est qu'une étincelle possible, comme nous le disons. Produire des sens en langue étrangère est aussi et surtout un travail qui ne peut pas se faire, tout simplement, à l'aide d'un dictionnaire ni avec la maîtrise de règles grammaticales, nous insistons là-dessus.. Les démarches pédagogiques passent par l'analogie, par d'autres stratégies de lecture et dépassent le domaine du lexique, des opérations syntaxiques, d'un nouveau système de règles linguistiques.

Pour suivre un récit, pour bien comprendre une histoire, il faut donc être très attentif à ses bornes, à ces quelques points touchables, sans oublier qu'ils font partie d'un grand réseau qui fait le trajet langue-discours, un trajet qui dépasse la «fiscalité» textuelle de n'importe quelle langue. Dans le cas de la traduction du roman «Vidas Secas», la traductrice crée des bornes, à l'exemple d'un Index, à la fin du livre, avec des termes brésiliens cités dans le livre sans être traduits, suivis de leurs explications. Ce choix de ne pas traduire certains mots, peut-être parce que l'on les croit intraduisibles, est fait à soit l'aide des guillemets, soit à une écriture différente, aux notes, etc. Il n'y a jamais de traduction définitive, de la même façon qu'il n'y a pas non plus une idée achevée. D'après Rónai (1987, p.19), « chaque mot se présente de façon différente dans des contextes différents, ce qui le couvre d'une atmosphère particulière et qui peut provoquer plusieurs effets de sens ». C'est dans ce contexte que nous situons le moment magique de l'énonciation.

Les pressupposés théoriques, autour de la traduction en général, s'éloignent de plus en plus de la conception de traduction littérale et de la «fidélité au texte original», car au nom de cette fidélité il peut y avoir une trahison des sens. La traduction, que nous voyons plutôt comme une réécriture, dépasse comme on le dit les mots dictionnarisés, que l'on risque de poursuivre à la recherche des sens dits originaux. C'est cette perception qui nous mène aussi à placer la traduction entre les processus de «création et médiation», dans lesquels nous voyons une sorte de fusion entre traduction et interprétation – appréhension et production de sens.

D'après Paes (1990, p.49), Mallarmé a parlé de l'angoisse du poète face à l'infini de la page blanche, mais Paes n'a jamais entendu parler de quelqu'un que ce soit qui ait dit l'angoisse du traducteur face à la page écrite.

La façon dont chaque lecteur construit les sens à partir d'un texte, que ce soit dans sa propre langue, que ce soit dans une autre, une langue seconde, étrangère, n'est pas la même: d'un point de vue personnel, social et culturel : les sens prennent des directions différentes, tel un kaléidoscope d'effets.

Entre la France et le Brésil il y a beaucoup plus qu'un océan d'eau pour que l'on puisse aboutir à une traduction d'une oeuvre littéraire. Au-delà de deux pays séparés par la géographie, il y a des histoires bien particulières à chacun d'eux. Et comment la France va comprendre cet exode, imposé par une terre tellement aimée? Partir de son pays, quitter son monde à jamais, nourri quand même d'une espérance lointaine de revoir cette terre châtée par les forts rayons de soleil qui la déchirent. Une terre qui reste, elle aussi, orpheline de ses enfants, abandonnée, avec une soif gigantesque de pluie.

C'est un peu là l'univers de l'écrivain brésilien Graciliano Ramos (1892-1953), du Nordeste du Brésil, qui est décrit dans le roman «Vidas Secas», en portugais, *Sécheresse*, en français, traduit par les éditions Gallimard. C'est à partir de cette oeuvre-là, que nous essayons d'analyser les parcours de sens qui ont été faits par la traductrice, Marie-Claude Roussel. Il convient surtout de dire que nos réflexions ne sont pas une critique sur cette traduction-là ; loin de questions d'ordre strictement théorique, il s'agit plutôt d'un besoin de connaître un peu le chemin parcouru entre deux univers si distincts, ces deux langues, ces deux oeuvres, entre ce que dit l'auteur de l'oeuvre en portugais et comment la traductrice a-t-elle ressenti les idées du récit, les sentiments exprimés dans «les dits» et dans «les non-dits».

Nous parlerons brièvement de cet auteur brésilien qui a été très tôt initié au monde des lettres, par vocation, plutôt, dit-on, que grâce à son milieu familial : en tant que fils d'un commerçant, il a été obligé de quitter le collège pour aider sa famille dans les affaires. C'est un homme qui a vécu dans une société marquée par les différences sociales, culturelles, angoissé devant sa propre réalité, une angoisse, d'ailleurs, exprimée dans le titre d'une de ses oeuvres, «Angoisse» (1936). Sa lutte pour des idéaux l'a mené en prison, en 1936, accusé de communisme, d'où il est sorti l'année suivante. Il donne alors continuation à sa vie d'écrivain, ce qui a favorisé son arrivée au poste de président de l'Association brésilienne des écrivains, au début des années 50.

Avec un récit souvent perçu comme le portrait d'un monde brutal, dont la description est sèche et si dense qu'il n'y a même pas besoin d'adjectifs, Graciliano Ramos provoque chez ses lecteurs et ses lectrices, y compris sur moi-même, un sentiment qui dépasse les

questions régionales vers une «universalité» présente dans l'âme humaine, ce que la traductrice de «Sécheresse» a essayé de trouver.

Ce livre raconte une histoire qui peut être celle de plusieurs brésiliens de la région Nordeste du Brésil, vivant dans l'intérieur du pays, là, où la terre fait penser à un désert, cette terre aride appelée *Sertão*. C'est dans ce cadre que nous faisons connaissance d'une famille en exode, dans lequel on s'aperçoit que malgré l'état de misère des gens, malgré la pauvreté et la cruauté de leur quotidien, il reste encore le temps de rêver, de croire au lendemain, en se dirigeant vers le Sud, «enfoncés dans leur rêve». C'est ça qui nous est possible de voir à la fin du roman, quand l'auteur emploie un temps de verbe qui correspond, en français, au conditionnel présent, à travers lequel les personnages se donnent le droit de regarder vers l'horizon ainsi que d'imaginer un avenir pour leurs enfants, beaucoup mieux que le leur:

Peu à peu, l'image d'une nouvelle vie se dessine devant eux en traits encore incertains. Ils devraient se contenter d'un lopin de terre, et ce serait difficile pour Fabiano qui était habitué à vivre librement dans la forêt. Ils cultiveraient un champ. Après ils iraient s'installer dans une ville. Les enfants iraient à l'école et ne seraient pas comme eux. (RAMOS: 1984, p.188)

Nous avons sélectionné, pour cette étude, des extraits de «*Vidas Secas*», d'après un choix qui met en relation des questions lexicales, syntaxiques et sémantiques. Nous essayerons de voir, par exemple, la traduction du mot *saudade* (RAMOS: 1984 p.122), ce mot si particulier en portugais pour exprimer la nostalgie mêlée à d'autres sentiments, qui est perçu comme «mal du pays» (RAMOS: 1989, p.183). Une perception qui peut s'approcher de ce sentiment du *sertanejo*, obligé de vivre ailleurs, de vivre cet exode involontaire, dans lequel il allait sentir vraiment ce «mal du pays»: « Ils n'y reviendraient jamais; ils ne céderaient pas au mal du pays qui attaque l'habitant du *sertão* lorsqu'il s'est installé dans la région forestière humide du littoral. » (RAMOS: 1989, p.183-184).

Dans ce contexte dense, nous allons voir des personnages humains, largués dans une vie inhumaine, interdits de vivre dans leur propre pays, à cause du manque d'un minimum de conditions de survie. Dans un livre que j'ai écrit, je parle de ces personnes qui vont à la recherche d'une terre inconnue, les «retirantes», en disant que ces gens-là vivent une vie d'étranger régional, depaysés dans leur propre pays: eux, ils deviennent orphelins de leur terre-mère, le *Sertão*, mais la terre, elle aussi, elle devient orpheline de leurs enfants. (LAMEIRAS, 2008)

À partir de maintenant, nous faisons un parcours à travers quelques extraits de «Vidas Secas», dans l'oeuvre traduite et aussi dans le roman original, en faisant un relevé du «dit» de Graciliano Ramos et comment la traductrice a appréhendé les sens, dans ce processus de traduction, de transposition de sens, voire la «création et la médiation».

Nous détachons donc quelques extraits du roman, «Vidas Secas», Sécheresse dans la traduction, identifiés en français, (F1), (F2), (F3), (F4), (F5), et en portugais (P1), (P2), (P3), (P4), (P5), pour illustrer nos réflexions à l'égard de la traduction/interprétation.

- (F1)** (...) Le fils aîné se frotta les paupières, chassant les dernières bribes de sommeil. p.19, 20
- (P1)** (...) O menino mais velho esfregou as pálpebras, afastando pedaços de sonho (...) p.14

C'est peut-être là, dans ce geste du fils aîné de se frotter les paupières pour s'éloigner du rêve, entre ensommeillé et rêveur, que je me permets de dire que, dans la traduction, le geste du personnage semble avoir pris une autre direction, vers la chasse des «dernières bribes de sommeil», comme l'a dit la traductrice. En fait, je crois que le fils aîné voulait vraiment dormir, dans une sorte de «fuite». Et c'est pour cela que je sens qu'il fallait quand même réserver un petit espace au rêve, à ces «petits morceaux de rêve» qui restent, malgré tout, dans l'esprit des *sertanejos*.

Dans un processus de traduction, la réécriture d'un texte par transposition de sens, comme nous le voyons, ne peut pas perdre de vue le contexte dans lequel l'oeuvre a été conçue, vécue et écrite, même s'il nous arrive de faire des changements de forme de discours, de registre etc. (OUSTINOFF, 2007). L'extrait qui se suit (P2) laisse voir l'effort de fidélité de la part de traductrice face au contexte de la production de l'oeuvre, devant le sentiment de «mâme Vitória» par rapport à l'incertitude d'un avenir pour ses enfants - quand ils grandiraient.

D'autre part, la forme de discours qui répond à cette incertitude n'est pas la même: pendant que dans l'oeuvre originale, l'opinion d'un des personnages exprimée à l'aide de l'infinitif du verbe «vaguejar» fait penser à une décision impérative, en français, un nom mis à la place du verbe, précédé de la forme d'un conditionnel présent, «seraient vachers» (F2), provoque un effet de sens plus large, récupérant, alors, cet espace du rêve qui est toujours dans les coeurs des gens du *Sertão*. Il faut noter aussi, à la suite, qu'une phrase interrogative, «Se faire vachers?», remplace le verbe à l'infinitif, en portugais, «vaguejar»; mais cela n'est

qu'une question de style, puisque l'effet de sens n'a pas l'air d'avoir été changé au moment de la traduction.

- (F2)** (...) À présent elle voulait savoir ce que feraient les enfants quand ils grandiraient.
- Ils seraient vachers, proposa Fabiano. (...)
(...) Que la Sainte Vierge les garde d'un tel malheur. Se faire vachers ? Quelle idée ! (....) p.182
- (P2)** (...) Agora desejava [Sinhá Vitória] saber que iriam fazer os filhos quando crescessem.
- Vaquejar, opinou Fabiano. (...)
(...) Nossa Senhora os livrasse de semelhante desgraça. Vaquejar, que ideia! (...) p.122

À partir des extraits (P3) et (F3) nous voyons une phase affirmative, en portugais, «pois lhe faltava convicção », être remplacée par une phrase négative, en français, « il n'était pas tout à fait convaincu », ce qu'il on voit plutôt comme une question de style. Il y a aussi à remarquer, dans ces extraits-là, l'emploi d'une expression française, «tout à fait», qui renforce et traduit bien cette conviction que le narrateur dit qu'il manquait à Fabiano.

- (F3)** (...) Si sa femme lui avait dit oui, Fabiano aurait fait la marche arrière, car malgré tout, il n'était pas tout à fait convaincu; mais du moment que Mãe Vitória n'en savait trop rien, Fabiano se montait la tête et cherchait à lui faire partager son optimisme. Il inventait l'abreuvoir, le décrivait, mentait sans même savoir qu'il mentait. Et même Vitória aussi s'excitait, lui confiait ses espérances. Tous ces endroits qu'ils traversaient, ils les connaissaient bien. (...) p.185
- (P3)** (...) Se a mulher tivesse concordado, Fabiano arrefeceria, pois lhe faltava convicção; como Sinhá Vitória tinha dúvidas, Fabiano exaltava-se, procurava incutir-lhe coragem. Inventava o bebedouro, descrevia-o, mentia sem saber que estava mentando. E Sinhá Vitória excitava-se, transmitia-lhe esperanças. Andavam por lugares conhecidos (...) p.123

Nous signalerons, dans la relation entre ces deux extraits, un récit où la plupart des verbes est à l'imparfait de l'indicatif, en portugais et en français, ce qui met l'accent sur une séquence d'actions «illusoirs», qui dévoile une sorte de rêve caché, dans ce qui reste d'espérance chez les personnages de ce *Sertão* brésilien.

Oustinoff (2007) parle de la contribution de Novalis, qui dit que la traduction «potentialise» l'original, pour conclure que dans une traduction il y a des gains, des pertes, et qu'il y a aussi quelque chose d'original. Et c'est une certaine originalité que nous voyons dans la traduction du roman «Vidas Secas», pendant cette recherche incessante du meilleur mot, de la meilleure expression, de la meilleure tournure, comme dans les extraits qui se suivent, au moment où la traductrice fait le choix du mot «brûlante», à la place de «brûlée», adjectif qui est dans l'original en portugais. Avec ce choix, nous remarquons, en tant que lectrice, qu'il y a, dans le cas de «brûlante», quelque chose en processus, ce qui s'éloigne un peu de la «terre brûlée», d'un feu qui ne brille plus, qui est plus proche des cendres.

(F4) (...) Une touffeur montait de la terre brûlante. Elle frémit au souvenir de la sécheresse, son visage brun se décolora et ses yeux noirs s'écarquillèrent. (...) p. 62

(P4) (...) Um mormaço levantava-se da terra queimada. Estremeceu, lembrando-se da seca, o rosto moreno desbotou, os olhos pretos arregalaram-se. (...) p. 41

Dans les derniers extraits qui se suivent (P5) e (F5), la traductrice essaie de s'approcher des conditions de production du roman, quand elle parle du «sac à provisions» et de la «sacoche». Mais le sac dont parle Graciliano Ramos, qu'on nomme «aió», c'est beaucoup plus qu'une sacoche; c'est le sac qui sert à la chasse, et auquel les *sertanejos* s'attachent, à l'attente, quelque part, de la capture de leur aliment...

(F5) (...) Mais [Fabiano] il fut content de bavarder avec mâme Vitória. Il était au fin fond du désespoir, le sac aux provisions et la sacoche commençaient à peser des tonnes. p.180

(P5) (...) Mas [Fabiano] achou bom que Sinhá Vitória tivesse puxado conversa. Ia num desespero, o saco de comida e o aió começavam a pesar excessivamente. (...) p.119

Après ces réflexions sur la traduction de l'oeuvre « Vidas Secas », de Graciliano Ramos, on revient à la dynamique de l'acquisition d'une langue étrangère dont la méthode (ou l'approche) n'est qu'une partie du processus d'enseignement-apprentissage, voire des réseaux de sens qui se construisent entre les langues concernées. C'est une dynamique qui englobe également des questions socioculturelles, et qui met en jeu l'indissociable relation entre langue et culture dans laquelle les apprenants/apprentis ne cessent pas de découvrir que le passage d'une langue à l'autre est plutôt une question de transposition de sens, parfois intraduisible, d'un certain point de vue, mais possible d'être appréhendés.

Pour parler de cette transposition de sens entre le portugais et le français face à la lecture de « Vidas Secas», il faut revenir au sujet de la conception de traduction entre la «création et la médiation», vers laquelle nous nous dirigeons. C'est vers cet espace de création, à partir des sens appréhendés, que nous essayons de résumer, ce que nous ressentons devant «l'angoisse» du traducteur face à la page écrite, comme l'a dit Paes (1990), déjà cité dans cette étude. Bien entendu, il s'agit d'une lecture possible, comme nous allons le dire, qui a été faite par l'auteur même de ce texte (je viens du Sertão brésilien), car il s'agit d'un cadre qui fait partie de son monde, même si ça n'a pas été vécu dans sa propre peau.

Voilà donc cette appréhension de sens, cette lecture du monde, qui ne prétend pas être «la lecture», mais plutôt «une lecture», une traduction/interprétation des événements dans ce trajet entre deux langues qui vont à la rencontre l'une de l'autre. En fait, il s'agit d'un trajet de traduction voire transposition de sens, où l'on découvre des gens, des *sertanejos*, sous la forme de personnages qui vivent le chagrin d'une migration de corps et d'âmes. Bref, SÉCHERESSE a bien compris l'essence de VIDAS SECAS. Et c'est à partir de ce pont entre les sens en portugais et en français que je me permets d'écrire les effets de sens qui font écho en moi-même.

Sécheresse !
Plusieurs sentiments
Et une lecture possible...
D'un monde impossible...

Des corps faibles... des esprits forts...

La marche vers une terre inconnue...
étrangère ?
civilisée ?

Peu importe ! Les *sertanejos* auront toujours leur *Sertão* dans leurs coeurs...
La sécheresse de leur terre brûle dans les coeurs de Sinhá Vitória, de Fabiano...
Ils seront ailleurs... et ils auront le coeur gros...
Mais ils auront aussi chaud au coeur...

Références

ADAM, J-M.. *Le Texte Narratif*. Paris: Éditions Nathan-Université , 1994.

BARTHES, R. *L'obvie et l'obtus*. Essais critiques III. Paris : Editions du Seuil, 1982.

LAMEIRAS, M. S. T. B. *Entre os contos de uma posse e o poder da palavra: "ligações perigosas" entre a mídia, a palavra e o poder político*. Maceió: EDUFAL, 2008.

OUSTINOFF, M. Pour une approche moderne de la traduction. *La clé des langues*. Novembre/ 2007. Disponible à l'adresse: http://clé.ens-lsh.fr/99870383/0/fiche_page_libre/&RH=CDL.

PAES, J. P. *Tradução A Ponte Necessária*. São Paulo: Editora Ática 1990.

RAMOS, G. "Vidas Secas". Rio, São Paulo: Editora Record , 1984.

_____ *Sécheresse*. Traduit du portugais par Marie-Claude Roussel. Éditions Gallimard, Mayenne : 1989.

RÓNAI, P. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S. A., 1987.

Felipe Barbosa Dezerto

FRANCÊS E CONTEÚDOS:
O FUNCIONAMENTO DA
IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO
DE PRÁTICAS DE ENSINO



FRANCÊS E CONTEÚDOS: O FUNCIONAMENTO DA IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DE PRÁTICAS DE ENSINO

As inquietações que me conduziram às reflexões que busco fazer neste texto decorrem de observações na minha trajetória enquanto professor de francês, tendo passado por diferenciados ambientes de ensino: escolas públicas e privadas, além de centros de língua.

Nessa trajetória, me chamou atenção a forma como certos conteúdos funcionam atrelados a determinadas temáticas e a determinadas práticas de ensino. Inquietou-me a maneira como essas práticas são sustentadas pelo imaginário dos sujeitos que compõem o corpo docente de francês com que tive contato durante as trocas pedagógicas que se estabeleceram com os demais colegas no ofício do magistério.

É muito importante deixar claro que o objetivo deste trabalho não é o de acusar ou tecer simples críticas ao trabalho de nenhum docente de francês que me serviu de ponto de partida, mas de refletir sobre um funcionamento ideológico que produz evidências na relação entre o sujeito professor, os conteúdos e as práticas de ensino de francês.

Sempre foi comum ouvir de colegas professores de francês enunciados que estabelecem uma ligação evidente (ou que apontam para a falta dela) entre determinados conteúdos a serem ensinados e a temática que deve vir como suporte para esse ensino. Não raro, ouvi comentários como “esse livro apresenta os artigos partitivos, mas não fala de alimentos. Está incompleto” ou ainda “Como vou preparar a prova com partitivos sem que o livro tenha falado de alimentos”, dentre muitos outros que poderia listar metaforicamente.

A partir desse ponto, busco analisar discursivamente essa relação que se estabelece entre certos conteúdos do currículo de francês, algumas práticas pedagógicas de ensino dessa língua estrangeira e as formações imaginárias, que inscrevem os sujeitos professores de francês em certos lugares do discurso ao ensinarem de determinada forma (e não de outra).

¹ Colégio Pedro II.

Daí decorrem as perguntas que me faço para iniciar essas reflexões: 1) haveria realmente, no interior do francês, compreendido como um campo disciplinar de língua estrangeira, um funcionamento imaginário que relaciona certas práticas pedagógicas a determinados conteúdos? 2) O que promoveria essa ligação entre um determinado conteúdo e uma maneira de se ensiná-lo? 3) O que estaria em jogo ao se produzir tal ligação em um campo disciplinar de língua estrangeira?

Mais especificamente, para este texto, uma vez que essas questões não se esgotarão totalmente neste momento, interessa compreender o trabalho da ideologia na sustentação de um imaginário que promove a relação dos artigos partitivos à temática da alimentação, na prática docente de professores de francês, mesmo em variadas condições de produção, ou seja, diferentes públicos, em diferentes instituições, diferentes professores, etc.

Porém, antes de prosseguir, cabe aqui um parêntese para explicar o que são os artigos partitivos na língua francesa. Trata-se de artigos que expressam uma quantidade incontável, chamada de “partitiva”, tomada geralmente como uma parte incontável de um todo. Ex: *Je mange du pain ; J’ajoute de la confiture ; Je mets de l’huile d’olive ; Je prépare des pâtes ; Il y a du soleil ; Il a du temps*². Eles variam em gênero e número. São eles:

du – masculino singular ;

de la – feminino singular;

de l’ – masculino ou feminino singular usado antes de vogal ou da letra H;

des – masculino e feminino plural

Já se deixa entrever que há um funcionamento que liga os artigos partitivos ao tema da gastronomia também comparecendo em livros didáticos de ensino de francês. Essa, porém, é uma questão que trataremos em outro trabalho que daqui terá seus desdobramentos.

Dito isso, prossigamos.

² Exemplos retirados de AKYÜZ, Anne et alii. *Exercices de Grammaire en Contexte*, niveau débutant. Ed. Hachette Livre: Paris, 2000, p. 92. “*Eu como pão; Eu acrescento geleia; Eu coloco azeite; Eu preparo massas; Faz sol; Ele tem tempo*”. (tradução minha). Na língua portuguesa, a ideia partitiva caiu em desuso, mas podendo ainda ser percebida em construções como *Comeu da minha comida* ou *Bebeu da minha água*.

Prática de ensino, sujeito professor e ideologia

Trabalhar com práticas de ensino de francês, quaisquer que sejam elas, nos obriga a refletir sobre a noção de sujeito, uma vez que sujeito, prática e ideologia não podem funcionar isoladamente. Não há ideologia, tampouco práticas, sem que haja sujeito. Situar-se no lugar teórico da Análise do Discurso (Pêcheux e Orlandi) é trabalhar esses conceitos de forma interdependente, pois não se poderia pensar o dispositivo analítico dessa disciplina tomando-se seus conceitos de forma isolada ou estanque.

Sobre essa questão, Althusser afirma que

a categoria do sujeito é constitutiva de qualquer ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos que a categoria do sujeito só é constitutiva de qualquer ideologia na medida em que toda ideologia tem a função (que a define) de “constituir” indivíduos concretos em sujeitos. (ALTHUSSER, [1996] 2007, p. 132 – aspas do autor)

Avançando na definição do conceito, Althusser afirma que a “ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, [1996] 2007, p. 126)

Dessa definição, interessa pensar o modo como a ideologia trabalha na construção da representação que produz e sustenta certas práticas para o ensino de certos conteúdos do francês, colocando em uma certa direção a relação entre o sujeito professor, suas práticas de ensino e os conteúdos.

Essa posição de protagonistas do discurso ocupada pelo professor de francês, uma vez que só há ideologia para e pelo sujeito, poderia fazer pensar em uma autonomia desse sujeito no processo de ensino. Porém, dentro desse quadro teórico, não é essa a nossa compreensão do trabalho do sujeito professor. Compreendemos essa autonomia de forma relativa, pois só há sujeito pelo e no discurso. Não há prática sem ideologia e não há ideologia sem sujeito.

Nessa direção, pensar os processos que sustentam certas práticas de ensino significa nos voltar para o trabalho do discurso e da historicidade na produção dos sentidos que estão implicados nessas práticas. Não brota do professor, como um sujeito totalmente original e que cria suas metodologias a partir do nada, as práticas de ensino que se lhe apresentam. Há que já haver sentido, há que já haver prática, um já-dado, um já-significado, algo que fala antes e de outro lugar sustentando o que se disponibiliza significar para esse

professor. O interdiscurso, então, funciona como base de fornecimento dos sentidos que parecem brotar do sujeito. É ele que disponibiliza (ou interdita ou projeta para o possível) sentidos e práticas de ensino, que também são processos semânticos. O sujeito, nesse trabalho, então, é algo descentrado, dividido, clivado pelo interdiscurso. E para entender o que significa destituir o professor de francês do ponto de origem do que ele pratica em sala é preciso entender o que é o interdiscurso. Esse conceito é definido por Orlandi (2005, p. 31) como “todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determina o que dizemos”. O interdiscurso é a memória discursiva do dizer, ou seja, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (idem). E eu acrescentaria que esse já-dito é também um já praticado, na medida em que as práticas docentes são sentidos, são processos semântico-discursivos.

É nesse ponto que o trabalho da ideologia e do imaginário intervém, produzindo no sujeito professor de francês a ilusão de origem, de ponto de partida. É apagada a anterioridade dos sentidos e da determinação interdiscursiva na constituição das práticas de ensino. Esse apagamento é chamado por Pêcheux ([1975] 2014) de “esquecimento”. O trabalho da ideologia faz com que as práticas se mostrem para o sujeito sob a forma da evidência e da naturalidade. Assim se dá o mecanismo imaginário que produz o efeito de origem, de ponto de partida quando o sujeito professor ensina, usado “suas” práticas. Esse efeito, já que “...todo processo discursivo supõe (...) formações imaginárias” (PÊCHEUX[1969] 2010, p. 82), produz evidências sobre as práticas de ensino que não só brotam como evidentes, mas também constroem representações do lugar do professor, e conseqüentemente, dessas práticas de ensino para esse sujeito.

Ainda para Pêcheux,

[...] esses lugares são representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81)

Desse jogo das formações imaginárias em que se engendram as imagens dos lugares implicados no processo de ensino entendido como discurso, interessa refletir sobre o modo

como se operam as representações que o professores de francês fazem sobre os conteúdos e sobre as práticas que permitem que sejam ensinados.

Mas não se pode deixar de reforçar que o trabalho dos sentidos é sempre fugidio, sujeito a deslizamentos, a falhas e a equívocos. Toda reprodução é também transformação. Conforme Pêcheux ([1969] 2010), reprodução e transformação não funcionam em oposição e separadamente. Trata-se do mesmo processo, em que uma é constitutiva da outra. A falha e os deslizamentos não são a exceção, mas são próprios do processo discursivo. Por essa razão, observar a produção da evidência e a ruptura da prática como ritual de reprodução são igualmente objetivos deste trabalho.

Um espaço de fala para professores de francês

Tendo percebido esse funcionamento ideológico na prática docente de francês e elaborada minha pergunta de análise, restava saber como, então, recortar um material em que se pudesse analisar a relação entre imaginário – ideologia – conteúdo – prática pedagógica. Nesse intuito, o de observar esse funcionamento, elaborei um pequeno quadro e enviei para professores de vários segmentos e de diferentes instituições. Obtive respostas de professores, em variados momentos de suas carreiras, atuando no ensino público e privado, básico, universitário e em centros de língua.

Não chamarei esse quadro de questionário pelo fato de que, se trabalhamos discursivamente, dele não se poderia depreender analiticamente nada que fosse quantitativo ou qualitativo, tampouco as respostas levariam diretamente a conclusões, sem que antes pudessem ser discursivamente analisadas. As respostas de um questionário não apontam verdades neste quadro teórico.

Assim, considerar esse espaço de fala concedido aos professores de francês para dizerem de suas práticas de ensino como um questionário poderia engessar esse material de análise uma vez que, em um questionário, as perguntas já apontam para um direcionamento discursivo e interpelam quem as responde a ocupar, antes mesmo da resposta, um lugar. (SOUZA, 1999).

Ao mesmo tempo, não há como escapar desse trabalho de interpelação já que toda tomada de palavra faz ocupar uma posição no discurso. Mas diferentemente da concepção qualitativa ou quantitativa de um questionário, é essa tomada de posição no discurso o interesse deste trabalho. Busca-se saber que lugar ocupa o professor de francês quando

chamado a falar de suas - ilusão de origem - práticas de ensino. Assim, as respostas dadas pelos professores só interessam na medida em que por elas pode-se observar como se dá esse processo de interpelação; o que está em jogo no trabalho do imaginário e da ideologia desenhando esse funcionamento discursivo.

A seguir, reproduzo o quadro enviado aos professores, que foi acompanhado apenas de uma explicação de que se tratava de uma pesquisa acadêmica, sem identificação dos participantes, juntamente com minha identificação de pesquisador e um endereço eletrônico para resposta.

Quadro I: Espaço de fala para professores de francês

SUA ATUAÇÃO	<input type="checkbox"/> LICENCIANDO <input type="checkbox"/> ESTUDANTE DE PÓS-GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> PROFESSOR DO ENSINO BÁSICO <input type="checkbox"/> PROFESSOR UNIVERSITÁRIO <input type="checkbox"/> PROFESSOR DE CENTRO DE LÍNGUA
IDADE	_____ ANOS
SE JÁ LECIONA, HÁ QUANTO TEMPO?	_____ ANOS
INSTITUIÇÃO EM QUE ESTUDA/LECIONA	_____
IMAGINE QUE VOCÊ PRECISA PREPARAR UMA AULA PARA ENSINAR OS ARTIGOS PARTITIVOS DO FRANCÊS (DU, DE LA, DE L', DES) E A EXPRESSÃO DA QUANTIDADE PARTITIVA. QUAL TEMÁTICA VOCÊ ABORDARIA PARA INTRODUIZIR ESSES CONTEÚDOS NA SUA AULA?	_____
DÊ UM TÍTULO PARA SUA AULA.	_____

Nesse espaço, o professor deveria, como se pode observar, responder sobre sua formação, vínculo institucional, idade e carreira. Com a proposta da preparação de uma aula sobre os artigos partitivos e a expressão da quantidade, o objetivo foi de fazê-los falar sobre suas práticas, observando a que memória do ensino desse conteúdo se filiariam essas práticas, pela seleção das temáticas a partir das quais as aulas seriam pensadas.

Na composição desse “corpus discursivo” (COURTINE, 2009, p. 54), levam-se em conta as respostas solicitadas juntamente com a temática abordada pois estas são

compreendidas como componentes das “condições de produção”, que trazem consigo “as peripécias discursivas, ao abrigo das determinações da história” (idem), dessas respostas dos professores de francês (atuação, faixa etária, tempo de sala de aula, filiação institucional). São elementos da constituição do sujeito professor que permitem tecer observações no campo analítico.

Dentre os 20 questionários analisados até o momento, temos:

- faixa etária - 22 a 58 anos
- tempo de sala de aula – de licenciandos até 40 anos de carreira
- instituições – colégios, universidades públicas e centros de língua

Como dito, em Análise do Discurso, os dados em si não dizem muito nem são o interesse se tomados de forma direta, como se traduzissem uma realidade. Trago esses números, mais uma vez, não para se chegar a uma quantificação, mas para se pensar no COMO se dá o funcionamento discursivo que sustenta sentidos e produz as evidências que buscamos analisar; procuro pensar também nas condições de produção das respostas aos questionamentos que lancei aos professores e futuros professores de francês.

Avançemos um pouco mais.

Conteúdos e ideologia: um imaginário de neutralidade

Refletindo sobre o que chamamos de *conteúdos*, trago para essa discussão o que defini como processo de “curriculamento, isto é, um recorte de certos sentidos de uma língua que são transformados em saberes de um currículo e institucionalizados pela força do documento que os contém”. (DEZERTO, 2013). Assim, a entrada dos artigos partitivos nos currículos de francês não pode prescindir das injunções promovidas por essas três etapas do mesmo processo: o recorte que produz um conhecimento linguístico, a inscrição desse conhecimento sob a forma de conteúdo em um currículo ou programa de ensino e a sustentação desse documento de ensino pela força institucional (seja da escola, de uma universidade ou de um centro de língua).

Trazer o conceito de curriculamento para essas reflexões, de início, já nos faz avançar na medida em que se desnaturaliza o próprio currículo ou programa de ensino como algo natural, analisando o trabalho da ideologia sobre os saberes, recolocando-os na

historicidade, destituindo-lhes do lugar de transparência e de evidência. Assim como o francês, enquanto campo disciplinar, os conteúdos também têm espessura histórica.

Pensando, então, que a seleção de conteúdos que se ensinam sobre uma língua e a própria língua não coincidem, há, dessa forma, de um lado a “língua fluida”, a língua do acontecimento significando nas relações do sujeito na história (Orlandi, 2002) e de outro, o trabalho de produção de conhecimento sobre a língua, atuando juntamente com as instituições e a historicidade na produção de um campo disciplinar que tem nos currículos um ponto de estabilização ou um funcionamento imaginário de estabilidade, corroborando para a construção da “língua imaginária” (idem). Assim funcionam os conteúdos nos currículos institucionais, nos programas de ensino, nos quadros de conteúdos dos livros didáticos, etc... Dessas injunções políticas, os artigos partitivos e as práticas docentes não escapam.

Um espaço de fala, alguns funcionamentos

Analisando, então, as respostas dos professores para a temática que se usaria para ensinar os artigos partitivos, cheguei a três funcionamentos, que apontam alguns sentidos:

- 1 – um funcionamento que cola o ensino dos partitivos à temática dos alimentos – 67% das respostas
- 2 – um funcionamento que filia o ensino dos partitivos à temática dos alimentos, mas promove algum deslocamento de sentidos – 22% das respostas
- 3 – um funcionamento que rompe com a ligação entre partitivos e a temática dos alimentos, apontando para outras práticas – 11%

Para observarmos o funcionamento imaginário que propomos analisar, destaco as respostas que apontam as **temáticas da atividade** proposta e para o **título da aula**.

Partitivos e alimentos, uma evidência em funcionamento

Como dito, neste primeiro funcionamento, ao falar da aula que seria proposta, mais da metade dos professores faz funcionarem **partitivos e alimentação** de forma colada, sem que pareça haver equívoco ou falha nesse imaginário. O ritual ideológico parece não se romper.

Observemos.

<p>TEMÁTICA DA ATIVIDADE PROPOSTA</p>	<p>1 – abordaria o tema da alimentação</p> <p>2- sempre utilizei a temática da cozinha e da culinária... podemos expandir para a questão cultural da culinária francesa e francófona... pode-se partir de uma receita...programas de TV que falam de culinária...competição de receitas...</p> <p>3 – les recettes</p> <p>4 – saúde – alimentação</p> <p>5 – alimentos (compra no supermercado e receita culinária)</p> <p>6 – comida</p> <p>7 – alimentos</p> <p>8 – alimentação cotidiana/hábitos alimentares desejáveis</p> <p>9 – gastronomia</p> <p>10 - ...expressões partitivas relacionando aos alimentos. Ex: um pouco de farinha, um pedaço de bolo, etc.</p> <p>11 – provavelmente alimentos</p> <p>12 – l'alimentation</p>
<p>TÍTULO DA AULA</p>	<p>1 – manger équilibré</p> <p>2- Masterchef France</p> <p>3 – bolo de fubá – un gâteau bien brésilein</p> <p>4 – manger ou pas manger</p> <p>5 – du supermarché à la cuisine</p> <p>6 – ce que je mange</p> <p>7 – veux-tu manger ?</p> <p>8 – il y a ces dimanches de placards vide...</p> <p>9 – la France, le pays de la gastronomia</p> <p>10 – les articles partitifs et les aliments</p> <p>11 – l'expression de la quantité (relacionada a alimentos)</p> <p>12 – faire des courses (de supermarché)</p>

Como podemos observar, nesse grupo de seqüências discursivas, chama atenção o funcionamento do emprego dos partitivos ligado aos alimentos, à culinária e à gastronomia em todas as respostas dos professores. Os sentidos que sustentam as práticas de ensino

desses conteúdos parecem estáveis, produzindo a evidência de que falar de partitivos é falar de alimentação e gastronomia. Como dissemos, parece se tratar de um funcionamento ideológico bastante estabilizado. O efeito de sentido que se produz é o de que esse conteúdo, os partitivos, possui uma ligação natural com o tema da alimentação e culinária.

Partitivos, alimentos e a possibilidade de ruptura

Observemos as seqüências discursivas que permitiram fazer esse recorte.

<p>TEMÁTICA DA ATIVIDADE PROPOSTA</p>	<p>1 – alimentação / météo</p> <p>2 – comidas ou esportes</p> <p>3 - ... Em geral, os manuais indicam tal trabalho até mesmo num primeiro semestre de trabalho, o que me parece ser inútil / inadequado: de que adianta saber a diferença entre du / de la, etc. se o meu vocabulário é reduzido e eu vou ficar, portanto, limitado na minha expressão? Acho que, num início de curso, se o aluno disser “je prends du limonade” isso é pouco importante. je prends du muscle, de la masse musculaire , du poids, du recul, du café, c'est de la balle, du portugais, du non-sens</p> <p>4 - A um primeiro momento, vem à lembrança as lições de manuais de língua que abordam alimentação. Assim, descrições de receitas, conversas sobre hábitos alimentares, textos que giram em torno desses temas podem ser bastante práticos porque têm referencial concreto para aplicação desses artigos e dariam conta da ideia de quantidade. Seria interessante estender a uma abordagem em referencial mais (para) abstrato, e não necessariamente quantitativa, em exemplos ligados a expressões decorrentes de usos de verbo (avoir / faire).</p>
<p>TÍTULO DA AULA</p>	<p>1 – j'adore manger / Quel temps fait-il à Paris ?</p> <p>2 – quantidades e (in)quantidades</p> <p>3 – NÃO DÁ TÍTULO À AULA</p> <p>4 - Vous avez de la curiosité pour apprendre à cuisiner?</p>

Nessas seqüências, o ensino dos partitivos ainda faz ecoar a memória da alimentação como temática, mas já se pode apontar para outro lugar. Mencionam-se a previsão do tempo, os esportes e a possibilidade de se estender esse ensino para outras direções. Os sentidos que arregimentam a prática de ensino desses conteúdos deslizam, rompem com a evidência, mesmo que não totalmente. Porém me atenho um pouco mais sobre o que diz o professor 3.

Nessa sequência discursiva, o professor faz uma reflexão sobre a prática de ensino dos partitivos e não aponta logo de início para a temática da alimentação. Parece mesmo que ele procura evitar a reprodução dessa evidência, como se já tivesse se dado conta dela. Porém, destaco o exemplo do possível “erro” do aluno ao construir a sentença **“je prends du limonade”**, trocando a forma correta do artigo **de la** pela forma masculina **du**, uma vez que **“limonade”** é do gênero feminino em francês.

Para refletirmos sobre o funcionamento da evidência, mesmo quando o professor parece querer fugir dela, me pergunto: por que o aluno diria **“je prends du limonade”** no lugar de qualquer outra frase possível, que poderia tocar qualquer outra temática ainda assim expressando a quantidade partitiva? Aqui, os sentidos deslizam sim, se deslocam. Mas na exemplificação do possível erro do aluno a evidência funciona e se produz no discurso. A equação partitivos=alimentos funciona mais uma vez. Parece que a exemplificação deixa falar uma memória de ensino dos partitivos pela qual, mais uma vez, os sentidos retornam à temática da alimentação. Um pré-construído da/na memória discursiva retorna, apontando para um lugar no interdiscurso onde o funcionamento ideológico dessa evidência ainda ressoa.

O professor 4 menciona o possível trabalho dos materiais de ensino de francês na construção dessa evidência: “A um primeiro momento, vem à lembrança as lições de manuais de língua que abordam alimentação”. Reconhece-se nesse ponto o trabalho da circulação de saberes no interior do campo disciplinar francês na constituição de práticas de ensino. Mas esse ponto, retomarei posteriormente.

O deslizamento se dá, nesse segundo funcionamento, ao se trazer para o ensino dos partitivos as temáticas da meteorologia e dos esportes. Algo se rompe e aponta para outro lugar, mesmo que a alimentação continue a ressoar nas propostas, e na memória, desses professores.

Partitivos e ruptura: outros sentidos em jogo

Apesar de percebido em apenas dois dos professores que responderam à pesquisa, esse terceiro funcionamento aponta para outro lugar. Não se fala mais em alimentação, cozinha ou culinária.

TEMÁTICA DA ATIVIDADE PROPOSTA	<p>1 - l' expression des sentiments et des caractéristiques qui font partie de notre vie et de notre personnalité</p> <p>2 - Les sentiments par images</p> <p>L'expression et la communication des sentiments à partir des images de l'amour, de la joie, du bonheur, de l'impatience, de la haine qui sont transmises par des messages sur facebook, whatsapp (émoticônes, gifs, photos, dessins)</p>
TÍTULO DA AULA	<p>1 - des mots de la vie</p> <p>2 - J'émoticône ... Et toi?</p>

Nessas sequências discursivas, já se rompeu com o funcionamento que produz a evidência que vimos observando. Parece que, neste caso, uma outra filiação e uma outra memória de ensino, dentro do campo disciplinar francês, é acionada, fazendo circular sentidos que ligam o ensino dos partitivos aos sentimentos e à personalidade. Um outro lugar pode ser ocupado para o ensino desse conteúdo que se mostrava preso num ritual ideológico que reproduz uma hegemonia de sentidos quando se interpela professores de francês a ensinar os artigos partitivos. Mesmo que não seja a prática hegemônica, a ligação desse conteúdo com outras temáticas aponta para a possibilidade de falha de qualquer ritual, a ruptura imbricada na reprodução, como nos fala Pêcheux ([1969] 2010), o outro no mesmo.

As práticas de ensino dos partitivos podem se filiar a outros sentidos, a outra memória.

Apontamentos parciais

Neste breve percurso pelas práticas de ensino de professores de francês na relação com conteúdos curriculares desse campo disciplinar, pudemos observar que a ligação dos artigos partitivos à temática da alimentação nos dá pistas de um processo ideológico que produz um certo funcionamento imaginário sobre as práticas de ensino desses professores. Pudemos observar que há uma projeção, a partir do imaginário que se construiu, sobre os conteúdos e a forma de se ensiná-los. Um lugar para esses conteúdos se marca nas práticas de ensino de francês, práticas sustentadas por uma memória discursiva de ensino; por um lugar no interdiscurso que sustenta essas práticas pedagógicas, produtoras de evidências para o sujeito professor de francês.

Chamo, então, de “imaginário de conteúdo” o funcionamento ideológico que produz evidências na forma de se ensinar determinados conteúdos, ou seja, nas práticas de ensino. Criam-se, na memória do ensino, pontos de estabilização que fazem funcionar sentidos que ligam conteúdos e práticas de ensino. E a esse processo, assujeitam-se professores e futuros professores. Trata-se de um imaginário que participa do processo de constituição do sujeito professor de francês, fornecendo-lhe sentidos que implicam a forma de representação dos conteúdos e suas práticas pedagógico-discursivas.

Essas reflexões, portanto, são iniciais e ainda não respondem a todas as inquietações que me conduzem a essa pesquisa. O próximo passo analítico se situa dentro do campo teórico da História das Ideias Linguísticas. Procurarei analisar de que forma os materiais didáticos ao longo da história do ensino do francês no Brasil puderam contribuir para a criação desse funcionamento evidente. Interessa saber, nesta próxima etapa de pesquisa, se a produção e a circulação de materiais de ensino de francês arrematam esse funcionamento ideológico no interior do campo disciplinar francês. E em caso positivo, de que maneira.

Mas esse já é um outro capítulo dessa história.

Referências

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. In: Zizek (Org). **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, [1996] 2007.
- AUROUX, S. **A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.
- _____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad: Eni Orlandi. 2ª ed. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2009.
- _____. **Matematização da linguística e natureza da linguagem**. Trad. Débora Massmam. São Paulo: Hucitec, 2012.
- COURTINE, J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- DEZERTO, F. **Francês e Colégio Pedro II: um processo de construção de um campo disciplinar escolar (de 1838 a 1945)**. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2013.
- ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. (org) **História das ideias linguísticas**: construção de um saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: UNEMAT Editora, 2001.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: SP: Pontes, 2005.

_____. (org) **Política linguística no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M e FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET e HAK (Org). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp [1969] 2010.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1975] 1988.

SOUZA, P. *As enquetes como discurso*: um caso de acesso às palavras do racismo. In: INDURSKY, F e FERREIRA, M (Orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre, Sagra Luzzatto, 1999.

Flávia Karolina Lima-Duarte
Luiz Fernando Gomes

REPRESENTAÇÕES DAS CULTURAS
HISPANO-AMERICANAS EM IMAGENS
NA WEB: REFLEXÕES SOBRE
VALORAÇÃO E APAGAMENTO E
SEUS REFLEXOS PARA AS CRENÇAS
SOBRE A APRENDIZAGEM DE
LÍNGUA ESPANHOLA



REPRESENTAÇÕES DAS CULTURAS HISPANO-AMERICANAS EM IMAGENS NA WEB: REFLEXÕES SOBRE VALORAÇÃO E APAGAMENTO E SEUS REFLEXOS PARA AS CRENÇAS SOBRE A APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESPANHOLA

Introdução

As imagens são responsáveis por grande parte das nossas percepções culturais. Ao fazermos um retorno ao período da pré-história, observando, por exemplo, as pinturas na caverna Lascaux (sul da França), realizadas cerca de 15.000 a 10.000 A.C., muita informação a respeito das culturas e crenças desses povos podem ser inferidas. Além disso, segundo Gombrich (2006, p.39), elas são “a mais antiga relíquia da crença universal no poder das imagens”. Para esse autor,

ao que parece, esses caçadores primitivos imaginavam que, se fizessem uma imagem de suas presas – e talvez se as golpeassem com suas lanças e machados de pedra -, os animais reais também sucumbiriam ao seu poder.” (Idem, p. 39)

Nos dias de hoje, a fotografia, a televisão, cinema e principalmente as rede mundial de computadores vêm exercendo forte poder na construção das representações sociais. Segundo Kellner (2001, p.9):

há uma cultura veiculada pelas mídias cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo o material com que as pessoas forjam sua identidade.

Para Kellner, os produtos da indústria cultural fornecem os modelos do que significa ter sucesso, ser feliz, pertencer a uma determinada classe social, etnia, raça, gênero, sexualidade, nacionalidade, e a noção de “nós” e “eles”. Barthes chama de mitos os valores culturais e as crenças expressas pelos sentidos conotativos das imagens, uma vez que são

¹ UFAL/ IFAL / IFMT.

² UFAL.

histórica e culturalmente específicos, não sendo, portanto, naturais. (STURKEN & CARTWRIGHT, 2001).

Percebemos assim, que as imagens e as tecnologias visuais desempenham um importante papel na sociedade contemporânea. Seus efeitos estão sendo estudados por um subcampo interdisciplinar dos Estudos Culturais³, ligados à cultura visual onde a discursividade visual ainda em construção que propõe uma ampla agenda de questões ligadas aos estudos da imagem (Van Leeuwen & Jewitt, 2006; Pires & Silva, 2014). Sobre a imagem fotográfica, especificamente, realçamos que “o advento da cultura fotográfica e sua sobrevalorização como cultura específica vem sendo cada vez mais viável por que estamos experimentando o advento da sociedade da informação no processo global...” (SILVA, 2014). Aliás, o mesmo autor nos lembra de que a imagem (fotográfica) está ligada aos processos sociais e “isso nos permite delinear o campo da cultura visual e seu processo ideológico e político com o qual o poder da imagem adquire força nos contextos sociais globalizados” (SILVA, 2014, p. 14). Se a imagem adquire, assim, valor documental e social, quando vista em coleções por períodos, publicações (revistas, locais na internet, etc.), por semelhança, tema, etc., ela pode “formar uma narrativa visual sobre uma realidade e, assim, adquirir status de representação da realidade... a fotografia vem adquirindo o poder de possibilitar um discurso dominante a partir da representação da imagem” (op.cit.;loc.cit).

Como professora de um curso superior tecnólogo em turismo e hotelaria reflito sobre uma possível relação entre as representações sociais que circulam por meio das imagens e o ensino e aprendizagem da Língua Espanhola no Brasil. O presente trabalho objetiva, buscar evidências que nos permitam discutir a hipótese de que a circulação de determinadas imagens, especificamente, nesse estudo, no banco de imagens do Google, influenciariam, de alguma forma, na diferente valoração dada à língua e às culturas espanholas ibéricas e sul-americanas e nas crenças sobre a aprendizagem da língua espanhola dos meus alunos.

Para o alcance desse objetivo, fizemos um recorte olhando apenas para imagens da internet e, ao invés de buscar essas imagens em sites específicos, o que poderia ser tendencioso, optamos por fazer buscas no Google Imagem com os seguintes termos: (1) Culturas sul - americanas; (2) Culturas espanhola; (3) Povos sul-americanos; e (4) Povos Espanhóis.

³ “os estudos sobre cultura visual emergem no final dos anos 80 entre o cruzamento de debates propostos pelos saberes da história da arte, estudos cinematográficos, linguísticos, literários, teorias pós-estruturalista e Estudos da Cultura. Tendo como principal ponto de convergência a afirmação de que verdades são constituídas pela linguagem.” (NUNES, 2010, p. 50)

Representações sociais e suas implicações no contexto sul-americano

A noção de representação social é construída a partir de interpretações sociais compartilhadas entre as pessoas por meio de interações linguísticas, culturais e mediáticas. Nas palavras de Jodelet (1989. P. 35),

Reconhece-se, geralmente, as representações sociais, como sistemas de interpretação, que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e comunicações sociais. Igualmente intervêm em processos tão variados quanto a difusão e a assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais.

Essa noção de representação social concebida por meio do conhecimento compartilhado pode favorecer o intercâmbio cultural e linguístico entre as pessoas; despertar o desejo de aprender uma língua estrangeira, de visitar e conhecer um determinado país, enfim, de provocar afetividade e proximidade com outra cultura. Por outro lado, as representações podem ser construídas com uma carga ideológica que pode gerar preconceitos e acabar fazendo parte do senso comum, influenciado pela tradição e pelos estereótipos (MOSCOVICI; HEWSTONE, 1988, apud. PIRES & SILVA, 2014, p.610) também podem ser um fator limitador, na medida em que se refletirmos em termos de América do Sul⁴, no contexto deste trabalho, alguns estudos revelam um estereótipo pejorativo em relação aos países menos favorecido economicamente.

Citamos como exemplo o estudo do Professor Dr. Mauro César Silveira, cujos resultados demonstram que a mídia tende a construir estereótipos que reforçam o preconceito em relação ao Paraguai. Para esse autor,

A análise do discurso da mídia brasileira, nos últimos, anos revelou que tem se consolidado no imaginário sul-americano representações extremamente desfavoráveis ao Paraguai, numa escala de gradação crescente, que afastam o Jornalismo do seu compromisso de informar. De palco de falcatruas, negociatas e contrabando, o país vizinho “evoluiu” para o fundo do poço e já empresta seu nome ao rol de sinônimos da palavra fraude. (SILVEIRA, 2007, p.45).

⁴ Tendo em vista que este estudo está relacionado ao ensino de língua espanhola no Brasil, quando referenciamos a América do Sul, estamos nos referindo apenas aos países cuja língua oficial é a língua espanhola, isto é, não estamos nos referindo ao Brasil.

Em relação aos bolivianos, por exemplo, são representados como feios, por serem descendentes de índios, pobres, corruptos, conforme Costa (2015, s/n),

o boliviano se constrói no imaginário brasileiro fora dos parâmetros que definem os valores "civilizados". Nesse contexto, a imagem do "outro" ganha contornos específicos em Corumbá, na medida em que a Bolívia é vista por parte da população como símbolo do atraso, da pobreza e da falta de "civildade", de higiene, das leis. Esses estigmas podem ser resumidos nas categorias identitárias de "chocos", "collas" ou simplesmente "índios" ou "bugres". Percebe-se, em inúmeras conversas com moradores de Corumbá, que a Bolívia é representada como um lugar "sem lei" e "corrupto" (destaques do autor).

Compreendemos que essas representações, podem refletir, de alguma forma, no desinteresse e na desvalorização da Língua Espanhola que temos notado em nosso cotidiano como professores. Essa desvalorização que, por vezes, identificamos em nossas aulas, talvez possa ser explicada com Zarate (1998), para quem as representações podem ser compreendidas como um *processo interpretativo*, ou seja, pode produzir efeitos de sentidos valorativos ou desvalorativos; no caso da América do Sul, conforme já dissemos, os sentidos produzidos parecem ser, em alguma medida, de desvalorização.

Consoante com esse pensamento, Arnoux (2010 p.17 *apud* LIMA et al, 2013, p.478) compreende que as representações "intervêm na construção das identidades, já que configuram uma parte dos imaginários sociais, necessários para reconhecer-se e reconhecer ao outro, e fazer possíveis e legitimar as ações coletivas". Para essa autora, "as línguas estão associadas com representações que implicam dimensões valorativas e que se vinculam com diferentes representações do universo social" (LIMA, 2013, p. 34). Essas representações de dimensões valorativas podem explicar o interesse de alguns estudantes em aprender a Língua Inglesa e o desinteresse em aprender a Língua Espanhola.

Especificamente sobre o interesse em aprender a língua espanhola, Celada (2002, p.101) reflete na primeira parte de sua tese a memória que o brasileiro construiu em relação ao espanhol, de que resultou na seguinte metonímia: "espanhol – língua parecida – língua fácil – língua espontânea = portunhol". Mas, de acordo com a autora, o tratado do MERCOSUL, em 1991, o portunhol já não era suficiente, portanto, os discursos que circulavam a época era o de que "Não basta o portunhol", ou seja, depois do tratado o espanhol se tornou uma língua de negócios. Contudo, conforme pesquisa realizada por Fernando Vez-Zolin, em 2013, acerca das crenças do ensino da língua espanhola, foi constatado que os brasileiros compreendem que a Língua Espanhola é fácil, portanto não

precisa ser estudada, o que demonstra que a memória discursiva sobre portunhol ainda está presente na atualidade.

Nessa perspectiva de que a língua reflete e é refletida nas representações, trazemos as contribuições de Moscovici (*apud* JODELET, s/d, p. 12), cujo estudo considera que a comunicação exerce um papel fundamental em relação às representações sociais. Este autor associa o conceito da psicologia social à concepção cognitiva das representações sociais, de modo que apresenta três níveis de representações sociais:

- 1) No nível da emergência das representações, as concepções afetam os aspectos cognitivos. Por esta perspectiva se destacam: a dispersão e a distorção das informações concernentes ao objeto representado que são desigualmente acessíveis de acordo com o grupo.
- 2) No nível dos processos de formação das representações, a objetivação e a ancoragem consideram a interdependência entre a atividade cognitiva e suas condições sociais de exercício nos planos do agenciamento dos conteúdos, das significações e da utilidade que lhes são conferidas.
- 3) No nível das dimensões das representações tem-se a influência na edificação das condutas: opinião e estereótipo, sobre os quais intervêm os sistemas de comunicação mediática. Estes, segundo os efeitos pesquisados sobre audiência, apresentam propriedades estruturais diferentes correspondentes à difusão, à propagação e à propaganda. A difusão é relacionada com a formação de opiniões, a propagação com as atitudes e a propaganda com estereótipos.

É inegável que a comunicação/linguagem exerce um papel importante na construção de representações sociais, e com mais ênfase nos dias de hoje, pois com a tecnologia os discursos se propagam rapidamente. Destacamos aqui o terceiro nível – das dimensões representadas, que influenciam na conduta com o apoio da comunicação mediática proposta por Moscovici. É importante evidenciar que a escolha dos discursos difundidos pelos meios de comunicações representa os interesses das classes dominantes, conforme salienta Jodelet, “certamente, há representações que chegam a nós já prontas ou que “atravessam” os indivíduos. São as que impõem uma ideologia dominante, ou as que estão ligadas a uma condição definida no interior de uma estrutura social” (s/d, p.14).

Salientamos que os discursos da mídia são multimodais e que as imagens têm forte apelo junto ao leitor e contribuem para dar valor de verdade aos textos verbais. Isto é, a cultura visual “propõe e sugere olhares disciplinados”, induzindo as pessoas a “enxergarem”

de acordo com a ideologia de quem elabora e/ou seleciona as imagens. Daí nosso interesse em pesquisar as representações através das imagens.

Ensinar e aprender a língua espanhola: só se for o espanhol falado na Espanha

A América do sul é composta por 12 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela; e sete desses países, fronteiros com Brasil, têm como língua oficial a Língua Espanhola, entretanto, o ensino de Língua Espanhola no Brasil é marcado pela hegemonia do Espanhol Peninsular (CAMARGO, 2004; 2010).

Esse contexto desfavorável da América do Sul em relação à Espanha desencadeou algumas reflexões apresentadas nas Orientações Curriculares do Ensino Médio (BRASIL, 2006). Portanto, ao elaborarem esse documento, refletiram sobre a hegemonia do espanhol peninsular e necessidade de se pensar nas culturas dos outros países que têm a língua espanhola como língua oficial

[...] por uma hegemonia do Espanhol peninsular, que se impôs, por várias razões tanto a professores hispanofalantes latino-americanos quanto a professores e estudantes brasileiros, levando à consolidação de preconceitos, à camuflagem das diferenças locais e ao apagamento das diferentes culturas e manifestações lingüísticas que configuram a diversidade identitária do universo hispanofalante (CAMARGO, 2004: 143-144 *apud* BRASIL, 2006: 128).

Compreendemos que a hegemonia da Língua Espanhola peninsular é também consolidada pelos discursos veiculados, ou melhor, não veiculados na mídia, dado ao pouco espaço que a mídia destina aos países hispanofalantes da América do Sul e quando o faz, enfatiza aspectos negativos, conforme pode ser observado no estudo de Silveira (2007), já mencionados na subseção anterior, que trata sobre os discursos da mídia brasileira que ajuda a reforçar estereótipos e preconceito contra o Paraguai.

Assim como os meios de comunicação, a escola e os materiais didáticos também contribuem com as representações sociais que os alunos podem ter de alguns povos. Em um estudo realizado por Matías Blanco (2010 *apud* LESSA, 2013:20), o autor observa que os discursos veiculados nos materiais didáticos produzidos na Espanha e no Brasil “contribuem para a naturalização de uma imagem de América Latina subalterna, deficitária e exótica”. Ressaltamos que essa representação tem sido construída pelos espanhóis desde a época do descobrimento da América em que Colombo, em seu diário de viagem, descreve os índios

como seres que “apesar de nus parecem mais próximos dos homens do que dos animais” (TODOROV, 2010: 48). Ainda na época da colonização, a população do Caribe foi representada socialmente de modo negativo, isto é, foram chamados de preguiçosos pelos Espanhóis por não quererem trabalhar em condições subumanas, conforme aponta Eduardo Galeano (2016, p. 33),

“a população das ilhas do Caribe deixou de pagar tributos, pois desapareceu: os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d’água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de aras trazidos da Espanha”.

Tendo em vista a má sorte dessa população, os indígenas matavam seus filhos e depois se suicidavam para não trabalhar, ou melhor, morrer trabalhando para os Espanhóis. No Brasil há grande indícios de exclusão social em relação aos indígenas, que vem acompanhada da exclusão cultural e simbólica. Para Ribeiro (*apud* LIMA *et al*, 2016) “a imagem social dessa categoria social ao longo da nossa história transita do cruel e subumano canibal ao selvagem infantil e ingênuo”. De acordo com esses autores, os estudos de Lima & Almeida, 2010; Torres, Martignoni, & Oliveira, 2011 demonstram que ainda na atualidade os povos indígenas são tipos como bárbaros e sem “civildade”.

Retomando estudos acerca do material didático, Lima (2013, p. 34) ao analisar *As representações sobre a América Latina em livros didáticos de língua espanhola, de história, de geografia e de sociologia* defende que as mídias e os livros didáticos poderiam contribuir para “superar as representações sociais, ou estereótipos que os cidadãos dos países sul-americanos têm uns dos outros”. Contudo, na pesquisa desenvolvida pela autora, os resultados demonstram que esses materiais reforçam a visão estereotipada da América Latina, marcando negativamente as culturas desses povos. Podemos citar como exemplo o livro de História para o Ensino Fundamental, dos autores Braick e Mota (2006 *apud* Lima, 2013), em que eles ressaltam de modo negativo os governos de esquerda Hugo Chávez e Evo Morales⁵, enfatizando o discurso de oposição desses governantes em relação à América do Norte.

Nesse sentido, consideramos que essas representações sociais que favorecem o apagamento e a desvalorização da América do Sul podem refletir no ensino de Língua

⁵ Não estamos aqui valorando as políticas desses governantes, apenas queremos demonstrar que autores do livro didático enfatizam o discurso da política dominante mundialmente.

Espanhola, ou seja, compreendemos que a mídia contribui para a construção de crenças e representações equivocadas de um povo; o que nos faz refletir sobre a necessidade de trilharmos um caminho para ensino intercultural. Nesse sentido, na próxima subseção teceremos algumas considerações a respeito da interculturalidade.

Educação intercultural: uma possibilidade de conhecer os vizinhos hispanofalantes

Conforme vimos na subseção anterior, os livros didáticos e os meios de comunicação tendem a evidenciar algumas culturas e calar outras, cabe à escola e aos professores auxiliar na desconstrução desses estereótipos e desse silenciamento. Para tanto, compreendemos que um dos caminhos possíveis é o de promover o ensino intercultural. De acordo com Lima (2013, p. 30), “o papel da cultura é muito importante, pois pode levar ao entendimento mútuo, ao reconhecimento, à aceitação das diferenças e a aproximação em termos culturais e sociais”.

Para a UNESCO (2006), a interculturalidade é um conceito dinâmico que tem como base a evolução das relações entre os grupos culturais, cujo foco é a interação entre esses grupos para que, conhecendo-se, consigam dialogar e respeitar-se. Esse diálogo pode ser regional, nacional e internacional. Portanto, o que se propõe é que a educação intercultural seja baseada em quatro pilares: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver e aprender a ser” (2006, p.19-20). Assim, a educação intercultural, deve ser fundamentada no ensino das “línguas, histórias e culturas de grupos não dominantes”.

Sabemos que promover a interação intercultural não é uma tarefa fácil, pois, como nos alerta Estermann (2010), as relações entre culturas diferentes quase nunca ocorrem de forma simétrica e horizontal; ao contrário, estão sempre sujeitas a jogos de poder que têm a ver com fatores econômicos, militares e religiosos. Aprender uma segunda língua como língua adicional pressupõe desenvolver uma nova forma de olhar para o outro não apenas como um possível interlocutor em algum evento comunicativo, mas como pessoa, ser social que habita e vive num país cujas manifestações culturais a que temos acesso, na maioria das vezes, nos chegam ao conhecimento quer pela mídia, cinema, livros, etc., e em menor escala pela visita ou estada em um país falante da língua que se estuda.

Sendo assim, essas interações precisam ir além do código linguístico, para se tornarem interculturais, ou seja, precisam ultrapassar a multi e a transculturalidade, refutando a ideologia de superioridade cultural, envolvendo-se em relações simétricas e horizontais a fim de que se enriqueçam mutuamente e contribuam para a maior plenitude humana.” Para

que isso ocorra, é necessário que cada aluno tome consciência da “culturalidade” de sua própria postura e, assim, abra espaço para outras “culturalidades” (ESTERMANN, 2010, p.39).

Metodologia de pesquisa no google imagens e delimitação do corpus

Apesar de termos evidências teóricas como as discutidas acima sobre a influência da linguagem, da comunicação, da mídia na formação de nosso imaginário e das nossas representações, propusemos, neste trabalho, fazer um recorte olhando apenas para imagens da internet e, ao invés de buscar essas imagens em sites específicos, o que poderia ser tendencioso, optamos por fazer buscas no Google Imagem através de algumas palavras-chave.

Assim, pesquisamos os seguintes termos: 1) Culturas sul-americanas; (2) Culturas espanhola; (3) Povos sul-americanos; e (4) Povos Espanhóis. Dos resultados de cada busca, separamos todas as respostas das duas ou três primeiras filas horizontais, perfazendo entre 10 a 16 imagens por bloco. Essa variação de quantidade se deve ao tamanho das imagens nas filas. Obtivemos um total de 53 imagens, que serão analisadas de forma contrastiva, ou seja, bloco 1 em contraste com bloco 2 e bloco 3 em contraste com bloco 4.

Para deixar mais clara nossa escolha metodológica de formar um corpus de imagens obtidas por meio de pesquisas por termo chave no Google Imagens, convém entender um pouco como os resultados de busca são gerados.

Os resultados das buscas de imagens no Google dependem de uma combinação de itens que são processados pelos algoritmos, ou seja, por programas de computador que buscam pistas para retornar a melhor resposta para a busca. As variáveis dessa busca não são totalmente esclarecidas pelos autores do livro *Como o Google Funciona*, Schmidt & Rosenberg (2015).

Os autores do livro contam que quando as buscas por imagens começaram a crescer, tornou-se necessário desenvolver filtros de pornografia mais eficientes. Foi então que a equipe do Google criou o *SafeSearch*, que combinava o conteúdo de uma imagem com uma avaliação da reação dos usuários aos resultados dela. Em alguns anos esse algoritmo foi aperfeiçoado para filtrar todas as buscas de imagens do Google.

O professor Diego Ivo, em seu curso sobre SEO – *Search Engine Optimization*⁶ (Otimização dos Mecanismos de Busca) fornece importantes informações sobre como funciona o mecanismo de busca do Google. Ele utiliza um programa, o *Googlebot* (robô Google) do tipo *crawler* que “varre” a web, acessa milhões de links e os salva num gigantesco banco de dados mantendo-o constantemente atualizado para garantir que o resultado da busca feita por um usuário seja o mais amplo possível. A frequência com que o *Googlebot* visita uma página dependerá, por exemplo, da importância dela e da frequência com que é atualizada, de modo que sites importantes podem ser acessados minuto a minuto enquanto outros em intervalos maiores.

Após visitar e indexar as páginas, o Google trata e organiza as informações para que possam ser acessadas em menos de um segundo. Alguns indicadores utilizados são: palavra-chave, assunto, país, data, idioma, etc. Para agilizar ainda mais a resposta, o Google armazena respostas em *cache*, uma espécie de memória provisória, assim o buscador não precisa consultar todo o banco de dados; ele irá nessa memória de respostas recentemente usadas.

Qualquer critério de busca utilizado pelo Google nunca é visto isoladamente e não é possível saber como ela se realiza, a menos que seja feita uma pesquisa profunda de cada resposta. Assim, o título do site, de uma página ou de uma imagem hospedada num site, blog, num software social, etc. nunca será tomado por si só e para ser o mais relevante, o mais útil possível, será combinando com as palavras-chave, o *cache*, o conteúdo do site, a quantidade de links e âncoras e a autoridade dos sites, entre outros fatores. Todos esses critérios serão reunidos no *PageRank*, o algoritmo do Google encarregado de definir quais resultados serão apresentados ao usuário.

Feitos esses esclarecimentos, cremos que se pode dizer que os resultados das buscas por imagens que fizemos deve ter trazido as imagens mais recentes, as mais visitadas e as mais significativas que o buscador pôde conseguir.

Nossa escolha entre as 10 e 16 primeiras imagens por bloco foi tanto uma forma de limitar nosso corpus, quanto um corte que considera as respostas mais relevantes.

⁶ Disponível em: <http://www.conversion.com.br/blog/como-funciona-o-algoritmo-do-google/>, Acesso em janeiro/2017.

Representações das culturas e povos hispano-americanos em imagens da web

O primeiro bloco de imagens (abaixo) – Culturas sul-americanas – é composto por 11 fotos que, de acordo com o Google Imagens, representam as culturas da América do Sul, conforme podemos observar.

Figura 1: Bloco de imagens I - Culturas sul-americanas



Ao verificarmos o bloco de imagens I, cujas fotos representam as culturas dos povos da América do Sul, as que mais se destacam, pela quantidade, são a dos indígenas e das apresentações de danças folclóricas.

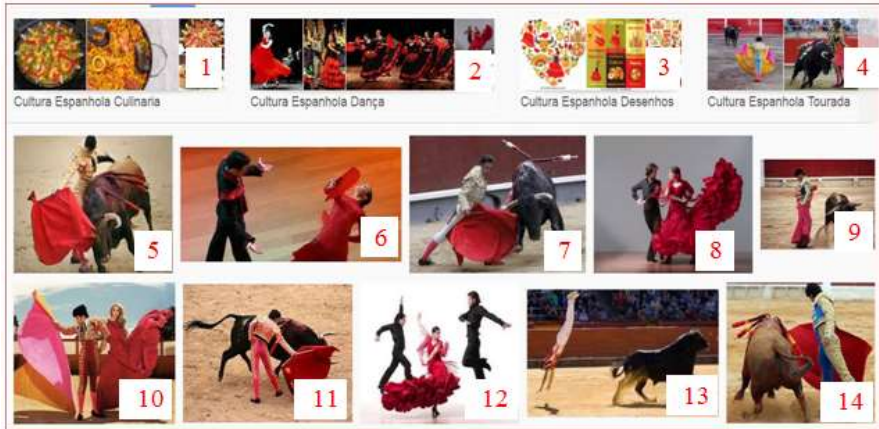
As fotos I e II trazem representações dos povos indígenas de Mato Grosso. Essas fotos contribuem para que as pessoas que pesquisem na web o termo “culturas sul-americanas” reforcem a construção *da identidade imaginária* (ARNOUX, 2010) de que esses países são povoados apenas pelos indígenas e que todos os indígenas (ainda hoje) não usam roupas, usam cocar e sempre estão com os rostos e corpos pintados. Uma evidência dessa representação social é que no dia 19 de abril, data em que celebrarmos o Dia do Índio, as crianças que estão na educação básica têm os rostos pintados por seus professores e ganham um cocar que, em geral, confeccionam de cartolina. Desse modo, perdura-se até a atualidade a representação social que Colombo descreveu quando entrou em contato com os indígenas, de que “apesar de nus parecem mais próximos dos homens do que de animais” (TODOROV, 2010, p. 48). Portanto, essas fotos dos indígenas apresentadas no site de busca recuperam em nossa memória a ideia de homens “selvagens”, conforme fora propagado pelos europeus.

As fotos 2 e 6 mostram uma apresentação de dança boliviana e colombiana num festival promovido por uma escola no município de Ladário, em Mato Grosso do Sul. Sabemos que se trata de apresentações nesse município, porque pelas roupas a pesquisadora percebeu que talvez não fosse uma apresentação realizada por colombianos, então, acessou as imagens para se certificar a respeito da procedência. Observe-se que essas fotografias são de apresentações realizadas por estudantes brasileiros ensaiando passos de dança colombiana e boliviana! Não podemos deixar de ressaltar, porém, a importância desse tipo de atividade, pois propiciaram aos seus estudantes a oportunidade de conhecerem um pouco da cultura desses países, que não representam a cultura dominante (UNESCO, 2006).

A foto 9 mostra o turismo cultural do Império Inca, que ultimamente tem despertado o interesse dos brasileiros, contudo, essa imagem que representa a sabedoria do Incas, revela apenas a arquitetura e exclui as pessoas que mantêm até hoje viva a tradição dos Incas, enfatizando assim, o silenciamento e apagamento dos indígenas que não podem ou não devem ser representados por seu conhecimento milenar em arquitetura.

Nas fotos 3 e 7 vemos o tango e os gaúchos argentinos. Um ponto que despertou nossa atenção nessas fotografias reside no fato de que elas são realmente da Argentina, ou seja, não são ações reproduzidas por brasileiros como ocorreu nas danças boliviana e colombiana. Os argentinos conhecidos como “europeus da América” são povos valorizados culturalmente pelos brasileiros (comida, filmes, vinho, lugares turísticos para classe média e alta, como Bariloche, etc.), apesar da rivalidade futebolística entre esses países. A cultura argentina é valorizada também nos livros didáticos (LESSA, 2013). Portanto, quando o tema é a América do Sul evidenciam-se as camadas mais privilegiadas, como, por exemplo, as classes privilegiadas do Chile, da Argentina e do Uruguai, e silenciam as populações indígenas, que são apresentadas como figuras folclóricas.

Figura 2: Bloco de imagens 2 - Culturas espanhola



No bloco de imagens 2 – que representa a Cultura espanhola – podemos observar três elementos principais e mundialmente conhecidos e valorizados: a *paella*, que é uma comida típica; a dança flamenca e as touradas. Ressaltamos aqui, que a tourada, apesar de serem apresentadas nas fotos de modo imponente e bonito, pois a saliência (KRESS e van Leeuwen, 2006) nessas imagens são sempre os toureiros que se apresentam com elegância e com as vestes impecáveis, trata-se de uma prática violenta contra o animal, embora pelas imagens aqui analisadas não se evidencia o sofrimento desse animal, que tem sido questionada e proibida em algumas cidades espanhola como em Barcelona, por exemplo, e “minimizada” nas Ilhas Baleares.⁷

Finalmente, comparando o bloco de imagens 1 e 2, evidenciamos que todas as imagens do bloco 2, são fotos de contextos reais que em são demonstrados alguns elementos da cultura Espanhola, diferentemente do ocorrido com o bloco de imagens acerca das culturas da América do Sul. Assim, a leitura por nós realizada é a de que os latinos, com exceção dos Argentinos, não possuem culturas que merecem ser apreciadas, por isso precisam ser invisibilizados na web.

⁷<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/07/25/ilhas-baleares-aprovam-touradas-sem-sangue.htm> . Acesso em 06 de agosto de 2018.

Figura 3: Bloco de imagens 3 - Povos sul-americanos



O terceiro bloco de imagens representa os Povos sul-americanos. Como podemos observar, neste bloco, distinto do primeiro, os indígenas que falam a Língua Espanhola estão representados. Examinado essas fotos, logo notamos que a pesquisa web enfatiza que na América todos os povos são indígenas, pois, com ressalva das fotos 2, 5, 11 e 16 que são mapas e bandeiras, as outras 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14 são de indígenas.

Realmente, a maioria da população da América do Sul é indígena, porém, vale ressaltar que, com a miscigenação dos povos, nem todos possuem os traços indígenas e nem todos vivem em aldeias, conforme representado nesse bloco de imagens. Todavia, o que devemos verificar nessas fotos é que elas disciplinam nosso olhar (HÉRNANDEZ, 2011) para uma representação social negativa da América do Sul, posto que os indígenas são estigmatizados. Destaca-se que não é o fato de os indígenas estarem ligados à América do Sul que é negativo, e sim os discursos que construíram nossa forma de compreender o indígena, pois, conforme mencionado anteriormente neste artigo, desde a época da colonização os discursos acerca dos indígenas são pejorativos, um exemplo disso é que eles são tidos como preguiçosos; essa representação foi criada pelos espanhóis porque os índios não se sujeitavam ao trabalho escravo (GALEANO, 2010). Nesse sentido, a web, assim como os livros didáticos, reforçam a visão estereotipada e negativa da população indígena, enfatizando sempre a visão dos colonizadores.

Vejamos a foto número 14, que mostra o Presidente boliviano Evo Morales. Esta foto também produz um efeito de sentido *desvalorativo* (ZARATE, 1998), porque, no Brasil, historicamente os livros didáticos ressaltam negativamente os governos de esquerda. Em

relação ao presidente boliviano, os discursos veiculados nos materiais didáticos são de que ele faz oposição aos governantes dos Estados Unidos (BRAICK & MOTA, 2006). Além disso, os principais veículos de notícias também dão ênfase negativa a esse governante. Desse modo, a internet contribui para nossa percepção negativa da América.

Percebemos que as imagens que compõem esse corpus corroboram para a continuidade da visão negativa que temos da América do Sul e sejam um fator⁸ que contribui para que os estudantes brasileiros não tenham interesse em estudar a Língua Espanhola.

Figura 4 - Bloco de imagens 4 - Povos Espanhóis



O quarto e último bloco de imagens trata da expressão de busca: Povos espanhóis. Vamos analisar este bloco comparando-o com o bloco de imagens 3. Como podemos ver as fotos 1, 2, 3, 5, 6, 11 e 12, estão representando os torcedores da seleção espanhola, o que demonstra o “fanatismo” dos espanhóis pelo futebol. Destacamos que aqui na América do Sul também temos torcedores apaixonados por futebol como os argentinos, os paraguaios e os uruguaios, mas foram apagados no bloco de imagens 3.

A foto 4 foi uma imagem que nos chamou bastante atenção, posto que nela estão representadas espanhóis que contribuíram com a história do país: 1ª fila: Isabel I de Castela, Fernando II de Aragão, Hernán Cortés, Inácio de Loyola, Carlos I da Espanha, Teresa de Ávila; 2ª fila: Miguel de Cervantes, Francisco Goya, José María de Pereda, Rosalía de Castro, Benito Pérez Galdós, Leopoldo Alas; finalmente, 3ª fila: Antoni Gaudí, Pablo Picasso, Salvador Dalí, Juan Carlos I da Espanha, Antonio Banderas, Rafael Nadal.

⁸ Entendemos que outros fatores, além dos mencionados, concorrem para o desinteresse em estudar a língua espanhola, dentre eles, as condições de oferta, as opções de colocação profissional, os programas e propostas de ensino, etc.

A respeito da foto 4, enfatizamos aqui os espanhóis ligados às artes – Cervantes, Goya, Picasso e Dalí que são mundialmente conhecidos por suas obras, contudo, o que nos inquietou é que no bloco 3 não tivemos nenhuma foto de escritor ou artista latino reconhecido mundialmente como, por exemplo: Gabriel García Márquez, Pablo Neruda, Mario Vargas Llosa, Octavio Paz, Jorge Luis Borges. Com isso, queremos demonstrar que esses intelectuais não apareceram nas respostas do Google. Relacionado ao esporte, nessa foto temos o nadador Rafael Nadal, mas, no bloco 3, não tivemos nem os famosos jogadores de futebol argentinos Maradona e Leonel Messi, por exemplo. Ainda nesse grupo de personalidades que compõem a foto 4, está o famoso astro de cinema Antonio Banderas, porém, no que se refere à América do Sul, não tivemos nem mesmo a foto da famosa cantora colombiana Shakira, como se não pudéssemos reconhecê-la como sul-americana. Finalmente, para completar essa análise comparativa, no bloco 3 a única personalidade que apareceu na pesquisa web foi a do Presidente Evo Morales, no entanto, como vimos na análise anterior, esse governante é alvo de controvérsias e não é muito prestigiado.

Assim, concluímos que os blocos de imagens 3 e 4 só reafirmam que os discursos veiculados na mídia são impostos pela ideologia dominante, pois reforçam o lugar da Espanha colonizadora como a detentora do poder e da superioridade e da América do Sul colonizada como subalterna e inferiorizada.

Considerações

Se as imagens acabam por marcar nossas representações sobre outros povos e suas culturas, os quatro blocos de imagens obtidos na pesquisa virtual com os termos de busca (culturas sul-americanas, culturas espanhola, povos sul-americanos e povos espanhóis) mostraram um apagamento de certo valor intelectual dos povos da América do sul; pois os blocos de imagens que representam a América do Sul evidenciaram as figuras folclóricas, a etnia e a origem indígena, guiando nosso olhar para a desvalorização cultural e intelectual da América. Em contraponto, os blocos de imagens da Espanha mostram a arte, o esporte, a cultura e os intelectuais. Desse modo, tivemos um desequilíbrio nas representações sociais disponibilizadas na web, como se aqui não tivéssemos intelectuais e que nossa cultura sempre deverá estar relacionada ao folclore e aos rituais indígenas.

Nesse sentido, percebemos que a mídia tem o poder de criar esse imaginário de representações sociais que enfatizam o modo reducionista de como enxergamos esses povos. Ou seja, o que se tem na mídia é certa desvalorização dos sul-americanos, pois se

nunca fomos a esses países só podemos obter informações desses locais pela mídia, o que é desfavorável, porque, conforme vimos nessa pesquisa, a informação maciça veiculada na internet cria em nossa mente uma visão preconceituosa, que envolve poder, superioridade e etnocentrismo. Isso porque, pelas imagens que analisamos, a América está relacionada à falta de civilidade, de acordo com o imaginário que se criou em relação aos povos indígenas, e a Espanha à civilidade.

Essas representações sociais construídas a partir da web reforçam nossa hipótese de que essas relações influenciam na diferente valoração dada à língua e às culturas espanholas ibéricas e sul-americanas e nas crenças sobre a aprendizagem dessa língua no Brasil, pois apesar da facilidade de aprendermos essa língua tanto pela aproximação geográfica com os nativos da Língua Espanhola, quanto pelo fato de português e espanhol possuírem a mesma raiz linguística, o que se tem é o desinteresse em aprender a língua e as culturas dos nossos vizinhos. É importante salientar que o ensino do Espanhol no Brasil é tão desvalorizado que mesmo com a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005 (Lei da obrigatoriedade do Espanhol) não conseguiu ganhar status, por conseguinte, não se consolidou e já foi revogada pela Medida Provisória nº 746, de 2016.

Claro fica também que não podemos creditar os vários problemas que o ensino de espanhol no Brasil enfrenta à circulação de imagens “desfavoráveis” apenas. Há outros fatores, inclusive os de ordem interna, como a organização curricular, a formação de professores, o turismo irregular, o não fortalecimento do MERCOSUL, que abriria muitos postos de trabalho etc.

Não podemos desconsiderar a presença dos meios: televisão, cinema e jornais que não puderam ser abordados nessa pesquisa, mas que merecem um olhar atento também, afinal, algumas séries e novelas televisivas como Chaves, Chiquititas, Betty, a Feia, Narcos, por exemplo, fizeram grande sucesso mas retratam pessoas simples e situações cotidianas corriqueiras e, no caso desta última, relaciona a Colômbia ao tráfico de drogas, contribuindo para a construção de um imaginário pouco favorável.

Finalmente, apesar dos fortes indícios e argumentos que são favoráveis à hipótese da nossa pesquisa, o ideal seria ainda ouvirmos o alunado para acrescentar novos olhares para essa questão. Essa pesquisa e o cruzamento dos dados será feito em outro trabalho.

Porém, o que podemos propor, sem medo de errar, para diminuir essas representações estereotipadas e reducionistas é promover o ensino intercultural, de modo que os estudantes possam dialogar e conhecer melhor os nossos vizinhos latinos e, dessa

maneira, nos dizeres de Estermann (2010) possam reconhecer suas próprias culturas como possibilidades de expressar e de viver suas convicções.

Referências

BRASIL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCEM)**. Vol. I. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2006.

CAMARGO, M. L. **O ensino do espanhol no Brasil: um pouco da sua história**. In: Trabalhos em Lingüística Aplicada, 43 (1), Campinas, IEL/Unicamp, p.139-149, 2004.

_____. Iniciativas para a implantação do espanhol: a distância entre o discurso e a prática. In: **Coleção explorando o Ensino**. Espanhol: ensino médio / Coordenação: BARROS, Cristiano Silva de / COSTA, Elzimar Goettenauer de Marins - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino; v. 16).

CELADA, M. T. (2002). **O espanhol para o brasileiro: uma língua singularmente estrangeira**. Campinas: Unicamp, IEL. Tese de Doutorado.

COSTA, G. V. L. da. Os Bolivianos em Corumbá-MS: conflitos e relações de poder na fronteira. *Mana*, Rio de Janeiro, vol.21 no.1, abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000100035#aff1. Acesso em agosto de 2018.

ESTERMANN, Josef. **Interculturalidad: vivir la diversidad**. Instituto Superior Ecueménico Andino de Teología. La Paz, 2010.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina**; tradução de Sergio Faraco. Porto Alegre, RS: L&PM, 2016.

GOMBRICH, E.H. **A historia da arte**. Ed. LTC, Rio de Janeiro, 2016.

HÉRNANDEZ, F. A cultura visual como um convite à deslocalização do olhar e o reposicionamento do sujeito. In. MARTINS, R.; TOURINO, I. (org). **Educação da cultura visual: conceitos e contextos**. Santa Maria, RS: Ed. Da UFSM, 2011.

JODELET, D. (s/d). **Representações sociais: um domínio em expansão**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/36945-Representacoes-sociais-um-dominio-em-expansao-denise-jodelet.html> Acesso em 27/201/2016

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia- estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KRESS, G.; van LEEUWEN, T. **Reading images: the grammar of visual design**. – 2nd ed. London and New York: Routledge, 2006, LESSA, G. S. M. Memórias e identidades latino-americanas invisíveis e silenciadas no ensino-aprendizagem de espanhol e o papel político do professor. In. ZOLIN-VESZ, F. (org). **A (In) Visibilidade da América Latina no Ensino do Espanhol**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

LIMA, L. M. Representações sobre a América Latina em livros didáticos de Língua Espanhola, de história, de geografia e de sociologia. In: ZOLIN-VESZ, F. (org). **A (In) Visibilidade da América Latina no Ensino do Espanhol**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

LIMA, L. M. de; MACHADO, P. R. de A. C.; REZENDE, T. F.; MENDONÇA & SILVA, C. A.; Ensino e formação de professores de espanhol no contexto do Mercosul: as representações sociais e culturais em foco. In: **Revista Signótica**, Goiânia, GO. v. 25, n. 2, p. 475-498, jul./dez. 2013

LIMA, M.E.O. et al. A desumanização Presente nos Estereótipos de Índios e Ciganos. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.32 n. 1, p. 219-228, jan-mar 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n1/1806-3446-ptp-32-01-00219.pdf>. Acesso em agosto de 2018.

NUNES, Luciana Borre. **As imagens que invadem as salas de aula: reflexões sobre a cultura visual**. SP: Aparecida, Ideias & Letras, 2010.

PIRES, Maria da Conceição Francisca & SILVA, Sergio Luiz Pereira da. O cinema, a educação e a construção de um imaginário social contemporâneo. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, v.36, n.127,p.607-616, abr.-jun. 2014. Disponível em <http://www.cedes.unicamp>. Acesso em abril 2017.

SCHMIDT, E. & ROSENBERG, J. **Como o Google funciona**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

SILVA, Sergio Luiz Pereira da. **A construção visual da latinoamericanidade: representação visual e estética na fotografia sobre América Latina**. Disponível em <gpaf.info/photoarch/index.php?journal=phd&page=article&op> 2014. Acesso em abril 2017.

SILVEIRA, M. C. As marcas do preconceito no jornalismo brasileiro e a história do Paraguai Ilustrado. Intercom – **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.30, n.2, p. 41-66, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=69830988003>. Acesso em maio de 2018.

STURKEN, Marita, CARTWRIGHT, Lisa. **Practices of looking: an introduction to visual culture**. Oxford, Oxford University Press, 2001.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**; tradução Beatriz Perrone Moisés. 4ª ed. – São Paulo, SP: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

VAN LEEWEN, Theo, JEWITT, Carey. **Handbook of visual analysis**. London: Sage Publications,2001.

ZOLIN-VESZ, F. **Crenças sobre ensinar e aprender espanhol: reprodução e manutenção do status quo e da estratificação social**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013.

ISBN 978-85-415-1055-4

Coleção *C* Letras
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

PPGL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM LETRAS
UFPE

Editora
Universitária UFPE

